

VALTER POMAR

A METAMORFOSE

Copyright® Valter Pomar

A METAMORFOSE

1ª edição: outubro de 2014

Diagramação:
Sandra Luiz Alves

O texto pode ser citado e reproduzido livremente, desde que a fonte seja citada

Índice

Apresentação	5
Introdução	15
Sísifo é brasileiro?	47
Da Vila Euclides à Granja do Torto	67
Os sujeitos ocultos da política brasileira	97
Do governo dos trabalhadores ao superávit primário	119
O governo Lula	163
A intelectualidade petista e o governo Lula	205
Luta socialista e hegemonia burguesa no Brasil	225
Bibliografia e fontes	247
Anexos	273

Apresentação

A METAMORFOSE estuda a história do Partido dos Trabalhadores, desde 1980 até 2005, com ênfase na análise de seu programa, de sua estratégia política e da análise que faz da sociedade brasileira.

O texto original foi concluído entre os meses de novembro e dezembro de 2005 e submetido no dia 1 de fevereiro de 2006 ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em História Econômica.¹

O presente livro, exceto correções ortográficas e o capítulo de Apresentação, corresponde a tese aprovada.

Optei por publicar desta forma, por entender que o texto retrata no fundamental o que eu pensava a respeito dos dilemas do PT, naquele decisivo ano de 2005.²

Claro que caberia atualizar e modificar. Mas publicar tal como foi escrito permite conhecer este ponto de vista e comparar com os acontecimentos posteriores. Evitando um costume presente em tanta gente, que consiste em esquecer onde estava e o que pensava em determinados momentos cruciais de nossa história.

¹ Participaram da comissão julgadora os professores Emir Sader, Jorge Grespan, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Carneiro e novamente Osvaldo Coggiola, meu orientador tanto no mestrado quanto no doutorado. Considerando ser ele dirigente do Partido Obrero argentino e apaixonado por futebol, é quase um milagre que tenhamos chegado até o final sem nenhum destes atritos entre orientador e orientando que compõem certo folclore da pós-graduação.

² Pretendo publicar, no prazo mais breve, uma segunda edição atualizada de *A Metamorfose*, incorporando minha análise do que ocorreu entre 2006 e 2014, inclusive o resultado da eleição presidencial. Esta Apresentação, é bom dizer, está sendo escrita no dia 13 de outubro, dias antes do segundo turno presidencial.

Assim, tirante correções ortográficas, o que alterei foi este capítulo de Apresentação. Quem tiver interesse nas minhas reflexões relativas ao período 2006-2014, poderá encontrá-las noutros textos.³

Como na tese original, esta Apresentação tem a forma de um Memorial. Nasci na cidade de São Paulo, em agosto de 1966. Durante meus primeiros dez anos, morei também nas cidades de Santos (SP), Fortaleza (SP), Crato (CE), Juazeiro (CE) e Belém (PA). Sempre com meus pais e, às vezes, com meus irmãos. Uma vida tranquila do ponto de vista material e tendo acesso, em casa, a muitos livros, especialmente adaptações “para jovens” de clássicos da literatura universal.

A única excentricidade deste período foi, aos sete anos, uma troca de nome, de Valter para Carlos. Os motivos ficaram mais claros no dia 16 de dezembro de 1976, quando forças policiais e militares atacaram uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.⁴ Entre os assassinados, meu avô Pedro Pomar.⁵ Entre os presos, meu pai Wladimir Pomar.⁶

No início de 1977, acompanhei minha mãe até Brasília, para um rápido encontro com o general de exército José Ferraz da Rocha, único irmão de meu avô materno, então já falecido. Neste encontro, o general informou nada poder fazer pela sobrinha e seu marido, uma vez que “se recebesse ordem para matar, mataria”. Afora isto, a visita à casa do general serviu para descobrir que manga também se comia no prato, com garfo e faca.

³ A respeito do período 2005-2014, publiquei uma coletânea em dois volumes, intituladas *A esperança é vermelha* (Editora Página 13, 2014).

⁴ A respeito deste episódio, recomendo a leitura do livro *Massacre da Lapa*, de Pedro Estevam da Rocha Pomar (Editora da Fundação Perseu Abramo).

⁵ A trajetória de Pedro Pomar é objeto de alguns livros, entre os quais a biografia *Uma vida em vermelho* (Pomar, 2003w).

⁶ A prisão de Wladimir Pomar, tanto esta ocorrida em 1976 quanto a anterior, ocorrida em 1964, é objeto do livro *Rachel e Wladimir, Cartas do Passado*, que está em fase de edição.

De Brasília, minha mãe veio para São Paulo, encontrar-se clandestinamente com sogra e cunhados, um dos quais me abrigou em sua casa. Meses depois voltei a morar com minha mãe Rachel, depois que ela recuperou seus documentos legais e constituiu advogado para meu pai, condenado naquele mesmo ano a alguns anos de cadeia. Luís Eduardo Greenhalgh, advogado de meu pai, consta como testemunha na certidão de nascimento de Valter Ventura da Rocha Pomar, nome que só passei a utilizar quando já tinha onze anos.

Entre 1978 e 1981, fui bolsista no Ginásio do Grupo Educacional Equipe, escola criada por pedagogos e militantes de esquerda. Igualmente tranquilo do ponto de vista material, foi um período cultural e politicamente agitado. Visitei regularmente meu pai na cadeia, onde convivi com muitos presos políticos e suas famílias. Engajei-me no movimento estudantil secundarista, acompanhando também atividades universitárias. Ingressei na chamada “esquerda” do Partido Comunista do Brasil e dela fui expulso pouco tempo depois, por defender posições distintas daqueles que dariam origem ao Partido Revolucionário Comunista (entre os quais José Genoíno, Tarso Genro e Marina Silva).⁷

Foi a partir desta trajetória pessoal e influenciado por este ambiente que comecei a ler e estudar sistematicamente, especialmente filosofia, economia, história, sociologia e política, tanto em português quanto em espanhol.

Em 1982, ingressei mediante concurso na Escola Técnica SENAI Theobaldo de Nigris e Felício Lanzara. Foram três anos de escola e um de estágio, convivendo com uma realidade diferente da existente no Grupo Educacional Equipe: colegas filhos de operários, escola tão “democrática” quanto uma empresa, estágio numa grande gráfica situada na periferia de São Paulo.

⁷ Falo um pouco sobre isto no livro *A foice, o martelo e a estrela* (Editora Página 13, 2014).

A partir de 1985, já diplomado como técnico industrial especializado em produção visual gráfica, trabalhei como diagramador, editor de arte, secretário de redação e depois gerente de produção. E, na mesma época, começo a reunir a documentação necessária para pleitear uma especialização em produção industrial de embalagens, na República Popular da China.

A intenção de ter uma carreira profissional como desenhista gráfico foi arquivada em 1986, ano em que fui convidado para integrar a equipe do Instituto Cajamar (Inca), instituição que estava sendo criada naquele mesmo ano para oferecer formação político-ideológica aos militantes do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de diversas entidades do movimento popular.⁸ Aceito o convite para trabalhar no Inca, decidi concorrer e fui aprovado no vestibular para o curso de Economia da Universidade de Campinas.

As instalações do Inca ficavam num antigo motel situado no km 46,5 da Via Anhanguera, nas cercanias das cidades de Jundiaí, Jordanésia e Cajamar, a menos de uma hora de São Paulo capital.

Até 1988, o Inca foi não apenas meu local de trabalho, mas também minha residência. Comecei atuando no Departamento de Recursos Pedagógicos e depois no Departamento de Pesquisas, este último dirigido então por Aloizio Mercadante. Mas em pouco tempo passei a me dedicar prioritariamente ao Departamento de Formação, primeiro como professor e depois como coordenador da equipe de formadores. Entre 1987 e 1990, tenho registro de ter planejado cursos, preparado materiais didáticos, orientado outros professores e também lecionado para mais de 2 mil alunos vinculados ao PT, a CUT, a sindicatos e movimentos sociais diversos.

Os alunos ficavam hospedados e tinham aulas nas próprias dependências do Inca. Cada turma tinha de 20 a 40 alunos. Os cursos

⁸ Mais informações sobre o trabalho de formação política desenvolvido pelo PT está em Silva (1996).

oferecidos duravam uma ou duas semanas. Havia cursos de “formação de formadores”, “formação de monitores” e de “formação política geral”. Cada curso possuía uma grade específica de matérias, entre as quais: “história das lutas do povo brasileiro”, “história das lutas pelo socialismo no Brasil e no mundo”, “o modo de produção capitalista”, “classes sociais no Brasil”, “estratégia e tática”, “instrumental de análise de conjuntura” e “metodologia de formação”. Dei aula acerca de todos estes temas e fui docente em grande parte dos cursos oferecidos pelo Instituto.

Além dos cursos, o Inca realizava regularmente seminários sobre variados assuntos, entre os quais destaco “A relação partido sindicato”, “Poder local e participação popular” e “70 anos de experiências de construção do socialismo”. Este último foi realizado em 1987 e contou com a participação de Luís Carlos Prestes, Jacob Gorender e David Capistrano Jr.⁹

Ademais de participar na organização, contribuí com a edição das publicações resultantes de várias destas atividades, uma vez que acumulava minhas atividades docentes com a coordenação de um pequeno setor de publicações do Inca, onde colaboravam os jornalistas Rui Falcão, Alípio Freire e o economista Carlos Eduardo Carvalho.

Lecionar foi fundamental para minha formação pessoal. Para isto contribuiu, também, o convívio que havia no próprio Instituto Cajamar, no PT e na CUT, com dirigentes políticos e intelectuais como Lula, Paulo Freire, Francisco Weffört, José Álvaro Moisés, Marco Aurélio Garcia e muitos outros, incluindo aí uma pitada de Eric Hobsbawm, que certa vez visitou e fez uma palestra para alunos do Inca. Mas o que mais contribuiu para minha formação foi o convívio com milhares de alunos e alunas que eram também educadores, no sentido mais amplo deste termo. E que me obrigavam a estudar de forma permanente.

⁹ Entre as várias publicações do Instituto, destaco o livro *1917-1987, Socialismo em Debate*.

No meu caso, tomei como “orientadores” Perry Anderson e Eric Hobsbawm. Utilizei suas obras como “roteiro” para estudar de forma sistemática a história do capitalismo, a história das correntes socialistas europeias, a história da Rússia e da China, bem como a história das organizações de esquerda no Brasil e na América Latina.

Infelizmente, não consegui conciliar esta atividade com a graduação em Economia na Unicamp. Minha jornada de trabalho no Inca era muito intensa, as aulas do curso de Economia eram diurnas e os professores rigorosos quanto à frequência, o que me levou primeiro a cursar poucas disciplinas e depois a optar por trancar a matrícula. Pelas aulas, palestras e conversas com Fernando Novaes, Liana Cardoso de Mello, Francisco Graziano e João Manoel Cardoso de Mello, tenho noção do que perdi do ponto de vista cultural e acadêmico.

A partir de 1990, os acontecimentos internacionais e nacionais provocaram um intenso debate político e ideológico em toda a esquerda brasileira, do qual participei ativamente.¹⁰ Não por acaso, foi também uma época de mudanças pessoais.

Interrompi meu vínculo profissional com o Instituto Cajamar, trabalhei em várias iniciativas editoriais (*Editora Scritta*, jornal *Brasil Agora*, revista *Atenção*, revista *Teoria e Debate*¹¹, de pesquisa (Programa Educativo sobre a Dívida Externa), como funcionário público (assessor do prefeito David Capistrano na Prefeitura de Santos), continuei atuando como professor em cursos de educação política para militantes sindicais, populares e partidários e, a partir de agosto de

¹⁰Data deste período a criação da Articulação de Esquerda, tendência petista de que faço parte até hoje. Os principais documentos produzidos pela Articulação de Esquerda estão reunidos em duas coletâneas: *Socialismo ou barbárie* (Pomar, 2000v) e *Novos rumos para o governo Lula* (Pomar, 2004v).

¹¹A revista *Teoria e Debate*, revista teórica do Partido dos Trabalhadores, foi criada e dirigida inicialmente pelo Diretório Estadual do PT de São Paulo. Posteriormente, passou a ser editada pela Fundação Perseu Abramo.

1997, tornei-me integrante do Diretório Nacional do PT, partido ao qual sou filiado desde 1985.¹²

Simultaneamente, concorri e fui aprovado no vestibular para o curso de História da Universidade de São Paulo, oferecido também no período noturno. No dia 3 de março de 1997, a Faculdade de História da Universidade de São Paulo me conferiu o grau de bacharel. No dia 4 de julho de 2000, defendi a dissertação de mestrado intitulada *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*.¹³

Em 1 de fevereiro em 2006, defendi a tese intitulada *A metamorfose. Programa e estratégia do Partido dos Trabalhadores*.¹⁴

Estudar o PCdoB e o PT exigiu enfrentar várias questões de natureza metodológica, entre as quais a relação entre o historiador e seu objeto. No meu caso, há implicações políticas e familiares. Meu bisavô, Felipe Cossio del Pomar, integrou a Aliança Popular Revolucionária Americana, o APRA peruano, sendo amigo e biógrafo de Haya de La Torre.¹⁵ Pedro Pomar, primogênito de Felipe e Rosa Araújo, ligou-se ao Partido Comunista do Brasil no início dos anos 1930. Foi membro do Comitê Central desta organização por quase duas décadas, participando da cisão que, em 1962, deu origem ao atual PCdoB, do qual foi dirigente até ser assassinado pela ditadura militar, em de-

¹² Se tiver tempo e recursos, pretendo publicar ao longo de 2015 uma coletânea com os artigos que escrevi no período 1993-1997 e outra com os artigos publicados entre 1998 e 2005.

¹³ Integraram a comissão examinadora as professoras Maria Aparecida de Aquino e Odette Carvalho de Lima Seabra, além do professor Osvaldo Coggiola.

¹⁴ Participaram da comissão julgadora os professores Emir Sader, Jorge Grespan, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Carneiro e novamente Osvaldo Coggiola, meu orientador tanto no mestrado quanto no doutorado. Considerando ser ele dirigente do Partido Obrero argentino e apaixonado por futebol, é quase um milagre que tenhamos chegado até o final sem nenhum destes atritos entre orientador e orientando que compõem certo folclore da pós-graduação.

¹⁵ A fundação do APRA é descrita pelo próprio Felipe Cossio del Pomar no livro *Victor Raul*, biografia de Haya de La Torre, fundador do aprismo. (Pomar, 1995f)

zembro de 1976, no episódio conhecido como Chacina da Lapa. Wladimir Pomar, o filho mais velho de Pedro e Catharina Torres, ingressou no Partido Comunista nos anos 1950. Também participou da “reorganização do PCdoB”, integrando o Comitê Central daquela organização de 1966 até 1976, quando foi preso pela ditadura militar, no mesmo episódio em que seu pai foi assassinado.

Wladimir defendeu, então, a realização de um congresso do PCdoB, com o objetivo principal de realizar um balanço crítico da experiência da Guerrilha do Araguaia.¹⁶ O grupo majoritário na direção do PCdoB foi contrário à realização do congresso, expulsando os dissidentes. Estes seguem diversos caminhos: boa parte decide criar o Partido Revolucionário Comunista (PRC); alguns vão para outras organizações (como o PCB); muitos optam por integrar individualmente o Partido dos Trabalhadores (PT). É o caso de Wladimir, que em 1986 será eleito para a executiva nacional do PT, coordenando a campanha de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 1989.¹⁷ Minha mãe Rachel, meus irmãos Pedro Estevam e Vladimir Milton, assim como minha esposa Nayara Oliveira, também são desde então e até hoje ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Depois de 1997, como dirigente nacional do PT, integrei a coordenação do Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa, realizado em 2000.¹⁸

Em dezembro de 2001, fui convidado pela então prefeita Izalene Tiene para ser secretário municipal de Cultura, Esportes e Turismo

¹⁶ Sobre este tema, sugere-se a leitura de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Pomar, 1980w).

¹⁷ Uma descrição desta campanha está em *Quase Lá: Lula, o susto das elites* (Pomar, 1990w).

¹⁸ Os debates travados a respeito, dentro e fora do Brasil, permitiram a publicação de dois pequenos livros, em coautoria com o professor Reinaldo Gonçalves: *O Brasil endividado* e *Armadilha da dívida*, ambos publicados pela Editora da Fundação Perseu Abramo.

na prefeitura de Campinas. Coordenei uma equipe de 500 servidores, distribuídos em mais de 100 equipamentos públicos, entre os quais museus, teatros, praças de esporte, casas de cultura. Uma das realizações da gestão é considerada hoje um dos “destaques” da cidade de Campinas: a Estação Cultura. Quando concluímos a gestão, em dezembro de 2004, dispúnhamos de quase 3% do orçamento municipal.¹⁹

Em 2005, fui eleito para dirigir a secretaria de Relações Internacionais do PT.²⁰ Até então, minha atividade internacional estrito sensu havia sido limitada: uma visita a Angola, em 1990, com Paulo Vanucchi, para dar aulas na Escola Superior Dr. Agostinho Neto; assistir e proferir palestras em eventos partidários, em Cuba, Itália e Grécia; e atividades da campanha contra a dívida externa, na Espanha, África do Sul e Alemanha. Além, é claro, da fortuna de representar o Instituto Cajamar na criação, em 1990, do Foro de São Paulo, de que fui secretário executivo entre 2005 e 2013, coordenando uma instituição que chegou a reunir 141 organizações de 28 países.²¹

Neste período, desenvolvi uma intensa atividade na área internacional. Para além das atividades digamos diplomáticas, fui obrigado a acompanhar sistematicamente a situação internacional, com destaque para a evolução da situação econômica, bem como para as políticas adotadas pelos principais governos da região e do mundo. Ao mesmo tempo, tive a oportunidade de ver, a quente e em cores, parte daquele movimento socialista internacional que havia sido objeto de meus estudos, desde 1978.

¹⁹ Neste ano de 2014 completa-se uma década do término do governo Izalene Tiene. Até o momento o Partido dos Trabalhadores da cidade de Campinas (SP), cidade onde resido e milito, não realizou um balanço oficial acerca desta experiência.

²⁰ A esse respeito, sugiro a leitura do livro *Miscelânea Internacional* (Editora Página 13, 2014).

²¹ O Foro de São Paulo é objeto de vários livros, entre os quais sugiro dois: *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha* (2013) e *Uma estrela na janela* (2014), ambos publicados pela Editora da Fundação Perseu Abramo.

Em novembro de 2013, concluí meu mandato como dirigente titular do PT.²² Embora continue militando ativamente, agora o faço na condição de “civil”, cuja preocupação principal é contribuir na análise do capitalismo contemporâneo.²³

Concluo com uma lembrança de criança. Certa feita meu avô teve que cancelar uma visita que faria à nossa casa, por conta de minha avó ter sido hospitalizada. No lugar da visita, mandou uma cartinha datilografada, que tenho até hoje, onde dizia: “Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e bela da vida”.

Minha avó viveu mais dez anos depois desta carta. Meu avô, meses depois, foi assassinado. Mas ele tinha total razão.

Valter Pomar

13 de outubro de 2014

²² Maiores informações sobre o Partido dos Trabalhadores podem ser encontradas nas páginas eletrônicas www.pt.org.br e www.pagina13.org.br

²³ Quem tiver interesse em acompanhar, sugiro a leitura de www.valterpomar.blogspot.com.br

Introdução

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Ao longo dos últimos 25 anos, transformou-se no principal partido da esquerda brasileira e acumulou expressiva força institucional, chegando a eleger o presidente da República.²⁴ *Apenas como imagem*, é como se o PT reunisse hoje a força combinada que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²⁵ e o Partido Comunista do Brasil (PCB) alcançaram, no final dos anos 1950.

O crescimento do PT não o transformou, contudo, em força ideológica, política e eleitoralmente majoritária ou dominante na sociedade brasileira.

A condição minoritária do PT fica evidente, por exemplo, quando se verifica que a maioria dos vereadores e prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e senadores foram eleitos por outros partidos. A alta burocracia estatal, em especial das Forças Armadas e do “poder judiciário”, é integrada por pessoas vinculadas a outros projetos político-partidários. As empresas de comunicação de massa mantêm uma relação tensa com o PT, na maioria dos casos de aberta antipatia e oposição. A opinião dos proprietários das grandes empresas capitalistas acerca do PT é, também, de forte conflito, mesmo que combinada com elogios à política econômica do governo Lula.²⁶

²⁴ Essas idéias estão desenvolvidas em “El PT del Brasil: história, crisis, perspectiva”. (Pomar, 1998v).

²⁵ Para uma visão do contexto histórico de surgimento do trabalhismo: Levine (1998).

²⁶ Alguns preferem falar em política econômica do ministro Antonio Palloci, querendo transmitir a impressão de que ela seria aplicada contra os desejos do PT e do próprio Lula. O ministro Palloci e o presidente da República refutam esta opinião.

No momento em que concluímos a redação desta tese (fins de 2005), está em curso uma intensa disputa entre o governo Lula e os principais partidos de oposição: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), conflito que atinge profundamente o PT²⁷.

Este conflito é apenas um indicador, entre vários disponíveis, de que o Partido dos Trabalhadores segue mantendo, 25 anos depois de fundado, importantes contradições com os grupos politicamente majoritários e dominantes na sociedade brasileira.

Num aparente paradoxo, essas contradições adquirem especial agudeza no mesmo momento em que vários setores da esquerda (inclusive setores originalmente petistas, especialmente na intelectualidade) acusam o PT de ter “capitulado” aos interesses dos grupos dominantes na sociedade brasileira. Acusações respaldadas em críticas igualmente agudas, feitas contra as ações do governo Lula, em particular sua política econômica²⁸.

Num *retrato impressionista*, trata-se de uma situação em que o presidente da República é ameaçado de *impeachment*, por iniciativa de forças situadas à direita no espectro político; mas também pode ser derrotado nas eleições presidenciais de 2006, por ter decepcionado e não entusiasmar mais as forças situadas à esquerda no espectro político.²⁹

Embora não se deva confundir o Partido dos Trabalhadores com o governo Lula³⁰, é evidente que há fortes relações entre um e outro.

²⁷ Ver Hippolito (2005).

²⁸ A esse respeito, sugiro a leitura de Demier (2003), Oliveira (2003), Sader (2004), Coggiola (2004) e Petras (2005).

²⁹ Sobre o uso das categorias “esquerda” e “direita” na análise do sistema político-partidário brasileiro, ver Scalon (2004) e Singer (1999).

³⁰ É muito comum, entre os autores críticos à orientação do governo Lula, transpor ao Partido dos Trabalhadores, sem nenhuma mediação e às vezes de maneira que parece inconsciente, tudo o que pensam a respeito da administração federal.

Ademais, a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 1º de janeiro de 2003, constituiu ao mesmo tempo o auge da trajetória e a mais profunda crise da história do Partido dos Trabalhadores.

Para alguns, trata-se do início da crise. Para outros, trata-se de sua conclusão. Nas palavras de Iasi (2004):

“Pode parecer contraditório que exatamente no momento em que o PT chega à Presidência da República por meio da eleição de Lula em 2002, venhamos falar de sua morte. Este partido fundado em 1980 sempre buscou este desfecho como uma obsessão, ou como um ponto estratégico fundamental a partir do qual poderia instituir um conjunto de reformas que iniciariam a plena implantação de seu programa histórico. No entanto, aquilo que chega ao governo em 2002 não é mais o mesmo Partido fundado há mais de vinte anos. Mesmo ardorosos defensores da atual forma e que não vão concordar com a tese da morte, preferindo identificar nos sinais de apodrecimento tons saudáveis de maturidade, são obrigados a confessar que o PT mudou muito. Mas no que consiste esta mudança?” (capítulo 6, p. 253)

A experiência do governo Lula e o aprofundamento dos questionamentos internos e externos ao PT, intensificaram o debate político e a pesquisa acadêmica acerca do Partido dos Trabalhadores. Mas este debate e pesquisa vêm de antes, permitindo a Leal (2005) afirmar que o PT é a mais estudada agremiação partidária brasileira.

A pesquisa acadêmica sobre o PT

Duas semanas antes do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, em artigo de balanço da produção historiográfica sobre o PT, afirmei o seguinte:

“Um balanço geral do que tem sido publicado mostra que a histori-

ogرافia petista ainda está tateando. Questões como as origens do partido; sua composição social, regional e política; o traçado fundamental de sua história e de suas perspectivas ainda não encontraram um tratamento adequado.

Uma das questões não resolvidas é quanto de novidade e quanto de continuidade existem no PT. Um passar de olhos sobre o partido, seus textos, sua estrutura organizativa e seus dirigentes, mostra que há mais continuidade do que a maioria dos autores pensa.

É claro que o PT é diferente da esquerda que o precedeu. Ele não existiria se o desenvolvimento econômico pós-1964 não tivesse criado uma nova classe trabalhadora, diferente daquela que serviu de base ao PTB e ao PCB.

De um lado, o Partido dos Trabalhadores é fruto da politização do novo sindicalismo, dos movimentos populares ligados à Igreja progressista e da luta democrática contra a ditadura militar. Mas o PT representa também a continuidade da batalha travada já há um século em nosso país por anarquistas, socialistas e comunistas. Continuidade que se dá tanto no terreno político – somos um partido socialista- quanto no organizativo, em que reproduzimos o caráter militante daqueles movimentos.

Ocorre que esse fio de continuidade é obscurecido pela ausência de um estudo mais detalhado acerca da esquerda brasileira no período iniciado com a derrota da luta armada e encerrado com o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Essa pesquisa mostraria, por exemplo, que o debate sobre o ‘governo democrático e popular’ não começou hoje.

A relação do partido com a Igreja progressista é outro tema trabalhado de maneira insuficiente pela historiografia petista (...)

Outro tema tratado de maneira secundária é o papel que jogaram na construção do Partido aqueles companheiros que vieram do PMDB, especialmente após a campanha das Diretas. Grande parte de nossos quadros intermediários, com destaque para o interior de diversos estados do Brasil, iniciaram sua militância política nesse partido.

Enquanto não se fizer uma pesquisa sobre a composição social e regional do Partido dos Trabalhadores, será muito difícil a tarefa do historiador. (...)

Somos um partido de trabalhadores. Mas que tipo de trabalhador predomina em nossas fileiras? O operário urbano? O pequeno proprietário? O profissional liberal? O assalariado não-operário? Quais desses setores têm maior peso nas direções partidárias? Que reflexos possui a composição social do partido na sua linha política?

Escrever sobre o PT pressupõe recuperar a história de suas tendências integrantes, especialmente as chamadas ‘organizações’.

Elas produziram dezenas de ‘teses’ sobre o partido, além de todo um debate interno, que cabe à historiografia petista recuperar. Sem esquecer que, em algumas regiões, os militantes do partido não se alinham a nenhuma de suas ‘tendências’, mas sim em torno de algum dirigente local ‘carismático’.

Diante da pouca informação sobre o surgimento do partido em outros estados, os estudiosos acabam focando as suas análises em São Paulo e no movimento sindical urbano metalúrgico. Esse ‘são-paulocentrismo’ acaba nos impedindo de entender as diferenças regionais existentes no PT.

(...)o desempenho eleitoral do petismo (...) só [faz] sentido quando [cruzado] com o acúmulo que o partido conseguiu nos diversos movimentos sociais. É curioso perceber que a historiografia petista ainda não incorporou em suas análises os estudos recentemente publicados sobre os movimentos populares, limitando-se em geral ao sindicalismo.(...)

Apesar de a história apontar pistas, o futuro pertence à política. Cabe à análise histórica determinar quais papéis o PT *poderá* vir a cumprir. Repetiremos a trajetória do Partido Comunista Brasileiro, que após um breve período em que foi de massas perdeu-se em intermináveis divisões internas, findando com uma reduzida presença no cenário político?

Quem sabe sejamos convertidos num partido social-democrata, desses que na Europa administram com eficiência gonzaleana o capita-

lismo? Ou será que o futuro nos reserva como tarefa dirigir uma revolução política e social numa economia capitalista desenvolvida? (...) A historiografia petista pode ajudar a respondê-las, especialmente se derrubar –comparando nossa trajetória com a dos partidos comunistas e social-democratas no Brasil e no mundo– alguns mitos que se criaram dentro do próprio PT.

Por exemplo (...) o mito de que o PT é imune aos erros dos partidos social-democratas –com os quais comungamos a forte âncora no movimento sindical e uma intensa ação parlamentar(...)”. (Pomar, 1990v, p. 69-70)

Quinze anos depois da publicação deste texto, a produção acadêmica sobre o PT (incluindo a de natureza historiográfica) avançou bastante, em termos quantitativos e qualitativos.

Se consideramos as principais obras analisadas por Leal(2005)³¹, bem como aquelas disponíveis no “banco de teses” da Fundação Perseu Abramo³², temos mais de uma centena de títulos³³, que podem ser organizados em oito grandes eixos temáticos:

1)textos produzidos geralmente nos anos 1980, abordando diversos aspectos da formação histórica do PT. É o caso de Sader (1986a, 1986b), Carvalho (1988), Oliveira (1988), Meneguello (1989), Gadotti (1989), Voigt (1990), Berbel (1991), Keck (1991), Alonso (1993), Harnecker (1994), Carvalho (1996) e Almeida (2000).

³¹ Neste trabalho, Leal (idem) agrupa a bibliografia sobre o PT em quatro grandes eixos: “num primeiro momento, a indicação da novidade petista; em seguida, com os pioneiros sucessos eleitorais, os desafios de ser governo; uma terceira vertente salientou os dilemas internos decorrentes da maior inserção institucional e a consequente crise de identidade (agravada pelo quadro de disputas internas no partido)”; por fim, surgiram textos flagrantemente críticos (...)”

³² A Fundação Perseu Abramo foi criada pelo Partido dos Trabalhadores, em maio de 1996.

³³ A bibliografia total sobre o PT é bem mais extensa.

2) textos sobre a formação do PT em algumas regiões do país. É o caso de Costa (1993), Petit (1996), Azevedo (1996), Borges (1998).

3) textos produzidos principalmente nos anos 1990, de balanço geral, temático ou setorial de experiências de “governos petistas”. É o caso de Alvim (1991 e 1995), Simões (1992), Romero (1994), Souza (1994), Fuser (1995), Cypriano (1995), Pepe (1995), Hewer (1996), Toledo (1996), Goulart (1996), Gomes (1996), Bolognesi (1996), Lima (1997), Cechetti (1997), Chiovetti (1998), Scalli (1998), Couto (1995), Pontual e Silva (1999), Carvalho (1999), Pinheiro (2000), Salvadori (2000), Dias (2002).

4) textos sobre a experiência parlamentar do PT. É o caso de Machado (1997), Leal (1997), Coelho (1999), Silva (2000).

5) textos sobre aspectos da política organizativa do Partido (tais como formação política, núcleos, política afirmativa, motivações para a militância). É o caso de Martins (1987), Novaes (1993), Carlini (1995), Richartz (1996), Silva (1996), Custódio (1999), Pereira (1999), Marossi (2000), Souza (2000), Delgado (2000), Gaglietti (2003).

6) textos sobre a relação entre o PT e movimentos sociais. É o caso de Follmann (1994), Ruschinsky (1996), Reis (2000).

7) textos sobre a experiência eleitoral e comunicacional do PT. É o caso de Gemignani (1992), Melo (1996), Samuels (1997), Kuschnir (2000), Oliveira (2000), Singer (2000), Souza (2001).

8) textos sobre o “projeto político” do PT. É o caso de Gurgel (1989), Guimarães (1990), Azevedo (1991), Sader (1993a e 1993b), Silva (1993), Burgos (1994), Souza (1995), César (1995), Cicone (1995), Baia (1996), Furtado (1996), Cruz (1997), Melo (1998), Sarti (1998), Brandão (1998), Silva (1998), Costa (1998), Nascimento (1999), Garcia (2000), Tavares (2000a e 2000b), Amaral (2003), Iasi (2004).

A quase totalidade das dissertações e teses relacionada foi defendida em cinco instituições: PUC de São Paulo e do Rio de Janeiro, USP, Unicamp e IUPERJ. Há trabalhos sobre o PT realizados em outras instituições universitárias, tanto no Brasil quanto no exterior, que não aparecem por lacunas do levantamento.

De toda forma, trata-se de uma amostra representativa, que chama a atenção para o seguinte:

1) uma grande concentração de trabalhos em torno do debate sobre o “projeto político”³⁴, bem como sobre a “experiência de governo municipal” do PT. Contrasta com isto o pequeno número de obras sobre “participação em eleições”³⁵ e sobre “atuação parlamentar”;

2) um pequeno número de monografias sobre a formação do PT nas regiões do país; bem como sobre a relação entre o PT/igrejas e PT/ movimentos sociais. No primeiro e no segundo casos, a escassez pode ser um problema da amostra. No terceiro caso, deve-se levar em consideração a grande bibliografia sobre o movimento sindical brasileiro, especialmente sobre a CUT, que aborda direta ou indiretamente a relação entre sindicalismo e petismo³⁶;

3) a maioria das obras sobre a formação no PT foi escrita nos anos 1980, sendo fortemente marcada pelos preconceitos (positivos e negativos) da “novidade”. No período mais recente, predominam obras fortemente críticas acerca da elaboração programática e estratégica do Partido e/ou do governo Lula. Até o momento, não há obras de síntese historiográfica.

³⁴ O termo “projeto político” é muito utilizado nos debates entre petistas, às vezes abrangendo o objetivo estratégico, a estratégia e o programa, às vezes apenas o programa do partido.

³⁵ No caso da participação do PT em eleições, muito provavelmente isto está ligado ao fato da maioria dos estudos existentes focarem o desempenho eleitoral estrito senso, o que implica em análises sobre o desempenho do conjunto dos partidos, não apenas do PT.

³⁶ Esta relação foi analisada por mim, indiretamente, nos artigos “A criança e a banheira” e “Democracia (e sindicalismo) de pés de barro”, ambos publicados na revista *Forma & Conteúdo*, editada pela secretaria nacional de Formação Política da Central Única dos Trabalhadores. No primeiro artigo, faço a resenha do livro *CUT: os militantes e a ideologia* (Rodrigues, 1990). No segundo artigo, faço a resenha de “Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT” (Rodrigues, 1997).

Fontes utilizadas nas pesquisas sobre o PT

A pesquisa acadêmica ainda não produziu uma sistematização de conjunto sobre a história do Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação até hoje.

Parte importante da bibliografia disponível é constituída de estudos de caso (particularmente sobre experiências de governos municipais) e da exegese dos debates programáticos e estratégicos travados no interior do Partido, tomando como fonte documental as resoluções dos encontros e congressos partidários.

As resoluções oficiais do Partido dos Trabalhadores, inclusive as do 12º Encontro nacional, realizado em dezembro de 2002, estão disponíveis em publicação organizada pela Fundação Perseu Abramo (Partido, 2005), que traz num CD-Rom 27 documentos, sendo quatro anteriores à fundação do Partido, três documentos fundacionais, dezesseis resoluções de encontros e congressos, além de quatro programas das campanhas presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. Parte das resoluções (até o 10º Encontro Nacional) também está disponível em livro (Cancelli, 1998).

Embora não estejam disponíveis no CD-Rom da Fundação Perseu Abramo, a análise da evolução programática do PT deve considerar, ainda, o programa divulgado, em 2001, pelo Instituto da Cidadania³⁷; e a *Carta aos Brasileiros*³⁸, aprovada pelo Diretório Nacional do PT em meados de 2002.

³⁷ O Instituto da Cidadania é uma organização não-governamental criada por Luís Inácio Lula da Silva, no início dos anos 1990, para funcionar como um “gabinete sombra” do governo Collor. No início de seu funcionamento, era conhecido como

Um segundo conjunto de documentos, utilizado em pesquisas acadêmicas sobre o PT, é aquele produzido no debate entre as tendências e militantes do Partido, especialmente nos períodos congressuais, mas também fora deles.

Este material, ainda não reunido nem publicado de forma sistemática, inclui as teses apresentadas para os encontros, congressos, prévias, reuniões do Diretório e da executiva nacional, bem como as teses apresentadas no processo de eleição direta das direções partidárias, realizado em 2001 e em 2005. Inclui, também, os documentos formulados pelas tendências e militantes petistas, para consumo interno ou para publicação oficial em órgãos da imprensa, partidária ou não. Inclui, finalmente, obras publicadas pela Fundação Perseu Abramo e outras editoras, por decisão do Partido, mas sem expressar o ponto de vista oficial da organização³⁹.

Um terceiro conjunto de documentos, utilizado nos debates e pesquisas acadêmicas sobre o PT, é aquele produzido no debate entre as “organizações marxistas”⁴⁰, acerca da natureza e dos rumos do Partido. Neste conjunto de documentos, destacam-se: o debate travado antes e durante a fundação do PT; a documentação produzida pelas organizações e militantes que romperam com o PT e deram origem

“governo paralelo”. O programa elaborado pelo Instituto da Cidadania está no Arquivo pessoal do autor desta tese.

³⁸ A Carta aos brasileiros foi divulgada em julho de 2002, durante a campanha presidencial, com o objetivo de dar garantias ao grande capital financeiro internacional, acerca do que faria e do que não faria o governo federal, caso Lula fosse eleito presidente da República. A Carta aos brasileiros está reproduzida como Anexo desta tese.

³⁹ É o caso de O modo petista de ação parlamentar e Democratização do parlamento, publicados pela Editora da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Instituto Rosa Luxemburgo.

⁴⁰ Ou seja, as organizações políticas que pretendem adotar, como parâmetros de atuação política, as idéias originalmente elaboradas por Karl Marx. A respeito, sugere-se a leitura do Prefácio escrito de Eric Hobsbawm ao primeiro volume da coleção História do Marxismo (Hobsbawm, 1983).

ao Partido da Causa Operária (PCO), ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), ao Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL) e à Consulta Popular⁴¹; a análise crítica divulgada por várias “revistas marxistas”⁴² em circulação no Brasil.

Um quarto conjunto de textos, utilizado com menor frequência nas pesquisas acadêmicas, mas que é parte importante do “ambiente” intelectual acerca do PT, é aquele constituído por entrevistas e artigos de petistas e simpatizantes, vinculados ou não à tendências do Partido, publicados na imprensa, partidária ou não. Destaca-se, neste conjunto, aquilo que foi publicado na revista *Teoria e Debate*, *Correio da Cidadania*, *Brasil de Fato*, *Caros Amigos* e no “sítio eletrônico” *Carta Maior*⁴³; bem como títulos publicados em várias editoras, por dirigentes e intelectuais vinculados ao Partido. Neste conjunto cabe chamar a atenção para o balanço que fizeram, quando de seu rompimento com o Partido, lideranças que nele tiveram influência.⁴⁴

Um quinto conjunto de textos, ainda relativamente pouco utilizado nas pesquisas acadêmicas, é o dos documentos produzidos pelos “governos petistas”, tanto de balanço de realizações, quanto acerca de questões locais, regionais, nacionais ou internacionais. Neste conjunto cabe considerar alguns estudos produzidos por órgãos de planejamento (como o BNDES e o IPEA), a fundamentação de motivos de Medidas Provisórias e Projetos de Lei, as mensagens com que o Presidente de República participa da inauguração de cada ano legislativo,

⁴¹ Demier (2003) traz um conjunto de entrevistas com dirigentes das organizações citadas.

⁴² A denominação “revistas marxistas” é adotada pelas mesmas. Nos referimos, principalmente, à *Princípios*, *Outubro*, *Práxis*, *Lutas Sociais*, *Crítica Marxista*, *Margem Esquerda*, *Praga*, *Brasil Socialista*.

⁴³ Destacamos estes “meios”, por serem os que mantém relações mais próximas com o Partido, ou pelo menos concedem mais espaço para o debate de seus debates “internos”.

⁴⁴ É o caso de Jacó Bittar, Francisco Weffort, Luiza Erundina, Vitor Buaiz, César Benjamin, Francisco de Oliveira, Paulo Arantes, Reinaldo Gonçalves, entre outros.

bem como seus discursos. Como veremos, é muitas vezes através deste tipo de documento que é tornada pública a opinião de dirigentes petistas que estão à frente do governo federal.⁴⁵

Um sexto conjunto de documentos, igualmente pouco utilizado nas pesquisas acadêmicas acerca do PT, é aquele produzido pelos demais partidos políticos, forças armadas, igrejas, meios de comunicação e as embaixadas de países politicamente mais influentes.

Este sexto conjunto de documentos tem muita relevância para a pesquisa acerca do PT, pois permite contrastar as posições do Partido (tal como ele as via, em cada momento), com a maneira como estas posições eram vistas (e geralmente combatidas) por outros setores da sociedade.

Destaco neste conjunto, o material produzido pelo PMDB, PFL e PSDB; pela Escola Superior de Guerra; pela CNBB; pelos principais jornais do país, a saber: *Zero Hora*, *Correio Braziliense*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*; pelas revistas semanais, bem como pela revista *Primeira Leitura*; pelas embaixadas (e outras instituições governamentais) da Venezuela, Cuba, China, Rússia e Estados Unidos.

Finalmente, cabe lembrar que a pesquisa acadêmica acerca do Partido dos Trabalhadores dialoga “consigo mesma”. Neste sentido, o sétimo conjunto de textos é o composto por aqueles de natureza acadêmica (especialmente dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados em revistas especializadas, coletâneas organizadas com propósitos acadêmicos etc.).

Parte da pesquisa acadêmica começa a utilizar outras fontes documentais acerca do PT, como os vídeos e programas de rádio produzidos nas campanhas eleitorais; os cartazes, folhetos, panfletos e jor-

⁴⁵ Um exemplo é o documento “Política econômica e reformas estruturais”, assinado pelo ministro Antonio Palloci (<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2003/Política%20Economic.pdf>).

nais lançados por instâncias partidárias⁴⁶; os materiais produzidos para venda, nas “lojinhas” que o PT monta em várias de suas sedes; as pesquisas eleitorais; as pesquisas sobre a composição das direções, encontros e congressos partidários; e o recurso à etnografia.

Elementos metodológicos

Esta tese de doutorado desenvolve uma pesquisa historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores, focada em propor uma interpretação alternativa aos paradigmas predominantes no estudo da transformação sofrida pelo PT e por suas formulações acerca da sociedade brasileira, do seu programa e da sua estratégia.

Entendo que a evolução do PT só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta as relações entre o Partido e sua época; destas relações, as principais dizem respeito ao conflito entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa quanto internamente ao Partido.

A evolução histórica do Partido dos Trabalhadores, o que inclui a evolução das opiniões do PT acerca da sociedade brasileira, inclusive de suas posições programáticas e estratégicas, só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta o conflito de classes existente na sociedade e *no interior* do próprio Partido.

Deste conflito de classes, possui maior importância a relação capital/trabalho, não apenas nem principalmente no “chão de fábrica”, mas principalmente no terreno da luta política⁴⁷. Para além do conflito entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista, há que se considerar, também, o conflito entre os “setores médios” e as classes

⁴⁶ O potencial deste tipo de fonte documental pode ser discernido através da leitura de *C'era una volta il PCI. Autobiografia di un partito attraverso le immagini della sua propaganda*. (Novelli, 2000).

⁴⁷ O papel diferenciado e destacado da luta política é explicado por Iasi (2004).

trabalhadoras, bem como aquele existente entre diferentes segmentos da classe trabalhadora.⁴⁸

O conflito entre as classes sociais assume diferentes formas, para além daquelas diretamente econômicas. Aquelas diferentes formas estão relacionadas aos variados motivos que fazem da classe capitalista, a classe dominante em nossa sociedade: o controle dos principais meios de produção, dos centros de poder estatal⁴⁹ e da comunicação de massa, entre outros.

A dominação capitalista sobre a sociedade envolve coerção e convencimento. No caso deste último, trata-se de fazer as demais classes sociais aceitarem a direção impressa, à sociedade, pela classe dominante. Este processo que visa o convencimento, não a submissão pela força bruta, nem o aniquilamento do inimigo, é o que entendo (por óbvio, acompanhando Gramsci) por disputa de hegemonia.

A disputa de hegemonia é parte integrante da luta de classes. Como os capitalistas, outros setores sociais *disputam hegemonia*, ou seja, buscam *convencer* as demais classes e setores de classe a apoiarem suas posições. Essa disputa é mediatizada pelas formas organizativas que as classes sociais criam e/ou apropriam com este fim. Entre estas formas, os partidos políticos.

A trajetória do PT só pode ser adequadamente compreendida, se levarmos em conta esta “luta por hegemonia”, tanto do PT em direção a outros setores, quanto destes setores em direção ao Partido (bem como em direção a suas bases sociais). Noutras palavras:

⁴⁸ A estrutura de classes existente na sociedade brasileira é analisada por Santos (2002). Ver também *Classes Sociais no Brasil* (Instituto Cajamar, 1990).

⁴⁹ É interessante perceber que a presença, bem como a possível continuidade do PT à frente da presidência da República, gerou um enorme nervosismo em parcela importante da classe dominante. Este nervosismo não decorre da política implementada atualmente pelo governo. Alguns autores relacionam a agressividade dos ataques do PSDB e do PFL à uma disputa pelo “botim”. De nossa parte, entendemos que existe um fenômeno mais profundo, ligado ao incômodo causado pela simples presença de um partido como o PT, apesar de tudo um “estranho no ninho”, no centro do aparato estatal.

“não há nenhum antídoto que torne uma organização política imune as pressões sociais de outras classes. Ao entrar na disputa política, você está sofrendo pressões (...)” (Cf. Arcary *apud* Demier, 2003)

A evolução histórica do PT, ao longo dos últimos 25 anos, não pode ser compreendida como produto da evolução unilateral do Partido, nem como decorrência exclusiva ou principal do debate interno entre suas diferentes tendências, embora a luta entre tendências seja em certa medida parte da disputa que ocorre na sociedade e dentro da classe trabalhadora.

A evolução histórica do PT resulta, em parte, de alterações nas condições objetivas e subjetivas experimentadas pela classe trabalhadora e pela militância partidária.

Tais alterações respondem a estímulos objetivos e subjetivos *externos* (como a ofensiva neoliberal e a crise do socialismo); e também constituem *adequações* da classe e da militância à essas transformações objetivas e subjetivas.

Essas adequações sofrem forte influência da *hegemonia burguesa*⁵⁰, ou seja, de um conjunto de idéias e práticas características da classe dominante (e hegemônica) na sociedade brasileira: os capitalistas⁵¹.

A influência da *hegemonia burguesa* se materializa através de mecanismos *internos*, por exemplo, a incorporação de determinados paradigmas explicativos, prioridades políticas, métodos de financiamento, padrões de funcionamento e democracia interna. No caso em tela, estes mecanismos interiorizam a hegemonia burguesa no PT, ou seja, fazem com que ela se reproduza através do funcionamento regular do próprio Partido.⁵²

⁵⁰ Utilizamos a expressão “hegemonia burguesa” com o mesmo significado de “hegemonia capitalista”. A influência da “hegemonia burguesa” pode deslocar setores da classe trabalhadora em direção a uma visão de mundo “pequena burguesa”. Mauro Iasi aprofunda a caracterização da pequena burguesia (Iasi, 2004).

⁵¹ Uma análise clássica sobre o capitalismo e os capitalistas está em Dobb (1982).

⁵² Vários exemplos desta “reprodução” de idéias e práticas originárias da hegemonia burguesa, podem ser encontradas no estudo de Leal (2005), sobre a bancada de deputados federais do PT, de 1999 a 2002; bem como no estudo de Gaglietti (2003), sobre as motivações da militância.

O mesmo fenômeno pode ser descrito de outro ângulo. Para tal, é preciso acompanhar a ação das instituições dedicadas à produção e difusão ideológica⁵³, os mecanismos legislativos e eleitorais, as atitudes do empresariado frente aos governos e ao Partido etc.⁵⁴

Caso optemos por olhar o fenômeno deste ângulo, seremos levados a descrever os mecanismos e ações “externas”, implementados pela burguesia⁵⁵ para, mais do que combater, hegemonizar uma parcela importante da esquerda brasileira.⁵⁶

A hegemonia burguesa

A hegemonia burguesa é exercida, principalmente, através do controle dos principais meios de produção, dos centros de poder estatal e da comunicação de massa.⁵⁷

A isso deve ser adicionada a influência que a burguesia mantém sobre as Igrejas⁵⁸, sobre os aparatos educacionais e sobre as alianças

⁵³ Sobre o papel destes mecanismos, vale a pena ler Halimi (1998).

⁵⁴ Um exemplo: a maneira como a grande imprensa tratou o suposto “assembleísmo” vigente no interior do PT, nos anos 1980 e 1990, ajudou a criar um “ambiente” favorável à redução dos níveis de democracia interna existentes no Partido.

⁵⁵ Como veremos noutro capítulo desta tese, opinião semelhante é desenvolvida por Iasi (2004), que, entretanto afirma que “em termos gramscianos, o partido passou de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa”. À mesma conclusão, mas sobre um certo período da história do Partido Comunista, chegou Wladimir Pomar (2002w).

⁵⁶ Um belo estudo de caso a esse respeito é a obra de Fonseca (2005), sobre como a grande imprensa assimilou e difundiu a “agenda ultraliberal” no Brasil.

⁵⁷ Um estudo de caso sobre a hegemonia burguesa, no período da República Velha, está em Perissinotto (1994).

⁵⁸ Segundo dados divulgados pelo IBGE, em 2002, 73,8% da população brasileira se declarava católica. Uma fonte preciosa de informações sobre a Igreja Católica é o CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (www.ceris.org.br). Ainda segundo o IBGE, 15,5% da população brasileira se declarava evangélica. Para uma “breve análise historiográfica do protestantismo brasileiro”, ver Paegle (<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/EDUARDO%20GUILHERME%20DE%20MOURA%20PAEGLE.pdf>).

internacionais. Finalmente, é preciso considerar o peso que a burguesia possui na formação do “senso comum”.⁵⁹

Os principais meios de produção existentes no Brasil estão sob controle privado, nacional ou internacional. A onda de privatizações, ocorrida nos anos 1990, ampliou este controle privado,⁶⁰ embora as grandes empresas estatais (ontem como hoje) sejam integrantes da propriedade coletiva do grande capital.⁶¹

O controle dos meios de produção permite aos capitalistas não apenas incidir sobre as condições de trabalho, vida e reprodução da força de trabalho assalariada, como também controlar direta e indiretamente todo o fluxo de riquezas na sociedade, incluindo aí as condições de reprodução dos pequenos proprietários capitalistas.⁶²

Além disso, fornece aos capitalistas os meios econômicos através dos quais podem incidir nos processos eleitorais.⁶³

A afirmação marxista, segundo a qual a burguesia hegemoniza os centros de poder estatal, é contestada de diferentes maneiras por várias correntes teóricas.⁶⁴

⁵⁹ O panfleto “Senso Comum”, escrito por Thomas Paine, chegou às livrarias da Filadélfia em 10 de janeiro de 1776 (Vincent, 1987). A visão de Gramsci a respeito, segundo Leandro Konder, está em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv61.htm>. Um enfoque alternativo está em Ginzburg (2000).

⁶⁰ A esse respeito, ver Gonçalves (1994 e1999). Ver também Biondi (2000).

⁶¹ As grandes empresas estatais, na medida em que implementam políticas macroeconômicas favoráveis aos interesses da acumulação privada e têm suas decisões tomadas por representantes políticos da burguesia, constituem parte da “propriedade coletiva” do Capital.

⁶² A esse respeito, ver “Método de análise” e “Classes sociais no Brasil” (Inca, 1989).

⁶³ Sobre a influência dos capitalistas nos processos eleitorais, ver Dias (2004).

⁶⁴ Ver na revista Estudos Cebrap (jul./set. 1977), o artigo de Fernando Henrique Cardoso, “Estado capitalista e marxismo” (p. 5-31); na edição de 1980, os artigos de Hirata, Helena. “O Estado como abstração real?” (p. 157-167); Cardoso, Fernando Henrique. “Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro” (p. 169-194). Noutro enfoque e muito mais recente, ver Holloway (2003).

Considerando o comportamento histórico do Estado brasileiro, bem como sua composição presente, há muitos pontos de apoio para sustentar a concepção geral do marxismo a respeito.⁶⁵

O Estado brasileiro, ao longo de toda a República, esteve a serviço da acumulação de Capital (ou, pelo menos, a serviço de uma de suas frações). Quanto à composição atual, como já foi dito anteriormente, a burocracia permanente e a cúpula do poder judiciário, a maioria dos legislativos estaduais e federal, bem como a maioria dos governos municipais e estaduais é composta por representantes ou simpatizantes, programática e faticamente, da ordem capitalista. Se considerarmos o atual governo federal, a tendência se mantém.

A forma que o Estado assume, bem como as formas através das quais a classe dominante mantém seu controle sobre o Estado, são historicamente determinadas. A história da República brasileira, por exemplo, é marcada pela disputa entre diferentes frações das classes dominantes, mediatizada por seus representantes políticos. (Saes, 2001)

As conquistas democráticas (como o sufrágio universal) obtidas pelas classes trabalhadoras introduziram novos elementos, na forma como é travada esta disputa pelo controle do Estado.

Nos principais países capitalistas, ao longo do século XX, o processo eleitoral tornou-se um dos mecanismos de seleção dos representantes políticos responsáveis pela gestão dos centros de poder estatal.⁶⁶ Os partidos políticos constituem a porta de entrada deste processo de seleção.⁶⁷

⁶⁵ A esse respeito, ler “O Estado como instituição: uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx”, de Adriano Nervo Codato, Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em: <http://www.unicamp.br/cemarx/adriano.htm>. Evidentemente, a partir da tese fundamental, segundo a qual o Estado tem caráter de classe abre-se um enorme debate teórico e histórico. Uma mostra disso está na tese de doutorado de Perissinotto, publicada no livro *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*, 2 tomos, São Paulo: editora Annablume, 2000. Ver, especialmente, Décio Saes: *República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

⁶⁶ Mas não o único: as Forças Armadas e a alta burocracia de Estado, por exemplo, possuem outros mecanismos de seleção, de enorme eficácia no que toca a manter o Estado a serviço dos interesses mais gerais da burguesia.

⁶⁷ Caberia incluir nesta análise o papel dos partidos, tanto nos países do chamado “campo socialista”, quanto em países como Síria e Iraque (pré-ocupação norte-americana).

Os partidos políticos, no sentido moderno do termo, são uma invenção da revolução burguesa, mas foram desenvolvidos de forma mais completa pelas classes trabalhadoras. À medida que o movimento operário conquistou direitos democráticos⁶⁸, inclusive o de eleger representantes ao Parlamento, os partidos se generalizaram como mecanismo de seleção dos quadros responsáveis pela gestão de parte do aparato estatal.

Periodicamente surgem mecanismos que dificultam o controle democrático de pontos estratégicos do Estado. A proposta de “autonomia do Banco Central”, as “agências reguladoras”, as “organizações sociais de interesse público”, as regras de promoção nas Forças Armadas e mesmo determinadas legislações eleitorais têm, em diferentes níveis, este sentido.

Frente a possibilidade de frações do aparato estatal caírem, legal e eleitoralmente, nas mãos de partidos *não confiáveis*, a burguesia dispõe de vários recursos: a ação preventiva (como a cassação da legenda do PCB, em 1947); a cooptação (como foi feito com os governos socialistas, na Europa, por inúmeras vezes); a desestabilização (como foi feito contra o governo Vargas), geralmente seguida de golpe; a ação corretiva (como o golpe militar de 1964).

A história brasileira é caracterizada por uma combinação de ações preventivas e corretivas. Se considerarmos o pronunciamento de Deodoro como marco zero de nossa história republicana (1889-2005), são menos de vinte anos de vida política relativamente livre (1945-1946 e 1989-2005), contra quase 100 anos de restrições explícitas (ditaduras abertas, períodos sem eleição presidencial livre, períodos de organização partidária restrita, períodos de eleição controlada).

Os períodos de vida política relativamente livre assistiram a um enorme crescimento dos partidos identificados com os trabalhadores.⁶⁹ No primeiro caso, o PCB. No segundo caso, o PT.

⁶⁸ Para uma análise das teorias políticas acerca da democracia, ver Carnoy (1988).

Se considerarmos o período posterior a 1947 e até 1964, quando o PCB foi impedido de atuar legalmente, houve um enorme crescimento do PTB, mostrando que a classe trabalhadora força a passagem através das brechas disponíveis, utilizando os instrumentos que estiverem à mão.

A intensa repressão contra os partidos de esquerda no Brasil, com restrições a já relativa liberdade dos processos eleitorais, repercutiu também nos partidos da burguesia. Na prática, as Forças Armadas assumiram, no período republicano, um papel extremamente ativo na formulação e operação de estratégias de longo prazo para o país, numa associação com a alta cúpula do empresariado e de algumas representações diplomáticas, especialmente dos Estados Unidos (Dreifuss, 1981).

Com a desmoralização das Forças Armadas, no final do ciclo ditatorial aberto em 1964,⁷⁰ o papel de formulação de longo prazo foi assumido por alguns *think tanks* privados (como o Conselho da Fiesp) e por alguns centros de excelência estatais. O papel de organizar o cotidiano da dominação foi assumido, em boa medida, pelos grandes meios de comunicação de massa.

“[O neoliberalismo] necessitava de uma base popular ampla, mas passiva e alienada. Uma combinação de populismo refinado, publicidade enganosa, renovação de expectativas virtuais, mistificação teórica, fisiologismo desbragado e outros mecanismos de alienação social e política deveria ser utilizada com eficácia para consolidar a fragmentação e a segmentação operária e popular, causadas pela

⁶⁹ Na mesma linha, deve-se considerar, mesmo com todas as limitações do “capitalismo democrático” (Boron, 2003), o que está se passando na América Latina, de Chávez a Morales.

⁷⁰ A desmoralização em tela tem duas causas: o papel das Forças Armadas na ditadura; e a ação do governo norte-americano, buscando impor às Forças Armadas da América Latina um papel de polícia.

relocalização empresarial, pelo desemprego, pelo aumento da massa de despossuídos e por outros efeitos do processo globalizante. Quando mais eficaz a realidade virtual, mais aceitável a realidade real, mais conformista e alienada a reação das grandes massas populares. Para fornecer os instrumentos necessários a esta missão, a burguesia dos meios de comunicação transformou-se num quarto poder, o poder midiático, moldando mentes e atraindo corações como um feiticeiro de magnetismo imbatível.” (Pomar, 2002w)

Talvez uma das mais brilhantes operações de hegemonia ideológica, no Brasil, é o processo que faz grandes empresas privadas se apresentarem e serem acreditadas como “porta-vozes” da “opinião pública”, que elas mesmas definem o que é e qual é. (Borin, 1993)

Controladas por um pequeno número de empresas, na quase totalidade de origem familiar, os grandes meios de comunicação do país constituem um impressionante aparato de difusão de idéias, de opiniões e de costumes. (Luz, 1996)

Às empresas de comunicação estrito senso, devemos agregar as empresas de publicidade e também a chamada “indústria cultural”, dois outros grandes negócios privados que se confundem com as funções de aparato hegemônico. (Cevasco, 2003)

Este é o cenário, visto da cúpula do processo. Ele se reproduz em todas as camadas da vida social, em todas as unidades da federação.

Aos aparatos estatais e privado-estatais⁷¹, somam-se os aparatos privados de hegemonia, geralmente herança de períodos históricos

⁷¹ É o caso de grande parte das empresas de comunicação. Aparentemente são instituições privadas, mas: a) recebem a concessão do Estado (no caso das rádios e televisões); b) recebem incentivos fiscais na compra de papel (no caso de jornais); c) são financiadas pela publicidade estatal; d) são consideradas estratégicas e, portanto, socorridas por bancos públicos quando estão em dificuldades (vide o caso do *Zero Hora*, durante o governo Olívio Dutra; o caso do *Jornal do Brasil*, durante o governo Itamar; e o caso da Globo, durante o governo Lula).

anteriores. É o caso das Igrejas, das associações empresariais, das organizações cívicas formadas por inspiração e decisão das elites políticas, econômicas e culturais.⁷²

Tomada de conjunto, trata-se de uma estrutura impressionante, que ajuda a entender por quais motivos o Brasil, país de brutal desigualdade social, até hoje não experimentou uma grande revolução popular.

Afinal, as revoluções não são reação direta à níveis impressionantes de miséria, mas sim uma reação mediatizada pela *percepção* da opressão e da injustiça. Ou seja, de uma combinação social entre fatores objetivos e subjetivos. (Skocpol, 1985; Moore Jr., 1983)

A percepção dos fenômenos é construída socialmente, sendo esta construção um ato de hegemonia. Do que se trata, para a classe dominante, em última análise, é fazer com que os dominados pensem a partir de seu ponto de vista e, portanto, aceitem as condições em que vivem.⁷³

Há que se considerar, ainda, três fenômenos que interferem neste processo: a ocorrência de fenômenos extremamente intensos, capazes de “quebrar a carapaça” das explicações hegemônicas, tais como crises internacionais, guerras, desastres naturais, epidemias; a existência de divergências entre os diferentes setores das classes dominantes, capazes de provocar concorrência entre diferentes explicações hegemônicas, fortalecendo a possibilidade de movimentos dissidentes em favor dos trabalhadores; e a construção de mecanismos contra-hegemônicos por parte das classes trabalhadoras.

Não existe luta de classes unidirecional. Se existe a exploração e a opressão, é exatamente por existir, em algum nível, resistência. A hegemonia burguesa é permanentemente contestada por movimentos contra-hegemônicos.

⁷² A maçonaria, os Rotary e Lions clubes, os clubes desportivos e associativos, os centros cívicos dos mais variados tipos seguem funcionando, até hoje, como mecanismos de articulação política das elites, especialmente no terreno municipal.

⁷³ As novelas produzidas pela Rede Globo são um exemplo desta tentativa, mas também de suas dificuldades, pois a recepção não é passiva. Ver Souza (2004).

Estes movimentos contra-hegemônicos estão assentados nas cinco formas que pode assumir a luta dos trabalhadores contra os capitalistas: individual, individual-associativo, associativo-político, político-econômico, político-revolucionário.(Inca, 1989b)

Noutros termos, respectivamente: o trabalhador que pede um aumento ao patrão, a categoria que organiza uma greve, o sindicato que organiza a luta por mudanças na legislação trabalhista, o partido que disputa eleições visando melhorar as condições de vida do trabalhador no capitalismo, o partido que dirige uma revolução socialista.

A difusão de uma contra-hegemonia dos trabalhadores, em contraposição à hegemonia dominante, é balizada de um lado pela força dos aparatos hegemônicos da classe dominante e de outro lado pelas formas dominantes da luta dos trabalhadores contra os capitalistas.

É inevitável que uma força politicamente minoritária, que surja buscando exprimir o ponto de vista de setores sociais dominados da sociedade, nasça convivendo, interagindo, absorvendo e em certa medida reproduzindo algumas das idéias e práticas políticas que são hegemônicas nesta sociedade.

Por outro lado, espera-se de um partido que se propõe a construção de uma sociedade não-capitalista, que combata, supere e não reproduza (ou reproduza de maneira cada vez menos intensa), na sua ação e na ação das instituições sobre as quais tem influência, as idéias e práticas políticas hegemônicas em uma sociedade capitalista.

Uma *imensa impermeabilidade* à hegemonia burguesa não garante, por si, a força nem o sucesso de um partido que se pretende anti-capitalista. Pelo contrário, altas doses de impermeabilidade podem sinalizar, especialmente em períodos não-revolucionários, que estamos diante de uma “seita política”, não de um partido com ampla influência (real ou potencial) na sociedade.⁷⁴

⁷⁴A esse respeito, César Benjamin diz ser esta a situação “quando você é suficientemente pequeno para poder cultivar essa coerência dentro de um espaço próprio, com pouca interação com a sociedade. Os partidos pequenos conservam a sua coerência, e às vezes esta lógica os conduz a processos de fragmentação, pois toda diferença é vista como impureza”. Cf. Benjamin *apud* Demier (2003).

Já uma *enorme permeabilidade* à hegemonia burguesa não indica, em si, o fracasso ou a fraqueza de um partido que se pretende anticapitalista. Mas serve como indicador de que este partido está deixando ou já deixou de ser um partido anticapitalista, tendo se convertido, em maior ou menor grau, num partido disposto a conviver indefinidamente com o capitalismo, seja como partido reformista, seja como defensor em toda linha do *status quo*.

O caso do PT

A transformação histórica de partidos originariamente anticapitalistas, em partidos reformistas ou melhoristas⁷⁵, é objeto de uma ampla bibliografia.⁷⁶ (Marcelo Badaró *apud* Demier, 2003):

“quem estuda a trajetória da social-democracia costuma ter algumas interpretações mais clássicas como referência a esse processo vivido pelo PT. Por exemplo, aquelas idéias do Adam Przeworski (1995), de que os partidos social-democratas precisam fazer uma opção: ou mantêm sua base social original e os seus programas originais que apontam para mudança social e não conseguem aquilo que eles dizem querer, que é ganhar o poder por meio do voto, ou flexibilizam os seus programas, fazem alianças para além da sua base social e chegam ao poder pela via eleitoral. Só que ao chegar ao poder pelo voto, em virtude dessa decolagem eleitoral, eles já não têm mais o mesmo compromisso com a mudança que tinham antes. Isso é de certa forma o que ocorreu com o PT. Outra forma de interpretação

⁷⁵ O termo “melhorista” é amplamente utilizado por Fausto Bertinotti (do Partido da Refundação Comunista, PRC), na crítica que faz aos Democratas de Esquerda (DS). Os DS, o PRC e o Partido dos Comunistas Italianos são resultantes do colapso do antigo Partido Comunista Italiano. Ver *Le due sinistri*, de Fausto Bertinotti (1997).

⁷⁶ É o caso de Eley (2005), que faz um inventário da história da esquerda na Europa, de 1850 a 2000.

clássica disso é a idéia da burocratização (...) essa tese da burocratização tem uma versão clássica na linha da teoria das elites para estudar a social-democracia que é a do [Michels, 1982], mas também tem a versão do [Trotsky, 1980] (...). Acho que isso também ajuda a iluminar a questão do Partido dos Trabalhadores, mas todas essas teses ficam apenas nas opções das direções e acho que é preciso entender como isso se dá, pelo vínculo de classe de origem do PT na correlação de forças sociais atual.” (Marcelo Badaró *apud* Demier, 2003, p.109-110)

A reflexão de Badaró chama a atenção para duas debilidades dos paradigmas dominantes no estudo dos partidos, quando aplicados ao caso do PT. O primeiro deles é a não observância das características diferenciadas do período histórico iniciado por volta de 1980, no qual o moderantismo de tipo social-democrata não conduz à elevação da qualidade de vida da maioria dos trabalhadores. O segundo deles é a fraca conexão entre os fenômenos políticos estrito senso, com os fenômenos sociais mais amplos. Por estes motivos, a abordagem feita nesta tese acompanha a linha de trabalho desenvolvida pela escola de marxistas ingleses⁷⁷, “inaugurada” por Maurice Dobb:

“La teoría de la determinación de clases defendida por los historiadores marxistas británicos propone la lucha de clases como núcleo del proceso histórico”.⁷⁸ (Kaye, 1989)

⁷⁷ O mais conhecido integrante desta escola de marxistas ingleses é Eric Hobsbawm. Um de seus livros mais recentes, *Sobre história*, foi resenhado por mim em História Social, revista da pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

⁷⁸ Para uma análise da formação desta “escola” ou “tradição”, tomei como base *Los historiadores marxistas británicos* (Kaye, 1989). Outra influência forte em nosso trabalho é de Perry Anderson, que manteve uma relação conflituosa com os integrantes da “escola” citada, especialmente com Thompson.

No fundo, esta escola desenvolve “a intuição de Antonio Gramsci segundo o qual para escrever a história de um partido é necessário escrever a história de um país” (Modonesi, 2003)

Utilizei, também, para compor o pano de fundo da análise, os estudos que vinculam a hegemonia, no movimento socialista, de determinadas concepções e estratégias, com os movimentos estruturais da sociedade capitalista.⁷⁹

Esse não é o paradigma dominante na bibliografia acadêmica a respeito do Partido dos Trabalhadores. Como diz Leal (2005):

“(...)a partir de que paradigmas teóricos a maior parte dos estudos discute o Partido dos Trabalhadores? Em outras palavras, que lentes são usadas para enxergar os sucessos e os fracassos do partido? É óbvio que essas lentes, em grande medida, estabelecem endogenamente critérios próprios sobre o que sejam sucessos e fracassos, erros e acertos.

[tanto os estudiosos, quanto a opinião pública] certamente se acostumou nos primeiros anos a [ver o PT] com olhos treinados pelas paradigmáticas instituições partidárias européias(...)

Grande parte de tudo o que se escreveu sobre o partido na década de 1980 enquadra-se, em alguma medida, no cenário clássico do padrão europeu de competição política.(...)” (pp 16-17)

Leal (2005) atribui esta opção ao próprio Partido, que segundo ele “tributa suas próprias opções constitutivas” à “esquerda democrática da Europa ocidental”.⁸⁰

⁷⁹ Este é o caso do trabalho de Silver (2005), que mostra a relação entre as lutas dos trabalhadores e a evolução da economia capitalista, desde 1870.

⁸⁰ Esta afirmação de Leal (2005) não encontra respaldo na revisão bibliografia. A maioria dos autores que repercutem a opinião predominante no Partido a esse respeito, analisam de maneira muito matizada e crítica as analogias entre o surgimento do PT e o surgimento dos partidos social-democratas. A esse respeito, ver Guimarães (2004).

Ainda segundo Leal(2005), enquanto predominava nos primeiros estudos acadêmicos sobre o PT um paradigma de tipo social-democrata europeu, houve um processo de “americanização” do padrão das disputas eleitorais no Brasil e em todo o mundo.

Esta nova realidade entrou pela porta (às vezes do fundo, às vezes da frente) dos estudos realizados nos anos 1990, tanto sobre a participação do PT nas disputas eleitorais, quanto sobre sua atuação nos governos. Datam dessa década as pesquisas cujo foco é a mudança de perfil dos dirigentes petistas, a profissionalização da militância e a institucionalização do partido. (Rodrigues, 1990; Novaes, 1993).

Os dois paradigmas citados, ancorados na bibliografia clássica sobre partidos políticos⁸¹, trazem luzes interessantes sobre o PT. Mas têm um fortíssimo elemento normativo, ou seja, terminam por forçar um *juízo* da evolução do PT, com base na maior ou menor distância frente ao comportamento verificado nos partidos social-democratas europeus e/ou nas “máquinas eleitorais” de tipo americano.

Neste sentido, a adoção destes paradigmas funciona como um leito de Procusto. Afinal, o “sucesso” da estratégia de moderação social-democrata dependeu do bom funcionamento do Welfare State, o que não existe no caso brasileiro. E o processo de “americanização” do processo eleitoral, tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos, não se dá no mesmo entorno social, nem conduz às mesmas conseqüências políticas.⁸²

⁸¹ Lembramos Schumpeter (1950), Michels (1962), Duverger (1980), Sartori (1982), Przeworski (1985). Para uma revisão bibliográfica sobre as variáveis especificamente eleitorais, ver Singer (1999).

⁸² Personagem da mitologia grega. Segundo Moreno (acesso em: 19/11/2005), Procusto era um salteador (...) que obrigava suas vítimas a deitar sobre um (...) leito de ferro (...): se elas fossem mais curtas que o leito, estirava-as com cordas e roldanas; se ultrapassassem as medidas, cortava a parte que sobrava. A expressão é usada para qualquer tipo de padrão que seja aplicado à força, sem o menor respeito por diferenças individuais ou circunstâncias especiais. (...).

Cabe esclarecer, finalmente, como enfrento a relação entre o historiador e o objeto da tese. Como já dissemos, sou um historiador debruçado sobre uma “obra” de que fiz e sigo fazendo parte, como militante político.

Isaac Deutscher, que ao escrever a biografia de Stálin, se viu diante de um problema *metodologicamente* semelhante, afirmou o seguinte:

“A elaboração deste livro foi para mim uma experiência profundamente pessoal, dando-me oportunidade de proceder a longo e silencioso exame de consciência e uma revisão crítica do meu próprio passado político. Estando entre aqueles que tinham sido cruelmente derrotados por Stálin, compreendi que tinha de perguntar a mim mesmo porque saíra ele vitorioso. Para responder a esta pergunta, o militante precisava transformar-se em historiador, investigar imparcialmente causas e efeitos, encarar francamente os motivos do adversário, ver-lhe a força e reconhecê-la onde quer que ela se tornasse visível. O combate político não pode deixar-se restringir com demasiado rigor por uma visão determinista da situação em que atua, mesmo porque alguns elementos e algumas possibilidades dessa situação ainda continuam desconhecidos e até indeterminados, e porque não pode ter certeza do impacto provocado por sua atividade numa dada situação. O historiador, por outro lado, não pode deixar de ser determinista, ou comportar-se como tal, caso não seja; não terá realizado plenamente sua tarefa se não tiver mostrado as causas e os efeitos entrelaçados, de maneira tão íntima e natural na trama dos acontecimentos, que não apareça a menor brecha, isto é, se não tiver demonstrado a inevitabilidade do processo histórico em que está interessado. O militante lida com circunstâncias fluídas: por todos os lados, os homens ainda exercitam vontades discordantes, reúnem forças, empregam armas e adotam ou modificam decisões. O historiador ocupa-se com tipos fixos e irreversíveis de acontecimentos: todas as armas já foram disparadas; todas as vontades já se desgastaram; todas as decisões já foram tomadas; e o que é irreversível já adquiriu o aspecto do inevitável”. (Deutscher, 1970, p. XVI)

A reflexão de Deustcher ajuda, mas não resolve. Em primeiro lugar, por óbvio, porque são distintas tanto a magnitude do objeto estudado, quanto a competência deste historiador.

Em segundo lugar, quando Deutscher escreveu a biografia de Stálin, este já havia morrido. Embora a documentação a respeito continuasse brotando dos arquivos (aliás, até hoje⁸³), Deutscher tinha a sua disposição uma boa dose de “tipos fixos e irreversíveis de acontecimentos”. Tinha, ainda, esquemas interpretativos de largo alcance onde se apoiar, para realizar a biografia de Stálin (em dois volumes) e de Trotsky (em três volumes). Este não é o caso do Partido dos Trabalhadores. Vejamos o que diz Iasi (2004) a respeito:

“Hoje assistimos ao processo da morte do Partido dos Trabalhadores (PT), ou pelo menos a acentuação marcada de sua agonia. Isto não implica que a forma que nasceu um dia e que hoje se encontra em franco processo de deterioração não possa ainda caminhar pelo mundo por muito tempo, uma vez que é comum este tipo de zumbi na história dos partidos políticos”. (p.254)

Noutras palavras, menos carregadas de pessimismo: *o pulso, ainda pulsa*. Quando defendeu sua tese de doutorado, em dezembro de 2004, Iasi não tinha como saber que o “processo de deterioração” se aceleraria muito no ano de 2005. Mas, paradoxalmente, a reação da militância petista ao aprofundamento da crise, foi participar massivamente da eleição das novas direções partidárias, alterando inclusive a composição dos organismos dirigentes e fortalecendo os setores contrários às políticas até então hegemônicas no Partido e no governo Lula.⁸⁴

⁸³ Vide, por exemplo, os dois volumes de Volkogonov (2004).

⁸⁴ No último capítulo desta tese, será feita uma breve análise do processo de eleição das direções do PT.

Iasi(idem) mesmo reconhece, ao estudar a evolução das resoluções dos encontros e congressos do PT, que por diversas vezes uma combinação entre conjuntura e militância fez com que processos de “deterioração” ideológica fossem contidos ou parcialmente revertidos.

Salvo enquanto manifestação de vontade ou estrita opinião política, ainda não há como garantir que o processo de metamorfose do PT tenha se concluído, nem mesmo que vá com certeza se concluir. Há tendências e contra-tendências atuando, mas ainda *não* estamos diante dos tipos fixos e irreversíveis de acontecimentos de que falou Deutscher. *Nem* todas as armas foram disparadas, *nem* todas as vontades se desgastaram, *nem* todas as decisões foram tomadas.

Portanto, há problemas metodológicos combinados: um historiador que se debruça sobre uma “obra” *ainda inconclusa*, de que fez e *continua fazendo parte*, como militante político. Noutras palavras, estamos diante dos riscos e limitações de todo exercício de “história imediata”. (Coggiola, 2004)

A revisão bibliográfica mostra que tal dilema é enfrentado, com maior ou menor sucesso, por grande parte dos autores de obras acerca do PT.

Os que se dedicam a fazer um balanço histórico, estratégico e programático do Partido dos Trabalhadores, enfrentam com muita dificuldade a tarefa de distinguir a descrição e análise dos processos históricos, da opinião ou desejo que têm acerca do desenlace esses processos.

Essa dificuldade fica muito nítida nos trabalhos de Azevedo (1995), Couto (1995) e Amaral (2003). De maneira mais ou menos elegante, os três autores escrevem obras acadêmicas atravessadas por uma preocupação militante: condenar as posições identificadas como “de esquerda” no interior do Partido dos Trabalhadores.

Azevedo (idem) é o mais explícito na linha do *mors tua vita mea*. Ao comentar as ambigüidades entre “leninismo” e social-democracia no pensamento petista, chega a dizer que uma destas posições tem que *morrer em combate*. Seu texto é um assumido libelo contra o “leninismo” (ou mais exatamente, contra o que Azevedo entende por

“leninismo”), que pouco deixa a dever aos textos panfletários publicados ao longo de 2005 pela revista *Veja*.⁸⁵

De minha parte, considero prudente reconhecer que não há uma solução 100% segura para o problema metodológico que apontei anteriormente. Um trabalho historiográfico, acerca de um Partido atuante na sociedade brasileira, num momento de intensa crise, escrito por um historiador que também é militante deste Partido, enfrentará a cada página o risco de transformar reflexão acadêmica em panfleto político.⁸⁶

Assim, o melhor a fazer é assumir a existência deste risco, reforçando a revisão crítica de todas as afirmações e o cotejo permanente com a bibliografia. Evitando, ao mesmo tempo, a inalcançável pretensão de “suspender todo juízo de valor” (Bobbio, 2001).

O recorte temporal básico deste estudo se estende da fundação do PT (10 de fevereiro de 1980) até o segundo turno da eleição das direções partidárias (9 de outubro de 2005). Sem prejuízo de alguns recuos e projeções para além destas balizas.

Nosso foco principal – que constitui, por sua vez, a base da interpretação alternativa que propomos – será a *influência da hegemonia burguesa sobre as resoluções do Partido dos Trabalhadores*, dando ênfase para as resoluções que fazem uma análise global da sociedade brasileira, bem como aquelas que comportam definições programáticas e estratégicas. No penúltimo capítulo, faremos uma análise dos primeiros anos do governo Lula. No último capítulo, discutiremos as perspectivas do Partido dos Trabalhadores.

⁸⁵ Para um exemplo do “estilo literário” de Azevedo: “a prática stalinista é o resultado potencial, o risco permanente de uma sociedade desprovida dos instrumentos de controle e de limitação do poder estatal, carente dos mecanismos e regras formais da democracia, desprezados, antes de Stalin, por Lenin e Marx”. (Azevedo, 1995)

⁸⁶ Ver *Engajamento*, in: *Sobre história* (Hobsbawn, 1997).

Sísifo é brasileiro?

Quando o Partido dos Trabalhadores foi fundado, em fevereiro de 1980, a ditadura militar implantada pelo golpe de 1964 estava em sua fase terminal, enfrentando uma forte oposição, vinda de movimentos políticos e sociais impulsionados, direta ou indiretamente, pela chamada crise do modelo econômico.⁸⁷

Desde o surgimento, o PT se apresentou (e foi apresentado por muitos) como uma “novidade” frente aos partidos tradicionais, sejam os de esquerda, sejam os burgueses. Dez anos depois, Garcia⁸⁸ afirmaria o seguinte:

“É ilusório pensar que o PT é um fenômeno isolado no mundo. Ele faz parte deste processo de transição da esquerda mundial. Neste sentido, é um partido pós-social-democrata e pós-comunista. Constrói sua identidade não combatendo estas correntes, mas dialogando criticamente com elas, voltado para novos (e velhos) desafios que seus ancestrais não puderam responder”. (*TD 12*, out/dez 1990)

Hoje, é inevitável pensar que com este raciocínio, mais do que expressar a realidade, Garcia parecia querer espantar o destino, que foi extremamente cruel tanto com a maioria dos partidos comunistas, quanto com a maioria dos partidos social-democratas.

⁸⁷ Uma descrição jornalística sobre o momento da fundação do PT, está em Markun (2004). A percepção sobre as condições da época, do ponto de vista de destacados fundadores do PT, está em Harnecker (1994). Uma análise da correlação entre as resoluções fundacionais e a conjuntura vigente na época, estão em Pomar *apud* Cancelli (1998).

⁸⁸ Em novembro de 2005, Marco Aurélio Garcia ocupa a primeira Vice-presidência nacional do PT e é assessor especial do Presidente da República. Na época em que redigiu o artigo citado, era secretário de Relações Internacionais do PT.

Alguns anos depois da publicação do artigo de Marco Aurélio Garcia, Emir Sader mostrou os riscos desse raciocínio otimista:

“O PT é uma novidade radical na esquerda brasileira e mesmo latino-americana. Suas raízes estão na própria temporalidade diferenciada da história brasileira em relação aos outros países do continente. Fatores de relativo atraso se transformam em elementos favoráveis, caracterizando o que já foi chamado por Trotsky de ‘privilegio do atraso’. A liquidação da esquerda anterior, por exemplo, por sua relativa debilidade, abriu campo para o surgimento de uma nova esquerda, desvinculada dos erros mais gritantes daquela força derrotada. Dentre eles estavam o atrelamento ao aparelho de Estado, as alianças subordinadas com frações burguesas, as posições internacionais de vinculação acrítica à URSS, a rigidez organizativa, a falta de criatividade política e cultural. Pôde ser deixada de lado também a concepção que visualizava o assalto ao aparelho estatal como a forma central de resolução da questão do poder dos trabalhadores.” (Sader, 1994, p.64)

Feito o *juramento à bandeira*, Emir Sader passa à problematização:

“Depois da acumulação de forças inicial, como alternativa opositora, independente da correlação de forças burguesas, crítica e portadora de um projeto de alternativa hegemônica das forças democráticas e populares, o PT foi se inserindo na institucionalidade, de início de maneira vacilante, depois como único caminho possível para colocar em prática seus projetos. O problema não está no caminho trilhado, mas na forma como essa opção foi sendo feita – sem reflexão sobre o significado dos passos que foram sendo dados, sem pensar de que maneira a atuação institucional deve ser levada a cabo para potencializar e ser potencializada pelas lutas dos movimentos populares, sem colocar os dois planos em contradição. Ou, em outras palavras, como compatibilizar esse novo nível de atuação do PT com seus

projetos originais de construir uma alternativa de poder centrada na força dos trabalhadores.

Não que esses projetos fossem intocáveis, mas qualquer transformação no seu sentido deveria ser enfocada como tal e assumida ou rejeitada conscientemente. Senão, seria deixar-se tragar por alguns dos mesmos problemas da esquerda anterior – afirmar um programa socialista, mas não construir uma alternativa ao capitalismo, falar de hegemonia do proletariado, mas subordinar-se a projetos de frações burguesas.” (Sader, 1994, p.65)

Num partido que tem a estrela como símbolo, estamos diante de um problema de *trajetória*, resultante da atração gravitacional combinada de diferentes corpos celestes. Que fenômenos históricos fizeram a trajetória do PT *gravitar* num sentido moderado?

Consideramos que os fenômenos foram vários: a ascensão mundial do neoliberalismo; a crise do socialismo; a implantação do programa neoliberal, no Brasil, nos anos 1990; e, nesse contexto, a maneira como o PT participou dos processos eleitorais, de parlamentos e governos em vários níveis *vis a vis* sua presença noutros planos da luta de classe. Neste capítulo, trataremos dos três primeiros fenômenos; no próximo capítulo, falaremos dos demais.

A ascensão do neoliberalismo e a crise do socialismo

O PT foi fundado no mesmo período em que Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos e Margaret Thatcher virou líder do governo parlamentarista inglês.

Desde então, os governos norte-americano e inglês garantiram a retaguarda econômica, política e militar necessárias para que os representantes políticos do capital financeiro e das idéias monetaristas (hoje mais conhecidas como *neoliberais*) iniciassem a imposição de uma hegemonia mundial que dura até hoje, construída sobre os escombros da social-democracia européia, do comunismo soviético, dos

movimentos de independência nacional e dos experimentos desenvolvimentistas latino-americanos.⁸⁹

No início dos anos 1980, este desfecho estava longe de ser inevitável ou facilmente previsível. Se anos depois foi possível identificar o Chile sob Pinochet como o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal na história contemporânea (Sader, 1995, pp 9-23), não foi assim para os contemporâneos.

Para estes, o golpe militar de 1973 e a ditadura que se seguiu eram sinais adicionais do recrudescimento da luta de classes, no contexto da:

“grande crise do modelo econômico do pós-guerra, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação”.(Sader, 1995)

Neste contexto, derrotas como a do Chile eram apresentadas, pelos principais partidos da esquerda internacional, como percalços graves, mas que tinham como contraponto outros acontecimentos.⁹⁰

Cabe lembrar que em 1974-1975, a social-democracia controlava os governos da Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia (Anderson e Camiller, 1996). No mesmo biênio, tiveram curso a libertação das colônias portuguesas na África e a Revolução dos Cravos na metrópole.⁹¹ Em 1975, era concluída a guerra do Vietnã. Em 1979, triunfa-

⁸⁹ A expansão do neoliberalismo é detalhada em Anderson (1995) e Sader (2000). Para outra abordagem, ver Coggiola (2002).

⁹⁰ Um bom exemplo disso é Marini (1976). A esse respeito, ver também Ruy Mauro Marini, vida e obra. Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (org). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁹¹ A esse respeito, ler o recente livro de Lincoln Secco: *A Revolução dos Cravos*, São Paulo: Editora Alameda Casa Editorial/Fapesp, 2004.

vam as revoluções no Irã⁹² e na Nicarágua, ao mesmo tempo em que a guerra de guerrilhas parecia marchar para a vitória em vários outros países da América Latina, como El Salvador, Guatemala e Colômbia. (Castañeda, 1994)

No início dos anos 1980, é a vez da social-democracia assumir o controle dos governos da França, Itália, Grécia, Espanha e Portugal. (Anderson e Camiller, 1996)

Nos países do chamado bloco soviético, a situação também parecia promissora, apesar (ou por causa) de enormes contradições. Havia a guerra do Afeganistão, os conflitos de fronteira entre Vietnã e Camboja, o enfrentamento entre a China e a União Soviética, bem como as reformas “de mercado” impulsionadas por Deng Xiao Ping (Pomar, 2003w). Mas havia também o Solidariedade polonês⁹³ e, em meados dos anos oitenta, Mikhail Gorbachev chega à secretaria-geral do Partido Comunista da União Soviética, desencadeando a *glasnost* e a *perestroika*.⁹⁴

Portanto, a vitória de Reagan e Thatcher e a ofensiva por eles desencadeada constituíam, na época, apenas uma das tendências da conjuntura internacional. Social-democratas, comunistas, nacionalistas de esquerda, desenvolvimentistas possuíam (ou pareciam possuir), então, força suficiente para impor outro caminho, que não o neoliberalismo. Hoje, entretanto, sabemos que aquelas correntes políticas fracassaram no enfrentamento da “grande crise” do capitalismo.

⁹² Sobre o contexto histórico da revolução iraniana, pode-se ler *O Oriente Médio e o Afeganistão: um século de conflitos*, de Paulo Fagundes Vizentini. Editora: Leitura XXI, 2002. Porto Alegre. Sobre como a imprensa brasileira registrou a revolução iraniana, ler *Turbulência no Oriente Médio: Como a Revolução Iraniana de 1979 foi retratada pela mídia impressa brasileira*, de Andrew Patrick Traumann, in: http://www.urutagua.uem.br/005/17pol_traumann.htm.

⁹³ Acerca da influência do Solidariedade sobre o PT, ver o depoimento de Luís Eduardo Greenhalgh *apud* Harnecker, 1994.

⁹⁴ Para uma análise contemporânea aos fatos, ver *Além da perestroika* (Mandel, 1989). O impacto das reformas sobre os dirigentes do PT pode ser medido no livro *O socialismo em debate 1917-1997* (Instituto Cajamar, 1987).

Na Europa do sul, os governos social-democratas mudaram de compromisso no curso dos próprios mandatos. Felipe Gonzalez e François Mitterand são os exemplos mais conhecidos dessa mutação.⁹⁵

A tentativa de reforma política e econômica patrocinada por Gorbachev deu lugar, em poucos anos, ao colapso generalizado do chamado “campo soviético”. O Solidariedade terminou sendo convertido em plataforma para iniciativas liberais. A maioria das correntes nacionalistas de esquerda e nacional-desenvolvimentistas também capitulou frente ao capital financeiro internacional, a exemplo do que ocorreu na chamada *crise da dívida*.⁹⁶

Ainda assim, ao menos para olhos brasileiros, a década dos 1980 terminaria com sinais ainda contraditórios.

Na Europa, caiu o muro de Berlim e agitações sociais varreram diversos países do chamado campo socialista, no que alguns viram o início da “revolução política” almejada pela crítica trotskista aos “estados operários burocraticamente degenerados”.⁹⁷

Na América Latina, o peronista Menem tornou-se presidente da Argentina, Pinochet perdeu o plebiscito no Chile e Lula quase foi eleito presidente do Brasil, mostrando o vigor da oposição às três principais ditaduras do continente sul-americano. (Castañeda, 1994)

Mas em poucos meses, quando a fumaça se dissipou, ficou claro quem vencera. Os anos 1990 começariam sob o signo do *fim da história*⁹⁸: colapso do socialismo e hegemonia das idéias neoliberais, vitória do capitalismo e da democracia liberal. (Boron, 1994)

⁹⁵ O caso francês é analisado por George Ross e Jane Jenson; o caso espanhol, por Patrick Camiller, ambos em *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental* (Anderson e Camiller, 1996).

⁹⁶ Uma interessantíssima análise sobre o impacto desta conjuntura sobre os partidos socialistas está em Modonesi (2003).

⁹⁷ Uma análise do desmanche da URSS e do Leste Europeu está em Pomar (1994w). A questão foi largamente debatida no PT, por exemplo em artigos publicados na revista Teoria e Debate, disponíveis na página eletrônica www.fpa.org.br.

⁹⁸ Uma análise da “teoria” do “fim da História” pode ser vista em Anderson, 1994.

Quando os social-democratas conseguem voltar aos governos da Inglaterra, da Alemanha e da França, nos anos 1990, na chamada “onda rosa”, não tinham mais compromisso global com o *welfare state*. Embora não fosse essa a interpretação de petistas como Luís Favre, para quem:

“As recentes vitórias eleitorais do trabalhismo na Inglaterra e da esquerda na França, longe de serem um simples acidente na vida política europeia, mostram que o velho continente está assistindo a um processo de mudanças radicais nas relações de força entre os setores conservadores e aqueles que procuram dar um rumo diferente ao curso imposto pela hegemonia liberal.” (*Teoria e Debate* nº 35, jul/ago/set 1997)

As mudanças radicais não aconteceram. E, visto de agora, o final do século XX foi marcado por uma hegemonia capitalista sem paralelo na história. Antes de 1917, o capitalismo competia com outras formas de organização social. A partir de 1917, o capitalismo passou a enfrentar a concorrência de diferentes tentativas de construir uma sociedade pós-capitalista. De 1990 até hoje, a resistência à hegemonia capitalista está no seu nível mais baixo, historicamente falando. Nas palavras de Sader (2005):

“A correlação de forças mudou brutalmente, contra nós. Nunca no mundo a palavra esquerda, desde que foi inventada com essa conotação, esteve tão fraca. Na Europa, desapareceu a esquerda, que aplicou medidas neoliberais e ficou isolada. A União Soviética, que era um referencial, desapareceu. Os sindicatos murcharam, o trabalho desapareceu como temática. Na América Latina, os nacionalistas se converteram ao neoliberalismo, os peronistas foram protagonistas na privatização, o socialismo chileno, bem... A China, é bom que exista, mas não vamos dizer que é socialismo. Cuba se defende e só agora com o apoio da Venezuela se recuperou um pouco”. (*Fórum*, ano 4 número 32, novembro de 2005)

A resistência política, social e ideológica, além de estar na defensiva estratégica⁹⁹, tem como móvel principal o combate ao imperialismo norte-americano, o combate contra a hegemonia do capital financeiro na economia e o combate a ideologia neoliberal, sem vincular na maioria das vezes este combate à luta contra o capitalismo.

Nos anos 1990, quando o ciclo neoliberal já dava sinais visíveis de esgotamento, vários autores começam a fazer o balanço dos acontecimentos das duas décadas anteriores (anos 1970 e 1980), buscando entre outras coisas entender porque as forças de esquerda não tiveram êxito frente as possibilidades abertas pela “grande crise” de 1973.¹⁰⁰

No caso da América Latina, este balanço foi muito focado na derrota das tentativas guerrilheiras, bem como do governo Allende, derrotas geralmente associadas a suposta ou real predominância, na esquerda, de posições e de atitudes “vanguardistas”, “voluntaristas” e “esquerdistas”. Como desdobramento deste balanço, parte da esquerda passou a realizar uma defesa da democracia como método e/ou como valor universal (Bobbio, 2001; Boron, 1994 e 2003; Coutinho, 1979).

A verificar o quanto, mas certamente este *viés* de análise favoreceu um ambiente propício para a recepção de um balanço também enviesado das derrotas sofridas na Europa e nos Estados Unidos, derrotas que tiveram na *moderação* (e não no esquerdismo) programática e política seu componente fundamental.¹⁰¹ Paralelamente, a adesão formalista à democracia contribuiu para colocar a esquerda sob influência ideológica da *estratégia democratizante* (Pomar, 2002w; Arcary, 2004) com que a burguesia enfrentou as posições socialistas, nos anos 1980.

⁹⁹ Para a compreensão deste conceito, ver *A política em armas*, de Héctor Luis Sant-Pierre.

¹⁰⁰ Um exemplo deste esforço coletivo de análise está no livro *O mundo depois da queda* (Sader. 1995).

¹⁰¹ Penso que as batalhas que selaram o destino da primeira onda de revoluções socialistas foram travadas (e perdidas) nos grandes países capitalistas (como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França); e não nos países da periferia capitalista.

Pomar (2002w) critica Marco Aurélio Garcia exatamente por este *viés* de análise:

“Marco Aurélio Garcia considera que a social-democracia entrou em crise quando a evolução da economia internacional corroe as bases do que chama de pacto keynesiano-fordista, produzindo uma grave crise fiscal do Estado. Segundo ele, este já não dispunha das mesmas condições para a manutenção das políticas de bem-estar, o que levou os socialistas espanhóis e franceses a lançar mão de ajustes de tipo neoliberal. Garcia repete, desse modo, a explicação da própria social-democracia para justificar sua inflexão para o neoliberalismo. (...) A inflexão da social-democracia para o neoliberalismo (...) é tão somente a explicitação de que esse tipo de socialismo encontrava-se à serviço do capital, e não do Estado de bem-estar” (p. 114)

Impactos programáticos

A derrota sofrida pelas esquerdas, nos anos 1970 e 1980, foi acompanhada, e também teve como decorrência, uma transformação dos programas e das estratégias dos principais partidos da esquerda mundial, moderação que é, ao mesmo tempo, causa e consequência daquela derrota.

Nos anos 1990, grande parte dos partidos social-democratas e dos partidos comunistas incorporou aspectos da agenda neoliberal. O populismo e o trabalhismo de esquerda, as guerrilhas latino-americanas, os movimentos desenvolvimentistas e de libertação nacional seguiram, em geral, o mesmo caminho. Na maioria das vezes, perderam força política e vigor programático; quando conseguiram se manter a frente de governos nacionais, adotaram geralmente políticas de submissão às metrópoles capitalistas e às elites econômicas locais. (Bobbio, 2001; Borón, 1994)

Jorge Castañeda, em seu livro-programa *A utopia desarmada*, de certa forma comemora o “efeito colateral” deste desfecho:

“(…) na América Latina de hoje, toda esquerda é inevitavelmente reformista”.¹⁰² (Castañeda, 1994, p. 10)

Naturalmente, os programas e as estratégias cristalizam fenômenos sociais e políticos mais profundos, em alguns casos cronologicamente anteriores aos anos 1970. Mas tais fenômenos se generalizaram nos anos 1990, que constituem o apogeu da economia, da política e da ideologia a serviço dos interesses do capital financeiro internacional.¹⁰³

Como é comum na história, o apogeu do neoliberalismo coincide com o início de seu declínio. Nos anos noventa, sucessivas crises econômicas e políticas, combinadas a um quadro social alarmante, levaram à derrota vários governos de direita comprometidos com o neoliberalismo. (Neto, 1999; Arcary, 2004)

Nesse contexto, em vários países do mundo, forças críticas do neoliberalismo, vencem as eleições e assumem governos. Mas a esquerda que retorna ao governo, ao longo dos anos 1990, sofrera profundas mudanças. Em muitos casos, se tornara agente direto da implementação de políticas neoliberais, como aconteceu com o trabalhismo de Tony Blair, na Inglaterra¹⁰⁴, convertido em defensor da “terceira via”. Nas palavras de Pomar (2002w):

“Entre todas as novas teorias que se propõem substituir o neoliberalismo, a terceira via é a de maior evidência, por ter o beneplácito do poder nas principais potências mundiais (...) elaborada pelos ideólogos da esquerda norte-americana (liberais) e inglesa (trabalhistas)(...)” (p.118)

¹⁰² O raciocínio de Castañeda lembra aquela piada do soldado inglês que, preso num campo de concentração nazista, relativiza: “pelo menos aqui todos falam baixo”. No fundo prisioneira do mesmo espírito, anos depois surge a idéia de “mudar o mundo, sem tomar o poder”. (Holloway, 2002) Em resposta a Castañeda, sugiro a leitura de Petras (1993).

¹⁰³ Para uma análise da economia internacional, em épocas de neoliberalismo, ver Chesnais (1998), Beinstein (2001) e Brenner (2003).

¹⁰⁴ Sobre o “novo trabalhismo”, ver Wainwright (2005).

Noutros casos – a China, por exemplo – temos um Partido Comunista à frente de uma potência global, de pujante desenvolvimento. Mas isto tem sido conseguido *cum* mercado, propriedade privada e integração com o capitalismo mundial.¹⁰⁵ O Vietnã está percorrendo o caminho chinês¹⁰⁶; a Coreia do Norte é pressionada no mesmo sentido.

Na América Latina, Cuba conseguiu manter seu contraponto político ao imperialismo norte-americano. Mas, diante do desmanche da URSS, o governo cubano adotou um conjunto de medidas que introduziram, na ilha, fortes contradições econômicas e sociais. (Coggiola, 1998)

Governos como o venezuelano e guerrilhas como as existentes na Colômbia também mantêm uma disputa intensa com o imperialismo norte-americano, mas estão longe de constituir um contraponto global ao capitalismo.¹⁰⁷

Brasil, um caso à parte?

Apesar (ou exatamente por causa) deste quadro, os anos 1990 terminam com o PT e o Brasil sendo vistos ainda de maneira promissora pela maior parte da esquerda mundial¹⁰⁸: um dos maiores países capitalistas do mundo, uma esquerda eleitoralmente forte, com uma

¹⁰⁵ A esse respeito, ler Documentos del XVI Congreso Nacional del Partido Comunista de China (PCCh, 2002). Da mesma forma como a existência da União Soviética e do “campo socialista” é essencial para entender os 25 anos de ouro do capitalismo, pós Segunda Guerra Mundial; a existência da China pós-reformas econômicas é fundamental para compreender o funcionamento atual da economia mundial, em particular dos EUA.

¹⁰⁶ Ver *A nova guerra do Vietnã*, de Jaime Spitzcovsky. Editora Ática: São Paulo, 1995.

¹⁰⁷ Alguns autores consideram, ao contrário, a conjuntura dos anos 1990 como proclive a desenlaces de esquerda (Arcary, 2004).

¹⁰⁸ Essa postura foi particularmente forte entre os impulsores do chamado Fórum Social Mundial.

importante retaguarda social (onde despontavam o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e a União Nacional dos Estudantes), uma intelectualidade crítica ao neoliberalismo¹⁰⁹ e governos “democráticos e populares” a frente de um número crescente de cidades e estados. Intelectuais que posteriormente se transformariam em críticos duros diziam então que:

“Desmitificando las defensas ideológicas de la hegemonia capitalista, se abre el camino hacia la comprensión del renacimiento de la política socialista: em Brasil, el Partido de los Trabajadores con sus 30 millones de votantes, em Méjico con el renacimiento del movimiento guerrillero zapatista, em Suráfrica y Corea del Sur con los movimientos populares de masas”. (Petras e Vieux, 1994, p. 10)

É claro que, durante os anos 1990, já se identificavam fortes afinidades com a situação, já descrita, da esquerda internacional: a crescente moderação programática do Partido dos Trabalhadores, principal força política da esquerda brasileira; as concessões que os governos democráticos e populares faziam a aspectos importantes do receituário neoliberal¹¹⁰; um paulatino distanciamento entre a esquerda eleitoral e os setores mais radicalizados do movimento social¹¹¹; e o crescimento, na intelectualidade, de uma postura crítica ao marxismo.¹¹²

Mas nada disto empanava o fato de que o Brasil parecia ser, aos olhos de parcela importante da esquerda nacional e internacional, o

¹⁰⁹ Os motivos da postura crítica da intelectualidade frente ao neoliberalismo são desenvolvidos, de maneira bastante saborosa, por Arcary e Badaró *apud* Demier (2003).

¹¹⁰ Recomenda-se, a esse respeito, a leitura de *Dando a volta por cima* (Palloci Filho, 1996) e *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar* (Trevas, 1999).

¹¹¹ Esse distanciamento é bastante visível no caso do MST, mas ocorre também na relação entre sindicatos, PT e governos encabeçados pelo PT.

¹¹² Virgínia Fontes apresenta uma interpretação interessante deste processo (Demier, 2003).

elo mais fraco da corrente, o país que cumpriria um papel parecido com o da Rússia no início do século XX, com o da China após a Segunda Guerra Mundial e com o de Cuba para os latino-americanos, a partir de 1959.¹¹³

E, melhor que tudo, pelo menos aos olhos de intelectuais como Jorge Castañeda, o Brasil parecia estar fazendo isso sem recorrer aos *métodos bolcheviques*, mas sim através do *democrático* método da disputa eleitoral e criando novas formas de democracia, expressas no badalado orçamento participativo.¹¹⁴

A realização, em Porto Alegre, de várias edições do Fórum Social Mundial¹¹⁵, tomou como alimento e também reforçou esta crença, amplamente difundida na esquerda mundial, de que no Brasil estaria emergindo uma importante contra-corrente da história. Como disse Sader (2005):

“O Brasil estava na contramão, tinha Lula, PT, CUT, Fórum Social Mundial, orçamento participativo. Podia ser.”

Também por isto, a eleição de Lula presidente da República, em 2002, foi recebida de maneira entusiasmada, no Brasil e fora dele. Parecia ter chegado a hora de materializar um *eixo do bem*¹¹⁶, latino-americano e mundial.¹¹⁷

¹¹³ A respeito da influência dessas revoluções na esquerda brasileira, ver *História do Marxismo no Brasil*, volume I (Reis Filho, 1991).

¹¹⁴ Sobre o “orçamento participativo”, ver Wainwright (2005) e Genro & Souza (1997). Há uma bibliografia bastante extensa sobre o tema.

¹¹⁵ Para um balanço do Fórum Social Mundial, ver Leite (2003). Para uma análise crítica ao Fórum Social Mundial, ver Coggiola (2004) e Petras (2005). Para uma análise dos pressupostos teóricos de um dos setores que impulsionam o FSM, ver as obras de Boaventura de Souza Santos. Para uma crítica de Boaventura, ver José Paulo Netto.

¹¹⁶ A expressão eixo do mal é muito utilizada pelos ideólogos do governo Bush Jr.

¹¹⁷ A respeito de outro integrante do “eixo do bem”, o governo Tabaré Vazques no Uruguai, ler Fernández (2004).

Dois anos e alguns meses depois da eleição de Lula, houve uma reversão generalizada destas expectativas. Embora cumpra um papel relativamente elogiado nas relações internacionais¹¹⁸, no âmbito da política nacional há uma continuidade assumida (e comemorada) da macroeconomia adotada pela gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)¹¹⁹, com as consequências sociais conhecidas.

Nas insuspeitas palavras do ministro Antonio Palloci, em depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal:

“Os ganhos da política econômica são resultado de uma década de esforço. (...) Refiro-me aqui à coragem do presidente Lula, de ter contrariado inclusive orientações políticas anteriores, de ter se sujeitado a críticas importantes, para fazer aquilo que precisava ser feito.”¹²⁰

Em texto publicado antes das eleições de 1994, Emir Sader perguntava se o PT, uma vez conquistada a presidência da República:

“Pode se deixar engolir e paralisar pela institucionalidade construída para o governo das minorias sobre as maiorias? Pode ser vítima de alianças que descaracterizem o conteúdo fundamental de seu programa de transformações, centrado nos trabalhadores, ao invés de ampliar e aumentar seu potencial mediante essas alianças? O PT pode, enfim, uma vez no governo do Brasil, fracassar, pela via da renúncia formal – ou pela via dos fatos –, aos postulados fundamentais da transformação da sociedade e do sistema político na direção da democracia radical, solidária e humanista? Ou ser derrotado e derrubado por não saber despertar a consciência, ajudar a organizar e liderar o movimento pelos direitos da cidadania do conjunto da população brasileira?” (Sader, 1994, p.65)

¹¹⁸ Para uma análise elogiosa da política internacional do governo Lula, ver Sader (2004). Para uma visão crítica, ver Coggiola (2004).

¹¹⁹ Para uma análise crítica da política econômica implementada pelo governo Lula, ver Paula (2003) e Sicsú (2003 e 2005).

¹²⁰ A citação foi extraída do jornal FSP, edição de 17 de novembro, p. 15.

Os questionamentos feitos por Sader e repetidos por tantos outros, de 1990 até 2002, não tiveram o condão de conjurar o temido desfecho repetidos por tantos outros, de 1990 atovimento pelos direitos da cidadania do conjunto da população a projetos de fração sem coloca que conclusões extrair, de maneira ainda preliminar, desse processo?

Capitalismo e socialismo no século XX

Vista por quem mantém compromissos com o socialismo, o *breve século XX* (Hobsbawn,1995) recorda Sísifo, condenado a empurrar uma pedra morro acima, para vê-la desabar mais adiante e ter que recomeçar novamente, eternamente.¹²¹

Esta imagem, já usada no caso da esquerda francesa (Halimi, 1993) perturba, explícita ou implicitamente, todos os que continuam tentando dar bases teóricas e viabilizar praticamente o socialismo, neste início do terceiro milênio.

Esta perturbação não atinge, ou não atinge com a mesma força, os que acreditam no socialismo como agente civilizatório do capitalismo. Para estes satisfaz saber que a história dos últimos 150 anos confirmou, em última análise, que tudo aquilo que a sociedade capitalista moderna possui de “civilizada”, o possui graças ao esforço e ao sacrifício do movimento socialista e da esquerda de maneira geral. (Hobsbawn, 1995)

Deste ângulo, em que o socialismo é encarado apenas como uma etapa superior do movimento democrático, liberal e progressista iniciado pela burguesia contra a sociedade feudal, episódios mais “desagradá-

¹²¹ Personagem da mitologia grega. Segundo Moreno, Sísifo enganou várias vezes o próprio Zeus, o rei dos deuses (http://educaterra.terra.com.br/sualingua/02/02_alusao2.htm). Como castigo, foi condenado, quando morreu, a rolar uma pesada pedra até o pico de uma das montanhas mais altas dos Infernos. O detalhe torturante é que esta pedra tinha um peso calculado de tal forma que, a poucos metros do cume, faltavam forças a Sísifo e a pedra rolava encosta abaixo, começando tudo outra vez, pela eternidade. A expressão hoje designa qualquer trabalho que pareça interminável (...).

veis” da história do movimento socialista podem ser apresentados exatamente como “desvios” resultantes da vã tentativa de superar o capitalismo. Para os partidários desta visão, é exatamente quando se torna radicalmente anticapitalista, que o socialismo abandona seus propósitos reformistas e humanitários, convertendo-se em *totalitarismo*.¹²²

Mas para aqueles que defendem o socialismo como ideologia, movimento social e movimento político *anticapitalista radical*, ou seja, que visa superar o modo de produção capitalista, a história dos últimos trinta anos deixa muitas interrogações.¹²³

É verdade que o capitalismo se confirmou como profundamente contraditório, sofrendo crises cíclicas e cada vez mais devastadoras. Ocorre que só muito raramente tais crises desdobraram-se em processos revolucionários. Desde as referências de Marx ao *espectro do comunismo* (1847-1848), até as notícias da *ofensiva final* da esquerda salvadorenha (1988-1989), a história da esquerda tem sido marcada por muitas “revoluções que faltaram ao encontro”. Além disso, apenas uma parte dos processos revolucionários resultou na vitória de forças ligadas ao movimento socialista e na constituição de governos estáveis pós-revolucionários. Mais relevante ainda: não há caso de revolução socialista triunfante em nenhum dos países capitalistas mais avançados. (Arcary, 2004)

Estes problemas foram fartamente compensados, no imaginário do movimento socialista revolucionário, pelo impacto mundial de revoluções vitoriosas (com destaque para Rússia, China, Cuba e Vietnã), pela importância geopolítica dos países cujos governos surgiram dessas revoluções, bem como pelos efeitos que a existência de um “campo socialista” produziu nas condições de luta e vida dos trabalhadores dos países capitalistas “avançados”.

¹²² Acerca do debate sobre socialismo no PT, recomenda-se a leitura da coleção publicada pela Fundação Perseu Abramo, intitulada *Socialismo em discussão*.

¹²³ Minhas opiniões sobre o tema estão no livro *Socialismo no século XXI* (Guimarães, 2005).

Enquanto o socialismo reformista (Bernstein, 1982; Arcary, 2004) se alimentava dos progressos “civilizatórios” que a esquerda obtivera sob o capitalismo, o socialismo revolucionário se alimentava do progresso político e social verificado nas regiões que (acreditava-se) a revolução teria definitivamente libertado do capitalismo.

Isto, combinado com os avanços do movimento de libertação nacional e do desenvolvimentismo nos países da periferia capitalista, gerou durante a segunda metade do século XX, a impressão de que, apesar de tudo, *o socialismo avança*. (Hobsbawn, 1995)

A contra-ofensiva do Capital

Ocorre que, no último quartel do século XX, todos estes “progressos” foram detidos, tendo início um movimento de regressão. Os países libertos da opressão colonial vêm sendo novamente subordinados a interesses metropolitanos.¹²⁴ Os países que se industrializaram após a Segunda Guerra Mundial passaram a experimentar certa desindustrialização. As conquistas obtidas pela classe trabalhadora nos países capitalistas centrais, materializadas no chamado Estado de bem-estar social, foram atacadas e parcialmente anuladas.¹²⁵ E, durante os anos 1990, o desmanche do chamado campo socialista abriu uma nova fronteira de expansão para o capitalismo.¹²⁶

¹²⁴ É muito comum, a esse respeito, o emprego do termo “recolonização”.

¹²⁵ Esta opinião é contestada por Guimarães (2004). Para ele, “como consequência do domínio do paradigma neoliberal e também por ignorância dos processos históricos ativos de adaptação e mudanças nos Estados de Bem-Estar social nos países centrais, tornou-se corrente a tese da falência do Welfare State. Há já toda uma literatura consagrada, conceitual, analítica e embasada em pesquisas empíricas que demonstra o inverso disso”. Minha interpretação é que Guimarães doura a pílula, numa atitude coerente com suas opiniões complacentes para com certas teses da centro-esquerda.

¹²⁶ As mudanças ocorridas no Leste Europeu, Rússia e China incorporaram, ao mercado de trabalho mundial, uma enorme massa de trabalhadores, o que colaborou para o “enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores e o começo de uma corrida ao fundo do poço em termos de salários e condições de trabalho em escala mundial”. (Silver, 2005)

O retrocesso generalizado das posições conquistadas pela esquerda, ao longo do século XX, foi acompanhada por transformações no funcionamento do capitalismo, bem como por transformações nas classes trabalhadoras, tais como a redução do campesinato¹²⁷ e a ampliação da proletarianização *vis a vis* a perda de peso relativo do operariado industrial.

Todos estes fenômenos tiveram duríssimos efeitos sobre os partidos de esquerda. No ângulo programático, muitos partidos comunistas derivaram para formulações de tipo social-democrata (ou seja, centradas na idéia de realizar reformas que melhorem as condições de vida para as maiorias sociais, sem tocar nos fundamentos do capitalismo, ou seja, a propriedade privada dos grandes meios de produção).

Muitos partidos social-democratas (e também comunistas) derivaram, por sua vez, para formulações de tipo neoliberal (ou seja, centradas na idéia de que o bom funcionamento da sociedade e, inclusive, a possibilidade de melhoria nas condições de vida das maiorias sociais, depende do livre-funcionamento do capitalismo, que deve ser liberto das regulamentações típicas do *welfare state*).

Um dos efeitos mais profundos da contra-ofensiva do Capital foi no terreno ideológico:

“A crença de que não havia outra alternativa teve um efeito particularmente desmobilizador nos movimentos operários. (...) a própria “idéia de poder” é uma fonte importante do poder dos trabalhadores. Mobilizações durante todo o século passado foram alimentadas pela crença de que os operários de fato têm poder e, mais do que isso, de que seu poder pode ser usado para efetivamente melhorar suas condições de trabalho e de vida. O que a globalização fez mais do que qualquer outra coisa (...) foi ‘invalidar essa crença secular no poder dos trabalhadores’ e criar um ambiente discursivo que desinflou dramaticamente o moral político popular e a vontade de lutar por

¹²⁷ A redução do campesinato é tratada por Stédile (2000) e por Hobsbawn (1995).

mudanças. Tais alterações nas crenças dos trabalhadores espelham, em parte, as mudanças ocorridas nos poderes de barganha estrutural e associativo, mas, sem dúvida, também desempenham papel independente na dinâmica dos movimentos sociais.” (Silver, 2005, p. 32)

Considerando de conjunto os fenômenos ocorridos no último quartel do século XX, a metamorfose sofrida pelo Partido dos Trabalhadores pode ser compreendida como *situação particular de um processo geral*. E, nesse caso, a aparente anomalia que reservava ao governo Lula a condição de inaugurador de um novo ciclo socialista ou algo do gênero, não seria mais do que uma miragem, uma ilusão ótica causada pelo desenvolvimento desigual e combinado, uma *colateral damage* das vantagens do atraso.

Mas é preciso problematizar esta conclusão, sob o risco de construirmos uma versão fatalista de esquerda do Tina¹²⁸. É importante lembrar que o caminho seguido pelo PT foi resultado de disputas concretas, cujo desfecho decorreu de opções feitas por indivíduos, grupos e classes sociais, em condições muito específicas, não podendo ser simplesmente deduzido de supostas ou reais tendências internacionais. É o que busco demonstrar, analisando a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

¹²⁸ Acrônimo de *There is no alternative*, Tina era um dos muitos apelidos de Margaret Thatcher. Outro, tão conhecido quanto, era “A dama de ferro”, cunhado pelo jornal soviético Red Star.

Da Vila Euclides à Granja do Torto

O Partido dos Trabalhadores iniciou sua trajetória no final dos anos 1970, quando entra em crise aberta o padrão de desenvolvimento gestado nos anos 1930 e aprofundado pela ditadura militar instalada no país em 1964.¹²⁹

A crise econômica se combina com o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro, nas eleições de 1974.¹³⁰ Em seguida, o movimento estudantil retorna às ruas.¹³¹ Finalmente, a classe trabalhadora, com destaque para os operários metalúrgicos do ABC, desencadeia um vigoroso ciclo grevista.¹³²

Embora tenham participado e se beneficiado deste processo, as organizações pré-existentes da esquerda socialista ou nacionalista não tiveram papel protagonista no ciclo grevista, que catalizará todos os demais movimentos de oposição popular ao governo militar.¹³³ Por decorrência, não será em torno das *organizações* que se agrupará político-partidariamente a maior parte da militância surgida nas lutas do movimento estudantil, contra a carestia, pela reposição salarial, pela

¹²⁹ Para uma discussão acerca desta questão, do ponto de vista do pensamento econômico brasileiro, ver Bielschowky (1995). Para uma abordagem teórica acerca do conceito de política econômica, ver Lessa (1998).

¹³⁰ As eleições de 1974 são analisadas detalhadamente em Gaspari (2003).

¹³¹ O ressurgimento do movimento estudantil, através da “geração de 77”, é descrito em Gaspari (2004).

¹³² Há uma diversificada bibliografia sobre o movimento sindical, no final dos anos 1970. Um pequeno resumo e alguns dos principais títulos estão no livro *Partido dos Trabalhadores. Trajetórias. Das origens à vitória de Lula*, editado pela Fundação Perseu Abramo (PT, 2003).

¹³³ Com isso não se quer dizer que não tenham estado presentes, seja nas greves, seja na constituição do ambiente geral em que elas ocorreram. Isso é deixado muito claro por Alípio Freire *apud* Harnecker (1994).

Anistia etc. O ponto de convergência dessa nova vanguarda social e política será o Partido dos Trabalhadores.

A criação do PT foi facilitada por uma coincidência entre três variáveis: a movimentação da ditadura para dividir a oposição liberal-burguesa, motivo pelo qual estimulou o surgimento de novos partidos políticos; a destruição das organizações de esquerda que combateram a Ditadura Militar, o que livrou o PT de uma concorrência mais forte, por exemplo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹³⁴; e o desejo, expresso pela nova vanguarda popular surgida no final dos anos 1970, de construir uma representação partidária própria, sob seu controle.¹³⁵

Fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores será durante alguns anos algo mais do que uma frente de militantes e organizações de esquerda; e algo menos do que um partido de massas. Talvez fosse mais preciso dizer que era um *partido de massas* nos centros operários do estado de São Paulo e um *partido de vanguarda* na imensa maioria das cidades do país. Isso fica claro nas eleições de 1982, que provocou:

“(...) um desapontamento geral para o PT, pois o partido obteve uma votação muito aquém do que era esperado por seus dirigentes” (Brandão, 2003, p. 65).

Documento elaborado pelo partido, nessa época, afirma com todas as letras que:

¹³⁴ Sobre as diferenças entre o PCdoB e o PCB, ver Pomar (2000v).

¹³⁵ É conhecida a hegemonia dos metalúrgicos do ABC no processo de fundação do PT, bem como daqueles sindicalistas que optaram por disputar “por dentro” a estrutura sindical. Qual teria sido a evolução do PT, se tivesse prevalecido o setor das “oposições sindicais”? Para um exercício de história contrafactual, vale a pena se inspirar na leitura de *Santo Dias* (Dias, Azevedo e Benedicto, 2004).

“(...)o PT ficou a menos que esperávamos (...) Nossas expectativas mínimas eram as definidas na lei dos partidos. Embora de aplicação suspensa em 1982, a lei serviu-nos para quantificarmos o nosso objetivo mínimo: 5% de votos em escala nacional, e pelo menos nove estados com mais de 3% dos votos. À parte São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia e Acre¹³⁶, não alcançamos os mínimos esperados. Do mesmo modo, embora tenhamos atingido 10% dos votos em São Paulo, não atingimos os 5% dos votos nacionais” (Circular n. 16/82 *apud* Brandão, 2003, p.65).

Seu fraquíssimo desempenho nas eleições de 1982¹³⁷ abre o debate sobre a viabilidade da criação de um partido como o PT, ainda nos marcos da ditadura militar.

É no curso deste debate que surge a tendência *Articulação dos 113*¹³⁸, que hegemonizará a direção nacional do Partido dos Trabalhadores até 1993.

O documento fundacional da Articulação dos 113 é lançado no início de junho de 1983. Em 28 de agosto, é criada a Central Única dos Trabalhadores. Em 27 de novembro, realizou-se o primeiro comício da campanha das Diretas-Já.

¹³⁶ Ainda está para ser feito um estudo completo, que relacione as levas de migração interna e colonização, com a implantação do Partido dos Trabalhadores nesses dois estados.

¹³⁷ O PT recebe, em 1982, 3,3% dos votos nacionais, ou 1.589.645 dos 48 milhões de votos em disputa. Elege oito deputados federais (sendo 6 em São Paulo) e duas prefeituras (Diadema e Santa Quitéria, no Maranhão, cujo prefeito sairá do PT logo em seguida). (Markun, 2004).

¹³⁸ “O grupo, que se apresentava como a única tendência autenticamente petista, queria evitar que o PT se diluísse numa frente oposicionista liberal como o PMDB ou fosse seduzido por uma proposta socialista sem trabalhadores, como o PDT. Mas, ao mesmo tempo, buscava dificultar a movimentação das organizações de esquerda, cada vez mais atuantes e influentes”. (Markun, 2004, p. 197).

A emenda Dante de Oliveira, que estabelecia a eleição direta para presidente da República, não alcança o número de votos necessário para sua aprovação.¹³⁹ O Partido dos Trabalhadores enfrenta, então, o dilema de participar ou não do Colégio Eleitoral, decisão que estabeleceria os marcos da relação entre o Partido e a nascedoura Nova República. Segundo Lula disse à época:

“(...) a eleição de Tancredo Neves não significa o fim da ditadura militar, não significa o fim do regime. Significa a mudança de um homem por outro homem. A candidatura de Tancredo Neves vai apenas fazer com que haja um esquecimento destes últimos 20 anos. Vai ser um regime autoritário. Mas com uma cara nova, com uma cara de um civil, de um liberal.” (Lula *apud* Markun, 2004, p.208)

Dos 281 mil filiados ao Partido, 19.792 participam de uma consulta às bases realizada sobre este tema¹⁴⁰. Três propostas foram colocadas em votação:

“(...) a de Airton Soares, que queria ‘votar em Tancredo contra o fascismo representado por Maluf’, a de Paul Singer, a favor de só votar no candidato da Aliança Democrática ‘depois de negociar um acordo programático com as principais reivindicações dos trabalhadores’. A proposta do diretório nacional era totalmente contrária à participação dos parlamentares petistas naquela votação”. (Markun, 2004, p. 208)

¹³⁹ No plenário, 298 deputados votaram a favor das Diretas, 65 contra e três se abstiveram. Mas a ausência de outros 112 parlamentares imperdiu que a emenda obtivesse os dois terços exigidos para mudar a Constituição: ficaram faltando 22 votos para que os brasileiros pudessem eleger seu presidente pelo voto direto. (Markun, 2004, p. 206).

¹⁴⁰ O comparecimento à esta consulta, inferior a 10%, dá um parâmetro para que analisemos o tamanho real do Partido nesta época, vis a vis os filiados cartoriais, indispensáveis à legalização do Partido mas sem compromisso real com sua construção.

Prevalece nas bases do PT a posição de não comparecer ao Colégio Eleitoral, decisão que é ratificada posteriormente pelo Diretório Nacional do Partido, uma vez que um Encontro Nacional Extraordinário, convocado para os dias 12 e 13 de janeiro de 1985, não alcança quórum.

Três (Airton Soares, José Eudes e Beth Mendes) dos oito deputados federais eleitos pelo PT decidem desrespeitar a decisão partidária, votam em Tancredo Neves e saem do Partido.

Anos depois, nas eleições para governador de 1990, Lula e outros dirigentes importantes do Partido passam a defender o apoio, no segundo turno, à *candidaturas democráticas e progressistas*. A postura vai se generalizar em 1994, com o apoio a Mário Covas, no segundo turno da eleição para o governo do estado de São Paulo (Markun, 2004).

Nova República: eleições de 1985

Com a eleição e posterior falecimento de Tancredo Neves, José Sarney assume a presidência da República. As denúncias feitas pelo Partido, acerca da *transição conservadora*,¹⁴¹ ganham mais autoridade moral. Um presidente civil, mas ex-presidente do Partido Democrático e Social¹⁴², foi um fato capaz de neutralizar parte das críticas que o PT havia sofrido por não comparecer ao Colégio Eleitoral. Isso, somado à alteração na tática eleitoral, ajuda no bom desempenho do Partido nas eleições realizadas nas capitais e áreas de segurança nacional (1985). Maria Luiza Fontenelle é eleita prefeita de Fortaleza (CE).¹⁴³

¹⁴¹ As denúncias não impediram que a direção nacional do PT divulgasse uma nota, onde considerou que a “confirmação do vice-presidente José Sarney na Presidência da República é a solução que nos resta para a situação criada com o impedimento do presidente Tancredo Neves, sobretudo por contrapor-se a qualquer manobra golpista”. (Markun, 2004)

¹⁴² O PDS era o sucessor da Aliança Renovadora Nacional (Arena), ambos partidos de sustentação do governo militar. José Sarney renunciou à presidência do PDS e filiou-se ao PMDB, para participar da chapa encabeçada por Tancredo Neves.

¹⁴³ O governo de Maria Luiza Fontenelle a frente da prefeitura de Fortaleza é uma experiência que traumatizará profundamente o Partido. Posteriormente, a ex-prefeita saiu do PT.

A alteração na tática eleitoral, materializada numa campanha menos doutrinária no conteúdo e esteticamente mais arejada (por exemplo, com esquetes teatrais), tinha como objetivo fazer o Partido ganhar apoios em setores mais amplos da classe trabalhadora e dos “setores médios”.

Na já citada circular 16/82, dizia-se o seguinte:

“(…) no plano político eleitoral, ficamos no ataque a questões gerais, deixando em segundo plano as questões concretas. Um exemplo disto está no doutrinário característico de muitas de nossas candidaturas (...) Com exceção de uns poucos, não tínhamos planos definidos de governo nem propostas concretas para resolver os problemas, daí que muitos de nós preferíssemos partir para posições doutrinárias de pregação em abstrato em favor do socialismo. Muitos outros transformaram as eleições em um momento de mera agitação de slogans (...) sem nenhuma preocupação real com as questões concretas do dia-a-dia dos trabalhadores e do povo.” (Circular 16/82 apud Brandão, 2003, pp 66-67)

Acerca da “estética” política da campanha, a mesma circular afirmava o seguinte:

“Na televisão a apresentação de slogans dos nossos candidatos tomou, por ingenuidade nossa, quase o caráter de um prontuário de política (...) dizer, na apresentação de um candidato, que ele foi preso ou condenado pela LSN, sem poder explicar ao povo os porquês, levava a transmitir uma impressão errada: o candidato em questão deixava de aparecer como vítima da repressão para aparecer como bandido”. (idem)

As mudanças introduzidas na campanha eleitoral de 1985, possibilitadas em parte pelas mudanças na legislação que regulava o horário eleitoral gratuito, chocaram alguns setores do Partido e provoca-

ram um debate que se estenderia pelos anos 1980, acerca do papel dos *setores médios*.

Posteriormente, este debate foi reinterpretado como uma versão local do dilema apontado por Przeworski (1989), segundo o qual os partidos social-democratas teriam que optar entre manter sua base social original, sendo condenados à minoria; ou fazer alianças para além da sua base social e vencer eleições.

Voltaremos a esse assunto mais adiante. Preliminarmente, considero que interpretar a ampliação do discurso petista em 1985, como uma *avant premiere* do que ocorreria nos anos 1990 ou em 2002, é anacronismo: imputar aos atos realizados em meados de uma década, propósitos e principalmente conseqüências de uma década posterior.

Nas condições vigentes em 1985, a ampliação fez parte do processo que faria o PT tornar-se o partido líder de um campo de forças políticas e sociais que, em 1989, disputaria com o candidato do neoliberalismo, apresentando de maneira mais ou menos consistente uma alternativa democrático-popular e socialista.

Nova República: Cruzado, Congresso Constituinte e Lula-lá

No início de 1986, como resposta à derrota eleitoral e a situação econômica cada vez mais deteriorada, o governo Sarney lançou o “Plano Cruzado”. Alcançando grande apelo popular, o Plano ajudou o PMDB a obter uma grande vitória nas eleições para governos estaduais, congresso nacional e assembleias legislativas. As eleições foram realizadas no final de 1986.

O PT, assim como a CUT, assumiu uma postura extremamente crítica frente ao Plano Cruzado, o que não impediu que Partido dobrasse sua bancada na Câmara dos Deputados, elegendo 16 deputados (contra 8 que haviam sido eleitos em 1982, dos quais três desligaram-se do PT, devido ao voto no Colégio Eleitoral).

Logo após as eleições de 1986, o governo Sarney alterou a política econômica, num gesto que ficou conhecido, já na época, como estelionato eleitoral.

O fracasso do Plano Cruzado, elaborado por André Lara Resende e Pêrsio Arida (futuros pais do Plano Real) é fundamental para entender o processo que separou os economistas desenvolvimentistas dos economistas neoliberais. De maneira análoga, no debate sobre o Plano Real uma parte dos economistas ligados ao PT adere à importantes premissas neoliberais. Em comum, tanto num caso como no outro, a assunção dos economistas à condição de *sacerdotes* e a transformação da economia, no sentido micro da palavra, em pedra de toque da elaboração de um projeto para o país. (Prado, 2005).

Embora tenha tido uma destacada participação no Congresso Constituinte de 1986-1988, será nas eleições municipais de 1988¹⁴⁴ que o PT se tornará, institucionalmente, um dos pólos da oposição democrática e popular contra a transição conservadora. O outro pólo será ocupado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), dirigido por Leonel Brizola. A eleição de 1989 consolidou a liderança petista entre os setores populares, liderança que será mantida pelos treze anos seguintes, até a vitória de 2002.

O PT nunca fez um balanço oficial de seu desempenho na eleição de 1989,¹⁴⁵ o que não deixa de ser curioso, uma vez que todos os setores do Partido e todos os intelectuais que estudam o Partido consideram que aquela eleição constitui um divisor de águas na sua história.

A partir de então, o pensamento e a ação real do Partido se organizaram em torno do objetivo de vencer as eleições presidenciais, objetivo que será perseguido, de maneira persistente, em 1994 e 1998, até ser alcançado em 2002.

¹⁴⁴ O PT passa a governar 38 cidades brasileiras, entre elas três capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e importantes cidades do estado de São Paulo (Santos, Campinas, Santo André, Ribeirão Preto, São Bernardo, além de reeleger Diadema).

¹⁴⁵ A inexistência de um balanço oficial não quer dizer, por óbvio, que não tenha havido um balanço de fato, como veremos nos próximos capítulos desta tese. De toda forma, ele é revelador do *modus operandi* do Partido. Ao contrário dos partidos social-democratas e comunistas europeus, o *aggiornamento* (atualização ou “modernização” programática) do Partido dos Trabalhadores não necessariamente é objeto de formalização nos encontros e congressos partidários.

O que este objetivo “presidencial” introduz de novo, no Partido? A esse respeito, vejamos o que diz Azevedo:

“À luz do projeto e das convicções petistas, tal visão que agiganta o significado da disputa pela Presidência é, à primeira vista, paradoxal. De um lado, o PT nega, desde sempre, que se possa tomar uma vitória eleitoral, inclusive essa, como sinônimo da conquista do poder. [...] Contraditoriamente, o Partido dos Trabalhadores interpretava as eleições presidenciais de 1994 como um passo crucial, um momento decisivo (...) Nessa segunda posição, o erro se inverte: o exagero passa agora da subestimação para a superestimação do alcance da hipotética vitória no pleito presidencial.” (Azevedo, 1995, pp 212-213)

Tirando conclusões opostas às minhas, Azevedo indica aqui um dos problemas mal equacionados nas formulações programáticas e estratégicas do PT.

No caso de 1989, a pequena formulação sobre o que se passaria caso o PT chegasse à presidência da República tem uma explicação muito simples: a maioria da direção partidária não acreditava que a vitória fosse possível.

“a maioria classificou Wladimir Pomar, um dos coordenadores da campanha, de delirante. Ele achava que Lula tinha chances e propôs que o documento de apresentação da candidatura incluísse a afirmação de que não estavam ali para marcar posição e sim para vencer. A frase foi eliminada do texto final.” (Markun, 2004, p. 223)

Quando a campanha ganhou dinâmica e foi ao segundo turno, o ambiente do país era tal que a vitória de Lula teria, como mais provável decorrência, um violento acirramento da luta de classes. Neste cenário, não havia nem tempo nem estímulo objetivo para formulações sobre o que se passaria caso o PT chegasse à presidência da

República *num ambiente de relativa normalidade institucional*. Muitos achavam, pelo contrário, que o país entraria numa situação de tipo pré-revolucionário.¹⁴⁶

A esse respeito, num exercício de história retrospectiva tão comum em dissidentes, César Benjamin afirma ter participado intensamente da campanha de 1989 e garante ter visto:

“como [Lula] não quis chegar à presidência da República num momento em que a classe dominante vetava o seu nome.” (Demier, 2003).

Após a derrota de 1989 e até 1994, evoluíram muito pouco as formulações do PT acerca de como seria, de fato, um governo federal hegemônico pelo Partido.

Os debates realizados no 7º Encontro Nacional do PT e no 1º Congresso do Partido ocuparam-se principalmente do socialismo.

Claro que a revisão programática feita por estes dois conclave alterava o ponto de vista do PT sobre o assunto da disputa e do exercício do governo federal. Mas a combinação entre a disputa interna ao PT, com a radicalização na luta de classes do país, levou a que a chamada esquerda petista vencesse o 8º Encontro e tivesse maioria entre os delegados do 9º Encontro Nacional, fazendo com que as formulações gerais acerca do lugar do governo federal, na estratégia geral do Partido, voltassem às mesmas bases de 1989, quais sejam: *a chegada do PT ao governo federal se daria num contexto de radicalização na luta de classes*.

Vale dizer, contudo, que enquanto a esquerda petista tinha maioria no Diretório Nacional do PT, a comissão responsável por elaborar o programa de governo para as eleições de 1994 dá um *passo adiante* em relação às formulações partidárias de 1989 e 1993. O título do programa é auto-explicativo: *Uma revolução democrática no Brasil*. Lem-

¹⁴⁶ A respeito do que aconteceria se Lula fosse eleito presidente da República, há a esclarecedora previsão & ameaça feita por Mário Amato, então presidente da Fiesp: 800 mil empresários iriam embora do país.

bro que *Uma alternativa democrática para a crise brasileira* é o título do documento aprovado pelo Encontro Nacional de Comunistas realizado em janeiro de 1984, pelo Partido Comunista Brasileiro.

No 10º Encontro Nacional do PT, realizado em 1995, a esquerda petista é derrotada e o chamado Campo majoritário assume a direção do Partido.¹⁴⁷

A nova direção concentra suas energias na ampliação da presença eleitoral-institucional do Partido, através da adoção de uma estratégia de centro-esquerda, nome que foi dado à uma política de alianças com partidos de centro (por *centro*, compreendendo-se principalmente o PMDB e, em muitas circunstâncias, setores do PSDB).

Paralelamente, o debate sobre a política econômica (mais precisamente, o acompanhamento crítico do Plano Real) ganha enorme centralidade. Mas continua não se encontrando, nas resoluções partidárias, uma formulação que detalhe não apenas o papel da conquista, mas principalmente as ações relativas ao exercício do governo federal. Mais do que isso:

“A esquerda (...) não dispunha de uma concepção que abordasse em toda a sua amplitude a crise do Estado e do capitalismo brasileiro. Sua visão democrática radical se limitava aos marcos do liberalismo, do antiestatismo.” (Sader in Haddad(org.), 1998)

É como se a “estratégia” eleitoral, institucional, de centro-esquerda, durasse até o dia da vitória. Deste dia em diante, o vazio. Em 2003-2004, se verificaria que esta impressão não estava desprovida de base real.¹⁴⁸

¹⁴⁷ A rigor, o Campo majoritário assumirá este nome depois do encontro. Em 1995, sua vitória ocorre graças ao apoio recebido de delegados ligados a antigos “radicais”, como Rui Falcão e Wladimir Palmeira; bem como de futuros integrantes do PSOL, como Milton Temer.

¹⁴⁸ É claro que a experiência de governos municipais e estaduais constituiu uma escola para o Partido. Mas esta mesma experiência foi muitas vezes traumatizante. Ademais, os dois principais quadros do primeiro biênio do governo Lula – o próprio presidente e seu primeiro-ministro informal, José Dirceu- nunca fizeram parte de nenhum governo.

Este silêncio pode ter sido uma tática conveniente para um setor do Partido, disposto a realizar um *aggiornamento* com o mínimo de resistências possível; neste caso, poder-se-ia argumentar que foi proposital a pequena reflexão *oficial* sobre o que seria um governo federal hegemonizado pelo PT.

Embora essa postura conspiratória pudesse estar presente, não nos parece que seja suficiente para explicar o silêncio em tela. Entre outros motivos, porque a chamada esquerda petista também não elaborou sua opinião a respeito, como se verifica da leitura das teses apresentadas aos congressos partidários.¹⁴⁹

Havia motivos para tal elaboração. Afinal, no 11º Encontro Nacional (1997) a esquerda petista se tornara a principal defensora da candidatura Lula-1998. E, em 2002, fracassa a tentativa de lançar uma candidatura alternativa de esquerda¹⁵⁰, para disputar com Lula a prévia em que ele derrotaria Eduardo Suplicy e seria confirmado como candidato do PT à presidência da República.

Essa precária formulação sobre o que significaria *exatamente* a chegada do PT à presidência da República, ganha tonalidades dramáticas, quando lembramos que o Partido se transformou em *alternativa de governo* e principal partido de esquerda do país, na contramão da sua própria fortaleza social. Novamente nas palavras de Sader:

“A questão principal é que quando a esquerda chegou ao governo central no Brasil ela já havia perdido a batalha das idéias. Mudou muito o cenário político ideológico no Brasil desde a primeira candi-

¹⁴⁹ A esse respeito, ver *Uma estranha polémica* (1999), a respeito do que seria um governo democrático e popular para as tendências Articulação de Esquerda e Força Socialista. Arquivo pessoal.

¹⁵⁰ Depois de uma tentativa frustrada com Heloísa Helena e Plínio de Arruda Sampaio, a esquerda petista (com a exceção principal da Democracia Socialista) se fixara na pré-candidatura do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues. Mas a candidatura é retirada, em dezembro de 2001.

datura Lula. O neoliberalismo se tornou fortemente hegemônico, não apenas como modelo econômico, mas como visão de Estado. E sua visão de mundo está introjetada também na esquerda. Não só do ponto de vista econômico, mas também dos valores. Basta lembrar da última campanha eleitoral de Lula. O tom forte da campanha eleitoral era o da oportunidade, aquele menino que falava ‘eu quero uma oportunidade’. Esse é o mote do neoliberalismo, que substitui direito por oportunidade”. (*Fórum*, ano 4 número 32, novembro de 2005)

Voltamos aqui ao ponto em que iniciamos o capítulo anterior: num partido que tem a estrela como símbolo, estamos diante de um problema de trajetória, resultante da atração gravitacional combinada de diferentes corpos celestes.

No capítulo anterior, falamos de dois fenômenos históricos que fizeram a trajetória do PT gravitar num sentido moderado: a ofensiva neoliberal e a crise do socialismo.

A partir de agora, falaremos de dois outros fenômenos: a implantação do programa neoliberal, no Brasil, nos anos 1990 e seus diversos impactos na classe trabalhadora em geral e na vida do PT em particular; e, nesse contexto, a maneira como o PT participou dos processos eleitorais, de parlamentos e governos em vários níveis.

Desorganizando as forças do Trabalho

Uma reconstituição da trajetória do PT só é possível levando-se em conta que a história do Partido constitui um caso particular da luta de classes travada no país. No caso do PT, devemos levar em conta o imenso impacto que tiveram, nas condições de vida, na visão de mundo, no ânimo e na organização político-sindical dos trabalhadores, fenômenos como:

a) as mudanças objetivas ocorridas no processo produtivo, com destaque para a ampliação do exército industrial de reserva e do desemprego estrutural. Estas mudanças objetivas foram acompanhadas

de uma reorientação na ação sindical, inclusive dos sindicatos cutistas. Sobre isso, é bom lembrar que:

“os observadores das transformações do fordismo no começo do século XX [tinham] certeza que tais mudanças seriam a morte do movimento operário. O fordismo não apenas tornou obsoleta as habilidades da maioria dos trabalhadores sindicalizados (os qualificados), mas também permitiu as empregadores procurar novas fontes de trabalho, resultando numa classe trabalhadora visto como inevitavelmente dividida entre si por uma ‘incrível gama de tecnologias alienantes e fragmentadoras’ (...) Foi apenas *pos facto* —com o sucesso da sindicalização na produção em massa— que o fordismo passou a ser visto como algo inerentemente fortalecedor dos trabalhadores, ao invés de enfraquecedor (...)” (Silver, 2005, pp 23-24);

b) as alterações ocorridas na distribuição da riqueza nacional, em particular o crescimento do “lumpen-proletariado” *vis a vis* a retração das redes de proteção social. Ao que devemos acrescentar o impacto que tal empobrecimento teve no comportamento dos setores médios, fazendo crescer atitudes de auto-defesa (condomínios fechados, segurança privada, literatura de auto-ajuda) voltadas principalmente contra as camadas pobres;¹⁵¹

c) a “normalização institucional” do país, expressa em eleições bianuais que absorvem enormes energias das vanguardas políticas da classe trabalhadora, bem como na atividade auto-centrada e rotineira de grande parte dos movimentos sociais. Uma vez que esta “normalização institucional” não foi acompanhada por uma melhoria nas condições de vida do povo, cresceu o descrédito, detectado em várias pesquisas, na democracia e na participação política;

¹⁵¹ Um quadro detalhado e uma análise deste processo está nos cinco volumes do *Atlas da exclusão social no Brasil*, (Pochmann et. al., 2005).

d) o crescimento da influência político-ideológica, em setores da classe trabalhadora, não apenas dos meios de comunicação de massa e dos aparatos educacionais de Estado, mas também do crime organizado e das Igrejas, em particular as de corte evangélico. Ao mesmo tempo, organizações tradicionais, como os sindicatos e os partidos, viram um decréscimo na sua militância voluntária;

e) as pressões ideológicas e materiais que a sociedade brasileira sofreu, não apenas por parte de Estados estrangeiros e de empresas “transnacionais”, mas também por parte dos partidos, movimentos sociais e centros formais ou informais de difusão de idéias. Generalizou-se, nos anos 1990, o fenômeno das organizações não governamentais e a presença do financiamento externo, tanto para pesquisas universitárias (o Cebrap foi pioneiro nisto) quanto para atividades sindicais e partidárias.

Estes e outros fenômenos combinados, no contexto dos anos 1990, estão presentes no processo de desorganização das forças da classe trabalhadora, não apenas no terreno da produção, mas também nos demais terrenos da vida social. (Pochman, 2003; Santos, 2001). Os laços comunitários que constituem o ponto de apoio para qualquer luta dos trabalhadores, foram profundamente afetados pelas políticas neoliberais. (Gohn, 2004)

A análise detalhada do debate em torno do programa partidário e de sua estratégia política mostra que as transformações ocorridas no PT, ao longo dos anos 1990, constituíram, ao menos em parte, tentativas de responder a estes fenômenos, mesmo quando tiveram como decorrência prática subordinar o Partido a alguns dos fenômenos que se pretendia enfrentar.

É o caso, inclusive, das transformações organizativas, em que se tentou compensar com mudanças no estatuto e no funcionamento partidário, o fenômeno de redução da militância voluntária. Ao mesmo tempo, cresceu a valorização programática da chamada *utopia concreta*¹⁵², em contraposição ao supostamente abstrato *socialismo científico*.

¹⁵² Sobre a “utopia concreta”, ver a resolução do 7º Encontro Nacional do PT.

Uma observação atenta ao que se passava na periferia das grandes cidades bastaria para demonstrar que crescia o público freqüentador dos cultos evangélicos. Portanto, não necessariamente o problema estava na disciplina supostamente rígida do Partido, nem tampouco no grau de abstração do objetivo socialista.

O Movimento Sem Terra, nascido em meados dos anos 1980, cresceu nos anos 1990, na contramão dos demais movimentos sociais, em parte devido a sua composição social, mas em parte também porque investiu numa política de organização extremamente militante. (Mançano, 1999; 2000) O destaque que um movimento de tipo camponês assumiu, num país fortemente urbanizado, é menos uma prova de sua força absoluta e mais uma prova da fraqueza relativa das organizações dos trabalhadores urbanos. Mas era revelador, também, do impacto do neoliberalismo:

“O custo social de manutenção de uma massa miserável imensamente maior que o exército industrial de reserva pareceu ir além dos custos decorrentes do funcionamento de um parque industrial e agrícola atrasado e pouco competitivo. De tal modo, que a acelerada expropriação ou expulsão do campesinato, combinada com a estagnação e a regressão industrial, deu nova força às exigências de reforma agrária¹⁵³ e fez renascer e crescer, apesar das opiniões contrárias de economistas e sociólogos de direita e de esquerda, um movimento camponês com o perfil organizativo e combativo dos sem-terra, perfil que os camponeses só haviam apresentado em alguns raros momentos da história brasileira”. (Pomar, 2002w, p. 108)

Considero fundamental destacar que as transformações que o PT sofreu ao longo dos anos 1990 confirmam, mesmo que indiretamente, os fortes laços do PT com a classe trabalhadora.

¹⁵³ Sobre o tema, ver *Questão agrária no Brasil: perspectiva história e configuração atual*. Incra-SP, 2005.

Estes laços fizeram o Partido internalizar, fortemente, as influências que os trabalhadores sofriam por parte da burguesia, especialmente nos anos 1990. Cabe lembrar que:

“[a] crise em escala mundial [que] explodiu nos anos 1970 (...) assumiu a forma de uma crise do capitalismo mundial e do poder global dos EUA, porém ao final dos anos 1980, já havia se transformado em crise mundial dos movimentos trabalhistas”. (Silver, 2005, p. 157)

Um exemplo deste processo deletério de internalização é a degeneração de várias disputas internas partidárias (por exemplo, as prévias para escolha de candidaturas a prefeito), que assumiram ao longo dos anos 1990 um padrão semelhante ao das eleições sindicais, num reflexo piorado e distorcido da deterioração das relações no seio da própria classe trabalhadora.

Mesmo que paradoxalmente, a evolução *no detalhe* da trajetória do Partido, em particular a evolução de suas idéias sobre a sociedade brasileira, sobre seu programa de transformações e sobre sua estratégia de poder, só pode ser explicada corretamente se levarmos em conta a manutenção de fortes laços orgânicos entre o PT e a classe trabalhadora.

Embora tenha se alterado substancialmente a natureza destes laços, seja devido a mudanças na composição da classe trabalhadora, seja devido a mudanças na composição interna do Partido, ou ainda devido a alterações nas proposições e atitudes do próprio Partido, eles continuam existindo.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Críticos ferozes como Babá, Valério Arcary e José Maria reconhecem isso, ao afirmar que o PT seria um “partido operário sob direção burguesa” ou alguma variante desta fórmula. (Demier, 2005).

Alterações organizativas sofridas pelo Partido

A relação do Partido com a classe trabalhadora não se resume à sua relação com os chamados movimentos sociais. Há que se considerar outros níveis de relação: entre governos dirigidos pelo Partido e a classe trabalhadora, enquanto beneficiária ou prejudicada por atos e políticas administrativos; entre parlamentares do PT e suas bases sociais; entre o Partido como um todo e o eleitorado trabalhador, nas várias etapas das campanhas, inclusive no horário eleitoral gratuito; a ação das instâncias partidárias e, também, a ação individual dos militantes.

Por outro lado, há que se consider que o termo “movimentos sociais” tem um significado polissêmico; há movimentos de todos os tipos, de composição social muito variada. (Gohn, 2001) Finalmente, há que se diferenciar os movimentos sociais enquanto tais, ou seja, enquanto expressão de uma fração de classe em luta por suas reivindicações; das estruturas e militantes que conferem caráter permanente a este movimento.

Tomando em consideração estes limitantes, a relação entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais é um tema permanente nas resoluções e no discurso partidário. Alguns autores chegam a tratar o PT como *nascido dos movimentos sociais*. Mais exato seria dizer que a militância surgida nas lutas sociais ocorridas no final dos anos 1970 e grande parte dos anos 1980 manteve uma relação quase que espontânea e automática com o PT (Iasi, 2004). As fronteiras entre os adeptos da Igreja popular, o movimento social e o Partido eram muito fluidas.

Nos anos 1990, essa fluidez desaparece. Por um lado, tanto o Partido quanto os movimentos geram uma burocracia permanente, estruturas próprias, um calendário e um *modus operandi* que implicam em diferenciação. Por outro lado, ocorre quase que uma *divisão política de trabalho* entre movimentos e Partido, aos primeiros cabendo mobilizar as bases sociais em torno de diferentes reivindicações e ao segundo cabendo disputar eleições, exercer mandatos parlamentares e governar.

Esta divisão de trabalho, que parecia reproduzir uma separação tipicamente social-democrata entre o “econômico” e o “político”,¹⁵⁵ foi agravada, em diversos momentos, por divergências políticas entre o PT, a CUT e o MST.

Visto de conjunto o problema, muitos autores consideram que teria havido um “afastamento” do Partido em relação aos “movimentos sociais”. Nesta fórmula, condensam-se pelo menos três questões, que precisam ser analisadas separadamente.

A primeira das três questões diz respeito ao papel que a luta social passou a ocupar (melhor seria dizer: deixou de ocupar) na estratégia do PT.

Sobre este ponto, estão presentes no debate do Partido dos Trabalhadores quatro abordagens distintas. Um: aqueles que entendem que a disputa eleitoral e o exercício de mandatos (parlamentares e executivos) constituem o centro da estratégia partidária. Dois: aqueles que entendem que o sucesso da disputa eleitoral e do exercício de mandatos depende da força e da mobilização simultânea dos movimentos sociais. Três: aqueles que entendem que a luta social autônoma é o caminho da conquista do poder, tendo na luta eleitoral e no exercício dos mandatos um ponto de apoio. Quarto: aqueles que entendem que a luta social e a luta eleitoral-institucional constituem diferentes dimensões da luta econômica ou político-econômica dos trabalhadores contra os capitalistas, podendo se transformar, sob determinadas condições, em ponto de apoio para a luta pelo poder.

O que ocorreu, nos anos 1990, foi uma dupla mudança: de um lado, a rejeição (majoritária) a qualquer tipo de estratégia revolucionária de conquista do poder (Bobbio, 2001); por outro lado, nos marcos de uma estratégia não-revolucionária, a ênfase na disputa eleitoral, em detrimento da luta social.

¹⁵⁵ Para uma abordagem teórica deste debate, ver Wood (2003).

A segunda das três questões é saber em que medida esta mudança na estratégia teria levado a uma alteração nas relações entre o Partido e os movimentos sociais.

No que toca ao período 1995-2002, minha hipótese é que a alteração na estratégia, embora tenha levado a uma alteração nas relações entre Partido e movimentos, não chegaram a produzir nem uma ruptura, nem um *distanciamento indiferente*.

Há dois argumentos a favor desta hipótese: o primeiro deles, é que militantes petistas (de diferentes correntes, mas na maioria das vezes ligados à então corrente majoritária do Partido) mantiveram, ao longo dos anos 1990, a hegemonia sobre os principais movimentos sociais do país.

É o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dirigida pela Articulação Sindical¹⁵⁶; é o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), dirigida pelo Partido Comunista do Brasil; é o caso da Central de Movimentos Populares (CMP) e do Movimento Sem Terra (MST), embora nestes casos a hegemonia interna fosse de setores à esquerda do chamado Campo majoritário.

O segundo argumento é que os militantes dos movimentos sociais, quando não as organizações populares oficialmente, apoiaram a candidatura Lula (e, muitas vezes, também candidaturas do PT a governos e parlamentos) nas principais eleições ocorridas nos anos 1990.

A posse de Lula na presidência da República abriu uma nova situação, de relação entre três partes: os movimentos, o Partido e o governo. Desde então, vem ocorrendo um progressivo distanciamento e começam a surgir sinais de ruptura, embora grandemente concentrados num setor da classe trabalhadora que se sentiu objetivamente prejudicado pela ação do governo (o sindicalismo de funcionários públicos).¹⁵⁷

¹⁵⁶ Fundada depois da Articulação dos 113, a Articulação Sindical cumpre um papel similar no caso da Central Única dos Trabalhadores.

¹⁵⁷ Nos referimos, é óbvio, à “reforma da previdência”, analisada detalhadamente por Coggiola (2004).

A terceira das três questões a considerar, em torno da hipótese segundo a qual teria havido um “afastamento” do Partido em relação aos “movimentos sociais”, diz respeito *ao nível real de mobilização* dos movimentos sociais, que não podem e não devem ser resumidos à militância política que os impulsiona.

Quanto a isto, me parece que a hipótese do “afastamento” traz muitas vezes implícita uma leitura *superestimada* do nível de mobilização social; e uma leitura *subestimada* da importância que a “proteção institucional”, conferida pela presença do PT e demais partidos de esquerda, garantiu a esses movimentos nos anos 1990.¹⁵⁸

É como se existisse um forte movimento social, ao qual o Partido estaria alheio ou distante, sendo indiferente para a força deste movimento a existência ou não de uma rede de proteção institucional.

Noutra leitura, é como se existisse a possibilidade de deflagrar um forte movimento social, bastando para isto que o Partido adotasse esta orientação. Uma terceira variante é aquela que atribui ao Partido (e ao governo) uma postura consciente de desmobilização dos movimentos.¹⁵⁹

Existe, inclusive, uma corrente no interior da esquerda brasileira que exalta o papel dos movimentos sociais, em contraposição aos partidos políticos.

Esta postura, denominada pelos críticos de *movimentismo*¹⁶⁰, combina uma crítica radical dos partidos realmente existentes, com uma dificuldade enorme de formulação acerca das questões da política: a estratégia, a tática, o papel do partido político na luta pelo poder, as questões relativas ao exercício do governo e as eleições. O *movimen-*

¹⁵⁸ Essa proteção institucional é muito evidente no caso do Movimento Sem Terra, que foi fortemente reprimido durante o governo FHC, especialmente durante o segundo mandato, contando por outro lado com o PT e com os governos e parlamentares petistas como uma linha de proteção.

¹⁵⁹ Por motivos bastante compreensíveis, parcela da militância política que atua nos movimentos sociais tende a atribuir ao Partido e ao Governo as dificuldades que enfrenta num momento de refluxo.

¹⁶⁰ Ver Régis de Andrade, no prefácio ao livro de Couto (1995); Altarmiro Borges, *Os comunistas e os movimentos sociais*, na página eletrônica http://www.lafogata.org/04latino/latino12/br_os.htm.

tismo, na sua forma pura, corre o risco de se transformar numa *força de pressão* sobre o Estado (motivo pelo qual é tão popular num segmento das organizações não governamentais).

Uma nova geografia e sociologia partidária

O crescimento eleitoral-institucional, combinado aos novos padrões de relação entre o Partido e os movimentos sociais, produziu reflexos tanto na composição social, quanto na distribuição regional do Partido.

Originalmente concentrado no estado de São Paulo e nos grandes centros urbanos, particularmente forte na classe operária, o Partido dos Trabalhadores converteu-se, depois de 25 anos, num partido eleitoral de massas, distribuído de maneira mais homogênea por todo o país, com um eleitorado e com uma composição interna crescentemente pluri-classista.

Esta nova distribuição regional deixou de estar relacionada principalmente, ao contrário de antes, à existência prévia de fortes movimentos sociais (ou de setores que recebiam a influência político-social destes movimentos).

Uma das decorrências deste crescimento em novas bases, foi a transformação das relações entre os militantes e a organização partidária. Essa transformação ocorreu em cinco sentidos principais.

Tornou-se menor o controle do Partido sobre suas figuras públicas, especialmente aquelas com mandato institucional.

Tornou-se menor, também, o controle coletivo da militância sobre os rumos do Partido e sobre os atos dos dirigentes partidários e das chamadas “figuras públicas”.

Aumentou muito a utilização do Partido como “escada” para projetos de natureza pessoal¹⁶¹, inclusive de pessoas com pouco ou ne-

¹⁶¹ É impressionante, neste sentido, como se tornou usual, nos anos 1990, ver dirigentes do PT falando em suas carreiras políticas, expressão que seria abominada nos anos 1980. A expressão material disto é a composição social das direções e encontros partidários, com forte presença de funcionários do Partido, cargos em comissão e setores médios.

nhum tipo de vínculo, nem mesmo distante, com as posições do PT e/ou com movimentos sociais que deram origem ao PT.¹⁶²

Desenvolveram-se e persistem, até hoje, relações de clientela entre parlamentares, dirigentes e setores da base do Partido. Fenômeno que atinge, de forma muito mais ampla, outros partidos, numa espécie de coronelismo que têm na outra extremidade parlamentares e governantes. (Pomar, 2002w)

Finalmente, reforçou-se a possibilidade de lideranças partidárias se transformarem em lideranças de tipo populista,¹⁶³ devido entre outros motivos ao empobrecimento na base do Partido, as mudanças no seu projeto político e a dinâmica da luta eleitoral e institucional.

A participação eleitoral e institucional

Nos anos 1980 houve uma reorganização e expansão da esquerda nos sindicatos, movimentos populares e estudantis, com a reorganização da UNE, a criação da CUT e do Movimento Sem Terra. Já nos anos 1990, houve um recuo na mobilização e um estancamento no grau de organização dos movimentos sociais.

Mas para onde foi a energia social acumulada nestes anos? Parte dela continuou se manifestando, eleitoralmente. Neste contexto, as eleições bi-anuais tornaram-se de fato uma válvula de escape para a insatisfação social, uma válvula em que o resultado final é determinado pelo posicionamento das fileiras menos conscientes da classe trabalhadora. (Arcary, 2003)

¹⁶² Dois exemplos destacados disso são o governador de Roraima, que teve que ser afastado do Partido devido ao escândalo dos “gafanhotos”; e o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

¹⁶³ Lideranças com um programa de conciliação de classes, que estabelecem um diálogo direto com as camadas populares, de caráter mais ou menos messiânico, em detrimento da organização partidária e social e dos mecanismos democráticos institucionalizados.

Por outro lado, a existência das eleições e o espaço institucional que elas proporcionaram à esquerda constituíram um ponto de apoio para a classe trabalhadora, no contexto já descrito de profunda regressão social.

Nos 25 anos que nos separam de 1980, ocorreram 13 eleições, um plebiscito sobre sistema de governo e um referendo sobre comercialização de armas de fogo, além de várias eleições complementares em âmbito municipal. Existe uma vasta bibliografia a respeito desses processos eleitorais, inclusive da participação do PT. Não existe, entretanto, uma síntese global sobre o desempenho do Partido.

É preciso levar em conta que estamos falando de: eleições presidenciais; eleições para a Câmara dos Deputados; eleições para o Senado; eleições para Assembleias Legislativas; eleições para governos estaduais; eleições para prefeitos; eleições para vereadores.

Várias destas eleições ocorreram sob legislações eleitorais diferenciadas, particularmente aquela que legisla o horário eleitoral gratuito. Em cada eleição e conjuntura, é preciso analisar a tática adotada pelo Partido, as coligações realizadas, as campanhas e o resultado obtido (eleitoral e político).

Há que se considerar, ainda, o impacto diferenciado, sobre as campanhas, da existência de governos municipais ou estaduais administrados pelo PT.

A participação do PT na eleição é apenas parte de sua atuação eleitoral-institucional.¹⁶⁴ É preciso levar em consideração os mandatos (vereadores, deputados estaduais e federais, senadores; prefeitos e vices, governadores e vices; presidente da República), que abrem um leque enorme de novas relações para o Partido, para o mandatário e para seu grupo político. Entre estas relações, há o contato cotidiano com os demais partidos políticos, não apenas de enfrentamento, mas também de negociação.

¹⁶⁴ Preferimos falar em atuação eleitoral-institucional, porque a rigor o movimento sindical brasileiro (entre outros movimentos sociais) também tem um caráter institucional.

Além das relações estritamente políticas, há que se considerar os recursos públicos que passam a estar disponíveis; bem como as relações com empresas privadas interessadas em decisões do Executivo e do Legislativo.

A participação eleitoral e institucional do PT produziu efeitos contraditórios: desde governos, bancadas e mandatos individuais muito combativos, até aqueles extremamente domesticados e convencionais (Leal, 2004). No geral, entretanto, a bibliografia aponta esta participação como um dos fatores que incidiram em favor da moderação do programa e da estratégia do PT. Parte da literatura também comenta a existência de uma contraposição entre “luta social” e “luta institucional”.

O fato incontestável é que grande parte da vida partidária passou a estar organizada em torno da disputa de eleições, de dois em dois anos. Mas quais foram os resultados eleitorais efetivamente obtidos? Vejamos o caso das eleições municipais.¹⁶⁵

O Partido dos Trabalhadores disputa eleições desde 1982. Destas, foram de âmbito municipal as eleições de 1982, 1985, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004.

Em 1982, o PT elegeu 2 prefeitos, dos quais só permaneceu no Partido o de Diadema (SP). Em 1985, elegeu a prefeita de Fortaleza (Ceará). Em 1987, numa eleição extraordinária de caráter local, elegeu o prefeito de Vila Velha (Espírito Santo). Em 1988, venceu em 36 cidades, entre elas São Paulo, Vitória e Porto Alegre. Em 1996, elegeu 54 prefeitos/as. Em 1996, mais que dobrou, elegendo 115 prefeitos/as. Em 2000, elegeu 187 prefeitos/as. Em 2004, finalmente, elegeu 411 prefeitos e prefeitas.

Este crescimento numérico foi acompanhado por uma expansão geográfica das prefeituras, pelas diversas regiões do país. Mesmo assim, de 1988 até 2000, a maior parte das prefeituras governadas pelo

¹⁶⁵ Os dados a seguir foram coletados junto às secretarias de Organização e de Assuntos Institucionais do PT. O balanço das eleições baseia-se no livro *Novos rumos para o governo Lula* (Pomar, 2004). Vários parágrafos contendo dados constituem transcrição quase literal da obra citada.

PT se concentrava na região sudeste e sul do país. Em 2000, por exemplo, esta região concentrava 131 prefeituras governadas pelo PT; enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste reuniam 56 prefeituras.

Há um crescimento constante nas cidades com até 50 mil habitantes (21 em 1988, 35 em 1992, 87 em 1996, 127 cidades em 2000). É um crescimento mais modesto nas cidades acima de 50 mil e abaixo de 200 mil habitantes (6, 9, 19, 31 cidades, respectivamente).

O dado mais revelador, entretanto, é o relativo às cidades com mais de 200 mil habitantes. Em 1988 o PT elegeu 9 prefeitos/as nestas cidades; em 1992, elegeu 10 prefeitos/as nestas cidades; em 1996, elegeu novamente 9 prefeitos/as em cidades com mais de 200 mil habitantes. Já em 2000, houve um salto: elegeu 29 prefeitos/as em cidades com mais de 200 mil habitantes, sinalizando a ascensão que levaria o PT a conquistar, em 2002, a presidência da República.

O quadro fica ainda mais claro se considerarmos a população total residente nas cidades governadas pelo PT: 1988: 14,9 milhões; 1992: 8,3 milhões; 1996: 7,9 milhões; 2000: 28,8 milhões.

A curva é clara: ascendente em 1988, entra em descenso nos anos de 1992 e 1996 (período de hegemonia neoliberal), tornando-se fortemente ascendente em 2000. Portanto, o período neoliberal *conteve* a expansão do PT não apenas no terreno da luta social, mas também no terreno da disputa eleitoral. É verdade que esta contenção ocorreu mais no terreno social, do que no terreno eleitoral. Mesmo assim, os resultados de 1992 e 1996 demonstraram os limites de uma estratégia “eleitoral-institucional”. Assim, se esta estratégia prevaleceu no PT, isso foi produto de um cálculo consciente e não apenas um reflexo dos resultados eleitorais em si. Incluamos na análise, agora, o resultado das eleições de 2004.

Algumas características da trajetória eleitoral

A trajetória eleitoral do PT, nas eleições municipais, combina dois movimentos distintos, Um destes movimentos é *constante*, o outro é *variável*.

O elemento constante é o *crescimento em número de prefeituras, vereadores, vices e eleitorado*, mostrando que o Partido vai se capilarizando e se nacionalizando.

O elemento variável oscila ao sabor da conjuntura nacional, estando expresso *no porte das cidades que o Partido governa, no número de habitantes ou de eleitores que ali residem*.

As eleições de 2004 confirmam a existência, de maneira combinada, dos dois elementos: o crescimento contínuo *vis a vis* uma oscilação negativa nas grandes cidades.

A presença simultânea dos dois elementos permitiu que setores do PT apresentassem a eleição de 2004 como uma vitória eleitoral, combinada com derrotas políticas; enquanto outros afirmavam ter ocorrido uma derrota política, combinada com vitórias eleitorais

A primeira variável, de *crescimento constante*, fica clara quando olhamos os resultados quantitativos em geral da eleição de 2004, sem distinguir o porte das cidades: neste caso, os números absolutos mostram que o Partido ampliou o seu número de eleitores, bem como o número de prefeitos/as e vereadores.

Devemos levar em consideração que houve, por parte da direção nacional do PT um esforço extra nas eleições de 2004. Para os defensores da linha implementada pelo governo Lula, seria a prova de que esta linha não impediria e, pelo contrário, impulsionaria vitórias. Para os setores críticos à política econômica, fazia parte do esforço geral para deslocar, à esquerda, a correlação de forças geral do país.

Em 2004, o PT foi o partido mais votado, tanto no primeiro (16,3 milhões de votos) quanto no segundo turno (6,9 milhões de votos).

Se compararmos com a eleição anterior, veremos que em 2000 o PT ficou em quarto lugar, entre os votos válidos, atrás do PSDB, PMDB e PFL. Já em 2004, o PT ficou em primeiro lugar entre os votos válidos (17,2%), superando o PSDB (16,5%), o PMDB (15%) e o PFL (11,8%).

Também em 2004, o PT elegeu 411 prefeitos/as, contra 187 eleitos em 2000 (um crescimento relativo de 120%, superado apenas pelo

PCdoB e pelo PV, que entretanto elegeram um número absoluto bem menor: 10 e 56 prefeituras, respectivamente).

Ainda em 2004, cresceu o número de vereadores eleitos pelo PT: 118 em 1982; 900 em 1988; 1.100 em 1992; 1.895 em 1996; 2.485 em 2000; 3.679 vereadores eleitos em 2004, num total de 10.431.085 votos ou 10,7% do total de votos válidos para vereador em todo o país, o que permitiu ao PT eleger 7,1% do total de vereadores existentes no Brasil.

Portanto, o resultado da eleição de 2004 fez do PT o terceiro partido mais votado para vereador (atrás do PMDB e do PSDB), quando em 2000 era o quinto partido mais votado.

Os 3.679 vereadores eleitos pelo PT estão presentes em 2345 municípios (42% do território brasileiro), um número bastante superior ao de 2000 (quando elegeu vereadores em 1482 municípios).

É importante levar em consideração que, para alcançar este resultado eleitoral, o PT lançou candidatos em cerca de 5 mil municípios, elegendo 411 prefeitos/as, 312 vice-prefeitos/as e apoiando 937 chapas majoritárias vencedoras. Ao todo, o PT iniciou o ano de 2005: participando de 1.660 governos municipais ou 30% dos municípios brasileiros; contando ainda com cerca de 3.677 vereadores¹⁶⁶, em mais de 50 mil.

Confirma-se, portanto, a seguinte curva: ascendente até 1988, inicia um descenso em 1992 e 1996 (anos de hegemonia neoliberal), torna-se fortemente ascendente em 2000 e inflete para baixo em 2004.

Esta curva não mede o impacto qualitativo deste crescimento eleitoral sobre o Partido. De toda forma, o PT só se tornou campeão de votos no conjunto formado pelas 96 principais cidades brasileiras, disputando o segundo turno em 24 delas, *depois da eleição presidencial de 2002*. E embora o número de municípios onde o Partido está organizado para disputar eleições tenha crescido de maneira intensa, numa capilarização que fez o PT chegar aos famosos grotões da política

¹⁶⁶ A direção nacional do PT desconhece o número exato de vereadores eleitos pela legenda.

brasileira, isso também só ocorreu recentemente, depois da chegada ao governo federal.

Eleições e disputa de hegemonia

No contexto de um período de redução das lutas e mobilizações sociais, a participação do PT na vida eleitoral e institucional certamente foi importante para a eleição do presidente da República, em 2002.

Por conta disto, é usual encontrar quem explique a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, como decorrência principal de um acúmulo de vitórias em eleições municipais e estaduais.

Mesmo reconhecendo a importância da força eleitoral-institucional do PT, entendo que a hipótese acima referida não explica a vitória de Lula nas eleições de 2002. Até porque o PT conseguiu eleger em 2002 menos de 20% da Câmara dos Deputados; menos de 10% do Senado; e o governador em apenas três estados da federação: o Acre, o Piauí e o Mato Grosso do Sul. A vitória na eleição presidencial não foi acompanhada, portanto, de uma vitória eleitoral geral do PT.

Embora tenha disputado 13 eleições, em seus 24 anos de vida, o número de vitórias do Partido segue sendo relativamente pequeno. Mesmo considerando, ao lado dos resultados municipais, o desempenho do PT nas eleições estaduais e nacionais, podemos afirmar com que a *quase vitória* de 1989 e a *vitória* de 2002 resultaram de duas variáveis combinadas: por um lado, o acúmulo progressivo de forças (eleitorais e sociais) por parte do PT e da esquerda política e social brasileira; por outro lado, o deslocamento de setores sociais insatisfeitos com a hegemonia burguesa vigente à época, inclusive setores da própria burguesia.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Vale lembrar que todos os candidatos a presidente, em 1989, repudiavam a “Nova República”. E que, em 2002, nenhum dos candidatos assumia a defesa *tout court* da política econômica de FHC, nem mesmo o candidato do PSDB, José Serra, que prometia “continuidade”, mas “sem continuísmo”.

Portanto estamos diante de um fenômeno cujas causas combinam um fator cumulativo, com um fator conjunturalmente determinado. Vejamos no próximo capítulo como este processo de deslocamento ocorreu.

Os sujeitos ocultos da política brasileira

A trajetória do PT foi acompanhada, desde o início, por um debate acerca da natureza do Partido. Neste debate, existe uma ampla incidência de interpretações que abordam as mutações programáticas e fisiológicas do PT, como se fossem desdobramentos naturais e relativamente inevitáveis.

Para alguns, a força do PT no movimento sindical o conduziria, mais cedo ou mais tarde, a importar para dentro da organização partidária os processos e as limitações típicos do sindicalismo.¹⁶⁸

Para outros, teria sido a crescente presença do PT nas disputas eleitorais, na vida parlamentar e no governo municipal, estadual e federal, a responsável por produzir inevitavelmente a integração teórica e prática do Partido, na ordem política (capitalista) que ele se propunha, inicialmente, a transformar.

Há quem vincule a transformação do PT à percepção do próprio Partido, supostamente decorrente do seu “amadurecimento”, de que a estratégia e os objetivos programáticos iniciais estariam desatualizados e/ou superados.

Finalmente, há os que vinculam a trajetória mais recente à hegemonia, no interior do Partido, de setores médios, de setores burgueses ou similares, com interesses objetivos na manutenção do *status quo*.

Considero necessário distinguir os fenômenos apontados, dos paradigmas interpretativos.

Tais paradigmas não são neutros, tanto porque incidiram no debate do próprio PT acerca de si mesmo, quanto (e principalmente)

¹⁶⁸ Merval Pereira, colunista do jornal *O Globo* (24/7/2005), chega a dizer que o governo Lula seria a comprovação das teses de Lênin, sobre a incapacidade da classe operária, por si só, superar os limites do tradeunionismo.

porque são interpretações fortemente *normativas*, que conduzem ao seguinte corolário: *a hegemonia burguesa é incontestável e incontornável*.

No âmbito da pesquisa sobre o PT, é interessante notar que aceitar esta tese significa considerar como exóticas, inevitavelmente fadadas ao fracasso, as posições da chamada esquerda petista. Ademais, uma conclusão deste tipo tornaria dispensável a história, tanto como ciência, quanto como prática humana.¹⁶⁹

O processo de “adaptação” do PT foi historicamente construído, através de dois movimentos principais, movimentos que foram simultâneos e combinados: de um lado, a pressão feita pela burguesia; de outro lado, a pressão feita a partir de dentro, por setores do próprio Partido.

O sucesso desta operação combinada¹⁷⁰ se deveu, em grande medida, ao período histórico em que o Partido cresceu, de refluxo das forças socialistas e de avanço das forças neoliberais. Vale ressaltar que foi em nome de enfrentar estas mesmas condições, em nome de enfrentar o neoliberalismo, que a maioria do Partido dos Trabalhadores adotou idéias que, mais adiante, se mostrariam decisivas na sua adaptação à ordem vigente.

As origens da transformação

Como e quando teria iniciado (ou teria sido percebida) a metamorfose das posições do PT?

As entrevistas realizadas por Demier (2003) apontam várias respostas. Há aqueles, como José Maria¹⁷¹, para quem uma resposta ri-

¹⁶⁹ Não por coincidência, estas interpretações são extremamente comuns entre jornalistas da FSP e da revista *Veja*, em cujas redações há uma forte presença de pessoas que, na sua fase de militância estudantil integraram a tendência Liberdade e Luta, comprovando que os fatalistas de ultra-esquerda se transformam muito rapidamente em paladinos da “ordem” que pouco antes combatiam.

¹⁷⁰ Numa imagem militar, foi um “movimento em pinça”. Ver *A estratégia da pinça*, de Juarez Guimarães, na *Teoria e Debate* 12, outubro/dezembro de 1990.]

¹⁷¹ Candidato a presidente da República, em 1998 e 2002, pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

gorosa levaria a dizer que os problemas começaram no momento mesmo da fundação do Partido. Luciana Genro¹⁷² situa o ponto zero da “degeneração” na chegada do PT ao governo da cidade de São Paulo, em 1988. César Benjamin¹⁷³ vai localizar na derrota de 1989 um nó fundamental.

Outros situam a “viragem” em meados dos anos 1990, quando se dá a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República. Vejamos o que diz Emir Sader:

“Como foi possível que o PT, partido nascido do sindicalismo de base, dos movimentos sociais, da luta contra o neoliberalismo, assumisse esse papel? As ‘explicações’ sobre o caráter de perversão que o poder operaria sobre todos os que chegam até ele são totalmente insuficientes, até porque essas viradas, em partidos de bases populares, não se dão da noite para o dia, sendo o resultado de um processo (...) de transformações sociais, políticas e ideológicas(...)

Especialmente desde 1994, o PT passou por um processo sistemático de transformação de sua composição, de sua relação com os movimentos sociais, com a institucionalidade e com temas centrais para a definição estratégica do partido. Foi o balanço feito pela direção do partido da derrota para FHC, que tomou o tema do ajuste fiscal¹⁷⁴ como central, contra a prioridade das políticas sociais pregada pelo PT. A derrota foi traumática não apenas porque Lula era amplo favorito no início da campanha e teve de amargar uma grande virada contra ele, como ela se deu em torno de um tema subestimado pelo partido e em relação ao qual o PT nunca conseguiu um acerto de contas (...)

¹⁷² Deputada federal eleita pelo PT, expulsa do Partido em dezembro de 2003. Uma das fundadoras do Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL).

¹⁷³ Intelectual ligado à chamada Consulta Popular, rompeu com o PT em 1995.

¹⁷⁴ A esse respeito, é fundamental a leitura de *A real história do real* (Prado, 2005), que mostra como o debate sobre a natureza da inflação foi o rito de passagem de então desenvolvimentistas, para posições neoliberais.

Mas o principal foi a reinserção do PT na institucionalidade, com esta ganhando relevância como o cenário privilegiado de atuação do partido, em detrimento de sua relação com os movimentos sociais. Paralelamente, Lula centrou sua atuação no Instituto da Cidadania, distanciando-se até mesmo da vida interna do PT. O partido, enquanto isso, alterava a sua composição: os dados do último Congresso Nacional do PT, realizado em dezembro de 2001 em Recife, apresentaram uma participação dos delegados em que cerca de três quartos deles não eram vinculados a movimentos de base, e sim integrado em cargos institucionais (...) A média de idade apresentava um significativo aumento e os setores médios predominavam”. (Sader, 2004, pp 86-87)

Aqui cabe lembrar que a *moderação* de organizações de esquerda não é um fenômeno estranho à história do movimento socialista.

Um debate recorrente

Questões semelhantes foram debatidas por comunistas e social-democratas de esquerda no início do século XX: por quais motivos ocorreu a *putrefação da social-democracia*? Por qual motivo amplos setores da classe operária européia não aderiram à revolução socialista? Por que os social-democratas continuaram mais fortes que os comunistas, dentro da própria classe trabalhadora, na maior parte dos países da Europa ocidental? E, mais adiante, porque muitos partidos comunistas se converteram, na segunda metade do século XX, em “ala esquerda” da social-democracia européia?

Nos anos 1920, parte importante dos comunistas – a começar por Lênin – sustentava existir uma base objetiva para a *degeneração* da social-democracia: a existência de uma camada no interior da classe operária, que ele denominou de *aristocracia operária*,¹⁷⁵ possuidora de

¹⁷⁵ Ver *Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*, de Monty Johnstone, in: *História do Marxismo*, volume V, página 42.

interesses comuns com a classe dominante, uma vez que seu padrão de vida, superior ao conjunto da classe operária, era dependente da dominação imperialista.

O diagnóstico de Lênin, que combina razões objetivas e subjetivas, dá origem a pelo menos duas linhas distintas de interpretação e ação. A primeira dessas linhas reconhece a existência da aristocracia operária, mas enfatiza as opções feitas pelas direções políticas:

“O longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária, mas, ao contrário, à degeneração burguesa da burocracia operária (...) a longa crise da revolução internacional, que cada vez mais se transforma em crise da cultura humana, reduz-se, no fundo, à crise da direção revolucionária do proletariado”. (Leon Trotsky, 30/10/1937, prefácio à primeira edição do *Manifesto Comunista* publicada na África do Sul)

A outra linha de interpretação surge nas fileiras do chamado “marxismo ocidental”¹⁷⁶ e busca aprofundar a compreensão das razões estruturais que explicam o comportamento do proletariado. Pertencem a esta linha de interpretação: Luckacs, que desenvolve os conceitos de *classe em si* e *classe para si*¹⁷⁷; e Gramsci¹⁷⁸, que lança mão dos conceitos de *hegemonia* e de *dominação*.

Por caminhos diferentes, ambos chegam a semelhantes conclusões: uma parcela da classe trabalhadora teria interesses objetivos na manutenção da ordem capitalista; e mesmo durante uma crise revolucionária, estaria subjetivamente propensa a seguir aceitando a sua

¹⁷⁶ Ver *Considerações sobre o marxismo ocidental*, de Perry Anderson Lisboa: Afrontamento, 1976.

¹⁷⁷ A esse respeito, ver *Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20*, de Lubomir Sochor in: *História do Marxismo*, volume IX.

¹⁷⁸ A esse respeito, ver *Gramsci: a filosofia da práxis como previsão*, de Nicola Badaloni in: *História do Marxismo*, volume X.

hegemonia, cuja solidez seria, portanto, mais ampla do que se imaginava. Noutras palavras: existiria um conflito entre os interesses históricos da classe e seus interesses imediatos.

Se este era o problema nos anos 1930, do ponto de vista dos comunistas, depois dos anos 1950 ganharia destaque outro problema: como explicar as relações de opressão e dominação existentes nos regimes democráticos e populares do Leste Europeu. Para Djilas (s/d), a explicação está no surgimento de uma “nova classe”.

No Brasil de 2003, esta foi a rota explicativa proposta por Francisco de Oliveira, para dar conta da, segundo ele, conversão do PT a diretrizes econômicas neoliberais.

Para Oliveira (2003), uma fração da classe trabalhadora teria se transformado noutra classe social, daí as mudanças programáticas e estratégicas ocorridas no PT:

“(…)as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de ‘analistas simbólicos’; são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte dos conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. (...) Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de ‘sujeitos monetários’, trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego. Sindicatos de trabalhadores do setor privado também já estão organizando seus próprios fundos de previdência complementar, na esteira daqueles das estatais. É isso que explica recentes convergências programáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas, *doublés* de ban-

queiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina.’ (Oliveira, 2003, pp 146-147)

Penso que esta explicação identifica corretamente a *natureza* do problema (pois vai à busca das bases sociais, inclusive das classes sociais envolvidas); mas não localiza corretamente a solução. Vamos por partes.

O fenômeno de cooptação do PT pela ordem é anterior¹⁷⁹ aos sinais que servem de base para falar em uma nova classe, que estaria no comando do PT. Ademais, estes sinais são demasiado precários para sustentar a existência de uma “nova” classe social (Iasi, 2004).

Mais promissor do que falar em “nova classe”, é investigar outras hipóteses: a hegemonia burguesa sobre o Partido; os sinais de uma direção pequeno burguesa; ou de predomínio de uma fração de classe com traços de “aristocracia”. O que o caso do Partido Trabalhista e do Partido Comunista podem nos indicar a respeito desta questão?

O caso do Partido Trabalhista tem especificidades muito grandes. De bases populares e uma forte corrente de esquerda no seu interior, o PTB teve um forte estímulo palaciano, com o fito de deter o crescimento do Partido Comunista pós-Segunda Guerra Mundial (a exemplo do papel cumprido pela Democracia-cristã italiana, no mesmo período).¹⁸⁰

Já o caso do PC é mais promissor, para efeitos de análise comparada. É sabido que o PC mudou sua composição social diversas vezes, especialmente a composição de sua direção, ao longo de 1922-1982.

¹⁷⁹ As vezes parece que intelectuais atualmente críticos ao governo e ao PT ajustam a cronologia de suas explicações de forma a fugir da pergunta clássica dos policiais: “onde estava você, na hora do crime?”

¹⁸⁰ Daniel Aarão Reis Filho é um dos poucos a salientar a importância de estudarmos o Partido Trabalhista Brasileiro. Ver, por exemplo, *História e perspectivas da esquerda* (Fortes, 2005). Sobre as relações entre a classe trabalhadora, o trabalhismo e o populismo, recomenda-se a leitura de Ferreira (2001).

De um partido essencialmente operário, torna-se a partir dos anos 1930 um partido de ex-tenentes. Depois de 1945, parte expressiva dos principais dirigentes segue tendo origem nos setores médios, mas há também uma forte presença operária, oscilante a depender da conjuntura e da política do Partido. Nada que se compare, entretanto, ao Partido Operário Social Democrata Russo, onde:

“a proporção de militantes operários, não só por sua origem, mas também por sua presença na produção, igualava, se não superava, a que existia nos quadros dirigentes dos grandes partidos social-democratas europeus da época. Este fenômeno é tanto mais significativo por que o microcosmo dos quadros não se recrutava a partir do macrocosmo, que era um partido de massas composto em grande medida por operários – como foi o caso, por exemplo, do partido social-democrata alemão – senão em condições, muitas vezes perigosas e delicadas, da ilegalidade” [Haupt, 1972, p. 21] *Los bolcheviques*, Ediciones Era: México]

Em que medida a composição social das direções e das bases do Partido incidiu na linha política do PCB, em cada momento?

Uma correlação possível, que permitiria uma analogia com o caso do PT, diz respeito às formulações teóricas do Partido. Pois o fenômeno de *domesticação* sofrido pela esquerda brasileira, especialmente nos anos 1990, também esteve presente no movimento comunista, pelo menos num aspecto essencial: a defesa de uma estratégia democrático-nacional (Pomar, 2000v), ou seja, de aliança com a burguesia *nacional* para derrotar o latifúndio e o imperialismo.

A correlação poderia ser a seguinte:

“(...)o anticapitalismo da pequena burguesia radical, em nome do proletariado, não passa da defesa dos interesses autônomos e democráticos do capitalismo. Isto já vinha sendo tentado desde o início da década de 1920, quando foi fundado o Partido Comunista. Alguns setores da pequena burguesia procuravam falar em nome do prole-

tariado, assumindo as propostas democrático-burguesas como se fossem as propostas do próprio proletariado. É evidente que no Partido Comunista essas propostas misturavam-se com outras nitidamente proletárias. Não ficava claro, porém, até que ponto as propostas burguesas interessavam ao proletariado e até que ponto deveriam ser combatidas. Com a frustração da Revolução de 30 e o afluxo de grande número de elementos da pequena burguesia ao PC, este foi se transformando fundamentalmente num partido da pequena burguesia radical.” (Pomar, 2002w, p.31)

A estratégia da revolução em duas etapas, adotada pelo Partido Comunista desde sua fundação, em 1922, reservava ao movimento comunista (e à classe trabalhadora, em certa medida) um papel subalterno, *por princípio*; uma força *auxiliar* no curso da revolução democrático-burguesa no Brasil.

Tal estratégia, com suas nuances, foi mantida em todas as fases do movimento comunista brasileiro, inclusive pelas organizações que travaram a luta armada contra a ditadura militar (1964-1985).

Mesmo nos momentos de maior radicalização na retórica ou nas formas de luta, esta estratégia subordinada não foi abandonada. E os setores do movimento comunista que criticaram esta estratégia, ou tiveram reduzidíssima influência, ou terminaram retornando ao leito da estratégia originalmente criticada.

É exatamente por remeterem, no limite, a um pano de fundo comum, que as polêmicas travadas no interior do PCB, após 1947, 1957 e 1964; no interior das organizações guerrilheiras, após a derrota da luta armada de 1968-1974; bem como no interior do PT, especialmente após as derrotas de 1989-1994-1998, possuem um acentuado parentesco de forma e, muitas vezes, de conteúdo.

O caráter “pendular” da história do movimento comunista brasileiro também só pode ser adequadamente compreendido nesse contexto.¹⁸¹

¹⁸¹ Embora não concorde com as conclusões, uma das melhores análises deste caráter pendular está em Brandão, 1997.

Evidentemente, no caso dos comunistas, esta cooptação não é totalmente visível, porque foi *limitada* (ou seja, não se completou, não se transformou em integração efetiva à ordem capitalista)¹⁸² devido a uma série de fatores: a fraqueza relativa da classe trabalhadora brasileira, que não chegou ao ponto de converter-se em alternativa de governo ou de poder, motivo pelo qual não se fez necessária a cooptação explícita de seus representantes partidários; a brutal repressão *preventiva* movida pelo Estado brasileiro contra as organizações de esquerda, até pelo menos o final dos anos 1970; a disputa mundial entre o capitalismo e os países do chamado *campo socialista*, bem como entre marxismo e ideologias burguesas, que em certa medida *sobredeterminava* as disputas ocorridas em cada país.

Uma parte desses fatores limitantes atuou até o final dos anos 1980. Daí por diante, atuaram com mais força tendências opostas: o enfraquecimento do marxismo, o desmanche do chamado campo socialista e a transformação da esquerda em alternativa de governo. Nesse momento, entretanto, os comunistas já não eram mais a força hegemônica da esquerda brasileira e sim os petistas.

Num certo sentido, a história reservou ao Partido dos Trabalhadores a tarefa de conduzir, à uma etapa superior, as contradições que marcaram o movimento comunista brasileiro.

A novidade, no caso do PT, é que o Partido negava, explicitamente, a estratégia *etapista* adotada pelo movimento comunista. Ao contrário daquele, o Partido dos Trabalhadores afirmara, durante os anos 1980, uma estratégia diretamente socialista.

No próximo capítulo desta tese, analisaremos a evolução das resoluções partidárias, mostrando como, de pontos de partida distintos,

¹⁸² A criação do Partido Popular Socialista (PPS) foi uma tentativa neste sentido. Mas só o PT reuniu as condições necessárias à estratégia defendida por Roberto Freire, candidato do PCB à presidente da República em 1989 e principal responsável pela criação do atual PPS.

se chegou a conclusões semelhantes (agora nas formas de estratégia de centro-esquerda, transição de modelo ou republicanismo). Por enquanto, nos concentremos nas relações entre o PT e os sujeitos ocultos da política brasileira: as classes sociais.

Eleições e classes médias

Os partidos de esquerda vinculam explicitamente seu programa aos interesses (reais ou supostos) de uma classe social: o proletariado, a classe operária, os trabalhadores. Já os partidos de direita e de centro raramente explicitam estes vínculos.

Mas quais os contornos da classe trabalhadora? E quais seus interesses? Não há consenso sobre estas duas questões, nem na produção acadêmica sobre classes sociais, nem tampouco no debate da esquerda socialista.

A ausência de definição sobre os contornos da classe trabalhadora, amplia a indefinição sobre os chamados setores ou classes médias. O debate a respeito ganhou alguma intensidade em meados dos anos 1980, quando o Partido dos Trabalhadores fez um esforço para ampliar sua votação e sua presença exatamente naqueles setores sociais.

Como já apontamos, este debate foi reinterpretado posteriormente como uma versão local do dilema apontado por Przeworski (1989), segundo o qual os partidos social-democratas teriam que optar entre manter sua base social original, sendo condenados à minoria; ou fazer alianças para além da sua base social e vencer eleições. A interpretação e também o raciocínio de origem possuem diversas falhas.

Em primeiro lugar, não se deve confundir alianças com outras classes sociais, com alianças com setores de sua própria classe social. Parte do que é denominado de setores médios ou até de classes médias, constitui de fato um setor da classe dos trabalhadores assalariados.

A expressão “setores médios” busca dar conta de um setor social de características híbridas: trabalhadores assalariados de altos salários; trabalhadores assalariados com posições de chefia em processos

produtivos; trabalhadores assalariados com um grau de qualificação muito elevado; trabalhadores assalariados que ocupam posições especiais, não necessariamente de chefia, no processo produtivo; profissões assalariadas que há uma ou duas gerações eram não-assalariadas; trabalhadores pequeno-proprietários urbanos; pequenos empresários, que apesar de explorar trabalho assalariado, precisam obrigatoriamente trabalhar; pessoas afastadas da produção, que vivem de algum tipo de renda fixa, com um padrão de vida similar aos casos já citados. (Santos, 2004)

Embora integrem diferentes classes sociais, os chamados “setores médios” têm um comum, por um lado, um determinado padrão de consumo; e, por outro lado, a constante ameaça de se verem rebaixados socialmente (pela concorrência, pelos impostos, pelo aumento de custos etc). Isto provoca um comportamento político extremamente oscilante, tanto na massa dos setores médios, quanto entre aqueles indivíduos que assumem a condição de seus porta-vozes políticos e culturais.

Em segundo lugar, a aliança com outras classes sociais não necessariamente é contraditória com os objetivos programáticos da classe trabalhadora. O exemplo clássico disto é a Revolução Russa, com a aliança operário-camponesa. Aliás, Lênin sempre sustentou o caráter profundamente *popular* da revolução russa e criticou aqueles que buscavam isolar a classe operária do contato com as outras classes sociais.

Sobre este tema, lembro o que disse Marek Waldenberg acerca da postura adotada pela social-democracia alemã, entre o final do século XIX e o início do século XX:

“Sem dúvida, o problema das alianças com as classes camponesas – e, em particular, a busca do apoio dos camponeses médios – podia levar a um desenvolvimento das tendências reformistas, na tentativa de adaptar a política e inclusive a ideologia aos interesses de consistentes grupos de camadas médias. Os efeitos positivos, derivados da extensão da influência da social-democracia, seriam provavelmente anulados por conseqüências negativas; a uma tal colocação do pro-

blema das alianças, deve-se atribuir o fato de que, em princípio, os marxistas –com exceção dos social-democratas russos– deixavam de lado, em sua política, a questão da aliança entre operários e camponeses. Disso derivava, inequivocamente, um período de auto-isolamento que Kautsky julgava inevitável. Entre o fim do século XIX e o início do XX, o maior teórico da social-democracia alemã (...) julgou oportuno o isolamento do movimento operário, tendo em vista a formação da consciência política das massas proletárias, uma avaliação que se reforçava ainda mais porque Kautsky se opunha ao processo de ‘enraizamento’ nas estruturas já existentes(…)” (Waldenberg *apud* Hobsbawn, 1985, pp 235-236)

Em terceiro lugar, a ampliação das alianças e do discurso não implica necessariamente em vitória eleitoral. Como se viu no segundo turno das eleições de 1989, parte expressiva das classes trabalhadoras, inclusive dos chamados setores médios, votou em Fernando Collor de Mello, apesar da campanha de Lula ter conseguido ampliar suas alianças políticas e sociais.¹⁸³

Em resumo: não se pode tomar isoladamente a variável “alianças” e daí deduzir toda uma política. Esta variável deve ser analisada em combinação com o programa que se defende, com os conflitos de classe presentes em cada momento histórico, com o “lugar” que determinado partido ocupa na luta de classes em curso no país e, em última análise, quem hegemoniza a aliança.

¹⁸³ Avaliando que a derrota para Collor esteve concentrada nos “descamisados”, Lula dará enorme ênfase, durante a década seguinte, à luta contra a fome. Esta é a origem das Caravanas da Cidadania; do apoio à campanha da Cidadania contra a Fome, impulsionada por Betinho; do Programa Fome Zero; e da ênfase nos programas sociais compensatórios, desenvolvidos por prefeituras, governos estaduais e agora pelo governo federal encabeçado pelo PT. Outro que extraiu do resultado de 1989 assunto para toda uma vida foi Eduardo Suplicy, com seu programa de renda mínima. A esse respeito, ver Rocha (2004) e Suplicy (2002).

Reitero, por isso, que interpretar a ampliação do discurso petista em 1985, como uma *avant premiere* do que ocorreria nos anos 1990 ou em 2002, é anacronismo: imputar aos atos realizados em meados de uma década, propósitos e principalmente conseqüências de uma década posterior.

Nas condições vigentes em 1985, a ampliação fez parte do processo que faria o PT tornar-se o partido líder de um campo de forças políticas e sociais que, em 1989, disputaria com o candidato do neo-liberalismo, apresentando de maneira mais ou menos consistente uma alternativa democrático-popular e socialista.

Uma certa releitura da história partidária, feita após a derrota de 1989, atribuiu outro caráter ao debate sobre as “classes médias”. No início dos anos 1990, se utilizou dos êxitos do PT em 1985-1988 e da derrota em 1989 como argumentos adicionais em favor de uma ampliação. Mas a ampliação pretendida nos anos 1990 tinha um caráter distinto daquela efetivada em 1985-1989. Era uma ampliação *cum* rebaixamento programático, a tal ponto que o PSDB foi considerado, pelo Diretório Nacional do PT reunido no início de 1990, como integrante do *campo democrático e popular*.

O debate sobre os setores médios também está presente quando se discute quais as causas sociais das mudanças ocorridas no programa e na estratégia do Partido dos Trabalhadores.

Deste ângulo, nos parece adequado dizer que mais do que uma classe média¹⁸⁴, existe no Brasil um comportamento de classe média, que tem características políticas extremamente semelhantes ao espírito pequeno burguês referido por Marx:¹⁸⁵

“Trata-se de um setor social espremido entre o capital e o trabalho e que teme a colisão das classes, exatamente por estar no meio dela. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de

¹⁸⁴ Sobre o tema, recomenda-se a leitura de *Classe média e sistema político no Brasil*, de Décio Saes (São Paulo: T.A. Queiroz, 1984).

¹⁸⁵ As citações que Iasi faz de Marx estão em *O Dezoito Brumário*, p. 228-229.

classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar a sua heterogeneidade (que uma vez projetada defensivamente para fora na sociedade a vê como ‘pluralista’) e falta absoluta de coerência, o que a obriga sempre a oscilar entre a defesa da ordem do capital ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo. Trata-se de nossa boa e velha pequena burguesia (...)” (Iasi, 2004, p.457)

Iasi (idem) sustenta existir uma “aproximação evidente entre o caráter da pequena-burguesia”, tal como descrito por Marx e “a direção geral das mudanças ocorridas na inflexão moderada que vimos na trajetória do PT”. Mas:

“(...)apresenta-se um problema sério neste argumento. A origem de classe daqueles que formam o PT não se encontra na classe trabalhadora (...)? A maioria dos militantes e quadros dirigentes do PT não é oriunda das classes trabalhadoras? A base social deste partido não se enraiza na classe trabalhadora? (...)”

Há duas possibilidades explicativas para este aparente paradoxo. A primeira, é que houve, na prática, uma mudança de classes, de modo que essas pessoas eram trabalhadoras, mas não são mais. (...) A segunda, que consideramos mais adequada à complexidade do fenômeno, é que é possível uma classe, sem deixar de ser trabalhadora, ser hegemonizada por uma orientação pequeno-burguesa. Muito provavelmente estamos diante das duas coisas, ou seja, parte das lideranças e amplos estratos dos escalões partidários podem ter mudado de classe, ao mesmo tempo em que, como isto não é possível para o conjunto da classe, os que seguem sendo trabalhadores estão sendo dirigidos por um projeto pequeno-burguês democrático. (...)

Em termos gramscianos, o partido passou de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa. (...) A base social do influxo moderado do PT, e que torna possível a prevalência de um horizonte pequeno-burguês no projeto deste partido, está na *burocracia partidária e sindical* formada nesse processo.” (Iasi, 2004, p.459).

Iasi acerta no atacado, ao identificar uma mudança na composição social do Partido e vincular esta mudança, com as alterações na linha do Partido. Mas erra no varejo, por quatro motivos.

Primeiro: identifica como “pequena burguesia” tanto pequenos proprietários quanto uma fração da própria classe trabalhadora assalariada. O correto seria distinguir três setores: a burguesia pequena (proprietários de capital, que empregam trabalho assalariado e também trabalham, dado o pequeno porte de seu capital); trabalhadores pequenos proprietários (que não empregam trabalho assalariado e trabalham, geralmente apoiados por membros da família); trabalhadores assalariados, cujas características foram expostas anteriormente nesta tese.

A rigor, estes três setores sociais (distintos entre si) manifestam traços de caráter típicos da “pequena burguesia” tal como descritos por Marx.

Segundo: a força deste setor dentro do Partido está vinculado à sua base social, dentro e fora do Partido. Não se trata, portanto, de um processo limitado à burocracia sindical e partidária, nem ao enriquecimento de alguns dirigentes (embora isso possa ter havido).

Ao longo dos anos 1990, houve um afluxo de filiações ao PT oriundas dos setores sociais anteriormente descritos. Esta é a base social do processo, que foi reforçada pelo fato destes setores serem majoritários na composição dos encontros nacionais do Partido. O que a burocracia sindical e partidária faz é manter a base social tradicional do Partido fiel às novas orientações.

Terceiro: esta fração de *caráter pequeno burguês* não está presente apenas entre os setores moderados, abriga-se também entre os chamados radicais, dentro e fora do PT. Não é por outro motivo, aliás, que enquanto os moderados do PT eram atraídos pelo neo-desenvolvimentismo, a radical Consulta Popular organizou seu pensamento em torno da *Nação brasileira*.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Sobre a Consulta Popular, escrevi *A opção brasileira*, in: Pericás e Barsotti (1998). Para conhecer as posições iniciais da Consulta Popular, ler Benjamin (1998).

Quarto e mais importante: Iasi (2004) desconsidera que o processo descrito por ele está imerso numa disputa mais ampla, entre a burguesia e a classe trabalhadora.

Na verdade, só o impacto da hegemonia burguesa sobre o PT é capaz de explicar o fato de uma fração da classe trabalhadora, que *pensa e age como pequeno-burguesa*, ter se transformado *de fato* em direção do Partido.

Ao não perceber este pano de fundo, preenchendo toda sua vista com a pequena burguesia e o proletariado, Iasi perde a chance de ver os limites do processo. Talvez porque tais limites ainda ofereçam uma chance de vida para o PT. Ou talvez porque esteja, ele próprio, obnubilado pelo charmoso brilho da pequena burguesia.

A moderação do petismo, dentro do próprio PT, foi até um determinado limite: a aliança dos trabalhadores com os setores produtivos do Capital, contra a especulação financeira. Mas, uma vez no governo, a metamorfose completou-se e a aliança foi até o setor financeiro. Ao fazer isto, o governo Lula deu prosseguimento à lógica do governo anterior, que após “encantar” os setores médios com a magia do real forte, arrebitou seus bolsos e sua vida:

“Parece que o governo Lula decidiu mesmo que não precisa do apoio da classe média. Primeiro, ao fazer a Reforma da Previdência do setor público, o governo (...) também cortou fundo nas expectativas de aposentadoria dos funcionários públicos, boa parte deles cidadãos de classe média. (...) [os brasileiros de classe média] precisam manter os filhos em escolas particulares e pagar planos de saúde também particulares. Na hora de declarar o imposto de renda, parte dessas despesas é deduzida. Aí o governo afirma que se trata de desvio de gastos sociais para os ricos. Coitada da classe média. As taxas de desemprego (...) atingiram em cheio os portadores de diplomas universitários e mesmo de pós-graduação. (...) Mais uma paulada na classe média(...)

O governo Lula (...) não vai corrigir a tabela do Imposto de Renda da pessoa física (...) e vai prorrogar a alíquota de 27,5% de desconto de imposto de renda.

O governo Lula parece se esquecer que a classe média foi o diferencial para sua eleição. Cansada da arrogância Tucana, das decepções do governo Fernando Henrique, por quem foi muito mal tratada, a classe média brasileira abriu mão de seus temores e preconceitos e apoiou com entusiasmo uma mudança de governo”. (Hippolito, 2005, 3/12/2003, p.82)

Nada mais previsível, portanto, que na intelectualidade, vanguarda dos setores médios e portadora de um *caráter pequeno burguês*, para utilizar os termos de Iasi, haja uma brutal rejeição ao governo Lula.

Portanto, dentre as causas objetivas do refluxo da intelectualidade simpática ao governo, está o desgaste do administração federal junto aos chamados “setores médios”, uma das bases sociais que apoiaram, dentro e fora do PT, as posições de centro-esquerda.

Fica claro, assim, um dos motivos da metamorfose incompleta do PT, ou melhor, dos motivos pelos quais ela tem que se completar fora do Partido: *a base social da moderação programática do Partido é exatamente uma das vítimas do programa moderado de governo.*

Não é a primeira vez que a pequena burguesia (ou setores que pensam e agem como tal) se decepciona com um governo. E não admira que, frente a isto, parte dela busque socorro nos braços da direita tradicional. Alguns intelectuais ex-petistas, junto ao PMDB.¹⁸⁷ Parte das massas deste setor social, votando “não” no referendo que decidiu sobre a comercialização de armas; e respondendo, às pesquisas de opinião, estar mais preocupada com a violência do que com o desemprego.

O comportamento da burguesia

Mas não foram apenas os setores médios que experimentaram uma frustração: parcelas da burguesia também esperavam outra coisa

¹⁸⁷ Caso de Carlos Lessa e César Benjamin, que colaboraram na elaboração do programa de governo de Garotinho, pré-candidato à presidência da República pelo PMDB.

do governo Lula. Para entendermos como isso se passou, vejamos como evoluiu o comportamento da burguesia brasileira, desde o início dos anos 1980:

“Durante o ciclo aberto com a ‘revolução de 30’, o capitalismo brasileiro experimentou um desenvolvimento rápido, industrializador e urbanizante. (...) Quando esse ‘modelo’ entrou em crise, a burguesia não reagiu unificadamente. Essa situação – uma crise e uma classe dominante dividida sobre como enfrentá-la – abriu uma ‘brecha’ no esquema de dominação burguesa. Através daquela brecha, penetraram as forças populares (...) O auge daquela ofensiva das forças populares foi a eleição presidencial de 1989, quando o candidato da Frente Brasil Popular disputou o segundo turno; o país polarizou-se entre o bloco conservador e o bloco democrático-popular. A burguesia dispersou-se entre diversas opções eleitorais (...) A ameaça de uma derrota, em 1989, impôs a unidade burguesa, primeiro em torno de Collor¹⁸⁸ e, depois, em torno do chamado neoliberalismo. Não foi uma unidade por opção: foi uma unidade no susto.” (Pomar, 2004, pp 30-34)

Como sabemos, Collor foi afastado antes do término do seu mandato.

“Mas o temor e o risco de que o PT vencesse as eleições de 1994 permitiram que a unidade burguesa em torno do neoliberalismo sobrevivesse ao tropeço inicial de Collor, ao plebiscito sobre o sistema de governo e ao fracasso da revisão constitucional.” (idem)

A candidatura de Fernando Henrique Cardoso, ao contrário da de Collor, foi construída como alternativa eleitoral orgânica de uma bur-

¹⁸⁸ O tema é bastante desenvolvido em *Quase lá* (Pomar, 1990w).

guesia já majoritariamente hegemonzada pelo neoliberalismo. Um sinal disso é a vitória de FHC no primeiro turno, quando no início do ano era o PT que imaginava possível uma vitória de Lula no primeiro turno.

Como sabemos, o Plano Real foi ao mesmo tempo a plataforma eleitoral e o núcleo programático do governo FHC. O Plano teve efeitos variados, sobre os diferentes setores da sociedade (inclusive sobre os diferentes setores da burguesia). Efeitos que foram se intensificando e se acumulando com o passar do tempo, em parte por fatores locais, em parte por mudanças importantes no quadro internacional.¹⁸⁹

Como resultado disso, setores populares (trabalhadores assalariados e trabalhadores pequeno-proprietários), bem como setores da própria burguesia começam a se movimentar em direção a outras alternativas eleitorais. Em 1998, Ciro Gomes é a alternativa preferida destes setores, como chegou a ser em determinado momento da eleição de 2002. Mas a partir de meados de 2002, a candidatura Lula será o principal destino desses dissidentes do Real.

O peso que este deslocamento assumiu, seja na realidade, seja nas formulações e percepções do Partido e de setores mais amplos da classe trabalhadora, é uma das razões que devem ser levadas em conta para entender os dilemas e limites, não apenas do governo Lula, mas também do Partido dos Trabalhadores, na conjuntura atual.

Falo em *percepções*, porque considero existir, em algumas análises, uma ênfase exagerada no papel que as alianças com “setores da burguesia” teriam tido na eleição de Lula. Insiste nesta ênfase até mesmo um crítico como Petras (2004), que exagera a importância política e eleitoral da presença de José Alencar como candidato à vice-presidente da República.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Uma descrição da evolução da situação econômica do país pode ser encontrada em várias obras de Reinaldo Gonçalves, entre as quais *O Brasil endividado* e *A armadilha da dívida* (Gonçalves & Pomar, 2000 e 2003).

¹⁹⁰ Paradoxalmente, o vice-presidente tem se oposto publicamente ao radicalismo monetarista do ministério da Fazenda no governo Lula.

Os que pensam assim confundem deslocamento maciço *da burguesia*¹⁹¹ com deslocamento de *setores sociais insatisfeitos com a hegemonia burguesa* vigente à época, *inclusive* setores da burguesia, cujo peso eleitoral específico é, de toda forma, muito pequeno.

A idéia de que Lula foi eleito presidente da República, porque a burguesia *deixou* ou *apoiou*, se encaixa num padrão mais amplo de desmoralização da classe trabalhadora. Como já foi citado anteriormente:

“(...)criar um ambiente discursivo que desinflou dramaticamente o moral político popular e a vontade de lutar por mudanças (...)” (Silver, 2005, p. 32)

É impossível não relacionar esta operação de *desmoralização*, com o balanço das razões da vitória em 2002 e com a imensa dificuldade que o PT e o governo Lula demonstram para atuar sobre a conjuntura no sentido de alterar a correlação de forças.

A idéia de que *a margem de manobra é mínima* resulta numa redução progressiva da margem de manobra realmente existente. Por exemplo: os setores da burguesia que apoiaram Lula tinham a expectativa de alguma mudança macroeconômica, no sentido de reduzir a financeirização da economia (expectativa semelhante a que tinham os apoiadores *in pectore* de José Serra).¹⁹² Ao não reduzir a financeirização da economia, o governo Lula decepciona inclusive os setores da burguesia que o apoiaram, o que num círculo vicioso minimiza as possibilidades de reduzir a influência do capital financeiro.

¹⁹¹ Um estudo feito por Raimundo Pereira e publicado na revista *Carta Capital*, edição de 14 de setembro de 2005, analisa as contribuições financeiras feitas pelo empresariado nas campanhas presidenciais e conclui que o candidato preferencial da burguesia, nas eleições de 2002, era José Serra.

¹⁹² Uma análise interessante sobre a candidatura Serra está em Arcary *apud* Demier (2003).

Do governo dos trabalhadores ao superávit primário

Acompanhar a evolução da visão de mundo hegemônica no Partido dos Trabalhadores exige, por óbvio, ir além das resoluções aprovadas pelo Partido. Exigiria, por exemplo, a realização de um programa de pesquisas qualitativas com os filiados ao PT.

Mesmo que se queira, como no caso desta tese, dar ênfase às resoluções dos encontros e congressos partidários, é preciso levar em consideração cinco níveis de análise.

O primeiro nível de análise é a exegese das resoluções propriamente ditas. Como já foi dito, este trabalho está extremamente facilitado, depois que a Fundação Perseu Abramo disponibilizou em CD-Rom todas as resoluções congressuais do Partido dos Trabalhadores, inclusive as do 12º Encontro nacional, realizado em dezembro de 2002. Ainda não existe, entretanto, uma edição das resoluções do Diretório Nacional do PT.

O segundo nível de análise é a reconstituição do debate que deu forma às resoluções finalmente aprovadas. Isso exige ter acesso a três fontes documentais. A primeira é composta pelos textos e debates que deram origem à tese apresentada pela tendência hegemônica em cada período da história do Partido. A segunda é composta pelos textos e debates que deram origem às teses apresentadas pelas diversas tendências minoritárias. A terceira fonte documental é o conjunto de emendas (aditivas, substitutivas, de redação) que foram apresentadas, rejeitadas ou aprovadas em cada encontro. Como já dissemos, esta massa de documentos e informações ainda não foi organizada, estando na maior parte dispersa em arquivos pessoais ou das tendências partidárias.

O terceiro nível de análise é o debate de idéias existente, na sociedade e no Partido, à época de cada encontro/congresso. Quais as questões predominantes, qual a agenda de cada grande tradição

interpretativa da sociedade brasileira, qual a postura de cada uma das grandes correntes ideológicas que compõem a esquerda brasileira e o PT em particular.

O quarto nível de análise é o da correlação de forças, no âmbito nacional e internacional, vis a vis as resoluções aprovadas pelo Partido.

O quinto e último nível de análise é o de qual o *status* preciso de cada encontro e de cada Congresso, bem como de suas resoluções, na atuação partidária. Noutras palavras, em que medida cada resolução analisada corresponde à atuação real do Partido. Um aspecto particularmente incômodo nas resoluções partidárias é a escassa referência à correção ou não das previsões contidas nas resoluções anteriores. Muitas vezes, episódios centrais na história do Partido, como as eleições de 1989, não foram objeto de análise qualificada.

De toda forma, optei por não realizar uma exegese exaustiva de cada resolução partidária, mas sim apresentar como evolui a opinião do Partido sobre as questões fundamentais, ao longo de várias resoluções. Meu interesse foi o definir *o sentido geral das mudanças*, não a letra exata desta ou daquela resolução.

Tendo em vista os objetivos desta tese, foquei minha análise em três temas fundamentais: a análise da sociedade brasileira; o programa de transformações proposto para esta sociedade; e a estratégia do Partido.

A análise da sociedade brasileira

As resoluções iniciais do Partido dos Trabalhadores são bastante econômicas, quando se trata de apresentar uma análise em profundidade da sociedade brasileira. Uma das primeiras exceções a isso é a resolução do 4º Encontro (1986):

“O capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX. Todavia, o capitalismo expandiu-se aqui de forma regionalmente muito desigual. No centro-sul e no sul

do País há um capitalismo relativamente concentrado, que principalmente em São Paulo alcançou um razoável grau de centralização. Mas no resto do Brasil o capitalismo está disperso por pequenas empresas, com algumas poucas exceções, e aproveita-se, em medida considerável, de formas atrasadas de produção(...)

Esse tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil expandiu, do ponto de vista social, uma diversificada camada de assalariados urbanos e rurais na indústria, no comércio, nos serviços em geral e na agricultura, incluindo aí uma pequena burguesia de extensão razoável. Além disso, apesar do processo de expropriação a que foram e continuam sendo submetidos os camponeses e os pequenos e médios proprietários urbanos, essas camadas cresceram em termos absolutos, acompanhando o aumento da população. A pequena burguesia proprietária, incluindo donos de pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços (...), autônomos e camponeses, abrange uma considerável massa da população brasileira.

O capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional(...).¹⁹³

A resolução faz uma detalhada análise da estrutura, conscientização e organização das classes existentes no Brasil, arrancando daí uma série de conclusões sobre as perspectivas de transformação do Brasil, na direção do socialismo.

Outra resolução que busca apresentar uma análise de conjunto da sociedade brasileira é a do 5º Encontro Nacional (1987). Após analisar a conjuntura nacional, afirma:

“A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT.”

¹⁹³ As citações das teses podem ser localizadas através de busca automática, no CD-Rom já citado.

A resolução analisa a dialética entre reforma e revolução, entre acúmulo de forças e tomada do poder, entre a natureza do capitalismo e as contradições da transição socialista no Brasil, concluindo com a discussão sobre a democracia no socialismo.

No capítulo seguinte, a resolução do 5º Encontro analisa a estrutura de classes existentes no Brasil, apresentando em seguida a política de *acúmulo de forças*, a relação entre alternativa democrática e popular e o socialismo, bem como a política de alianças do PT.

No 6º Encontro Nacional (1989) e no 7º Encontro Nacional (1990), o Brasil aparece mais sob a forma de conjuntura política do que sob a forma de análise histórico-estrutural. Em ambos os casos, a ausência de uma análise mais ampla sobre a sociedade brasileira pode estar relacionada à satisfação com o que havia sido dito pelo 4º e 5º Encontros; e/ou pode decorrer da prioridade conferida à análise conjuntural, no ano da eleição presidencial e no primeiro ano do governo Collor de Mello.

A resolução do Primeiro Congresso do Partido (1991) voltou ao tema, afirmando o seguinte:

“Antes de esboçarmos nossas idéias sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo, gostaríamos de resgatar algumas questões de método, com o qual vimos trabalhando desde o 4º Encontro Nacional do PT. Estabelecemos, naquela ocasião, a necessidade de contar com o concurso dos mais diversos elementos de conhecimento, articulados entre si, para traçar um projeto de construção do socialismo em nosso País, entre os quais destacamos os seguintes:

a) o conhecimento da realidade concreta do Brasil, das tendências do desenvolvimento capitalista brasileiro e da correlação de forças no plano nacional, nas suas diferentes dimensões, já que a edificação da nova sociedade só se dará a partir das contradições da atual sociedade capitalista;

b) o conhecimento da prática dos movimentos sociais brasileiros, tendo em conta que a forma concreta como eles lutam e se organizam é que vai

determinar, em grande medida, as formas de organização e as relações econômicas sociais e políticas da futura sociedade;

c) o conhecimento e a avaliação crítica das experiências concretas do socialismo em diferentes países do mundo, assim como dos pressupostos teóricos que as embasaram ou explicaram, na perspectiva da formulação de novos pressupostos teóricos para orientar a ação partidária;

d) o conhecimento das tendências internacionais do desenvolvimento do capitalismo, a avaliação da correlação de forças no plano internacional e sua incidência na dinâmica da luta de classes no País”.

Apesar deste alerta, a resolução do Primeiro Congresso travou o debate sobre o socialismo no plano teórico-conceitual, sem fundamentá-lo no debate já clássico sobre a natureza da formação social brasileira.¹⁹⁴

Portanto, muito ao contrário de ser o ponto de partida para uma investigação ambiciosa a respeito destes e de outros elementos, a resolução do Primeiro Congresso inaugurou um período em que as reflexões do Partido não se propuseram a pretensão de formular uma narrativa de largo alcance sobre a sociedade brasileira, no qual estaria inserida a atuação estratégica e tática do Partido.

Durante o 8º Encontro (1993) e o 9º Encontro (1994), isto poderia ser atribuído à hegemonia da chamada esquerda petista, cuja formulação estratégica se remetia ao que fora dito pelo 5º Encontro Nacional. Mas no 10º Encontro Nacional (1995), o comando do Partido passa às mãos do setor moderado.

A tese guia aprovada naquele encontro, por uma maioria de apenas dois votos, sofreu emendas e resultou numa resolução que afirmava que:

¹⁹⁴ A esse respeito, há uma síntese nos vários artigos do volume III da *História do Marxismo no Brasil* (Moraes, 1998).

“(…) para derrotar o projeto neoliberal, o PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco (...)”

As resoluções do 10º Encontro, do 11º Encontro (1997) não corresponderam, entretanto, a estas diretrizes. O II Congresso (1999), avaliando a derrota nas eleições presidenciais de 1998, dirá que:

“faltou às propostas do PT e das esquerdas uma visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro”.

O 12º Encontro (2001) ameaçou esboçar esta análise, que acaba contingenciada pela necessidade de apresentar um programa de governo para as eleições presidenciais de 2002.

Em resumo, as resoluções partidárias – salvo tentativas pontuais, de reduzido aprofundamento e sem continuidade – não se propuseram a formular uma *narrativa de largo alcance sobre a sociedade brasileira*, que servisse de base para a luta pelo socialismo em nosso País.

Por quais motivos um partido que se orgulha de ter Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Mário Pedrosa entre seus fundadores, não conseguiu produzir uma análise congressual mais profunda sobre a sociedade brasileira? Ou pelo menos uma tentativa de síntese acerca do Brasil, similar àquela que foi realizada acerca do socialismo, no 7º Encontro Nacional?

Há várias explicações possíveis. A primeira dela é o método utilizado para aprovação das resoluções partidárias, segundo o qual cada uma das tendências partidárias apresenta seus projetos de resolução, que são posteriormente levados a voto, sem prejuízo de “emendas” ao

texto que resulte vencedor numa votação preliminar. Este método, para além de impor significativa dispersão das energias intelectuais do Partido, favorece a redação de textos ecléticos, com ênfase nas polémicas internas e imediatas, não nas polémicas externas e de médio-longo prazo.

Caberia responder, entretanto, porque o tema das “grandes narrativas” não constitui uma polémica “interna” de grande interesse, que justificasse (como foi feito no caso do 7º Encontro Nacional) a constituição de uma comissão plural, capaz de elaborar um texto com alto nível de consenso interno.

Isso nos remete para uma segunda explicação: o crescente desprestígio, dentro do Partido, das grandes sínteses explicativas, especialmente aquelas inspiradas no marxismo: análises de longa duração, estruturadas em torno da luta de classes, sobre a formação social brasileira. Nas palavras de Sader:

“É preciso ter uma análise crítica das formas de acumulação capitalista no Brasil e como isso afeta o Estado. Com a ditadura, achou-se que a democracia iria resolver os problemas do Estado. Isso não se faz no gogó ou na intuição (...) O PT não criou a sua teoria, sua intelectualidade, os marxistas abandonaram tudo na mão da Cepal, que desertou. Tudo aquilo que o PT analisava como positivo era na intuição. E na prática foi guinando, guinando, guinando sem ter consciência do que estava fazendo. (...) Não decifrar teoricamente a realidade passou a ser fatal a partir de 1994.” (*Fórum*, ano 4, n. 32, novembro de 2005)

Há uma terceira explicação possível: a de que, embora não explicitamente, as resoluções aprovadas pelo PT entre 1995 e 2001 estejam *de alguma forma* baseadas *em algum tipo* de narrativa de longo prazo sobre a sociedade brasileira. Exploreemos um pouco mais esta hipótese.

A narrativa oculta

A leitura que o PT faz, nos anos 1980, da sociedade brasileira alimentou-se, em boa medida, da bibliografia de esquerda crítica à interpretação formulada pelo comunismo oficial, que subestimava o desenvolvimento capitalista existente no país.

Ao contrário, afirmava-se nas resoluções do PT o caráter plenamente capitalista da sociedade brasileira; o caráter dependente, monopolista e anti-democrático deste capitalismo; o alto nível de integração entre o latifúndio, o imperialismo e o desenvolvimento capitalista nacional; o caráter central das contradições entre o capital e o trabalho, portanto entre capitalismo e socialismo.

Nos anos 1990, a visão que o PT possui da sociedade brasileira começa a mudar.

Ganhou crescente espaço a interpretação e a agenda neoliberal, frente a qual alguns setores do PT reagiram mimetizando princípios teóricos e determinações programáticas também de origem neoliberal.¹⁹⁵

Em decorrência da crise do socialismo e do questionamento ao marxismo, este não teve condições de hegemonizar a resistência ao neoliberalismo.

A regressão imposta por uma década de crise econômica combinada com as reformas neoliberais, ressuscitou questões e soluções típicas dos anos 1950.

Como decorrência, a resistência a ofensiva neoliberal foi feita à partir de *trincheiras desenvolvimentistas*, combinadas aqui e ali com as idéias democráticas e socialistas (cristãs, comunistas ou social-democratas).

Na prática, a crítica ao capitalismo cedeu espaço à crítica ao neoliberalismo; e o socialismo perdeu espaço como alternativa ao neoliberalismo. Mas qual alternativa ao neoliberalismo foi gestada no curso deste processo?

¹⁹⁵ Sob certos aspectos, essa adesão a certos princípios da agenda neoliberal recebe apoio do sindicalismo de empresas privadas.

As resoluções do 10º Encontro e do 11º Encontro falam que cabe ao PT apresentar uma proposta de *revolução democrática*, que ofereça:

“(...) uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal (...)”.

As resoluções citadas são muito detalhadas na crítica ao neoliberalismo. Já o nacional-desenvolvimentismo, embora desqualificado retoricamente (chega a ser denominado de caduco), não é analisado detalhadamente.

Uma leitura detalhada das resoluções, entretanto, mostra que nelas convivem vários tipos de crítica ao nacional-desenvolvimentismo. Segundo uma delas, herdeira da tradição socialista, o nacional-desenvolvimentismo é criticado por estar à serviço do capitalismo, conjugando desenvolvimento com exploração. Noutra delas, de matriz liberal, o nacional-desenvolvimentismo é criticado por ter retardado a entrada do país na onda da globalização.

O nacional-desenvolvimentismo, assim como o comunismo, é um fantasma que assombra a esquerda brasileira. Já fizemos menção ao fato de, no debate sobre o Plano Cruzado, uma parte dos economistas ligados ao PMDB ter se convertido à posições neoliberais. Isso não impediu que em 1999, o II Congresso do PT apontasse que:

“(...)um debate tímido e inconsistente em fins de 1998 alimentou especulações sobre a possibilidade de uma ‘virada desenvolvimentista’ no segundo mandato [de FHC, mas ele] mantém sua orientação neoliberal e tende a aprofundá-la(...)”

No caso do governo Lula, ocorre algo similar. Depois das resoluções do Partido, entre 1995 e 2001, terem exorcizado o nacional-desenvolvimentismo diversas vezes, Guimarães (2003) aponta que:

“[em 2003] a crítica liberal tem feito, quase como obsessão, uma campanha sistemática contra as personalidades mais vinculadas à tradição nacional-desenvolvimentista no governo Lula (...)” (p. 127)

Ironicamente, um dos que atacam “Lula e seus dois governos” (*FSP*, 5/9/2003) é Luís Carlos Mendonça de Barros, tido como um dos integrantes do grupo desenvolvimentista do PSDB.

Guimarães (2003), na condição de candidato a ideólogo do petismo, busca demonstrar o valor da cultura política nacional-desenvolvimentista para o futuro dos brasileiros:

“Uma apreciação isenta dos programas, problemáticas e valores colocados dramaticamente nas eleições presidenciais de 2002 mostraria que os principais candidatos moveram-se em torno à crise do paradigma neoliberal e à retomada dos temas e soluções excluídos da agenda nos anos 1990. O próprio candidato do PSDB, José Serra (...) tem a sua trajetória e a sua identidade vinculadas em alguma medida à tradição nacional-desenvolvimentista. A crítica à positividade atribuída à noção de nacional, a apologia do sentido virtuoso dos mercados desregulados, a rejeição aos papéis ativos do Estado na economia foram os eixos críticos do neoliberalismo à tradição nacional-desenvolvimentista nos anos 1990 (...)” (p.129)

Noutras palavras: o debate programático em 2002 teria se dado entre duas variantes, ou pelo menos entre duas interpretações, do nacional-desenvolvimentismo.¹⁹⁶ Guimarães (idem) vai além:

“(...) O sentimento nacional, desenvolvimentista e distributivista dos brasileiros encontra-se deprimido, desesperançado? A riqueza das idéias que constituíram, no século XX, junto com o movimento modernista de 1922, nossa auto-estima e nossa identidade civilizatória está extinta? Ou está irradiando-se, contraditoriamente e com mediações, até nos próprios arraiais da *intelligentsia* do PSDB? (p. 130)

¹⁹⁶ Vale lembrar que Francisco Weffort, em 1994, dizia que tanto Lula quanto Fernando Henrique Cardoso tinham as condições para concluir o ciclo histórico, republicano burguês, em nosso país.

Como se vê, Guimarães não tira todas as conclusões desta *plasticidade* do desenvolvimentismo:

“Por um certo ângulo de leitura, a história brasileira desde 1964 pode ser interpretada a partir dos impasses do nacional-desenvolvimentismo. Pode-se falar aqui, no plano da cultura política, de três momentos de desconstrução do nacional-desenvolvimentismo. O primeiro foi operado a partir de dentro do regimento militar, cindindo a própria noção de desenvolvimento, separando crescimento econômico da formação da Nação, em seu sentido social, distributivo e inclusivo. (...) A segunda desconstrução foi operada pela esquerda, a partir da crítica às insuficiências, ambigüidades e carências do nacional-desenvolvimentismo. (...) [a terceira desconstrução materializou-se no] nascimento do PSDB (...) O intelectual central nesta operação foi justamente Fernando Henrique Cardoso (...) (p. 134-135)

Vejam os quais seriam, na opinião de Guimarães, as críticas de esquerda ao nacional-desenvolvimentismo:

“(...) a desconsideração histórica de haver industrialização latino-americana nos quadros da dependência que veio junto à crítica da existência da possibilidade de haver burguesias locais com projetos nacionais; a desconsideração do grau de conflito distributivo de interesses inscritos nos projetos desenvolvimentistas, em particular entre capital e trabalho, em nome do sentido nacional; a não-superção teórica clara e definitiva de certos conceitos e raciocínios típicos das teorias liberais, o que impedia os teóricos da Cepal de diagnosticar as dinâmicas cíclicas de acumulação capitalista; o precário desenvolvimento de uma ciência política democrática, abrindo o flanco para todo o tipo de distorções geradas por um processo de expansão do Estado sem controle democrático (...)” (p. 134)

Guimarães aponta a existência de “duas linhas principais de desenvolvimento desta crítica” de esquerda ao nacional-desenvolvimentismo:

“(…) A primeira, liderada por Fernando Henrique Cardoso, foi ganhando crescentemente uma identidade e uma direção liberais. Outra tem no estudo de Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista* (...) seu momento mais expressivo e mantém um diálogo importante com a tradição das idéias encarnadas no Brasil por Celso Furtado. Seria importante nesta linha considerar todo o trabalho crítico de reelaboração e atualização desta tradição irradiada pela professora Maria da Conceição Tavares. Sem dúvida, a geração e a expansão destas críticas tiveram em certas dinâmicas de setores da intelectualidade universitária paulista os seus grandes atores. A conseqüência desta desconstrução foi a separação de mundos entre a esquerda classista nascente, cujo tronco central é o PT, e a cultura nacional desenvolvimentista. Os seus intelectuais mais poderosos encontraram, então, abrigo no MDB e, depois, no PMDB.” (p. 134)

O que Guimarães não percebe é que a separação de mundos entre o PT e a cultura nacional-desenvolvimentista não foi produto da *desconstrução crítica*, mas sim da reação dos trabalhadores frente à crise do desenvolvimentismo realmente existente.

Vejamos a coisa de outro ângulo: as taxas de crescimento econômico do Brasil, ao longo do século XX, são superiores a dos demais países do mundo. Esta pujança se traduziu, no terreno da cultura política, na hegemonia das idéias e das propostas vinculadas a este crescimento econômico. Destas, a tradição intelectual mais poderosa foi o nacional-desenvolvimentismo.

Segundo Bielschowsky (1995, p. 241-243) é possível identificar entre 1945 e 1964:

“(…)cinco grandes correntes de pensamento, ou seja, três desenvolvimentistas, uma neoliberal e uma socialista”.

Ainda segundo Bielschowsky, haveria um desenvolvimentismo do setor público/nacionalista, um desenvolvimentismo do setor privado/não nacionalista e um desenvolvimentismo do setor privado.

Ou seja: o nacional-desenvolvimentismo cobriu praticamente todo o espectro de alternativas políticas. E, de 1930 a 1950, hegemonizou o pensamento socialista.

Em meados dos anos 1950, setores do pensamento socialista começam a se emancipar do nacional-desenvolvimentismo, ao perceber que este constituía de fato a *gramática do desenvolvimento capitalista* realmente existente em nosso país.

Esta emancipação ocorre de maneira incompleta, entretanto. No terreno político, a maior parte das organizações marxistas continua prisioneira da *teoria das etapas*, que defende um período de desenvolvimento capitalista prévio ao socialismo. No terreno analítico, o estagnacionismo marxista (Pomar, 2000v) e o estagnacionismo desenvolvimentista (Mallorquin, 2005) mantém um intenso flerte. Já teóricos como Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel enquadram a questão do desenvolvimento nos marcos analíticos do *marxismo legal*.¹⁹⁷

Aquilo que a teoria não conseguiu fazer, o movimento real tornou possível: a criação do PT, em contraposição ao PMDB e ao PCB, foi a manifestação prática da emancipação socialista frente ao desenvolvimentismo capitalista.

Mas quando o movimento real recuou, a fragilidade da crítica teórica reaparece. Nos anos 1990, o debate entre os economistas do PT (e, de maneira geral, entre os economistas vinculados ao marxismo) revela que a temática do crescimento tornou-se hegemônica; revela, também, linhas divisórias similares aquelas apontadas por Bielschowsky.

O abandono do socialismo, como elemento ideológico organizador do petismo, foi acompanhado pela conversão de amplos setores oriundos do marxismo, às idéias do liberalismo e do keynesianismo.

¹⁹⁷ Marxismo legal: denominação utilizada para designar um setor do marxismo russo, que no debate com os populistas (*narodniks*) acabou assumindo posições de exaltação do desenvolvimento capitalista (Lênin, 1974).

A conversão ao liberalismo foi mais forte naquelas correntes que transformaram a crítica “ao socialismo real” numa crítica abstrata ao gigantismo do Estado e à falta de “liberdade” no socialismo.¹⁹⁸ O resultado foi uma espécie de social-liberalismo, semelhante às posições do setor da social-democracia que protagonizou a chamada “terceira via”, ou seja, os partidos social-democratas que voltaram ao governo nos anos 1990.

Já a conversão ao nacional-desenvolvimentismo foi mais forte naqueles setores que faziam algum tipo de defesa do “socialismo real”, o que facilitou a conversão para uma posição que segue dando importante destaque ao papel do Estado.

Neste último caso, há inclusive um reencontro com a tradição que Daniel Aarão Reis Jr. chama de “nacional-estatista”, relacionando-a com:

“a bíblia política do MST, que é o livro organizado por César Benjamin: *A opção brasileira*. (...) A proposta do nacionalismo revolucionário redivivo (...) é a opção, única, irreversível, bem no estilo da tradição nacional-estatista.” (Fortes, 2005, p.178)¹⁹⁹

Esta conversão ao liberalismo e ao keynesianismo atingiu o conjunto da esquerda brasileira e o conjunto do PT. Como esta conversão se combina com a existência, nas resoluções do Partido, de vários tipos de críticas ao nacional-desenvolvimentismo?

Como já dissemos, o liberalismo critica o nacional-desenvolvimentismo, por ter retardado a entrada do país na onda da globaliza-

¹⁹⁸ Essa conversão foi muito intensa entre antigos integrantes da corrente trotskista conhecida como O Trabalho, de onde provém Antonio Palocci, Luís Gushiken, Clara Ant e Glauco Arbix. Atingiu com força, também, os principais integrantes da corrente Nova Esquerda, oriunda do Partido Revolucionário Comunista, de onde provém José Genoíno, Tarso Genro, Aldo Fornazieri.

¹⁹⁹ Daniel Aarão Reis Filho cita o MST e a Andes como exemplos da força e da presença desta tradição, no Brasil de 2005. Eu incluiria a Consulta Popular.

ção, o que supostamente teria prejudicado em primeiro lugar as camadas populares. Já os setores que regrediram do marxismo para o keynesianismo deslocam paulatinamente o foco de sua crítica: criticam-no não por ter sido capitalista, mas por ter sido incompleto.

Haveria uma *Nação incompleta*, um *desenvolvimento truncado*, um *país inconcluso*. As contradições do capitalismo realmente existente são apresentadas como *imperfeições do desenvolvimento*, produzidas por *obstáculos* a serem removidos (Pomar, 2000v).

Esta é a matriz explicativa da *ambigüidade* com que o nacional-desenvolvimentismo é tratado nas resoluções do PT, de 1995 em diante. Mas por baixo da ambigüidade, há uma lógica.

Temas como a divisão da sociedade em classes; a luta de classes; a luta da classe trabalhadora contra os capitalistas; os interesses antagonicos entre o capital e o trabalho; a classe trabalhadora como protagonista da luta pelo socialismo; a luta contra o imperialismo e contra os monopólios; foram sendo criticados e/ou abandonados, ao longo dos anos 1990. Tarefa *facilitada* pelo fato do petismo, como de resto o marxismo brasileiro, nunca ter dado caráter central para a análise de classes da sociedade brasileira.²⁰⁰

Simultaneamente ao movimento de abandono das classes e da luta de classes como *princípio organizador* do pensamento e da ação do petismo, outras categorias assumem o papel de *organizador geral do pensamento* do PT: a ética na política, a solidariedade, o combate à exclusão, o desenvolvimento e a defesa da Nação.

Por trás dessas categorias genéricas, seguem atuando os sujeitos ocultos da política brasileira. À medida que o PT interiorizou *categorias genéricas* e reduziu a influência da análise de classes e do socialismo, cresceu sua subordinação à hegemonia burguesa, através da centralidade conferida ao *crescimento econômico*.

²⁰⁰ O abandono da luta de classes como organizador geral do pensamento já havia sido anunciado por Francisco Weffort. Mas os profetas deste anúncio foram outros ideólogos do petismo: destacadamente Tarso Genro e Cristovam Buarque.

Esta é a pedra de toque da narrativa oculta nas resoluções do PT, entre 1995 e 2001: o mito do *crescimento redentor*, apresentado geralmente como “desenvolvimento” e adjetivado de variadas formas, que possibilitaria ao país superar os obstáculos, as interrupções, as inconclusões. Por azar dos socialistas que abraçam este mito, o crescimento econômico em questão é... capitalista.

É por isto que se pode localizar tanto continuidades quanto discontinuidades, entre as formulações programáticas do PT e as realizações efetivas do governo Lula entre 2003 e 2005. É esta a chave mestra que explica a rápida transição entre as formulações do Programa do Instituto da Cidadania, as resoluções do 12º Encontro Nacional do PT, a *Carta aos Brasileiros* e o “ajuste fiscal permanente”. Todas aquelas formulações constituem, num certo sentido, etapas de uma mesma tradição fundamental de pensamento. Ou, dito de outra forma, correspondem aos interesses de diferentes frações de classe, nos marcos de um padrão hegemônico de desenvolvimento.

Tarefa para o futuro é verificar, contudo, como essa batalha de idéias foi travada no interior do grupo de economistas do PT, desde suas primeiras formações, nos anos 1980, até sua completa dispersão, desde o início do governo Lula.

A dispersão inclui os que saíram do PT (César Benjamin, Reinaldo Gonçalves, João Machado, Odilon Guedes Pinto Jr. e Carlos Eduardo Carvalho, este último coordenador do programa de governo da candidatura Lula em 1989); os que têm influência no governo Lula (Guido Mantega, Aloízio Mercadante, José Sérgio Gabrielli); os que se mantêm no PT ou no governo, mas em posições secundárias (Paul Singer, Antonio Prado) e críticas (Ricardo Carneiro).

Um caso paradigmático é o da professora Maria da Conceição Tavares, uma das principais economistas do PMDB nos anos 1980 e enquanto tal criticada como moderada pelos economistas petistas. Em 1994, já está integrada ao PT, fazendo parte do grupo de economistas que prevê para breve colapso do Real. Desde então, mesmo seguindo petista e apoiando muitas vezes as posições majoritárias no PT entre

1995 e 2005, suas críticas estão à esquerda da média dos economistas do Partido. Mas seu foco, como o de Prado e da maioria dos economistas divergentes da política econômica do governo Lula, é a “desconexão trágica” entre “desenvolvimento e neoliberalismo”.

O mínimo denominador comum da maioria dos críticos às idéias hegemônicas no Ministério da Fazenda do governo Lula é o crescimento. Criticam o *mainstream*, que decretou “a morte dos projetos nacionais de desenvolvimento e entregou o destino dos povos da periferia do capitalismo às incertezas e azares das forças de mercado, sem considerar a história, a peculiaridade e as urgências de cada sociedade” (“Manifesto de Lançamento do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento”, setembro de 2005).

O manifesto deste Centro Internacional, constituído por iniciativa e patrocínio do governo Lula, diz também que a Celso Furtado deve-se “a compreensão de que as estruturas de poder e de produção precisam ser modificadas para que o desenvolvimento possa romper a lógica da dependência e da concentração de riqueza”. É claro que a “agenda do desenvolvimento” terá que se “adequar” às “transformações ocorridas na economia e na sociedade nas últimas décadas”. Mas “persiste o desafio de se construírem as instituições incumbidas de conciliar os impulsos criativos da ação privada com os princípios republicanos de liberdade e igualdade.”

A crítica aos rumos do chamado grupo de economistas do PT, neste sentido, deve ser também a crítica do pensamento de Celso Furtado, da tradição cepalina e de suas ramificações.

Vejamos, agora, como evoluíram as formulações do Partido sobre o socialismo.

O debate sobre o socialismo

Não há consenso, na bibliografia especializada, sobre o momento em que o PT se afirma socialista, nem tampouco sobre a qualidade deste compromisso, nem mesmo nos anos 1980.

No livro de Marta Harnecker, por exemplo, há um debate²⁰¹ entre Francisco Weffort e Francisco de Oliveira. Segundo o primeiro:

“Yo creo que es históricamente falso decir que el PT es em suas orígenes un partido socialista democrático o socialista. Puedes decir que era um partido laborista, de trabajadores, democrático-popular, que en su interior hay gente de vários orígenes. Eso si se puede decir. Pero nunca que haya sido entonces um partido socialista democrático. Si lees los documentos y los comienzas a analizar, no encontrarás nada de eso.” (Weffort *apud* Harnecker, 1994)

Já Francisco de Oliveira afirma o oposto:

“Yo diria que el PT nació socialista. Todo el problema consiste em que había algunos intelectuales que creían saber lo que era socialismo. Había militantes sindicales que no tenían ninguna definición del socialismo. Pero yo diria que el PT nació socialista, si. Su proyecto es indiscutiblemente socialista (...) Aunque no estuviese la palabra, el programa era indiscutiblemente socialista. No es solo el hecho de que su núcleo formador sea la classe obrera. Eso no seria suficiente, aún cuando es um gran argumento. Es indiscutiblemente socialista por otros factores. Cuando el PT se constituye, ya propone uma alternativa, que aunque no estaba formalmente acabada, siempre se llamó socialista. No se por qué no podemos decir que no era socialista. Eso siempre estuvo en todos los momentos del PT, desde el início. Y no sabiendo definir lo que era el socialismo, aceptó y rechazó outras definiciones.” (Oliveira *apud* Harnecker, 1994)

²⁰¹ Na verdade, trata-se de um debate virtual. A autora realizou entrevistas separadas, editou na forma de debate e submeteu novamente aos entrevistados, que consentiram na publicação.

Neste debate se confrontam duas lógicas distintas. A primeira, mais atenta às potencialidades do processo histórico do que à clareza das definições e às limitações impostas pelo momento. A segunda, mais atenta aos limites da conjuntura e mais rigorosa no que toca à clareza das definições programáticas.²⁰²

Tendo em vista a natureza do PT, partido-lago e não-partido fonte²⁰³, as duas lógicas têm seu *quantum* de verdade. De toda forma, se é verdade que a definição do PT sobre o socialismo, nos primeiros anos, é teoricamente rudimentar e baseada em raciocínios indiretos; é verdade, também, que do 4º ao 7º Encontro nacional, o PT assume de maneira explícita sua condição de partido socialista.

Há, entretanto, uma mudança sensível na forma e no conteúdo da caracterização. Até o 6º Encontro Nacional, cresce a influência da abordagem marxista, que organiza a proposta socialista em torno da *igualdade social*, do anticapitalismo, da luta de classes. Do 7º Encontro e 1º Congresso em diante, o socialismo petista é progressivamente fundamentado na idéia da *radicalização da democracia* e em princípios éticos.²⁰⁴

Os encontros posteriores ao 1º Congresso não dedicam grande atenção ao tema do socialismo. Como já dissemos, no caso do 8º Encontro e do 9º Encontro, isto pode ser atribuído ao fato da maioria

²⁰² Curiosamente, os dois debatedores não estão mais no PT. O aparentemente mais ortodoxo, Weffort, primeiro questionou a atualidade da luta de classes, depois comemorou que o país tivesse à sua disposição, em 1994, dois ótimos candidatos à presidência (Lula e FHC), finalmente saiu do PT em direção ao ministério da Cultura do primeiro governo tucano. O aparentemente mais heterodoxo resistiu até o dia 14 de dezembro de 2003, desfiliando-se depois que o Diretório Nacional do PT expulsou 1 senadora e três deputados federais que votaram contra a reforma da previdência.

²⁰³ Partido-lago, aquele no qual desembocam tradições e componentes. Partido-fonte: aquele que se organiza em torno de um núcleo programático central claramente definido.

²⁰⁴ Algumas formulações deste período são às vezes cópias fiéis de textos de Karl Kautsky e de Eduardo Bernstein (Iasi, 2004).

de esquerda que controlava a direção nacional do Partido, entre 1993 e 1995, estar satisfeita com as resoluções já existentes. Vejamos então o que diz o 10º Encontro a respeito:

“(…) A nova hierarquia do poder produz um mundo mais injusto, instável e violento, tornando a luta pelo socialismo e a formulação de um novo internacionalismo tarefas mais atuais do que nunca (…) o projeto democrático e popular não se funda em uma retórica denunciante, mas existe a renovação do projeto socialista (…) a derrota de 1994 (…) convida a uma reflexão (…) sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia (…)”

O 11º Encontro fala em construir uma perspectiva histórica anticapitalista, baseada:

“(…) numa nova relação entre ética, política e economia, comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário (…)”

O 11º Encontro afirma, ainda, que o socialismo:

“(…) é uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político (…) um novo projeto socialista (…) deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia [e a] socialização da política (…)”

O II Congresso (1999) fala em alternativa democrática, popular e socialista para o Brasil. Ao mesmo tempo, afirma que:

“(…) o PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social democrata. Não busca o ‘assalto ao poder’ por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de estado para amenizar o capitalismo (…)”

É importante dizer que o tema do socialismo foi incorporado ao debate no II Congresso, em grande medida devido a uma provocação feita pelo então deputado federal petista José Genoíno, que sugeriu abolir o tema das formulações partidárias.

Reagindo a isto, os delegados aprovaram a validade das resoluções do 7º Encontro e do 1º Congresso, remetendo-as para o anexo das resoluções do 2º Congresso. No dizer jocoso de um militante, *o socialismo terminou no anexo*. (Iasi, 2004)

O episódio todo estimulou a Fundação Perseu Abramo a realizar dois ciclos de debates sobre o socialismo, a partir de abril de 2000.²⁰⁵

Durante este debate, ficou clara a existência de visões antagônicas acerca do que seria o socialismo, havendo até quem identificasse socialismo como *economia de mercado controlada por um Estado democrático, a quem caberia garantir o bem estar da maioria da população*.²⁰⁶

Finalmente, em dezembro de 2001, o 12º Encontro reafirmou os *valores* do socialismo democrático. O socialismo deixa de ser uma maneira de organizar a sociedade, distinta do capitalismo, e passa a constituir um conjunto de *valores* que iluminam e disciplinam o desejado crescimento capitalista. Vejamos agora como a análise e o programa se materializam numa estratégia.

A estratégia do Partido dos Trabalhadores

Como nos dois temas anteriores, um ponto alto da formulação estratégica do PT localiza-se na segunda metade dos anos 1980, mais exatamente no 5º Encontro Nacional.

Como já foi dito, a resolução do 5º Encontro afirma que o objetivo estratégico do PT é o socialismo:

²⁰⁵ As palestras e debates realizados neste ciclo foram publicadas pela Fundação Perseu Abramo.

²⁰⁶ Esta foi a caracterização feita pela então prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy.

“Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia.”

Apresentando a burguesia como *inimiga principal*, o texto sustenta ser impossível, no Brasil, *que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato*, o que exigirá reconhecer *a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista*. Com base nestas premissas, o 5º Encontro sustenta a possibilidade de uma aliança dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequeno-proprietários, na luta pelo socialismo.

Esclarecido qual o objetivo estratégico e o que se imagina, irá ocorrer depois que os trabalhadores tomarem o poder, o texto passa a tratar do que precede a tomada do poder. Segundo a resolução do 5º Encontro, não estariam:

“(…)colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas trabalhadoras, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo”.

Em função disto, a resolução defende a adoção de uma *política de acúmulo de forças*, combinando a construção do próprio PT, a construção do movimento social e a ocupação de espaços institucionais.

De toda forma, mesmo não estando colocada na ordem do dia a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo, a resolução defende que o PT se apresente *para toda a sociedade como um partido socialista*:

“Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos (...) a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios da cidade e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à

Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade. (...) A alternativa que o PT deve apresentar não pode se limitar a ser uma alternativa à Nova República. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa neste País, com o objetivo de realizar as transformações econômicas, sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas sociais exploradas pelos monopólios.”

A resolução passa, então, a detalhar o que entende por alternativa democrática e popular:

“A alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular, e está articulada com a nossa luta pelo socialismo.

Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.

É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. (...) o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo”.

A resolução busca, então, diferenciar a proposta de governo democrático e popular, de duas alternativas presentes no debate da esquerda brasileira:

“As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar este objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a

necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.”

Por outro lado:

“Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas.

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio –tarefas não efetivadas pela burguesia- tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.”

Independente da opinião que tenhamos sobre estas idéias, elas constituíram a formulação estratégica mais explícita do Partido dos Trabalhadores. Em síntese (e levando em consideração o que afirma o 6º Encontro Nacional acerca do que seria o governo Lula, caso o Partido vencesse as eleições de 1989):

a) o socialismo é o objetivo estratégico, a ser alcançado por uma aliança de forças sociais composta pelos trabalhadores assalariados e trabalhadores pequeno-proprietários;

b) a construção do socialismo como decorrência lógica das tarefas anti-monopolistas, anti-latifundiárias e anti-imperialistas de um governo democrático e popular, de caráter pluri-classista mas hegemônico pelo proletariado;

c) a conquista do poder de Estado, através de um processo revolucionário, que daria lugar a um governo democrático e popular, como o ponto de partida da construção do socialismo;

d) uma política de acúmulo de forças – centrada na construção do Partido, dos movimentos sociais e na ocupação de espaços institucionais – em torno do programa democrático e popular, articulado com a luta pelo socialismo;

e) a conquista do governo federal, como ponto de partida para reformas que aprofundariam a luta de classes, levando-a ao ponto de ruptura, permitindo a transformação de um governo eleito em um governo revolucionário.

Evidentemente, é possível fazer vários outros tipos de “leitura” da estratégia proposta pelo 5º Encontro Nacional.²⁰⁷ Há quatro motivos principais para esta possibilidade.

O primeiro motivo, que fica claro quando da leitura atenta da resolução do 5º Encontro, são suas limitações e contradições internas.

O segundo motivo é a dificuldade política e conceitual inerente ao próprio conceito de transição socialista.²⁰⁸

Na *fórmula* de Marx (e de Lênin) a transição socialista tem um ponto de partida político (a conquista do poder pelo proletariado), um

²⁰⁷ Cabe esclarecer que participei, junto com Elói Pietá e José Américo, de uma das muitas comissões de redação que deram forma à resolução do V Encontro Nacional. Hoje, Elói Pietá é prefeito de Guarulhos; José Américo é vereador na cidade de São Paulo.

²⁰⁸ O socialismo é uma transição, não um modo de produção. Enquanto caso concreto, uma sociedade socialista contém no interior de sua formação sócio-econômica diferentes modos de produção. Um socialismo sem relações capitalistas de produção não é mais socialismo, é comunismo. Neste sentido, as críticas que Iasi (2004) faz à resolução do 5º Encontro parecem inspiradas em Kurz (1992).

ponto de chegada político-social (a abolição das classes e do Estado) e um parâmetro (sem o qual não faz sentido falar em transição): a progressiva socialização da propriedade, da produção e do poder político.²⁰⁹

Em países onde os socialistas pretendem ter os trabalhadores pequenos-proprietários como aliados, isso cria a seguinte dificuldade política e, por decorrência, conceitual: como deixar claro a esses aliados que o processo de socialização de sua pequena propriedade não terá o mesmo tratamento que será dado à grande propriedade capitalista?

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a expressão *governo democrático e popular* foi uma das fórmulas inventadas com o propósito de dar conta deste problema. Como sabemos, a experiência prática da maioria dos países do Leste Europeu seguiu outro curso.

O terceiro motivo é o anterior, mas agora visto a partir de cada situação concreta: a dificuldade conceitual inerente à elaboração de uma estratégia socialista, em países que não fizeram suas revoluções democrático-burguesas. Trata-se de elaborar fórmulas que indiquem que o futuro Estado socialista dará cabo de tarefas *inconclusas*, ou *não realizadas*, ou então *típicas* de revoluções democrático-burguesas, como a independência nacional, a reforma agrária e a democratização política.

Daí a tendência a elaborar fórmulas como o governo democrático e popular, que equivaleria a uma espécie de primeira fase da transição socialista. Os problemas conceituais e políticos decorrentes são explicitados em Pomar (2002w):

“A superação da dominação burguesa pelas classes populares pressupõe (...) que a elas caberá *encerrar* a etapa burguesa de desenvolvimento da sociedade brasileira já numa nova etapa. Tal perspectiva apresenta aos estudiosos a necessidade de caracterizar esse processo (...) Será justo chamar socialismo a um processo no qual permane-

²⁰⁹ A esse respeito, ver Iasi (1994) e Azevedo (1993).

cem atuando formas capitalistas, mesmo democráticas? Será justo chamar ditadura do proletariado a um poder que está dividido entre o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia?”

O quarto motivo diz respeito a distinção entre o governo democrático e popular que *daria início à transição socialista*; e o governo democrático popular que *daria término à Nova República*. Nas resoluções do 5º e do 6º Encontros, há um desejo explícito de ambos os governos serem elos de um mesmo processo. Mas uma coisa é o desejo dos autores das resoluções citadas, outra coisa é saber se a correlação de forças tornará isto realidade.

A distinção é muito clara: num caso, o governo democrático e popular é produto de uma ruptura revolucionária; no outro caso, o governo democrático e popular é produto de um processo eleitoral. As resoluções dão o mesmo nome para ambas as coisas, quando na verdade seu conteúdo e suas tarefas serão diferentes. Embora possam ser “elos de um mesmo processo”, não está garantido que venha a ser assim.

A resolução do 6º Encontro mostra que havia consciência dessa diferença, pois se afirma claramente que:

“Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo –portanto, de parte importante do poder do Estado– a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais. Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.”

Em seguida, a resolução afirma o seguinte:

“Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no país, de conteúdo antiimperia-

lista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente (...) o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para início às transformações socialistas no Brasil (...) o governo democrático e popular e o início da transição socialista são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática (...) A implementação na globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista”.

Quais alterações foram introduzidas na estratégia do PT, após o 6º Encontro Nacional?

No 7º Encontro e no I Congresso partidário, começa a movimentação no sentido de abandonar o conceito de revolução e de conquista do poder, substituindo-os pela idéia de disputa de hegemonia. Notabilizou-se, nesta época, o conceito de partido de interlocução, muito influenciado pelas teorias de Habermas.

No 8º Encontro e no 9º Encontro, o predomínio da esquerda na direção do PT faz com que as resoluções do 5º e do 6º encontros voltem à cena.

No 10º Encontro, fala-se claramente em reelaborar a estratégia de poder do Partido. Mas a resolução não explicita a discussão estratégica, que aparece assim na resolução do 11º Encontro:

“A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhada da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstrução nacional e social do país (...)”

Se as palavras têm significado, já não estamos mais diante de uma estratégia de conquista do *poder*, mas sim de construção de um *projeto* que contrapõe ao neoliberalismo os *valores* do socialismo.

Tanto no 11º Encontro, quanto no II Congresso, a revolução democrática é apresentada como um “longo processo”, capaz de “construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento”. Fala-se, também, de um:

“(...) conjunto de reformas econômicas e políticas radicais, a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalização de forças políticas e sociais. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil. Para desencadear essa ofensiva reformadora será necessária nova relação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito a questão do poder (...) mudar a sociedade para chegar ao governo (...)”

Como se vê, a partir de 1995 há uma mudança na estratégia e na própria maneira de abordar o debate estratégico. Sem hierarquizar importâncias, nem estabelecer uma cronologia, podemos citar as seguintes alterações:

Em primeiro lugar, o progressivo abandono do socialismo como objetivo estratégico, em favor da luta contra o neoliberalismo (não mais contra o capitalismo). O próprio PT foi deixando de se apresentar publicamente como um partido socialista.

Em segundo lugar, o acelerado abandono da revolução.²¹⁰ Por vezes, através do *deslizamento*: de revolução para ruptura revolucionária, desta para sequência de rupturas, por isto entendendo-se qualquer alteração no *status quo*. Outras vezes, através da *contraposição*: ao invés de revolução política e social, revolução social; ao invés de

²¹⁰ Para uma discussão sobre o conceito de revolução, ver Ferreira (1999).

conquista do poder pela via da revolução, disputa de hegemonia; no lugar de revolução, via democrática. E muitas vezes, pela via da *utopia concreta* (termo sofisticado com o qual se designa, de fato, a banalização do conceito): revolução é... todos os brasileiros comermos três refeições ao dia.

De fato, se um governo brasileiro se dedicasse a sério em garantir alfabetização, alimentação, saúde, educação, moradia e trabalho para todos os brasileiros, ele teria que suprimir o controle privado sobre parte dos meios de produção e circulação, o que pressuporia um Estado sob alto grau de controle por parte dos trabalhadores. Neste caso poderíamos falar em revolução? Em caso positivo, a revolução seria a mudança político-social necessária à elevação das condições de vida ou esta elevação em si?

Na verdade, o exemplo citado é um caso da tese mais geral segundo a qual reformas implementadas por um governo democrático e popular tensionariam os limites do capitalismo.

Esta tese é correta, se compreendida como parte da dialética reforma e revolução. Mas deixa de fazer sentido, se supirmos o pólo da revolução e ficarmos só com o pólo da reforma: neste caso, o tensionamento do capitalismo não seguiria até sua superação.

Desenvolvamos o raciocínio das “três refeições ao dia”: para que todos os trabalhadores possam ter acesso a um padrão de vida superior ao padrão médio atual, é preciso que a sociedade esteja organizada de forma a permitir que pelo menos a maioria dos trabalhadores tenha emprego e receba um salário correspondente (os sem condições de trabalhar, os desempregados e os que recebessem abaixo do mínimo, teriam uma rede de proteção social garantida pelo Estado). O que implicaria num alto nível de proteção social e de tributação sobre o Capital.

Tendo em vista que o capitalismo combina a exploração da mais valia absoluta e relativa, seria necessário alterar a dinâmica do capital, reduzindo a extração da mais valia absoluta e ampliando a extração da mais valia relativa, mas sem que isso gerasse ampliação do desemprego. O que implicaria redução na jornada de trabalho média, sem redução de salário.

Por outro lado, sabendo que a estrutura produtiva existente no Brasil está aquém das necessidades de consumo, qualquer ampliação no consumo implicará numa ampliação da capacidade instalada. Como esta ampliação deve estar subordinada ao objetivo de ampliar o padrão de vida médio da classe trabalhadora, isso significa que será necessário alto nível de indução estatal, inclusive com presença direta do Estado em algumas áreas, garantindo, por exemplo, a segurança alimentar. O que supõe, por sua vez, reforma agrária.

Como se vê, para atingir o aparentemente singelo objetivo de garantir três refeições ao dia para todos os brasileiros, se faz necessário desencadear uma complexa operação econômica, social e política.

Esta operação é compatível com o capitalismo? Em tese, a ampliação da exploração, da produção e do consumo poderia encontrar um ponto de equilíbrio, tornando um certo nível de reforma social compatível com a manutenção do capitalismo. Neste caso, a utopia modesta das três refeições ao dia não implicaria numa *revolução*, pois seria compatível com a atual ordem social. As pessoas viveriam melhor, mas sob o capitalismo.

Ocorre que a experiência do *welfare state* já demonstrou que o capitalismo não suporta uma ampliação constante da democracia política e social.

Sendo assim, e levando em consideração a natureza do capitalismo brasileiro, é provável que ele não consiga conviver com tal melhoria nas condições de reprodução da classe trabalhadora. Neste caso, estaríamos diante da disjuntiva posta frente aos social-democratas europeus: ou avançar sobre o Capital, ou recuar sobre o Trabalho.

No caso de um recuo, por óbvio não teríamos uma revolução. Resta saber se teríamos uma revolução, no caso de um avanço bem sucedido sobre o Capital, que impusesse limitações de maior ou menor grau sobre a propriedade privada e sobre a exploração do trabalho?

A resposta é: sim, neste caso provavelmente estaríamos diante de uma revolução. Mas a revolução *não* seria a utopia modesta das três refeições ao dia, mas sim o conjunto das alterações político-sociais

resultantes, em última análise, da resistência do Capital a esta “reforma”. Ou, posto de outra maneira, a revolução seria a mudança no poder político e as decorrentes mudanças político-sociais necessárias e preliminares ao *viver melhor*. Eis porque apenas em condições muito especiais, de alta opressão e injustiça, milhões de pessoas comuns se dispõem a fazer parte de uma mudança revolucionária.

Detalhemos mais isso, recorrendo a Claudin (1985), que mostra haver uma confusão:

“muito difundida, entre dois conceitos que frequentemente se formulam em termos idênticos: o conceito de revolução socialista como revolução *social*, como transformação socialista das estruturas econômico-sociais, das super-estruturas políticas e da cultura e o conceito de revolução socialista como revolução *política*, cujo traço pertinente é a tomada do poder pela classe operária. O primeiro conteúdo do conceito “revolução socialista” inclui *plenamente* o segundo: toda revolução social, tanto socialista como burguesa, compreende como momento necessário a revolução política, a passagem do poder a uma nova classe. O segundo conteúdo do conceito, em troca, só inclui *parcialmente* o primeiro: toda revolução política (...) possui um conteúdo social mais ou menos desenvolvido – e com maior razão o possui a revolução política que constitui a tomada do poder pela classe operária. Mas este conteúdo político-social é apenas a primeira pedra de um edifício cuja construção está sujeita a leis e condições distintas das que tornaram possível a colocação da primeira pedra. Para diferenciar estes conteúdos do conceito de ‘revolução’, Lênin introduziu as expressões “revolução em sentido amplo” e “revolução em sentido estrito” (...) A diferença de conteúdo entre revolução socialista em sentido amplo e revolução socialista em sentido estrito encerra, entre outros aspectos fundamentais, uma distinção de espaço e tempo. No primeiro caso, o espaço é mundial e o tempo compreende toda uma época histórica; no segundo, o espaço é nacional – mais exatamente, estatal – e o tempo se reduz a um período historicamente breve(...)” (pp 51-52)

Voltemos, agora, às mudanças na estratégia e na própria maneira de abordar o debate estratégico, ocorridas a partir de 1995.

Em terceiro lugar, generalizou-se o uso do conceito governo democrático e popular. Prefeituras e governos estaduais passaram a receber esta denominação, o que se fazia em detrimento do sentido estratégico com que o termo é utilizado nas resoluções do 5º Encontro.

Existiu, inclusive, no início dos anos 1990, uma tentativa de construir uma *estratégia de poder local*. Mas esta tentativa esbarrou em três problemas fundamentais: a) a descontinuidade dos governos (a taxa de reeleição no PT sempre foi muito baixa); b) o irrealismo (o pequeno número de vitórias do PT, em eleições locais, apesar de seu bom desempenho global); c) a capacidade real destes governos, tomados em conjunto, de realizar mudanças democráticas e populares do tipo mais modesto que fosse.

Hoje, tanto o termo democrático e popular, quanto a expressão modo petista de governar seguem utilizadas, mas deixaram de ser conceitos políticos de conteúdo claro nas resoluções partidárias, embora sejam muito utilizadas num sentido publicitário.

Em quarto lugar, mesmo entre os que evitaram a vulgarização do conceito, predominou uma postura reducionista. Governo democrático e popular passou a ser visto cada vez mais como sinônimo de governo Lula.

Como já vimos, nas condições da eleição presidencial de 1989, isso parecia não introduzir nenhum tipo de problema insolúvel. Nos anos 1990, entretanto, este reducionismo introduzirá duas contradições fundamentais na estratégia:

- a) por um lado, transformou o processo eleitoral na única via de acesso a um governo democrático e popular;
- b) por outro lado, contaminou o conceito com as crescentes limitações presentes na conjuntura dos anos 1990.

A opção feita pelo Partido, mais exatamente pelo grupo majoritário no PT a partir de 1995, foi substituir a estratégia democrática e popular original, por uma estratégia de tipo eleitoral, baseada num

arco de alianças de centro-esquerda, em torno de um programa anti-neoliberal²¹¹ inspirado nos valores do socialismo.

Esta nova estratégia visava vencer as eleições presidenciais, não para dar início à uma “transição democrática e popular rumo ao socialismo”, mas para realizar um governo antineoliberal.

É neste ponto que o PT começa a aderir a uma versão da estratégia etapista, por ele anteriormente condenada. Esta adesão se materializava: a) na defesa de uma aliança estratégica com um setor do capital, antes contra o latifúndio e o imperialismo, agora contra o neoliberalismo; b) na defesa implícita de sucessivos governos de centro-esquerda, tendo como perspectiva governos cada vez mais progressistas, até que teríamos um governo democrático e popular e uma correlação que tornaria possível recolocar o socialismo na agenda política do Partido e do País.

Ironicamente, enquanto os comunistas dos anos 1950 destacavam o objetivo final socialista, o setor majoritário do petismo nos anos 1990 destaca o caráter antineoliberal, até porque abandonada a revolução, não fica claro –nos marcos da estratégia defendida– como se faria a transição ao socialismo.

Ainda mais irônico é que, chegando ao governo para implementar um programa anti-neoliberal, o PT seja colocado diante de uma política de juros altos e ajuste fiscal. Mas este é um efeito colateral absolutamente imprevisto do crescimento como núcleo central do programa. Pois feitas as contas, a burguesia prefere o baixo crescimento *cum* lucros altos, do que um alto crescimento *cum* lucros incertos.

As tradições formadoras

Apresentei, acima, as linhas gerais das transformações ocorridas nas formulações do PT, acerca da análise da sociedade brasileira, acerca do

²¹¹ Como veremos mais adiante, publicamente o programa era anti-neoliberal. Mas sua lógica interna obedecia a uma narrativa desenvolvimentista, o que facilitou a transição para as posições atualmente defendidas por Palocci.

programa e acerca da estratégia. Vejamos agora como essas transformações se ligam aos diferentes componentes ideológicos do “petismo”.

As idéias presentes nas resoluções do PT resultam da confluência e do embate de várias tradições ideológicas, em conjunturas que vão se alterando. Falando especificamente daquelas que integram a esquerda brasileira, Daniel Aarão Reis Filho afirma o seguinte:

“Temos a tradição comunista (...) uma árvore com muitos ramos, a árvore do comunismo, que se organizou desde 1922 no Partido Comunista do Brasil. Temos ainda nesta mesma árvore um outro ramo, que se considera inclusive o mais autêntico, ou o único realmente autêntico, o movimento trotskista, com suas variadas vertentes. (...) nos anos 1960, novas dissidências e cisões ampliariam bastante o leque de opções, e a árvore do comunismo ganharia novos (...) ramos, formando um universo complexo” (*apud* Fortes, 2005, p. 174)

Reclamando da “ênfase desmesurada” dada, pelos estudos das esquerdas brasileiras, ao Partido Comunista e suas variantes, Daniel Aarão Reis Filho indica outras tradições:

(...)a tradição (...) do catolicismo popular, do catolicismo revolucionário e do catolicismo social, em sentido amplo, sobretudo a partir dos anos 1960, ampliando-se no contexto da ditadura militar. Há também uma tradição anarquista em nosso país que, como todos sabemos, foi muito importante até os anos 1930 [e que] apresenta nos dias que correm sinais inesperados de vitalidade. Há igualmente uma tradição de socialismo democrático, que existiu no Brasil em vários momentos. Depois de 1945, estruturou-se um Partido, o Partido Socialista Brasileiro (...) Finalmente, há uma tradição que eu chamaria de nacional-estatista, que apareceu com muita força a partir do Estado Novo, alcançando um certo apogeu na República que se fundou em 1945 e que foi violentamente reprimida pelo movimento golpista civil-militar de 1964.” (idem)

Ampliando o foco, Marilena Chauí resume assim as opiniões de Juarez Guimarães, acerca das “cinco tradições brasileiras que apontam na direção do republicanismo”:

“(...)O comunitarismo cristão, o nacional-desenvolvimentismo, o liberalismo ético, o socialismo democrático e a tradição popular.” (Chauí *apud* Guimarães, 2004, pp 11-17)

Ainda segundo Chauí, o Partido dos Trabalhadores:

“(...) formou-se com a reunião dessas cinco tradições políticas e culturais, tendo a seu favor uma circunstância histórica, qual seja, a de ser um partido de esquerda tardio, nascido depois da crise da União Soviética e do fim da Guerra Fria, e por isso mesmo pôde traçar um caminho próprio, livre e independente, guardando a perspectiva marxista graças à crítica das experiências totalitárias”. (idem)

Está claro que Chauí equivoca-se quanto ao que ocorria no período de nascimento do PT, equívoco que deve ser debitado a tentativa de demarcar *o caminho próprio do PT*, embora me pareça pouco *próprio, livre e independente* denominar de experiências totalitárias as variadas revoluções e tentativas de construção do socialismo ocorridas no século XX. Na mesma linha de otimismo panglossiano, Chauí afirma que:

“(...) o governo Lula nasce no momento da crise do paradigma neoliberal e do fracasso da Terceira Via socialdemocrata, podendo desfazer-se de um e não embarcar na outra” (idem).

A rigor, o otimismo de Chauí tem o mesmo fundamento daquele expresso por Marco Aurélio Garcia, já comentado anteriormente: não perceber que se é verdade que existe *o privilégio do atraso*, também é verdade que a história cobra violentamente caro daqueles que desperdiçam as oportunidades que ela tão generosamente ofereceu.

Várias das correntes citadas por Aarão Reis Filho e por Juarez Guimarães constituem dissidências intelectuais de tradições originalmente conservadoras ou, pelo menos, vinculadas à classe dominante.²¹²

É o caso do liberalismo, que na sua versão conservadora é talvez a “ideologia oficial” da burguesia brasileira. É o caso do trabalhismo, cuja trajetória deita raízes na Era Vargas, inclusive na ditadura de 1937-1945. É o caso da Teologia da Libertação, que surge no contexto do Concílio Vaticano II, preocupado com a retração da influência católica em países da periferia. É o caso do desenvolvimentismo, que no Brasil serviu a vários senhores, inclusive à Ditadura Militar.

Já no caso da tradição anarquista, da “socialista democrática” e da comunista, sua influência na formação do PT deriva de uma história anterior de luta pelo socialismo e de trabalho político junto aos setores populares, antes do golpe militar de 1964, durante a ditadura militar e na redemocratização. No caso da tradição comunista, está amparada também no impacto que alguns processos revolucionários tiveram na cultura da esquerda brasileira. Além, é claro, da influência intelectual do marxismo. (Moraes, 1991)

Embora o *petismo* seja um produto composto dessas várias tradições (que existem também fora do petismo, nos demais partidos da esquerda brasileira e na militância política e social sem partido), a leitura das resoluções partidárias demonstra que, nos anos 1980, houve um crescimento lento, mas significativo da influência marxista. Essa influência não se limitou às formulações políticas dos encontros partidários, se estendendo também à orientação de suas escolas de formação de quadros²¹³, à visão de mundo de seus dirigentes e às relações internacionais do Partido.²¹⁴

²¹² É tocante a condescendência com que Guimarães (2004) trata estas correntes, inclusive a contribuição dada pelo Papa João Paulo II.

²¹³ Além do Instituto Cajamar e da Fundação Nativo da Natividade, havia um grande número de escolas sindicais e centros de formação política.

²¹⁴ Optei por não desenvolver, nesta tese, uma análise da política de relações internacionais do PT, que a partir de 1990 tem no Foro de São Paulo um de seus eixos.

Evidentemente, o marxismo que ganha influência no interior do PT é bastante plural, incluindo desde vários ramos do trotskismo até posições inspiradas em partidos comunistas que estavam no poder antes do colapso do Leste Europeu, passando por católicos de esquerda e toda variedade de escolas de pensamento.

Para além desta pluralidade, o marxismo que influencia o PT carrega as conhecidas debilidades do marxismo no Brasil, entre elas a pouca importância dada à análise de classes da sociedade brasileira, apesar de ver nisso uma das bases fundamentais da elaboração de uma estratégia socialista.

No início dos anos 1990, a crise do socialismo interrompe a influência crescente e faz o marxismo perder peso, na composição geral do petismo.

Fenômeno semelhante foi vivenciado pelo movimento comunista. Foi o impacto do Relatório Khrushchev que liberou as correntes políticas e teóricas que *modernizaram*, a partir do V Congresso do PCB, o programa e a estratégia dos comunistas brasileiros, num sentido surpreendentemente semelhante ao ocorrido no PT, notadamente a partir do 10º Encontro Nacional (1995). E foi no ISEB que se formularam de maneira mais consistente as bases teóricas da política implementada pelos comunistas (Toledo, 1997).

A perda de influência do marxismo é disfarçada, num primeiro momento, pelas idéias “solidaristas” do catolicismo de esquerda, como fica claro no peso que a ética na política e o combate à exclusão social passam a ter no imaginário petista (e no imaginário da sociedade sobre o PT).²¹⁵

Paralelamente, algumas das correntes marxistas existentes no interior do PT iniciam sua conversão ideológica, algumas no sentido do liberalismo, outras no sentido do keynesianismo.

²¹⁵ Frei Betto e Leonardo Boff são os mais conhecidos difusores do solidarismo cristão.

Uma síntese

É no estudo da luta política e ideológica travada no PT, num contexto histórico internacional e nacional determinado, que encontraremos as bases objetivas e subjetivas da vitória das posições atualmente hegemônicas na esquerda brasileira²¹⁶.

Durante o período final da luta contra a ditadura militar, quando a oposição a esta era hegemônica pelo PMDB, predominou no PT uma concepção organizada em torno do *governo dos trabalhadores*.

Durante a Nova República, quando o PT se torna hegemônico na oposição e alternativa de governo, predomina no Partido uma concepção organizada em torno do governo democrático e popular, articulado com o socialismo.

Durante o período de hegemonia aberta do neoliberalismo (1994-2002), prevalece no PT uma concepção organizada em torno do governo de centro-esquerda.

A substituição da primeira concepção pela segunda é feita de maneira clara e explícita, na resolução do 5º Encontro Nacional (1987), que critica o governo dos trabalhadores e afirma o governo democrático e popular.

No caso da transição do governo democrático e popular para o governo de centro-esquerda, ocorre diferente: a transição de concepção é anunciada no 10º Encontro Nacional (1995), mas não ocorre de maneira completa. Dois exemplos disto: embora fosse lugar comum, dentro do Partido, de 1995 a 2002, falar em estratégia de centro-esquerda, o termo não é incorporado nas resoluções dos Encontros e do Congresso realizados neste período. Mais ainda: o 12º Encontro (2001) continua a apresentar o futuro governo antineoliberal como um governo democrático e popular.

²¹⁶ Como salienta César Benjamin, “nos últimos dez anos, nossa esquerda teve uma vanguarda, a Articulação do PT (...) A esquerda brasileira gravitou em torno dessa vanguarda e da estratégia que ela propunha” (*apud* Demier, 2005).

A transição de concepção é incompleta, por diversos motivos, entre os quais citamos: a dinâmica dos encontros partidários, particularmente cruéis com posições assumidamente moderadas; a redução na qualidade do debate teórico do Partido, nos anos 1990; o fato da estratégia eleitoral ser fortemente tensionada pela presença, no interior do PT e da sociedade brasileira, de um setor que segue reivindicando o socialismo e a revolução; e, claro, as tensões sociais existentes no país, que puxam para a esquerda a retórica partidária.

Entre os motivos da transição incompleta de concepções, destaco a adesão do PT à chamada *tática-processo*. Grandes definições teóricas são deixadas em aberto, a cargo das *lutas*, dos *trabalhadores*, da *construção histórica*. Outras definições são deixadas a cargo da *correlação de forças* conjuntural. Vejamos, por exemplo, o que diz o 12º Encontro (2001) a respeito da transição do neoliberalismo para outro modelo econômico:

“(...) A ruptura com o modelo neoliberal envolve mudanças estruturais no país. Uma parte dessas mudanças visa desmontar as armadilhas deixadas pelo modelo neoliberal e também pelo modelo de desenvolvimento implementado na época da ditadura militar. Outra parte das mudanças estruturais visa constituir um novo modelo econômico e social. Nosso programa deve apontar com clareza tais mudanças; e nossa campanha deve buscar um mandato popular para realizá-las. Mas será a correlação de forças concreta, que emergirá das eleições de 2002, que determinará o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças (...)”

A questão é: se o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças forem demasiado lentos, a noção de transição perde qualquer significado. Ao remeter este tipo de definição para a correlação de forças concreta, as resoluções do Partido escapam de tomar posição clara e explícita sobre diversas questões de fundo, especialmente sobre o que fazer na situação citada no início deste parágrafo.

A correlação de forças deixa de ser um instrumento de análise e passa a ser um argumento fundamental para justificar a transformação analítica, programática e estratégica do Partido, a partir de 1990. Esta transformação corresponderia, portanto, à progressiva adaptação a situações conjunturalmente desfavoráveis, especialmente depois das derrotas de 1989 e 1994.

Acontece que o abrandamento nas posições não se limitou aos aspectos táticos, mas avançou também sobre questões programáticas, estratégicas, teóricas e ideológicas, devido principalmente à crise do socialismo e suas decorrências na análise da sociedade brasileira.

Uma vez que as posições ideológicas e teóricas são alteradas, uma modificação favorável na correlação de forças não produzirá mais as mesmas respostas de antes. Estamos diante de uma metamorfose: o que era vício, vira virtude.

Vejamos como isto ocorreu, entre 1989 e 2002.

Nos anos 1980, o Partido evolui de uma plataforma de natureza reivindicatória, para um programa democrático e popular, que articulava a execução das tarefas inconclusas da revolução democrático-burguesa com as tarefas socialistas.

A polarização dominante, no debate partidário, se dava entre os adeptos de uma estratégia revolucionária e os adeptos de uma estratégia reformista de transformação social. Mas para ambas, o socialismo era o objetivo estratégico.

As eleições de 1989, embora centrais na vida do Partido, não foram avaliadas oficialmente. Mas foi feito um balanço oficioso, que pode ser resumido em duas idéias-chave: uma vitória nas eleições presidenciais só ocorreria moderando o programa e ampliando as alianças; esta moderação é inevitável numa situação mundial de triunfo do capitalismo e desaparecimento da retaguarda do campo socialista.

A questão de fundo – chegar ao governo federal, para fazer exatamente o quê, numa conjuntura que supostamente inviabilizaria o socialismo – foi sendo respondida ao longo dos anos, com sucessivas alterações no programa partidário.

Estas alterações foram feitas sob o impacto da conjuntura e, também, sob o impacto de uma intensa revisão ideológica. A análise crítica da *crise do socialismo* transformou-se em antessala de uma revisão geral do programa e da ideologia socialista que animavam o PT até então. O primeiro passo, moderado e suave, desta revisão foi o documento *O socialismo petista*. Depois veio o I Congresso, que excluiu do programa petista algo que nunca esteve ali: a ditadura do proletariado. (Iasi, 2004)

Este processo de revisão seguiu seu curso, em três direções distintas, simultâneas e complementares. Reafirmar o socialismo, mas como *horizonte*. Abandonar o socialismo enquanto alternativa globalmente superior ao capitalismo, transformando-o em *missão civilizatória* do próprio capitalismo (ou seja, em “valores” socialistas). Identificar socialismo com democracia, economia de mercado e Estado de bem-estar. Ou seja, com social-democracia.

O enfraquecimento do socialismo, como elemento ideológico organizador do petismo, foi acompanhado pela conversão de amplos setores influenciados pelo marxismo, às idéias liberais e keynesianas. Com essas alterações, a polarização dominante no debate partidário, nos anos 1990, passou a se dar entre duas correntes de opinião, ambas reformistas: o reformismo desenvolvimentista e o reformismo social-liberal, com as correntes socialistas (revolucionárias ou reformistas) apoiando as posições expressas pela corrente desenvolvimentista.

Ao longo dos anos 1990, o partido retirou do programa as tarefas de natureza socialista, mantendo as de natureza democrático-burguesas, subordinadas agora ao objetivo de combater o neoliberalismo, não mais com o objetivo de superar o capitalismo. É por isto, por exemplo, que a “reforma agrária” realizada no governo Lula tem uma natureza distinta daquela defendida em 1989-1994.

Como é evidente, esta mutação intelectual possui uma base objetiva: o enfraquecimento relativo da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo, *vis a vis* o fortalecimento da burguesia. Sua possível reversão depende de uma alteração também objetiva. Mas como já foi dito, a

construção de outra visão de mundo não é um processo objetivo. Depende, nas condições atuais, não apenas de uma crítica teórica ao desenvolvimento capitalista, acompanhado da formulação de uma alternativa, mas também de uma autocrítica do percurso desenvolvido pelo PT no último período. É nesse enquadramento que o governo Lula e o futuro do PT serão analisados, nos dois próximos capítulos.

O governo Lula

Nos capítulos anteriores desta tese, busquei mostrar como a influência da hegemonia burguesa se estabeleceu nas resoluções e na vida do Partido dos Trabalhadores.

Levando em consideração esta influência, podemos dizer que a vitória nas eleições de 2002 constitui a manifestação mais espetacular de um movimento contra-hegemônico *esplendoroso na forma e frágil no conteúdo*, fato que era do conhecimento da burguesia, pelo menos desde o momento em que foi publicada a *Carta aos brasileiros* e Meirelles foi convidado para presidir o Banco Central. Sobre isto, Emir Sader chega a dizer o seguinte:

“(...) A questão principal é que quando a esquerda chegou ao governo central no Brasil ela já havia perdido a batalha das idéias (...) Também acho que a candidatura do Lula não foi uma candidatura do PT. Ele foi se autonomizando em relação ao PT, mesmo o programa antes da Carta aos Brasileiros foi feito pelo Instituto da Cidadania e não passou pelo PT diretamente. E que depois com a Carta aos Brasileiros mudou sua natureza, pois antes não tinha um compromisso com o capital financeiro. Era mais ou menos uma disputa entre capital produtivo e capital especulativo. A Carta ao Povo Brasileiro mudou a natureza da candidatura do Lula para um compromisso com o capital financeiro e inviabiliza a saída do modelo. Entre outras conseqüências, a impossibilidade de se fazer uma política centrada no social, só sobram recursos para fazer políticas focalizadas. (*Fórum*, ano 4, n. 32, novembro de 2005.)

Entre as causas da fragilidade, citamos a hegemonia neoliberal, a crise do socialismo, a fraqueza relativa das organizações e da luta da classe trabalhadora, inclusive do ponto de vista ideológico.

De toda forma, a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 constitui uma exceção na história brasileira e um fato raro na história mundial.

Não é meu propósito, nesta tese, realizar um balanço do governo Lula. Como já foi dito, pretendo tão somente propor uma interpretação alternativa aos paradigmas predominantes nos estudos sobre o PT.

Entretanto, tendo em vista o impacto do governo Lula sobre o PT, é necessário refletir mais a respeito.

Considero que o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores são duas entidades diferentes, que devem ser analisadas separadamente, mas levando em consideração seus múltiplos vínculos.

Conseqüente com isto, uma análise do governo Lula, posta à serviço de um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores, deve levar em conta pelo menos o seguinte: as relações entre o Partido e o presidente da República; a ação dos ministros e demais integrantes do governo que são petistas; a atitude do Partido no Congresso Nacional, enquanto maior partido da base de apoio do governo; a atitude dos petistas que atuam em movimentos sociais e outras entidades ditas “da sociedade civil”, frente ao governo e vice-versa; a posição oficial das instâncias partidárias, em particular do Diretório Nacional do PT, frente as ações do governo e vice-versa; bem como a opinião da base eleitoral e social do petismo, que pode ser medida através de pesquisas.

Deve levar em conta, também, as ações desenvolvidas pelo governo e seu impacto na situação política e econômica de cada setor social.

Caberá levar em conta, finalmente, o balanço (formal ou informal) do Partido sobre o governo Lula. Tal balanço brotará necessariamente, de forma explícita ou implícita, do processo de elaboração do programa de governo para o mandato 2007-2010, mandato que o PT buscará conquistar no processo eleitoral de 2006.

É claro que um balanço completo do governo Lula é uma tarefa para o futuro, seja porque o governo ainda não concluiu seu mandato; seja porque parte deste balanço dependerá do resultado da eleição de

2006; ou ainda porque um balanço completo envolverá a reconstituição sistemática da ação do governo, em seus vários níveis (Presidência, ministérios, estatais); as suas relações internacionais; a sua relação com outros níveis da estrutura estatal (Legislativo, Judiciário, demais níveis do poder executivo) e com as organizações sociais, das diferentes classes; o impacto de suas políticas, em particular na macro-economia e nas chamadas áreas sociais; sua relação com todos os partidos políticos; e uma análise comparada com outros casos de governos dirigidos por partidos de esquerda vitoriosos em processos eleitorais.²¹⁷

Esta reconstituição exigirá, também, um levantamento da imprensa diária e semanal (revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época*, *Carta Capital*), bem como da literatura acadêmica e política a respeito. Vistas não apenas como insumos de descrição e análise, mas também como parte integrante da disputa acerca dos rumos e do significado do próprio governo.

Uma fonte importante de informações e análise sobre o governo Lula é o trabalho de acompanhamento desenvolvido pelo boletim *Política Econômica em Foco*, do Instituto de Economia da Unicamp; as análises sobre o governo Lula, no plano político, econômico e social, divulgadas pela página Outro Brasil (www.outrobrasil.net), um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e patrocinado pelo Instituto Rosa Luxemburgo, da Alemanha²¹⁸; e a análise desenvolvida pelo Periscópio, da Fundação Perseu Abramo.

Levando em consideração tudo o que foi dito antes, de que maneira uma análise parcial do governo Lula pode servir aos propósitos deste trabalho?

²¹⁷ É o caso, por exemplo, dos governos de François Mitterand, Filipe Gonzalez e Tony Blair, nos anos 1980 e 1990. É o caso do governo dos socialistas chilenos pós-ditadura militar. É o caso dos governos de Lucio Gutierrez (Equador) e Hugo Chávez (Venezuela), além do Congresso Nacional Africano.

²¹⁸ Este trabalho resultou na publicação de um livro, intitulado *Governo Lula, decifrando o enigma*, que contém parte das análises realizadas (Sader, 2004).

Lembro o núcleo de minha tese: *uma compreensão plena das escolhas estratégicas feitas pelo petismo exige levar em conta a influência da hegemonia da burguesia brasileira, das características estruturais de nossa sociedade, da precariedade do debate teórico partidário e da forte influência do desenvolvimentismo sobre a esquerda brasileira. Esta influência levou à substituição do socialismo pelo “crescimento econômico” como idéia estruturante do petismo, enquanto matriz explicativa, programa e estratégia de transformação da sociedade brasileira. O “elo fraco” através do qual penetrou a influência da hegemonia burguesa é a análise da estrutura de classes existente na sociedade brasileira. Mais exatamente, a crença na possibilidade de algum tipo de aliança estratégica entre os trabalhadores e a burguesia.*

Se esta tese estiver correta, as ações do governo Lula devem em alguma medida refletir tais características, nos termos que foram detalhadas nos capítulos anteriores.

Ocorre que as ações do governo Lula constituem, em última análise, vetores resultantes do conflito entre posições originais do Partido (ou de petistas que estão no governo) *vis a vis* as posições de outros setores sociais, dentro e fora do governo, de situação e de oposição, num contexto historicamente determinado.

Sendo assim, é preciso distinguir entre aquilo que se *tentou fazer* e aquilo que *foi efetivamente feito*, em comparação com o que (e como) se *pretendia fazer*.

Um exemplo: o PT afirmou, em seu 12º Encontro Nacional, sua intenção de superar o neoliberalismo. Sob qualquer parâmetro, este objetivo não foi alcançado: o Brasil (e o mundo, aliás) segue sob hegemonia do capital financeiro, do imperialismo e das idéias neoliberais. Portanto, salvo se adotarmos uma atitude “maximalista”, a questão posta é saber se o governo, por influência do Partido, adotou medidas que perseguiam aquele objetivo; bem como saber se tais medidas tiveram êxito e em que nível.

O que constitui “êxito”, nestes marcos? Entendo que êxito implica, em última análise, no fortalecimento político, econômico, social e ideológico dos setores sociais que constituem o bloco histórico que se

opõe ao neoliberalismo; e o fortalecimento do conjunto da sociedade brasileira, frente especialmente às nações imperialistas.

Neste sentido mais geral, o que podemos dizer acerca da experiência do governo Lula?

De maneira bastante sintética, entendo que as ações de governo não estão organizadas de maneira consoante com aquele propósito (o fortalecimento do bloco anti-neoliberal).

Esta interpretação é predominante na bibliografia existente acerca do governo Lula, em particular no tocante à política econômica. Esta é a opinião tanto dos críticos “de esquerda” (como Francisco de Oliveira), quanto dos defensores da política econômica adotada no governo Fernando Henrique Cardoso.

Entre os defensores da política econômica, entretanto, há quem sustente que ela não é igual àquela implementada ao longo dos anos 1990. E, mesmo entre os críticos de esquerda, há quem sustente que há áreas da política econômica onde se estaria implementando uma política oposta aos cânones do neoliberalismo.

Para fundamentar esta tese, ou para defender os “sucessos” da política econômica do governo Lula, são geralmente citadas: as medidas de reconstrução do Estado e de sua capacidade de planejamento, a interrupção do programa de privatizações, a política energética, a recuperação e a política de crédito barato dos bancos públicos, os saldos na balança comercial, a relação dívida/PIB e o pagamento antecipado de parcelas da dívida com o FMI.

É muito presente, também, o argumento segundo o qual os “fundamentos” da política econômica estariam corretos, havendo no máximo problemas e exageros na “operação”.

Tomados isoladamente, para cada um destes argumentos há contra-argumentos. Por exemplo:

a) as medidas de reconstrução da capacidade de intervenção e planejamento do Estado são muito lentas e não alteram o sentido geral da desconstrução operada nos anos 1990. Isto fica claro, por exemplo, no caso da reforma agrária e no episódio da recuperação das rodovias.

Ademais, a recuperação da capacidade de intervenção e planejamento do Estado não é uma medida principalmente “administrativa”. Ela depende, no fundamental, dos investimentos que o Estado faça, investimentos que estão contidos pelo endividamento, pelo superávit primário, pela taxa de juros, pelo contingenciamento orçamentário e pela matriz tributária;

b) é verdade que o programa de privatizações de estatais foi interrompido, mas é verdade também que não houve auditoria nem reversão das privatizações feitas. As “agências” seguem funcionando e as ex-estatais agora privatizadas possuem enorme autonomia, por exemplo na definição de tarifas, que aliás impactam a taxa de inflação. Ademais, o governo Lula manteve a política das “concessões” e busca institucionalizar as chamadas “parcerias público-privadas”;

c) os saldos na balança comercial são oriundos de um conjunto de variáveis, desde uma conjuntura internacional favorável às *commodities*, passando pela ausência de uma política de valorização do consumo interno e incluindo a baixa remuneração da força de trabalho brasileira. A existência de saldos positivos não configura, de per si, algo positivo do ponto de vista da macroeconomia nacional. Cabe analisar o que é feito com as divisas obtidas, bem como a estrutura sócio-produtiva que está na base das exportações. Os dados indicam que um pequeno número de grandes empresas é responsável pela maior parte das exportações. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração o valor agregado das exportações, que indica qual o lugar do país na “divisão internacional do trabalho”;

d) a redução na relação dívida/PIB vem sendo feita às custas de um enorme esforço social, com resultados pequenos e que mantém aquela relação no mesmo patamar herdado do governo Fernando Henrique Cardoso;

e) considerar que a estabilidade *monetária* (pois é difícil sustentar que exista estabilidade econômica, num país cuja taxa de juros é por vezes a maior do mundo) é um “fundamento”, ou não quer dizer absolutamente nada (Lênin, logo após a revolução de 1917, defendia a

importância de manter estável o valor do rublo, o que serve como exemplo que buscar a estabilidade do valor da moeda pouco informa acerca do conteúdo da política estatal em vigor), ou significa a adesão à monomania monetarista e agora neoliberal, que faz do combate à inflação uma obsessão a ser satisfeita em detrimento de outras variáveis (taxa de crescimento, emprego etc.).

Em geral, a defesa da política econômica do governo Lula é feita com base em parâmetros herdados do governo anterior ou com base em lugares comuns e muito desconhecimento dos fatos, inclusive do que seja o “modelo neoliberal” e suas variantes concretas.

Na minha opinião, o mais relevante para analisar a política econômica do governo Lula é o volume de recursos transferido, através da taxa de juros e do superávit primário, em direção ao capital financeiro. Este volume confere à política implementada pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda uma ampla hegemonia sobre o conjunto do que podemos denominar de “política econômica do governo Lula”. Esta política vem mantendo a hegemonia do capital financeiro sobre a economia nacional.

O papel central que a política econômica estrito senso assumiu no governo Lula constitui, de per si, uma vitória da hegemonia neoliberal. Era de se esperar que a área social lato senso (o que inclui, portanto, os investimentos em infraestrutura física, a reforma urbana e a reforma agrária) constituíssem o carro-chefe do governo.

O fato das políticas sociais do governo Lula serem predominantemente de tipo compensatório, não havendo um *salto de qualidade* fundamental nas demais áreas (por exemplo, um acréscimo significativo no orçamento da Cultura e dos Esportes; um combate ao monopólio na área da Comunicação; uma redução do espaço ocupado pelo setor privado, nas áreas de Saúde e Educação; um amplo processo de reforma agrária e urbana), indica que neste terreno estratégico o governo Lula se manteve, na média, nos mesmos patamares de governos anteriores.

Outro terreno em que se esperava uma mudança substancial é o da democratização política, através do empoderamento das camadas

populares, inclusive via mecanismos de controle social do Estado. É verdade que o governo estimulou a realização de conferências em diversas áreas, mas é duvidoso que este esforço tenha continuidade, frente ao contraste entre as expectativas e as realizações. Por outro lado, ocorreu uma redução do espaço ocupado pelos setores de esquerda nos governos municipais, havendo uma tendência (a confirmar) de redução do espaço ocupado no Congresso Nacional. Ao lado disso, não se verificou um salto nos patamares de sindicalização, nem mesmo de militância noutros movimentos sociais. E a primeira consulta popular feita sob o governo Lula (o referendo sobre comercialização de armas de fogo) foi vencida pela direita.

Em parte devido ao contraste com o conjunto da obra, em parte por méritos próprios, ou ainda devido ao papel objetivo que o Brasil cumpre numa conjuntura continental favorável às forças contrárias ao neoliberalismo, a política externa possui um diferencial importante em relação às demais áreas do governo Lula.

Portanto, num sentido muito geral, aquilo que foi *efetivamente feito* pelo governo Lula não resultou no fortalecimento, do ponto de vista político, econômico, social e ideológico, dos setores sociais que constituem o bloco histórico que se opõe ao neoliberalismo; ao mesmo tempo, o governo obteve êxitos parciais na frente internacional. Sendo o principal deles o simples fato de existir, ou seja, o fato do Brasil ter um governo que não se propõe a representar os interesses norte-americanos.

Setores de esquerda que fazem oposição ao governo Lula partem de uma análise semelhante a esta, para concluir que o governo precisa ser derrotado nas eleições de 2006.²¹⁹

Já outros setores, da esquerda que defende o governo Lula, apresentam um balanço muito mais positivo das ações da administração

²¹⁹ Lembrem, neste sentido, aquela piada do nadador que, no meio da travessia do Canal da Mancha, sentiu-se cansado e decidiu voltar.

federal, não necessariamente porque acreditem nesta “positividade”, mas porque parecem pensar que – fosse *negativo* ou simplesmente *realista* o balanço – só restaria como alternativa fazer oposição. Neste sentido, uns e outros compartilham mais pressupostos do que gostariam de admitir.²²⁰

Cabe responder, agora, em que medida o que foi efetivamente feito pelo governo, decorre de opções anteriores feitas pelo Partido dos Trabalhadores (ou pelos petistas que dirigem o governo).

Se tomarmos como parâmetro as resoluções do PT, de 1995 até 2005, podemos dizer que as ações do governo Lula constituíam um desdobramento possível daquelas resoluções, fato que foi apontado pelas tendências petistas contrárias à chamada estratégia de centro-esquerda, bem como por dirigentes do “Campo majoritário”.

Se tomarmos como parâmetro as resoluções do Diretório Nacional do PT, eleito em 2001, especialmente no período que se estende da edição da *Carta aos Brasileiros* até julho de 2005, quando José Genoíno pede demissão da presidência nacional do PT, podemos dizer que as ações do governo Lula tiveram o aval explícito ou pelo menos o silêncio obsequioso da maioria da direção partidária.²²¹

Se considerarmos o resultado da eleição, ocorrida em setembro-outubro de 2005, das novas direções do PT, podemos dizer que a política implementada pelo governo Lula não é mais hegemônica no interior do Partido, embora isto não signifique que haja outra política hegemô-

²²⁰ Embora isso escape completamente aos propósitos desta tese, esclareço minha opinião pessoal a respeito: considero fundamental a reeleição de Lula, não pelos méritos pontuais (que existem) do governo, mas principalmente por três motivos: a) pela necessidade de derrotar a oposição tucano-pefelista; b) pelo impacto negativo de uma derrota, especialmente para os processos em curso na América Latina; c) por ser mais fácil reagrupar o campo democrático-popular, nas condições contraditórias de um segundo governo Lula, do que num quadro de derrota.

²²¹ As resoluções do Diretório Nacional do PT estão disponíveis na página www.pt.org.br.

nica, nem signifique discordância em relação aos pressupostos desta política, nem tampouco implique em manifestação pública e explícita. Seria mais preciso, portanto, dizer que a variante ortodoxa daquela política, expressa principalmente nas ações do ministério da Fazenda e do Banco Central, não têm mais apoio majoritário no Partido.

Realizada a avaliação do que foi efetivamente feito e do que se tentou fazer, cabe perguntar o que (e como) se *pretendia fazer*.

Ao contrário de partidos como o Social Democrata Alemão, o Partido dos Trabalhadores não renunciou aos propósitos socialistas. Ao mesmo tempo, o PT segue afirmando sua oposição ao neoliberalismo. Por outro lado, o resultado prático do governo Lula não produziu uma ampliação da qualidade de vida dos setores populares, ampliação que fornecesse uma base social sólida, no presente e no futuro, para a política que se implementou de 2003 a 2005.

Neste sentido, há uma tensão entre o que se pretendia fazer *vis a vis* o que se tentou e o que se fez, efetivamente. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo desta tese. Antes, façamos uma retrospectiva impressionista do período 2003-2005, com foco na ação do governo, do Partido e das oposições.

Retrospectiva 2003-2005

É possível estabelecer uma periodização preliminar dos três primeiros anos do governo Lula, tomando como critério fundamental a correlação de forças entre as diferentes classes sociais e seus representantes políticos. Segundo esta periodização, o governo Lula teria atravessado as seguintes fases, até o momento:

a) *da vitória de Lula nas eleições de 2002 até a eclosão do caso Waldomiro Diniz*: inclui as primeiras decisões de governo, antes mesmo da posse; a posse; a composição do ministério; a implantação do novo governo e das primeiras políticas; a deflagração da reforma da previdência; os primeiros conflitos entre parte da bancada do PT e o governo; a expulsão dos parlamentares petistas que votaram contra a reforma

da previdência; e a disputa entre José Dirceu e Antonio Palloci, acerca dos rumos da economia e do governo.

Nesta fase, o governo contava inicialmente com uma grande capacidade de iniciativa, mas utilizou esta iniciativa contra suas próprias bases de sustentação. Este período foi concluído com a denúncia de envolvimento de um assessor da Casa Civil em corrupção e tráfico de influência.

b) *da eclosão do caso Waldomiro Diniz até as denúncias do deputado Roberto Jefferson*: é o período caracterizado pela progressiva perda de influência de José Dirceu, que deixa de ser o *primeiro-ministro de fato* do governo e acaba, ao final, sendo demitido.

Ao mesmo tempo, é o período em que as posições de Antonio Palloci no interior do governo se fortalecem. O governo e o PT se concentram na disputa das eleições de 2004, que terminam com uma vitória das oposições, que conquistam São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia e Belém, entre outras. Em seguida, o governo é derrotado na eleição do presidente da Câmara dos Deputados: Luís Eduardo Greenhalgh (PT) perde para Severino Cavalcanti (PP), o que tira do governo o controle da pauta do Congresso Nacional, inclusive da instalação ou não de CPIs e de processos de *impeachment* contra o presidente da República.

Esta fase, em que o governo perdeu a iniciativa e importantes instrumentos de intervenção política, é concluída com as denúncias do deputado federal Roberto Jefferson, que levam o presidente da República a demitir José Dirceu e vários outros membros de sua equipe de governo.

c) *das denúncias do deputado Federal Roberto Jefferson até a eleição da nova direção do PT e de Aldo Rebelo para a presidência da Câmara dos Deputados*: é o período marcado por uma ofensiva articulada entre mídia e partidos políticos (PSDB e PFL), com o propósito de desmoralizar o Partido dos Trabalhadores, associando-o a corrupção e ao crime organizado; bem como com o propósito de reconquistar a presidência da República. O PT é colocado diante da ameaça concreta de cassação da legenda partidária; e o governo, diante da ameaça de impeachment.

O período se encerra em setembro-outubro de 2005, quando o PT consegue mobilizar 315 mil filiados para votar na eleição da nova direção partidária; e quando Aldo Rebelo é eleito, com 15 votos de vantagem, o novo presidente da Câmara dos Deputados, tornando muito difícil a instalação de um processo de impeachment.

d) *da eleição de Aldo Rebelo até o momento*. Ainda em curso, este momento é marcado por um equilíbrio incerto de forças. O governo saiu do córner, mas ainda não demonstra capacidade de iniciativa; já a oposição, depois de tentar levar o governo a nocaute, recupera o fôlego através de uma ação de desgaste, visando as eleições de 2006.

Uma análise mais detalhada de cada uma destas fases dará elementos para entender a disputa de hegemonia que ocorre no país, no governo Lula e no PT. Com a diferença de que poderemos apreciar a ação *direta* da burguesia, principalmente através dos seus partidos e dos meios de comunicação que influencia.

Da vitória ao caso Waldomiro Diniz

O primeiro período do governo Lula foi marcado, em sua fase inicial, pela aprendizagem: todas as forças políticas estavam se acostumando com as novas posições decorrentes do processo eleitoral.

A postura mais ativa foi da burguesia, que por diversas vezes atuou com o nítido propósito de delimitar o que podia e o que não podia ser feito. Já o PT e o governo Lula caracterizaram-se (com raras exceções) pela cautela. Um exemplo disso foi o processo de transição entre o governo FHC e o governo Lula.

Ao não instalar nenhuma devassa contra o governo FHC, o governo Lula e o PT abriram mão da possibilidade de desorganizar alguns dos aparatos hegemônicos da burguesia.²²²

²²² Em entrevista concedida à revista Fórum, n. 33, José Dirceu seguia afirmando: “foi certo não fazer uma devassa no governo FHC”.

Uma devassa muito provavelmente colocaria na defensiva política (e, eventualmente, na cadeia pública) os responsáveis pelos processos de privatização realizados nos anos 1990; pelo endividamento público ocorrido nos anos 1990; por empréstimos subsidiados às grandes empresas, inclusive aos meios de comunicação; pelo financiamento ilegal dos partidos conservadores etc.

Importante dizer que as resoluções partidárias previam uma auditoria no processo de privatizações. Ademais, uma devassa não contraditava a letra da *Carta aos brasileiros*. Fica claro, ao não ter sido feita, que contraditava o *espírito* daquela *Carta*, que supunha uma *transição sem conflito*, uma *transição intransitiva*.

A não realização de uma auditoria nos atos praticados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) deixava a porta aberta para a negociação de uma aliança com o PSDB, posição defendida publicamente por um setor do governo, encabeçado por Luís Gushiken, então ministro responsável pelo planejamento estratégico e pela coordenação da comunicação do governo.

A postura adotada no processo de transição teve continuidade na composição do ministério, com a indicação de três quadros orgânicos da burguesia para ocupar a presidência do Banco Central, bem como os ministérios da Agricultura e da Indústria e Comércio.

A atitude adotada no início do governo buscava responder a um problema decorrente da correlação de forças: a maioria dos governadores e do Congresso Nacional não era vinculada ao PT, nem a seus aliados de primeiro turno.

Frente a isto, a reação predominante foi a de ampliar as concessões ao grande capital e aos partidos de centro e direita; e não a de buscar apoios suplementares junto à esquerda política e social.

A opção por buscar apoios entre os partidos de centro e direita abria três possibilidades básicas: a de constituir uma maioria congressual, com base numa aliança com o PSDB; a de buscar o mesmo, através de uma aliança com o PMDB; ou a constituição de uma aliança baseada nos pequenos e médios partidos de centro-direita

(PTB, PP, PL). Prevaleceu este último caminho, que demonstrou ser capaz de construir uma maioria congressual, mas não uma hegemonia política.

Com princípios, a burguesia não brinca

Mesmo diante da opção conciliatória do governo, os principais meios de comunicação reagiram com a acusação de que o PT estaria “loteando o aparato de Estado”:

“Por todos os lados pipocam denúncias de excesso de politização e aparelhamento da máquina administrativa pelo PT.” (Hippolito, 2005, p.56)

Vejamos mais de perto: a acusação é dirigida contra o Partido vitorioso nas eleições presidenciais, que teria colocado quadros políticos em funções técnicas, candidatos derrotados às eleições de 2002 em posições ministeriais, bem como quadros pouco confiáveis, aos olhos de setores da burguesia, em algumas posições (caso de Carlos Lessa, no BNDES).

Há controvérsias sobre o número de cargos comissionados criados e efetivamente preenchidos durante os três primeiros anos do governo Lula. Entretanto, o que está em questão não é o número, às vezes nem mesmo o poder dos cargos em questão, mas um princípio: a soberania popular se aplica ou não ao conjunto do aparato de Estado, especialmente aos cargos de livre nomeação, ou o que vale para alguns partidos não vale para outros?

“É normal e desejável que um grupo vitorioso nomeie seus membros para formular as novas políticas. Afinal, foram eleitos para isso. Mas não se pode substituir até o nível de gerência, porque a máquina pára. O Brasil já é um país complexo e sofisticado. A operação da máquina pública não pode ser feita por amadores. Dá até para ter um presi-

dente inexperiente e ministros amadores, mas a gerência da máquina tem que ficar nas mãos de profissionais. E isto vale tanto para o setor público quanto para o setor privado”. (Hippolito, 2005, p.118)

A reação do PT a estes ataques foi defensiva, chegando a propor ao governo que fizesse uma redução generalizada nos cargos de confiança, revelando que predominava na direção do Partido a crença *republicana* no aparato permanente de Estado, em última análise na neutralidade da alta burocracia estatal.

A economia no comando

O governo Lula anunciou, através de documento do Ministério da Fazenda,²²³ suas prioridades para o período.

A transformação do ministério da Fazenda em principal porta-voz e âncora do governo não foi cometida pelos governos socialistas do Leste Europeu, tão acusados de *produtivismo*. Mas constitui, por certo, um traço dos governos neoliberais, em que os titulares das pastas econômicas concentram, de fato, mais poder do que seus pares.

O governo Lula radicalizou a opção “economicista” do governo FHC, transformando o ministério da Fazenda em pilar central do governo. O conteúdo mais profundo desta opção fica claro quando, em plena crise de 2005, o presidente da República afirma que “enganam-se aqueles que acham que a crise política vai afetar a economia”.

Ora, a separação entre economia e política, a blindagem da economia contra as influências malsãs da política (as pressões populares), a conversão da economia num assunto da natureza, não político-histórico, é um velho sonho da doutrina neoliberal. Nas palavras de Eduardo Gianetti:

²²³ *Política econômica e reformas estruturais*, assinado pelo ministro Antonio Palloci (<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2003/Política%20Economica.pdf>).

“As leis da economia descrevem muito bem o que ocorre na natureza (...) A luta para manter-se vivo e se reproduzir é uma forma de economia e todos os seres vivos, inclusive os vegetais, precisam de algum modo decidir entre usar recursos agora e poupá-los para o futuro. As folhas das árvores captam renda solar para formar um estoque de energia que produzirá frutos e sementes na estação propícia. Toda vez que se abre mão de algo no presente em prol de um benefício futuro (ou vice-versa) está implícita a ocorrência de juros” (*Veja*, 9 de novembro de 2005).

Frente a uma pergunta do jornalista Márcio Aith (“Como se dão o acúmulo de poupança e o pagamento de juros no mundo biológico?”), Gianetti incorpora o espírito da revista *Mad* e responde à altura:

“Em várias situações. Toda vez que comemos em demasia, nosso organismo cria uma poupança automática na forma de gordura. Pode não parecer correto para quem quer emagrecer, mas, evolucionariamente, faz muito sentido. A existência dessa poupança na forma de gordura permite a um animal fazer um consumo pontual concentrado de energia sem precisar parar a fim de alimentar-se. (...) Mas esta poupança tem custos. Você perde agilidade, perde mobilidade e precisa mantê-la apta para o consumo. Mas traz benefícios. Serve de reserva para situações de atividade intensa e permite que um animal mantenha o nível calórico por algum tempo, mesmo que esteja atravessando um período de “vacas magras”. É o que, em economia, chamamos de poupança precaucionária.” (idem)

Não satisfeito, o preclaro professor explica a origem *bestial* dos juros:

“Quando acaba a gordura e a fome se torna desesperada, o organismo não tem outro recurso senão recorrer a um emprestador em última instância – na prática, um ‘agiota’. Na falta de comida, o corpo

passa então a consumir os próprios músculos, pagando na prática juros exorbitantes pelo benefício de manter-se vivo. Por que o preço é exorbitante? Porque uma parte desses músculos não vai mais se reconstituir no futuro. É como queimar a mobília da casa para não morrer de frio. Consome-se patrimônio para sobreviver mais um dia. O imperativo de manter-se vivo impõe um custo exorbitante no futuro.” (idem)

A reforma da previdência

De volta à civilização: o já citado documento do Ministério da Fazenda fundamentou a hierarquia das reformas que seriam implementadas pelo governo Lula.

Estas reformas deveriam, supostamente, materializar as mudanças apontadas pelo 12º Encontro. Isso nos remete para uma discussão sobre o lugar das reformas, na estratégia de um governo de esquerda:

“A palavra ‘reforma’ tem uma longa tradição na história política. Há quem localize sua origem na ‘reforma’ protestante; outros, no debate sobre ‘reforma e revolução’, travado entre os social-democratas alemães no final do século 19. No Brasil, em que os termos políticos são utilizados tantas vezes de ponta-cabeça, já se fez uma ‘revolução’ (o golpe militar de 1964) para combater as reformas (de base, patrocinadas pelo governo João Goulart).

Com a entrada em cena do neoliberalismo (...) a esquerda passou a ser apresentada como conservadora; e a direita, como progressista. Nesse contexto, os neoliberais chamaram de ‘reformas’ as mudanças constitucionais que defendiam, para poder adotar políticas anti-populares, anti-democráticas e anti-nacionais.

No âmbito do PT, a palavra ‘reforma’ foi utilizada, desde 1980 (...) em duplo sentido: ou para designar uma determinada estratégia de transformação da sociedade, ou para designar as mudanças que [o PT faria quando conquistasse o governo federal](...)”. (Pomar, 2004v, pp 229-230)

Tendo em vista que o ritmo e o cronograma de implementação das reformas dependiam da correlação de forças, materializada no resultado das eleições de 2002, seria natural que o governo ou o Partido tornassem público um plano político que encadeasse as reformas propostas, a transição de modelo econômico e a governabilidade político-social.

É sintomático que o plano que foi tornado público tenha sido exatamente o já citado documento do Ministério da Fazenda:

“(...) o documento pretende trazer um diagnóstico histórico dos impasses brasileiros e propõe uma racionalidade econômica que faz projeções até 2001. Não desenvolve as dimensões políticas implicadas, mas engloba em suas proposições não apenas a macroeconomia do governo Lula, como também as suas políticas sociais(...)” (Guimarães, 2003, p.104)

Guimarães detalha as principais proposições do plano (idem, pp 104-106), chegando à seguinte conclusão:

“(...) é simplificador classificar de mero continuísmo a estratégia apresentada em relação à política econômica do governo anterior. O mais rigoroso é dizer (...) que se trata de um aprofundamento das mudanças no interior de uma mesma racionalidade (...)” (idem, p. 106)

A opinião da professora Maria da Conceição Tavares sobre a política econômica é do mesmo naipe:

estaria em curso uma ampla “reforma de segunda geração” que tende a promover uma “regressão a padrões primitivos”, com a flexibilização das leis trabalhistas, a privatização do aparato estatal e o estrangulamento de políticas públicas de seguridade social (*Carta Maior*, 25/11/2005).

É nestes marcos, portanto, que o documento do Ministério da Fazenda propõe algumas reformas estruturais:

“A prioridade concedida à reforma da Previdência explica-se pelo fato de ela incidir, ao mesmo tempo, sobre a economia dos gastos do Estado e sobre a injustiça na distribuição de seus recursos. A autonomia operacional do Banco Central viria dar confiabilidade à política (...) Da reforma tributária, não se espera um perfil agressivo de mudanças (...)” (Guimarães, 2003, pp 105-106)

Escapa ao objetivo desta tese discutir no *mérito* e no *detalhe* as reformas defendidas pelo governo Lula, tanto no documento do Ministério da Fazenda, quanto noutras ocasiões.²²⁴

Para os objetivos desta tese, o essencial é lembrar que tais reformas correspondem, de maneira geral, às *tarefas inconclusas do governo FHC*.

Resta saber se, ao herdar a agenda de reformas do governo anterior, o governo Lula herdou também seu plano de disputa de hegemonia. Afinal, no caso do governo FHC, uma reforma como a da previdência tinham dois propósitos: fortalecer uma certa visão acerca dos problemas do país e, por decorrência, fortalecer o grupo político-social que estava no governo; e fortalecer materialmente um determinado setor econômico, pois a reforma resultaria na abertura do mercado de previdência complementar.

No caso do governo Lula, há sólidas evidências de que a implementação da agenda do governo anterior reduziu o apoio de sua própria base social e eleitoral originária, ao mesmo tempo em que não ampliou o apoio nos setores sociais que deram sustentação ao governo FHC.

A reforma da previdência, a primeira a ser enviada ao Congresso, teve o condão de unir os inimigos e dividir os amigos do governo.

Trata-se de uma vitória da hegemonia burguesa: convencer os inimigos a fazer o que o governo FHC quis, mas não teve força para

²²⁴ Sobre o mérito das reformas, minha posição coincide com o que está exposto no livro *Novos rumos para o governo Lula*. A respeito da reforma da previdência, ver a análise da professora Laura Tavares in Sader (2004).

fazer. Escolher a agenda de ação do governo (em termos militares: *o terreno do combate*) é essencial para a vitória.

O episódio da reforma da previdência revela, também, como o governo Lula (e o PT) trataram, naquele momento, a relação entre os diversos setores da classe trabalhadora.

No caso em tela, o governo enfatizou no seu discurso a existência de *ganhos diferenciados dos aposentados do setor público*, para ao final recuar sem conseguir impor perdas reais às minorias realmente privilegiadas da alta burocracia, que recebem aposentadorias muito superiores à média. Na prática, restou a divisão na sua própria base social e eleitoral, onde se acentuou o conflito entre trabalhadores do serviço privado e trabalhadores do setor público.

A relação com o Congresso Nacional

Para que a reforma da Previdência fosse aprovada, o governo precisou contar com o apoio de parlamentares da oposição.

Desde o início, o governo Lula contava com minoria de votos no Senado e maioria de votos na Câmara dos Deputados. A maioria de Deputados na legislatura 2003-2006 é composta por três blocos distintos de parlamentares: aqueles que apoiaram a candidatura de Lula no primeiro ou no segundo turno; aqueles que apoiavam posições do governo por motivações político-ideológicas, mesmo não tendo apoiado a sua eleição; e aqueles que apoiavam o governo, devido a acordos fisiológicos operados após a eleição de Lula.

Esta composição instável e a força da oposição, levaram o governo e o PT a dois tipos de atitude: trocar apoios ao governo, por apoios do governo a medidas antagônicas a suas posições anteriores (é o caso dos transgênicos); ou sofrer derrotas em questões julgadas essenciais (como a reforma tributária).

Nesse contexto, seria natural que o governo e o PT lançassem mão da mobilização popular, para pressionar o Congresso Nacional. Incrivelmente, o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Lula, ex-

perientes na mobilização popular, não organizaram qualquer tipo de pressão externa sobre as instituições.

Pelo contrário, o governo experimentou a condição de alvo da mobilização, durante a greve contra a reforma da Previdência. Durante as mobilizações, o presidente da Câmara dos Deputados, o petista João Paulo, chegou a autorizar a presença da tropa de choque da Polícia Militar dentro da Casa.

Aqui reside mais uma espetacular vitória da hegemonia burguesa: a sagração do Congresso Nacional como a intocável Casa do povo, mas não no sentido que o povo nela possa penetrar e pressionar por seus direitos.

O governo Lula, com a exceção da convocação de Conselhos e Conferências nacionais, bem como de um processo de consultas na formulação do PPA, não instituiu mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais. Ao contrário, o governo manteve hábitos conservadores e tradicionais na relação política; além disto, deve-se considerar a manutenção, no aparato de Estado, de práticas fisiológicas e corruptas herdadas, numa profundidade que só seria tornada pública em 2005, a partir das denúncias formuladas pelo então deputado federal Roberto Jefferson, hoje já cassado.

Quando o governo tentou exercitar o poder que é seu, de indicar membros das Agências Reguladoras, propor a constituição da Ancinav e do Conselho Federal de Jornalismo, a reação burguesa foi violenta. Basicamente, acusou-se o governo de totalitarismo, uma versão hiperbolizada do “loteamento do aparelho de Estado pelo PT”. Segundo o filósofo Roberto Romano:

“Já que a suspeita ronda o país, afirmo: o petismo, num delírio usual em cabeças autoritárias, deseja abolir a mídia externa ao partido. Mal a coorte angélica chegou ao poder, os seus donos engendraram mordanças para os odiados burgueses, como o Conselho de Jornalismo (...)” (*FSP*, 24/11, A3)

A acusação de totalitarismo, fartamente divulgada pela imprensa, tinha duas motivações principais: a suposta tentativa de controlar a imprensa, através do Conselho Federal de Jornalismo; e a suposta tentativa de controlar a indústria cultural de massa, através da Ancinav.

O conteúdo dos projetos apresentados (basicamente normativos), a conduta do governo frente aos ataques (que foi a de recuar) e a relação real do governo com as empresas da área (que vem sendo a de manter o investimento e o apoio creditício) indicam que os ataques da burguesia foram desproporcionais à ameaça efetiva contida nas duas propostas.

Entretanto, foi com base em fatos deste naipe, bem como na quase expulsão de um jornalista estrangeiro que ofendeu o presidente da República, que se cunhou a imagem de que Lula teria *vocação para Hugo Chavez*.

Não importa, aqui, a veracidade desta acusação. O que interessa é que ela faz parte de um tríptico construído para desconstituir a imagem de Lula, junto a três diferentes setores sociais.²²⁵

Para os setores da grande burguesia que apoiaram ou que foram neutros frente à candidatura Lula, é dito que ele seria um *Chavez em pele de cordeiro*. Para os setores médios, que migraram maciçamente para o PT em 2000 e para a candidatura Lula em 2002, é dito que ele seria como *Vargas no mar de lama*, envolvido no loteamento do aparelho de Estado e corrupção. Para o eleitorado de esquerda, é dito que Lula estaria *traindo os interesses dos trabalhadores*.

É certo que o governo e o PT ofereceram vários pretextos para que essas imagens fossem cunhadas. Desde casos de confusão entre público e privado, até recuos em determinadas posições (passando a impressão de que algo de errado estaria se tramando, até que a *combativa imprensa* denunciou e os malfeitores recolheram-se). (Miguel, 2000)

²²⁵ Sobre a questão da imagem, do mito e do discurso político, ver Luís Filipe Miguel: *Mito e discurso político*. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Imprensa Oficial/Editora da Unicamp, 2000.

A verdade, entretanto, é que o governo não conseguiu alterar o funcionamento do Judiciário (no sentido amplo, incluindo aí o Ministério Público), das Forças Armadas e dos meios de comunicação.

A burguesia e o governo Lula

Mesmo frente a um governo disposto a manter, em suas linhas gerais, a política econômica herdada do governo anterior, a postura do grande capital e de seus agentes políticos não vem sendo de convivência pacífica.

Recapitemos: em 2003 e 2004, a política econômica seguiu privilegiando o grande capital financeiro, o agronegócio e o setor exportador, gerando dificuldades crescentes com os setores industriais e com o médio capital em geral. Em 2005, os setores exportadores começaram a sofrer restrições devido à valorização do Real, subproduto da política monetária. E o agronegócio pecuário experimentou, com a aftosa, as delícias resultantes dos cortes orçamentários.

Apesar desses contratempos, é possível afirmar que o governo Lula tem sido mais generoso com as necessidades dos grandes capitalistas, especialmente com o setor financeiro, do que com as demais classes e setores sociais.

A política de contenção da inflação, por exemplo, apresentada como um grande benefício para os setores populares, é feita com base na mesma receita do governo anterior (Prado, 2004).

O crescimento econômico está abaixo da média dos países em desenvolvimento, mas a rentabilidade está em alta, especialmente a do setor financeiro. Segundo a professora Maria da Conceição Tavares, estaríamos vivendo apenas um “mini-ciclo de crédito, consumo e exportação” (*Carta Maior*, 25/11/2005). Neste contexto, a geração de empregos é não apenas inferior ao necessário, como também é um subproduto da política econômica, nunca seu objetivo central.

A reforma tributária, a reforma da previdência, o ritmo lento na execução da reforma agrária, as reformas sindical e trabalhista são

outros elementos que revelam a real prioridade conferida, pelo governo, aos interesses dos pequenos empresários, trabalhadores pequeno proprietários e trabalhadores assalariados.

Registre-se que o governo vem ampliando a cobertura da política social compensatória. De importância incontestável para os beneficiários, a política social compensatória tem limitações estruturais, que foram criticadas pelo próprio PT, na época que fazia oposição ao governo FHC.

De maneira geral, podemos dizer que o governo Lula opera no mesmo marco macro-econômico do governo FHC, qual seja: a hegemonia do capital financeiro sobre a economia, a sociedade e a política.

Frente a isto, a opção da burguesia tem sido tratar o PT, o governo e a área econômica com políticas distintas. E, quanto teve a oportunidade, desencadeou uma ofensiva de conjunto contra o PT e o governo, buscando ao máximo preservar a área econômica do governo.

De Waldomiro Diniz a Roberto Jefferson

A oportunidade para uma ofensiva de conjunto surgiu na segunda fase do governo Lula, com as acusações de corrupção e com a disputa eleitoral de 2004.

No início de 2004, com o episódio Waldomiro Diniz, a oposição burguesa iniciou uma ofensiva, que se consumaria na derrota do PT nas eleições de 2004 e na eleição da Presidência da Câmara dos Deputados. Como o caso Waldomiro Diniz foi um ensaio geral do que ocorreria em 2005, caso que será visto em detalhe mais adiante, nos concentraremos aqui na disputa eleitoral.

As eleições de 2004 foram vistas, pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores, como um momento de reforçar seu apoio junto à população, bem como de ampliar sua presença eleitoral-institucional. Diversas previsões foram feitas, inclusive a de uma vitória em 800 municípios brasileiros. (Hippolito, 2005, p.114)

Para auxiliar neste objetivo, a política de alianças do Partido foi

ampliada até incluir, potencialmente, toda a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Na prática, isto significava a possibilidade de realizar alianças com todos os partidos políticos, salvo se houvesse proibição explícita da Comissão Executiva Nacional do PT.

Paralelamente, os candidatos do Partido foram estimulados a fazer campanhas com um nível de gastos superior à média. A linha de campanha, por sua vez, era um *mix* entre as campanhas petistas tradicionais e a defesa do governo Lula.

Do ponto de vista da disputa de hegemonia existente na sociedade brasileira, a grande diferença entre as eleições de 2004 e as anteriores foi a inexistência de um confronto global de projetos.

Até 2002, com maior ou menor ênfase, o PT estruturava suas campanhas na denúncia global do projeto neoliberal e na defesa global do projeto democrático e popular.

Apesar do conteúdo muitas vezes moderado, a simples existência desta bipolarização organizava, política e ideologicamente, o discurso dos petistas e a recepção destes discursos por parte do eleitorado.

Ademais, conferia um caráter ofensivo às campanhas petistas, inclusive porque o PSDB e o PFL não assumiam a condição de “neoliberais”. Como já dissemos, a escolha da agenda (o terreno da batalha) é fundamental; o mesmo pode ser dito da escolha da polarização (as armas): de um lado, os neoliberais, de outro lado os democrático-populares.

Os dois primeiros anos de governo Lula, se não eliminaram, pelo menos enfraqueceram muito a possibilidade das candidaturas petistas manterem este discurso nacional e programaticamente polarizador. Isso permitiu ao PSDB e ao PFL uma liberdade de movimentos que eles não experimentavam desde 1994, além de favorecer os partidos e candidaturas de “centro”, que anteriormente ficavam espremidos entre os dois pólos da disputa.

Como resultado, as campanhas eleitorais foram *tendencialmente* nacionalizadas pela direita, que fazia oposição aberta ao governo Lula; municipalizadas pela esquerda, que tendia a se refugiar nos temas

locais ou apresentar-se como *mais capaz* de trazer recursos federais; e fortemente desideologizadas, em benefício das forças de centro.

O fenômeno da desideologização é, claro, apenas aparente. A supremacia do discurso segundo o qual uma campanha eleitoral visaria escolher o melhor administrador, técnico, gerente, é na verdade uma vitória da ideologia neoliberal, que despolitiza e naturaliza as relações Estado/sociedade.

Ao término das eleições de 2004, verificou-se que o PT fora derrotado nos principais centros urbanos. Mas a principal derrota foi política, não apenas eleitoral: a inversão de um processo que vinha desde 1998-2000, em que setores anteriormente favoráveis ao governo FHC se deslocavam em direção ao PT. Em 2002, esse deslocamento levou à vitória de Lula. Em 2004, o deslocamento se interrompeu e, em alguns locais, inverteu seu sentido.

Isso foi particularmente visível entre os setores médios, cujo deslocamento em direção ao PT, nas eleições de 2000 e 2002, foi decisivo para a vitória de Lula. Em 2003 e 2004, tais setores começaram a realizar um movimento de inflexão, agora em direção aos partidos de centro e de direita.

Esse deslocamento se fez sob um triplo impacto: as políticas desenvolvidas pelo governo federal não deram motivos para manter a adesão recém-conquistada de vários setores médios; a campanha de desmoralização do governo e do PT, por parte da burguesia, atingiu em primeiro lugar os setores médios; o enfraquecimento do pólo democrático-popular fortaleceu o pólo oposto.

Em 2004, a maior parte dos trabalhadores continuou a votar nas candidaturas do PT, não sendo atraídos pelos partidos de oposição de esquerda (PCO, PSTU e PSOL). Mas houve uma brutal redução no entusiasmo e na militância deste apoio, o que ajuda a entender o crescimento, nas eleições de 2004, do voto em branco, do voto nulo ou até mesmo do voto popular em partidos da oposição de direita.

Política de comunicação e disputa de hegemonia

Ao analisar o resultado das eleições de 2004, a direção nacional do PT recusou a tese de que teria havido uma derrota política. E o governo Lula chegou a dizer que teria saído vitorioso, comemorando o bom resultado global de todos os partidos que compunham sua base de apoio. Acontece que *afirmar-se vitorioso, não faz de ninguém vitorioso*.

No terreno da comunicação, o governo Lula parece ter assumido uma conduta segundo a qual não lhe caberia dar *más notícias*, nem sobre si mesmo, nem sobre a sociedade brasileira. Esta idéia, baseada talvez em regras publicitárias de associação de imagem, precisa ser problematizada.

Em primeiro lugar: qual deve ser a postura do estadista (enquanto indivíduo) e do partido dirigente (enquanto força política capaz de orientar a sociedade a enfrentar os desafios postos frente a ela), quando uma sociedade enfrenta enormes desafios e dificuldades?

Em segundo lugar: quando o governo se confina à condição de anunciador das *boas novas*, qual a percepção popular acerca das causas dos seus problemas cotidianos? Ao não atribuir causas aos problemas e só falar de soluções, a quem a população atribui os problemas realmente existentes?

Agregue-se a isto a opção, feita pelo governo Lula ao longo principalmente do primeiro ano, mas também presente no segundo ano, de evitar assumir a existência de inimigos, tentando prolongar para o governo a tática do *Lulinha paz e amor*, implementada na fase final da campanha de 2002.

Ao problematizar a questão, fica claro que, de maneira geral, o governo Lula e o PT, no período 2003-2004, confundiram disputa de hegemonia com comunicação de massas; e esta última com publicidade.

Uma péssima política de comunicação certamente afeta a capacidade de disputa de hegemonia. Mas uma boa política de comunicação não necessariamente fortalece o governo na disputa hegemônica.

É preciso verificar que tipo de valores estão sendo difundidos pela política de comunicação.

Um bom exemplo disto é a reforma da previdência, em que o governo *ganhou a batalha de comunicação* e perdeu a batalha da hegemonia, pois ganhou a batalha de comunicação utilizando as armas (os argumentos) do adversário político-ideológico. Segundo Hippolito (2005):

“A pesquisa CNT/SENSUS (...) revela (...) 66% dos entrevistados apóiam o projeto de reforma que o governo enviou ao Congresso, 51% concordam com a taxaço dos inativos. (...) pelo menos neste aspecto, o governo Lula está ganhando a batalha da comunicação (...) o governo Lula vai passando a idéia de que a Reforma da Previdência do setor público é uma questão de justiça social, uma forma de melhorar a distribuição de renda.” (p.21)

O mais importante a destacar: nem o Partido, nem o governo criaram, nesse período, mecanismos próprios de comunicação de massas.

Pelo contrário, o governo continuou a investir, financeira e politicamente, nos meios de comunicação de massa pré-existentes. Um símbolo desta postura foi o comparecimento de Lula ao enterro de Roberto Marinho, seguido de elogios públicos feitos pelo ministro da Fazenda e pela líder do PT no Senado Federal.

No ano de 2005, ficou mais uma vez evidente de qual lado estes meios de comunicação estão, quando estão em questão os interesses mais gerais da burguesia. Mais do que isso: alguns meios de comunicação demonstrariam funcionar como verdadeiros “partidos de vanguarda”, assumindo a responsabilidade por doutrinar, apresentar a estratégia e as táticas da luta política.

A eleição do presidente da Câmara dos Deputados

As dificuldades de transformar as eleições de 2004 numa disputa de projetos foram levadas ao paroxismo, na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados.

Percebendo o enfraquecimento do governo, a maioria conservadora existente na Câmara dos Deputados se reagrupou e elegeu como Presidente um representante do chamado “baixo clero”: Severino Cavalcanti, assumido anti-comunista e defensor público do fisiologismo.

Com a eleição de Severino Cavalcanti, criaram-se as condições políticas necessárias para um ataque generalizado contra o governo e contra o PT. O terceiro período foi marcado por esta ofensiva geral, que teve como arma principal a denúncia de que o governo Lula e o PT teriam articulado “a maior rede de corrupção e tráfico de influência da história da República brasileira”.

O governo e o PT foram submetidos, a partir de março de 2005, a um bombardeio cotidiano de todos os meios de comunicação, associando-os à corrupção, ao crime organizado e ao enriquecimento ilícito, entre outros crimes.

Tais acusações baseiam-se em indícios e provas de que setores do PT e membros do governo teriam articulado um esquema de financiamento de campanhas eleitorais, nos mesmos moldes que o PSDB e o PFL.

Frente a isto, dependendo de cada acusação e de cada acusado concreto, houve três tipos de reação no governo e no Partido: negar *peremptoriamente* qualquer procedência nas acusações; reconhecer e assumir algum nível de responsabilidade e autocrítica; reconhecer, mas buscando justificar: *aquilo que o PT fez, todos sempre fizeram*.

A existência de diferentes posições, tanto no PT e governo, quanto na oposição, revelam que a disputa de hegemonia é travada não apenas entre as classes, mas também entre frações de classe, mediatizadas pelos interesses concretos e imediatos de seus representantes políticos (no caso da burguesia, tanto partidos quanto empresas proprietárias de meios de comunicação).

É importante levar em conta, também, as várias mediações e contradições que existem entre as classes sociais e seus representantes políticos.

As diferentes reações do PT e do governo, predominando às vezes neste último a tentativa de atribuir ao primeiro a responsabilidade pela crise, é uma demonstração de que não apenas a metamorfose

não se completou dentro do Partido, como também que a criatura é capaz de se revoltar contra o criador (fenômeno que já havia sido observado em várias prefeituras e governos estaduais, bem como em alguns mandatos e bancadas parlamentares).

A afirmação segundo a qual o PT teria feito o que todos fazem, tomada ao pé da letra, é uma confissão de que o Partido ou parte dele teria se rendido ao *modus operandi* da classe dominante, não apenas no que toca ao financiamento de campanhas eleitorais, mas também à política e ao Estado, expressa no patrimonialismo, cuja tradução literária é a famosa frase: *aos amigos tudo, aos inimigos a Lei*.

Alguns setores do PT acusam a direita de “hipócrita”, acusação que pode voltar-se como um bumerangue contra o próprio PT. Afinal, se a direita está sendo hipócrita agora, seria possível argumentar que o PT também teria sido nos últimos 25 anos.

Esta troca de acusações nos lembra do que é considerado *aceitável* para as classes dominantes e para as classes dominadas.

Burguesia e trabalhadores interpretam de maneiras diferentes casos de corrupção, quando praticados por seus integrantes e quando praticados por integrantes de outras classes sociais.

Isto nos remete para uma questão que foi síntese das múltiplas determinações envolvidas na trajetória do Partido e do governo Lula, entre 2003 e 2005: o tema das finanças do PT.²²⁶

As finanças de um partido de trabalhadores

Como financiar a atividade política de um partido de trabalhadores, especialmente em épocas de refluxo e crise econômica, que reduzem o nível de mobilização, organização, a consciência e a renda dos trabalhadores?

Na América Latina, nos últimos 75 anos, diversas organizações de esquerda (ou tidas como tal) tentaram vários métodos para finan-

²²⁶ As informações contidas na próxima seção estão baseadas em observações pessoais e documentos que constam do Arquivo do autor da tese.

ciar sua atividade: do *ouro de Moscou* ao bom burguês, do assalto ao cofre do Ademar aos seqüestros, das expropriações aos empreendimentos empresariais controlados por militantes, da cotização individual ao uso de recursos sindicais, do financiamento privado ao financiamento público etc.

Na bibliografia consultada, não existe um estudo sobre este tema, sem dúvida um dos focos da crise vivida, em 2005, pelo PT.

Sustentado inicialmente por contribuições de militantes, parlamentares e cargos comissionados, bem como por recursos advindos da venda de materiais e do apoio de estruturas e simpatizantes mais bem aquinhoados, o PT tornou-se nos anos 1990 beneficiário de recursos públicos, por meio do Fundo Partidário.

Este Fundo, proporcional ao desempenho eleitoral do Partido, tornou-se rapidamente a principal fonte de recursos do PT.

O mecanismo acabou ajudando a produzir uma crescente dissociação entre as finanças do Partido e a adesão militante. Noutras palavras: o Partido pôde construir estruturas permanentes ou temporárias, sem que isto dependesse da contribuição voluntária de suas bases. Como é óbvio, isso deu maior autonomia para a *burocracia partidária*, autonomia que antes era privativa das estruturas políticas montadas a partir de gabinetes parlamentares ou do espaço conquistado em governos.

Tanto o fundo público quanto as demais estruturas dependiam, em última análise, do voto. Também em meados dos anos 1990, entrou em cena o financiamento privado legal das campanhas, que permitiu dissociar progressivamente o desempenho eleitoral do envolvimento voluntário e consciente da militância.

O financiamento privado de campanhas (legal ou ilegal) foi um combustível importante da *americanização* das campanhas eleitorais brasileiras, no sentido de tratar os candidatos como produtos e o eleitorado, como mercado consumidor.²²⁷

²²⁷ A expressão “americanização” é utilizada, as vezes, para designar a adoção de um sistema partidário e eleitoral onde há concorrentes, mas não há diferenças ideológicas, programáticas e políticas de fundo.

Um dos símbolos da adesão do PT a este estilo de campanhas, foi a contratação de Duda Mendonça para dirigir o *marketing* da campanha Lula em 2002. É interessante dizer que Duda Mendonça combinou o conteúdo *Lulinha paz e amor*, com a utilização abundante da *cor vermelha* em toda a propaganda, evitando o erro cometido pela direção de comunicação da campanha da campanha presidencial de 1998, que no primeiro programa de TV, para mostrar que o Partido e Lula haviam mudado, utilizaram imagens de bandeiras *brancas*.

Como resultado da americanização, as campanhas tornaram-se caríssimas, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito²²⁸, mas também por conta da contratação de *shows* de artistas de grande apelo popular.

O financiamento público torna o partido dependente do Estado. O financiamento privado torna o partido dependente do apoio do empresário. Evidentemente, para um partido de trabalhadores, há aí uma contradição, que tende a tornar-se explosiva com o passar do tempo.

Não existe um estudo sobre as empresas que contribuíram com o PT, desde 1994. É possível que haja empresas que contribuíam, porque seus donos aparentemente concordavam com os objetivos programáticos do PT, passando por empresas que contribuíam porque imaginavam que isso permitia evitar governos corruptos de direita, até empresas que contribuíam com o objetivo de cooptar o Partido para suas propostas ou para seus esquemas de tráfico de influência.

O problema é que, para um partido de trabalhadores, a dependência em relação ao financiamento privado de campanhas tende a alterar, no médio prazo, seus compromissos programáticos e vínculos de classe.

Trata-se de um problema crônico da democracia nos marcos do capitalismo, problema que pode ser minimizado, mas não superado,

²²⁸ O horário eleitoral gratuito não é gratuito. O governo paga as empresas de rádio e de televisão, com base na tabela cheia de publicidade.

pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão contra a compra de votos e pela educação política permanente da sociedade.

Nos países capitalistas centrais, o chamado poder econômico tem influência na seleção dos políticos que serão eleitos, por meio do financiamento de suas campanhas, ganhando assim ainda maior controle sobre as decisões do Estado. Nos Estados Unidos, por exemplo, isto ocorre de maneira bastante transparente, há mais de 100 anos.

No Brasil, a legislação prevê limites para a contribuição das empresas. Mas muitas empresas acabam optando pela contribuição ilegal (“caixa dois”), que tem várias vantagens para as empresas. Pode ser feita com dinheiro não declarado. Pode ser feita sem que a população e os concorrentes do político beneficiado saibam. Pode servir para chantagear o beneficiário da contribuição ilegal.

Nisto podem ser resumidas as diferenças entre o “caixa dois” e o financiamento privado feito dentro da lei: impede-se o controle público dos recursos, tanto na origem, quanto no destino.

A rigor, com as exceções já citadas, tanto o dinheiro legal quanto o ilegal visam o tráfico de influência, ou seja, visam estimular decisões governamentais que beneficiam as empresas privadas. Que parte do dinheiro lucrado desta forma seja reinvestido em determinados políticos, para ampliar os efeitos do tráfico de influência, não deve nos fazer perder de vista qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto.

A diferença entre a empresa corruptora e a empresa “honesta” reside, geralmente, no grau de hegemonia que esta empresa (ou a atividade econômica na qual está inserida) possui sobre a sociedade.

Por exemplo: quando a diretoria do Banco Central decide qual a taxa de juros, transfere bilhões dos cofres públicos em direção a cofres privados. Mas o senso comum não considera este fato como corrupção, embora seja difícil perceber a diferença. Quando o governo de FHC promoveu uma venda maciça de estatais, a preços e através

de procedimentos que foram publicamente questionados, setores importantes da sociedade não consideraram que isso fosse corrupção.

Quando uma empresa de comunicação aborda um tema de acordo com os interesses de seus anunciantes, poucos consideram que isso seja corrupção. Já quando um funcionário público direciona uma licitação, a sociedade não tem dúvida que se trata de corrupção.

É muito comum que o crime organizado se associe aos esquemas de financiamento eleitoral. E quando se chega nesse ponto, é usual que os operadores do esquema desviem recursos para uso pessoal.

Estes são os cinco aspectos envolvidos no processo dos principais partidos de direita do Brasil: o financiamento privado “legal”, o financiamento privado via “caixa dois”, o tráfico de influência, a associação com o crime organizado e o enriquecimento pessoal.

Desde março de 2005, o PT como um todo ou pelo menos dirigentes importantes do Partido, passaram a ser acusados de recorrer aos mesmos procedimentos, em alguns casos aos mesmos operadores do financiamento do PSDB e de outros partidos.

O próprio PT ainda não apresentou, oficialmente, uma análise de conjunto desta questão. O assunto foi abordado no processo de eleição das direções partidárias, no Parlamento, na Justiça e nos meios de comunicação, geralmente em termos de *legalidade* ou *ilegalidade* (interna ao PT e na sociedade) do que foi feito. Alguns dirigentes do Partido chegaram a dizer que o financiamento irregular é uma decorrência da inexistência de financiamento público.

Isso remete para um debate mais complexo, sobre o “custo” da democracia, numa sociedade capitalista. Um partido de trabalhadores, numa sociedade profundamente desigual, enfrenta enormes dificuldades para disputar eleições: a desigualdade de condições materiais, o senso comum, a postura dos meios de comunicação, os recursos disponíveis para os oponentes, a compra de votos.

Resolver estas dificuldades, buscando financiamento junto às mesmas fontes que financiam os partidos de direita, tende a provocar, mais cedo ou mais tarde, uma mudança na política defendida pelo

Partido, pois determinados meios muito dificilmente são dissociáveis de determinados fins.

Paradoxalmente, os setores do PT que mais parecem ter apostado nestes métodos de financiamento foram os mesmos que, durante anos, defenderam as virtudes da disputa de hegemonia, da guerra de posições, da necessidade de um longo período de acúmulo de forças, da importância do PT respeitar o *nível de consciência* da sociedade.

Como se explica a contradição entre uma linha política tão ciosa do respeito à correlação de forças, *vis a vis* uma política de finanças amplamente denominada de *temerária*?

Uma hipótese que nos ocorre é que, ao adotar uma orientação programática e estratégica de aproximação com setores da burguesia, setores do PT e do governo se expuseram a um tal nível de contaminação, que se comportaram com a temeridade típica dos integrantes do restrito clube da classe dominante, dentro do qual muito raramente alguém é denunciado, julgado, culpado ou preso por cometer ilegalidades, em particular quando se trata de dinheiro público.

Os anticorpos da burguesia, neste sentido, se revelaram muito mais fortes e trataram de lembrar aos *invasores* qual era o seu verdadeiro lugar.

Importante destacar, finalmente, que um setor do PT abordou a questão de um ângulo distinto do meu. Refiro-me a quem considera que o financiamento ilegal seria produto de uma *ética bolchevique*. Em recente seminário promovido pela Fundação Perseu Abramo, foi discutido:

“(...)se é correto, em nome da causa revolucionária e socialista, agir de forma ‘anti-ética’, corromper-se, desviar dinheiro público. Ou, como alguns gostam de traduzir o problema, se ‘os fins justificam os meios’ (...) [Para Tarso Genro] (...) a ‘instrumentalização da democracia’ para fins particulares não tinha sido uma ‘invenção’ das revoluções proletárias ou do bolchevismo. (...) a idéia de que ‘os fins justificam os meios’ também estava presente entre os pais da democracia burguesa (...)”

Maria Victoria Benevides (...) disse que, na ética republicana, os 'interesses públicos' devem estar acima de qualquer interesse particular, inclusive dos interesses de classe. (...)

José Eduardo Martins Cardoso (...) identifica, no PT, três posições: os que acham que os fins não justificam os meios; os que acham que justificam, e assumem isso publicamente; e os que também acham que justificam, mas, por pragmatismo, não o confessam publicamente. Entre os que acham que os fins justificam os meios, (...) vê dois tipos diferentes de argumentação. Um deles (...) seria baseado no que ele definiu como um 'messianismo maniqueísta': os socialistas representariam o 'bem' e, por isso, qualquer coisa feita por eles seria necessariamente certa.

A outra ordem de argumentos (...) é aquela que parte do princípio de que o Estado burguês está sempre a serviço dessa classe, e que, portanto, ao desviarmos dinheiro público para a 'causa', estaríamos, na verdade, tirando dinheiro da burguesia para a luta dos trabalhadores. Nesse caso, nenhum princípio ético estaria sendo ferido.

[José Eduardo Cardoso] discorda disso, lembrando que o direito e o Estado burguês expressam, na verdade, relações de poder dinâmicas, onde há hegemonia da classe dominante mas também há conquistas da classe subalterna. Nesse sentido, o Estado público, 'republicano', deveria ser visto também como uma conquista das classes 'dominadas'. (...) [Arquivo do autor, Notas de Iole Iliada, 19/11]

De Roberto Jefferson a Aldo Rebelo

A eleição de Lula, em 2002, foi uma vitória do movimento contra-hegemônico da classe trabalhadora, expressando vinte e dois anos de movimentos individuais, associativos e políticos.²²⁹

²²⁹ Sobre a campanha de 1989, ver *Sem medo de ser feliz* (Singer, 1990) e "*Quase Lá: Lula, o susto das elites*" (Pomar, 1990). Sobre a campanha de 1994, ver *Como vota o brasileiro* (Almeida, 1996). Sobre a campanha de 1998, ver *As cartas ácidas da campanha de Lula de 1998* (Kucinski, 2000).

Esta trajetória e a eleição também envolveram acordos, alianças e concessões com setores da classe dominante. Se não fosse assim, estaríamos diante de uma revolução social, não de uma vitória eleitoral. Ademais, foi uma vitória eleitoral em que a oposição manteve fortes espaços de poder.

A realização de acordos, alianças e concessões não indicam, por si, coisa alguma. No patamar em que estamos analisando a questão, devemos perguntar se a linha política adotada, inclusive os acordos, alianças e concessões feitas, impedem ou dificultam a futura ampliação da contra-hegemonia alcançada.

A evolução do Partido dos Trabalhadores e do governo Lula, em 2003-2005, me leva a responder a esta questão da seguinte forma: *sim*.

Baseio minha resposta no resultado das eleições de 2004, em que o PT sofreu uma derrota eleitoral e política, interrompendo a curva ascendente das eleições de 2000 e 2002. Baseio, também, nas quantitativas e qualitativas feitas por institutos de pesquisa eleitoral.²³⁰

Baseio minha resposta, finalmente, no resultado do referendo sobre comercialização de armas. Tal resultado indica, concordando com Emir Sader, a existência de uma ofensiva conservadora.

Além destes, há outros indícios de que está em curso um recuo no apoio ao PT e no apoio ao governo, tanto no conjunto da sociedade, quanto inclusive entre os trabalhadores. As eleições de 2006 podem ou não confirmar a existência deste recuo.

Frente a isto, não há como não lembrar o dito espirituoso do ex-ministro Delfim Netto, sugerindo que era melhor para o capitalismo que Lula (e não Brizola) vencesse as eleições presidenciais de 1989, pois desta forma tudo daria errado e eles se veriam livres da esquerda de uma única vez.

O ex-ministro se especializou neste humor *blasé*, talvez para que esqueçamos de suas responsabilidades na Ditadura Militar. O fato é

²³⁰ É o caso das pesquisas divulgadas pelo Instituto DataFolha, durante o ano de 2005, a respeito da projeção de voto para a eleição de 2006.

que a burguesia não quis “experimentar Lula”, em 1989, 1994 e 1998. Em 2002, apesar dos movimentos feitos para evitar a vitória de Lula, a burguesia já estava conformada com o resultado. E já havia se preparado para a hipótese de conviver com o PT no governo federal.

Neste sentido, a experiência do governo Lula constitui um *case* exemplar de como a burguesia combate movimentos contra-hegemônicos, não apenas fora do governo, mas dentro deles.

Como já disse noutro capítulo, a hegemonia burguesa é exercida através: do controle dos principais meios de produção, centros de poder estatal e da comunicação de massa; da influência sobre as Igrejas, aparatos educacionais privados e alianças internacionais; do peso na formação do *sensu comum*.

Tendo em vista o histórico e a composição do Estado brasileiro, bem como seu grau altamente centralizado, é natural que a presença do PT na Presidência da República provoque reações no sentido de *deglutir* ou de *expulsar o corpo estranho*.

Esta reação é problematizada pela presença, no governo encabeçado pelo PT, de representantes políticos de algumas frações da burguesia.²³¹ Para a burguesia, portanto, não se trata de combater *todo o governo*, nem mesmo de combater todos os petistas. Mas certamente se trata de combater o PT, enquanto tal; bem como de recuperar o controle do governo federal.

Para a burguesia brasileira, habituada a ações preventivas e corretivas, o enfrentamento com o governo Lula não possui parâmetros anteriores.²³² Entre outras coisas porque o governo combina um PT que ela

²³¹ Roberto Rodrigues, na Agricultura; Luís Furlan, na Indústria e Comércio; Antonio Meirelles, no Banco Central. Márcio Thomaz Bastos, pelas relações que mantém com a cúpula da política e do empresariado brasileiro, certamente não é um “corpo estranho”.

²³² A burguesia tem um histórico de organizar golpes contra governos encabeçados por integrantes de sua própria classe social ou aparentada (1930, 1945), as vezes com simpatias populares (1954), as vezes aliados com setores populares (1964). Mas o governo Lula não é nenhum destes casos.

quer e precisa combater, com uma política econômica que –ao menos para algumas frações da burguesia– deve ser integralmente defendida.

Existe um centro articulador desta operação? No sentido de instância fixa, com reuniões regulares e processo deliberativo, não há indícios de que exista. Entretanto, funcionando em rede,²³³ o *comitê central da oposição* é extremamente articulado, envolvendo a direção dos principais partidos conservadores (PSDB, PFL e aliados em outros partidos), seus governadores e parlamentares, os prefeitos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a cúpula de alguns meios de comunicação (revista *Veja*, por exemplo), elementos da alta burocracia estatal (Polícia Federal, Justiça), grandes empresários, intelectuais de renome.

Embora possam existir diferenças táticas, os objetivos estratégicos estão muito claros: reconquistar o governo federal, desde o início a partir de dentro e assim que possível a partir de fora; desmoralizar o Partido dos Trabalhadores, interditando a esquerda brasileira como alternativa programática, de governo e de poder. Também está claro o papel diferenciado jogado pelos meios de comunicação de massa.

A crise política decorrente das denúncias contra o governo Lula e contra o PT é, assim, parte integrante de um movimento claro e determinado, por parte de forças políticas de direita, no sentido de desmoralizar o Partido dos Trabalhadores e no sentido de reconquistar o governo federal.

A reação mais firme em defesa do governo e do Partido veio da base partidária. O comparecimento maciço da militância, tanto no primeiro quanto no segundo turno da eleição das direções partidárias, deixou claro que a operação de destruição do PT não seria consumada ou, pelo menos, teria um custo político muito alto e de resultado incerto.

Em seguida, o governo e a bancada parlamentar conseguiram eleger Aldo Rebelo presidente da Câmara dos Deputados, por uma pequena diferença de votos: 15.

²³³ A exemplo dos elos burocráticos de que nos fala Dreifuss (1981).

Estas duas vitórias, do PT e do governo Lula, deram início à quarta fase citada no início deste capítulo, fase marcada por uma “guerra de desgaste”, tendo em vista as eleições de 2006.

Após a eleição de Aldo Rebelo

Nesta fase, retornam ao governo as discussões sobre a política econômica, mas agora em marcos muito mais tensos, seja porque o tempo é curto, seja porque as opções são extremadas, seja porque o ministro da Fazenda também está sob fortes acusações de corrupção e tráfico de influência.

Frente a tudo isto, como avaliar as afirmações de setores do governo e do PT, segundo os quais os duros ataques da oposição provariam que o governo teria lado, lado que não seria o da burguesia, mesmo no caso do ministro Antonio Palloci, também vítima dos ataques?

Penso que a oposição dura que a burguesia, ou pelo menos uma parcela importante desta classe, faz ao governo Lula revelam:

- a) ser este o meio de fazer valer seus pontos de vista em um governo, dirigido por um Partido que não é originariamente “dos seus”;
- b) uma disposição clara de recuperar o controle direto do aparato estatal, mesmo que seja para seguir executando a mesma política;
- c) uma vontade determinada de interditar a esquerda brasileira, enquanto alternativa programática, de governo e de poder.

Os ataques duros revelam, de fato, que a burguesia não considera que este seja seu governo. Há motivos para isto: desde os ligados à ocupação pura e simples do aparelho de Estado, à concorrência entre partidos, a decisões de investimento, à maior ou menor morosidade de determinadas áreas, à política que é implementada por alguns ministérios, bem como o risco potencial de ter o governo ocupado por partidos de esquerda, mesmo que moderada.

Mas isto não quer dizer que a política implementada pelo governo prejudique a burguesia, ou pelo menos suas principais frações. Ao

menos no que toca à política econômica, se prejuízo há, é de igual natureza ao que havia durante o governo FHC.

O que parece importar, para o núcleo da oposição burguesa ao governo Lula, é recuperar as fatias do aparelho de Estado que caíram nas mãos dos representantes políticos de outra classe social.

Para atingir este objetivo, a atitude do grande capital frente ao governo Lula dá prosseguimento à estratégia adotada, ao longo dos anos 1990, frente ao PT: um movimento de pinça, em que se busca cooptar e derrotar, simultaneamente.

A intelectualidade petista e o governo Lula

De maneira geral, a bibliografia consultada reconhece a distinção entre o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores. Críticos radicais, como Coggiola (2003) e Petras (2004), consideram que a operação política que levou Lula à presidência incluiu sacrificar os interesses do próprio PT:

“O governo de Lula (...) não deu lugar a um governo do PT. (...) o ex-operário metalúrgico tornado presidente consagrou-se sobre a consumação do cadáver do que alguma vez se apresentou como ‘partido dos trabalhadores’.” (Coggiola, 2003, p.39)

Entretanto, embora reconheça a distinção, grande parte da bibliografia estende ao Partido, quase inconscientemente e sem mediações, todas as críticas e vaticínios que lança sobre o governo:

“pode-se dizer que o [acesso de Lula] à Presidência com a política assinalada revelava sua [do PT] verdadeira função no cenário político”. (Coggiola, 2003, p.39)

Esta atitude, que chega perto de converter a história do PT numa longa caminhada com o objetivo de fazer de Lula presidente, é compartilhada não apenas por críticos, mas também por defensores do PT e do governo:

“A vitória de Lula ilumina o sentido da história do PT” (Guimarães, 2004, p.23)

Opinião muito parecida foi manifestada pelo próprio Lula, segundo o qual:

“Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história”. [discurso de posse na Presidência da República, dia 1/1/2003, em Hippolito, 2005, p.78]

Como já disse, é preciso considerar todas as mediações realmente existentes na relação entre o Partido e o governo, inclusive a figura do presidente da República. Mas sem reduzir o PT ao governo, nem tomar o governo como expressão do PT.

A relevância prática da questão pode ser medida pela postura da intelectualidade ligada ao PSDB, que busca associar ao PT tudo o que vê como negativo no governo; e busca dissociar do PT tudo o que vê como positivo no governo. Evidentemente, os critérios de positividade da intelectualidade ligada ao PSDB são muito particulares.

Vejamos agora outras questões envolvidas na crítica do governo Lula.

O balanço crítico

A intelectualidade vinculada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) considera que houve uma (positiva) conversão de setores do PT, motivados pelo *princípio da realidade: there is no alternative*.

Ainda segundo os intelectuais porta-vozes do PSDB, o PT como um todo não estaria, no fundo, preparado para esta conversão. Por isto, estaríamos no pior dos mundos: um partido de natureza bolchevique, tentando implementar uma política econômica de natureza neoliberal.²³⁴

Logo, o combate às posições do PT continuaria atualíssimo e deve ser feito, como antes, em nome da democracia, contra o “totalitarismo”.²³⁵ Nesse sentido, o combate do PSDB contra o governo

²³⁴ A revista *Primeira Leitura*, especialmente os artigos de Reinaldo Azevedo, constitui a melhor fonte deste tipo de interpretação.

²³⁵ *A esperança equilibrista* analisa os pressupostos teóricos das posições de Fernando Henrique Cardoso (Guimarães, 2004).

Lula é fundamental, mas tático; o combate contra o PT é estratégico. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso:

“(...)nós vimos que o PT aderiu, com imensa alegria, às teses do mercado. A minha discordância básica sempre foi com a postura do PT perante a democracia.” [*OESP*, 22/11/2005, p.A7]

Vejamos, agora, as críticas feitas pela intelectualidade vinculada à esquerda brasileira. Guimarães (2004) identifica “pelo menos, cinco vertentes destas críticas de ‘esquerda”:

“O primeiro conjunto de críticas, com uma certa heterogeneidade e pluralismo das fontes, estabeleceu-se nos marcos do debate sobre a política econômica predominante. (...) Uma segunda vertente de críticas foi formulada a partir de certas áreas do pensamento católico de esquerda. Concentrou-se no tratamento avaliado como insuficiente do governo Lula em relação à questão social(...) Um terceiro pólo crítico foi formulado por intelectuais de esquerda vinculados à USP, como Francisco de Oliveira e Paulo Arantes. Esta crítica, a partir de grandes marcos analíticos das tendências do capitalismo mundial e brasileiro, em um método histórico estrutural, buscou identificar o governo Lula como uma espécie de agente funcional das dinâmicas mais profundas do capital (...) Um quarto veio crítico, formulado por intelectuais socialistas como Emir Sader, Luiz Werneck Viana ou ainda outros orgânicos às tendências do PT, enfatizaram a contradição a ser resolvida entre os vetores predominantes na política econômica e os projetos de transformação da sociedade brasileira dos quais o governo Lula é depositário. Por fim (...) um tipo de crítica que descuida ou desvaloriza as dimensões analíticas, conceituais ou mesmo contraditórias dos processos em curso, repondo no lugar os jargões da “traição” ou de uma baixa sociologia dos interesses (a microfísica dos cargos) para desqualificar moralmente e sem mediações a experiência do governo Lula.” (idem, pp 96-98)

Estas críticas provêm, portanto, também, de militantes ou simpatizantes do PT, integrantes ou não das várias tendências do Partido dos Trabalhadores. Vêm, também, de intelectuais sem militância partidária, mas que em algum momento participaram do esforço para eleger Lula presidente da República. Provêm, finalmente, de organizações políticas, como o Partido da Causa Operária, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido do Socialismo e da Liberdade.²³⁶ Para os críticos mais severos, o PT e o governo Lula seriam “agentes da burguesia e do imperialismo”.²³⁷

Entre os críticos, há quem vincule a política econômica (e outras opções do governo) com a “social-democratização” do programa do Partido. Outros, diferentemente, afirmam que as ações do governo estão em contradição com as resoluções do próprio Partido. E, portanto, recusam estabelecer uma linha direta entre as ações atuais do Ministério da Fazenda e resoluções aprovadas pelo Partido, no último período.

Em nossa opinião, entre as ações do governo e as opções feitas pelo Partido, anteriormente à eleição de Lula²³⁸, existe descontinuidade e existe também continuidade.

Seja tomando em consideração o *conjunto da obra*, seja tomando em consideração apenas o que é feito pelo Ministério da Fazenda, é possível perceber que a ação do governo federal contradiz fortemente as opiniões majoritárias no Partido, não apenas em dezembro de 2001 (12º Encontro Nacional do PT), mas em setembro de 2005, quando ocorre o primeiro turno da eleição das direções nacional, estaduais e municipais do PT (ocasião em que a maioria dos filiados preferiu

²³⁶ Maiores informações sobre estes partidos nas suas páginas eletrônicas, respectivamente: www.pco.org.br, www.pstu.org.br, www.pcb.org.br e www.psol.org.br.

²³⁷ Esta é a opinião, por exemplo, de José Maria e de Valério Arcary *apud* Demier (2004).

²³⁸ Após a eleição de Lula, é muito difícil encontrar decisões de governo que tenham sido aprovadas, quicá debatidas previamente, pelo Partido. A começar da composição do ministério.

votar em outras chapas, não na chapa do chamado Campo majoritário²³⁹, que era e segue sendo hegemônico no governo).

Por outro lado, a política geral hoje implementada no governo foi gestada no interior do Partido. Ao contrário do que sugere Petras (2004), a *Carta aos Brasileiros* foi aprovada pelo Diretório Nacional do PT. E a autonomia com que a equipe dirigente do governo age, em relação ao Partido, foi alimentada em grande medida pelo próprio PT.²⁴⁰

Entretanto, se é verdade que foram ao menos parcialmente gestadas dentro do PT, também é verdade que propostas como o *programa de transição* e o *superávit primário permanente*²⁴¹ não foram aprovados num congresso partidário.

Isso sugere que o processo de transformação, de conversão, de metamorfose das posições originárias do PT possui uma importante peculiaridade: ele *não conseguiu se completar dentro do PT*, tendo que se concluir fora dele (ou seja, no e através do governo).

Tentando defender o PT e o governo

Qual a reação da intelectualidade defensora do PT e do governo Lula, frente às críticas que recebe tanto de partidos da direita²⁴², quanto de partidos e intelectuais ligados à esquerda?

²³⁹ Para uma descrição sumária das tendências internas ao PT, ver Anexos.

²⁴⁰ Durante os anos de 2003 e 2004, o Diretório Nacional do PT respaldou a política econômica do governo. José Genoíno, presidente nacional do PT, era muitas vezes tratado pela imprensa e pela oposição como ministro sem-pasta ou porta-voz informal do governo.

²⁴¹ Em 2004, numa reunião do Diretório Nacional do PT, afirmei que estes termos eram concessões verbais que o ministro Antonio Palloci fazia a seu passado de militante trotskista.

²⁴² Considero o PSDB e o PFL como partidos de direita. No caso do PSDB, há quem o considere de “centro” ou de “centro-direita”, alegando para isso vários motivos, entre os quais o passado democrático de lideranças importantes deste partido. Faço o registro, mas entendo que os “tucanos” constituem a “nova direita, de punhos de renda”, na feliz expressão utilizada por Rui Falcão, ex-secretário de governo da prefeitura de São Paulo, em entrevista publicada na FSP em 15/11/2004.

Parte desta intelectualidade manifesta posturas profundamente críticas, mas partilha a tese de que se trataria de um governo em disputa, ou pelo menos de um partido em disputa. (Pomar, 2004v)

Ou seja: o governo poderia vir a mudar de posição, a depender da pressão que sofra do Partido e dos movimentos sociais. E, mesmo que o governo não venha a mudar de posição, seria possível preservar o Partido dos Trabalhadores. Mais que possível, necessário, pois do contrário ocorreria uma dispersão e conseqüente enfraquecimento da esquerda brasileira, com o retorno dos partidos de direita ao controle do governo federal.²⁴³

Esta é a posição predominante entre os intelectuais vinculados a chamada esquerda petista²⁴⁴ e, no que diz respeito ao governo, também na intelectualidade ligada ao Partido Comunista do Brasil.²⁴⁵

Outra parte apresenta a transformação ocorrida na esquerda brasileira como inevitável, necessária e positiva, uma vez que estaria na base da eleição do presidente da República. Nas palavras do senador Aloízio Mercadante:

“Essa experiência do governo Lula é uma síntese. O Lula na Presidência da República é a síntese de tudo o que a esquerda e a classe trabalhadora construiu de melhor na sua história (...) o começo de tudo que a esquerda vai fazer depois. Nós ao contrário do que alguns tentaram induzir não somos o último Partido da esquerda autoritária stalinista no governo do século XX, nós somos um Partido democrático e socialista do século XXI, que tem consciência dos limites da correlação de

²⁴³ A esse respeito, ver as teses *Coragem de mudar* e *A esperança é vermelha*, apresentadas ao debate na eleição das direções do PT, em 2005. Os textos estão disponíveis no endereço www.pt.org.br.

²⁴⁴ Utilizaremos este termo (esquerda petista) para designar o setor do PT que defende o socialismo e a revolução.

²⁴⁵ Para um contato com as posições oficiais do PCdoB, recomenda-se a página eletrônica www.bandeiravermelha.org.br

forças, da dificuldade da inserção internacional que nós temos pela frente, dos desafios do que é fazer uma política externa nesse tempo de império, (...) sabemos que nós não podemos confrontar, mas não vamos nos submeter, sabemos que é pouco uma bolsa escola, avançar a reforma agrária ou no primeiro ano de governo revalidar todos os assentamentos, porque não tinham viabilidade econômica e política e os movimentos do campo sabem que eles estão de pé porque nosso governo está sendo solidário. É duro muitas vezes a gente ter que abdicar de alguns sonhos, porque todos nós sonhamos com um Brasil muito melhor do que a gente imaginava que ia chegar no governo, mas nós fazemos parte de uma esquerda que não vai ter o sonho fácil do futuro para deixar a direita avançar e governar esse país. [Discurso feito no dia 14/12/2003, por ocasião da reunião do Diretório Nacional que aprovou a expulsão dos parlamentares que votaram contra a reforma da previdência proposta pelo governo]

A alternativa, na visão de Mercadante, seria uma esquerda testemunhal, que prefere deixar a direita governar. Neste sentido, tanto a *estratégia de centro-esquerda*²⁴⁶ quanto a noção de *transição de modelo*²⁴⁷ seriam formas de enfrentar, criativamente, os constrangimentos causados pela conjuntura internacional, pela correlação de forças interna ao país, pelo relativo enfraquecimento dos movimentos sociais e, finalmente, pela *herança maldita* recebida de dez anos de governo neoliberal (alguns falam em *duas décadas perdidas*, outros de *quinzentos anos de exploração*).

²⁴⁶ Linha política que predominou no Partido dos Trabalhadores, de 1995 até 2002.

²⁴⁷ Tese apresentada por Antonio Palloci, já ministro da Fazenda do governo Lula, para justificar a manutenção de uma série de parâmetros da política econômica adotada anteriormente pelo governo FHC. Posteriormente, foi abandonada, devido ao incômodo fato de não haver elementos para sustentar a idéia de que estava em curso uma transição. Atualmente, Palloci e outros membros destacados do governo elogiam abertamente a política econômica adotada entre 1994-2002.

Para os partidários desta corrente de opinião, a chegada do PT ao governo federal seria *em si* um progresso para o Brasil, no sentido da superação do neoliberalismo e, quiçá, um sinal de que o Brasil estaria, finalmente, caminhando em direção ao Estado de bem-estar social.

Nesses termos, a *social-democratização do PT* seria apenas uma coerente adaptação a uma nova situação estratégica: tanto no Brasil como nos países capitalistas avançados, a revolução e o socialismo estariam totalmente fora da agenda política.

Resta o incômodo fato de que o PT faz esta “adaptação” num momento em que a social-democracia “realmente existente” está, em grande medida, rendida a concepções neoliberais e descomprometida com as idéias do *welfare state*. Mas aí, novamente, entra em cena o argumento segundo o qual o PT seria um partido *pós-social-democrata*. Ao qual se agrega o seu *papel civilizatório*:

“o PT no governo tem extremado a sua capacidade de realizar mediações, pactuar, ampliar seu diálogo civilizatório com as forças conservadoras brasileiras”. (Guimarães, 2004, p. 150)

Esta linha de interpretação praticamente atribui ao PT a tarefa histórica que o Partido Comunista pretendia executar: chegar ao poder, para dar contas das tarefas inconclusas da revolução democrático-burguesa. Ou, noutra linguagem, civilizar o capitalismo brasileiro.

Esta é a linha de argumentação fundamental, presente nas posições defendidas por intelectuais e por dirigentes ligados ao chamado Campo majoritário, grupo que controlou a direção nacional do PT de 1995 até 2005. Entre seus integrantes: Tarso Genro, ex-ministro da Educação do governo Lula; Marco Aurélio Garcia, primeiro vice-presidente nacional do PT e assessor especial do presidente da República; Guido Mantega, presidente do BNDES; Aloízio Mercadante, líder do governo Lula no Senado, entre outros.

Recuando na defesa do PT e do governo

No ano de 2005, quando o PT passa a ser acusado, simultaneamente, de *neoliberal e corrupto*, houve um nítido refluxo no *entusiasmo* com que esta corrente de opinião defendia suas posições.

Apresentada como compensação, quase sentimental, ao rebaixamento programático efetuado pelo Partido e pelo governo, a idéia de que o PT era o partido comprometido por excelência com a *ética na política* sofre um abalo duríssimo a partir da entrevista concedida pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao jornal *FSP*, em março de 2005.²⁴⁸

Diante disto, parcela expressiva da intelectualidade que ainda se animava a defender as limitações do governo Lula, opta pelo *silêncio*, quebrado aqui e ali por alguns, como Marilena Chauí, que adotam como linha de defesa o ataque à hipocrisia dos partidos de direita e dos grandes meios de comunicação.

Noutros casos, a crise política aberta em março de 2005 provoca alterações mais expressivas no posicionamento político. Vejamos o que acontece no caso dos ex-ministros Cristovam Buarque e Tarso Genro, cuja importância política no PT pode ser medida, entre outros, pelo fato de ambos terem sido apontados como possíveis candidatos a presidente da República, em substituição a Lula.

Cristovam Buarque

Cristovam Buarque foi governador do Distrito Federal, eleito pelo PT, entre 1995 e 1998. Em 1997, quando Lula anunciou sua indisposição em ser candidato à presidência da República no ano

²⁴⁸ A principal acusação feita pelo deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB e até então uma das principais lideranças da base do governo Lula no Congresso Nacional, é a de que membros da cúpula do PT e do governo Lula estariam pagando pelo voto favorável dos parlamentares (pagamento que ele denominou de “mensalão”).

seguinte, Cristovam Buarque apresentou-se como alternativa, juntamente com o senador Eduardo Suplicy e com o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro.

Intelectual prolífico²⁴⁹, Cristovam Buarque defendeu publicamente que, eleito presidente da República, Lula deveria manter o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central indicados por Fernando Henrique Cardoso:

“Durante a campanha, o então governador de Brasília, Cristovam Buarque, surpreendeu seus companheiros de PT com esta proposta: Lula deveria declarar que, eleito, manteria em seu governo, por um certo tempo, o ministro da Fazenda, então Pedro Malan (...) e o presidente do Banco Central, então Gustavo Franco.

O objetivo, dizia Buarque, era acalmar os meios econômicos, nacionais e internacionais, de modo a jogar um balde de água fria nos ânimos quentes daquele momento pré-eleitoral. A coisa funcionando, isso colocaria a campanha em um ambiente de normalidade ou pelo menos não tão exacerbado como estava. E ajudaria Lula, certamente, que passaria uma imagem de moderado e líder responsável, e não de alguém que está esperando o circo pegar fogo para assumir as cinzas.

Cristovam Buarque foi arrasado pelos companheiros do PT. Como manter autoridades de uma política econômica neoliberal, entreguista, etc. etc? – disseram líderes petistas que acreditavam numa vitória da ruptura.

(...) [em 2002 Cristovam] está propondo que os todos os principais candidatos assinem o que chama de uma “doutrina nacional”, um programa de estabilidade, baseada nos seguintes itens: independên-

²⁴⁹ Analisei parte da bibliografia de Cristovam Buarque no artigo *Yes, nós temos Mangabeira*, publicado na revista *Teoria e Debate* n. 27, dez/94-fev/95.

cia do BC; respeito incondicional a todos os contratos e acordos; a garantia de que nada se fará de modo precipitado e que tudo se fará via Congresso Nacional; e colocar a criança como objetivo prioritário de todos os programas. (In: Carlos Alberto Sardenberg, *O Estado de São Paulo*, 20/5/2002)

Lula nomeou Buarque como seu ministro da Educação, para depois demiti-lo por telefone, quando da primeira reforma ministerial. Cristovam Buarque reassumiu sua cadeira de Senador pelo Distrito Federal e passou a criticar o rumo geral do governo. Esta crítica não se estende à política econômica, que ele acha a única possível:

“(...)Aceitar o realismo econômico. O novo PT, amadurecido com a prática de governar, precisa admitir que a economia não é espaço para demagogia nem aventuras; que política econômica não é de esquerda ou direita, mas sim competente ou incompetente, responsável ou irresponsável. A nova direção [do PT] precisa apresentar propostas e ajustes à atual política que possam ser adotados no futuro sem pôr em risco as conquistas dos últimos anos (...)”. (“Mudar o PT”, *Jornal do Commercio*, 22/07/05)

No final de 2005, Cristovam Buarque saiu do Partido dos Trabalhadores e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista.

Tarso Genro

Tarso Genro iniciou sua militância política no Partido Comunista do Brasil, dentro do qual integrava a ala que criaria o Partido Revolucionário Comunista. Como outros desse grupo, sua atuação legal se dava sob a legenda do MDB/PMDB. Entra no PT depois da fundação e desde então tornou-se um dos pólos do petismo gaúcho.

Como a maioria dos membros do PRC, Tarso defendia nos anos 1980 posições marxistas e chegou aos anos 1990 sustentando posi-

ções filosoficamente anticomunistas.²⁵⁰ Nos anos 1990, na condição de prefeito de Porto Alegre, adquire notoriedade nacional e internacional, sendo responsável por anunciar dentro e fora do país a *boanova* do Orçamento Participativo.²⁵¹

Ao deixar a prefeitura, no início de 1993, dedica-se a formular e articular a estratégia de centro-esquerda no interior do PT. Pré-candidato à presidência da República em 1997, pré-candidato a governador gaúcho em 1998, Tarso Genro reconstrói seu espaço político institucional através de uma crítica radical aos grupos hegemônicos no PT do Rio Grande do Sul²⁵², acusando-os de implementar uma política *confrontacionista*.

Em 2000, retorna à prefeitura de Porto Alegre, abandonando o mandato pela metade, para disputar a sucessão do governo gaúcho, em 2002. Derrotado, assume a Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula, posto que ocupava quando escreve um artigo contrapondo o suposto sucesso brasileiro aos problemas enfrentados por Hugo Chávez.

As teses sustentadas neste artigo²⁵³, que reproduzo quase integralmente abaixo, soam irônicas, quando confrontadas com o que se passou nos dois países, de 17 de setembro de 2003 até hoje:

²⁵⁰ O Tarso Genro marxista e leninista pode ser conhecido a partir da leitura do artigo *A questão do partido leninista hoje*, na revista *Teoria e Política*, edição n. 8, 1987. A transição destas posições começa a ser feita, timidamente, nos artigos *A questão do Partido*, edição n. 11 da mesma revista, publicada no ano de 1989; e *O Leste e a Filosofia*, edição 14 de *Teoria e Política*, 1990. A partir deste instante, Tarso Genro inicia um deslocamento para posições filosoficamente anti-comunistas, desembocando em sua recente defesa de uma utopia modesta.

²⁵¹ A atitude de Tarso Genro provoca até hoje muito questionamento por parte dos setores que de fato implementaram o Orçamento Participativo no governo de Olívio Dutra, mas que não tomaram a iniciativa de divulgar seu êxito, nem de teorizar acerca de suas consequências.

²⁵² O PT do Rio Grande do Sul possuía, nesta época (1998-2002) três grandes grupos: a Democracia Socialista, a Articulação de Esquerda e o PT Amplo e Democrático. Este último expressava, em terras gaúchas, as posições por ali minoritárias do nacionalmente denominado Campo majoritário.

²⁵³ Ver <http://www.tarsogenro.com.br/artigos/fullnews.php?id=12>.

“O governo do presidente Lula e o governo do presidente Chávez, da Venezuela, podem servir de parâmetros na América Latina, relativamente às abordagens possíveis da esquerda -dentro do Estado Democrático de Direito - para a transição de um modelo de desenvolvimento de estagnação econômica e mais concentração de renda a um outro modelo de recoesão social, desenvolvimento, emprego e distribuição de renda.

O coronel Chávez, um nacionalista sinceramente preocupado em defender os direitos dos pobres e excluídos, está cercado politicamente por um requerimento firmado por 2,7 milhões de pessoas. Elas pedem, constitucionalmente, um plebiscito para o encurtamento do seu mandato. O Produto Interno Bruto da Venezuela caiu 15% nos últimos anos e quem paga a conta não são os ricos ou setores médios privilegiados, com reservas dolarizadas. São as classes médias baixas e os trabalhadores de renda mínima, bem como os pequenos comerciantes, micro, pequenos e médios empreendedores.

Nada disso importa para certos setores voluntaristas que se sentem contemplados e satisfeitos quando o dogmatismo se torna ação: Chávez é que é corajoso ao ‘enfrentar o imperialismo’. Independentemente de que a vida da ampla maioria do povo tenha piorado e que o próprio mandato do presidente esteja ameaçado por uma Constituição Democrática, que ele mesmo inspirou.

(...)O grande erro do presidente Chávez foi subestimar as instituições e a sociedade formal, ou seja, aqueles grupos orgânicos da estrutura social, pelos quais passa a produção, a formação da opinião. Ali onde estão o saber técnico, a vida dos partidos, os interesses de classe e de corporações - justos ou injustos - através dos quais a política se realiza. Porque a política não é pura vontade imposta pela ação, mas é um conjunto de mediações, de engenharia de vínculos culturais e sociais, de intervenção na cultura, de apropriação das legalidades da economia. A política democrática moderna é a intenção pública transformada em ação hegemônica

Chávez não compreendeu isso, como compreenderam os grandes

quadros políticos contemporâneos que, à esquerda, ao centro e à direita, souberam proporcionar aos seus países grandes avanços históricos: Lênin, quando compreendeu que a NEP era a própria possibilidade de manutenção da Revolução, com um rápido retorno a uma economia capitalista privada para reconstruir a Rússia destruída pela guerra; Kennedy, quando fez das reformas anti-segregacionistas o elemento vital da reconstrução social da nação americana na década de 60; Winston Churchill, quando encarnou, acima das classes e das ideologias, a sobrevivência da nação inglesa agredida pelo nazismo. Aqui no Brasil o presidente Lula, ao contrário do que ocorre com o presidente Chávez, constituiu um sistema de alianças que é a chave da governabilidade e do convívio harmônico entre os poderes. Isso ocorre sem o sufocamento da sociedade civil, mas, ao contrário, buscando integrá-la nas suas principais políticas públicas. Mudança com governabilidade e governabilidade para a mudança, eis a visão realista e, ao mesmo tempo, transformadora, que dá sustentação ao governo do presidente Lula.

O conteúdo das mudanças e o seu ritmo foram determinados, democraticamente, pelas eleições, quando a cidadania acolheu apenas parcialmente o programa de transformações do PT e nos orientou no sentido de ampliarmos a nossa sustentação política, através de um novo sistema de alianças no segundo turno. A composição minoritária do governo no Congresso Nacional foi outro claro sinal. O presidente Lula governa a partir dessas condições, porque assim é possível governar dentro da Constituição, para fazer as mudanças possíveis – crescimento da economia, distribuição de renda e inclusão social –, cujo ritmo é determinado pela ação política democrática que consolida o Estado de Direito e afirma a cidadania” (*Jornal do Brasil*, 17/9/2003)

Com a demissão de Cristovam Buarque, Tarso Genro assumiu o ministério da Educação. Em julho de 2005, sai do ministério e assumiu a presidência interina do PT, em substituição a José Genoíno. Na con-

dição de presidente interino do PT, Tarso Genro desenvolveu uma crítica pública aos limites da política econômica do governo Lula, bem como criticou a subordinação do Partido dos Trabalhadores ao governo.

Como se vê por estes dois casos, a mudança na posição e o refluxo do entusiasmo da intelectualidade pró-governo possuem causas subjetivas e objetivas.

Dentre as subjetivas, destaco a dificuldade cada vez maior em sustentar um *projeto de futuro* (qualquer que seja, mas que seja distinto do modelo econômico herdado de FHC) e, ao mesmo tempo, defender a política econômica implementada pelo governo Lula (política cuja lógica converte o ajuste fiscal num princípio organizador da vida nacional, pelos próximos dez anos, pelo menos).²⁵⁴

Ocorre que tal política econômica é a decorrência prática de opções programáticas e estratégicas feitas pelo PT, ou pelo menos pela maioria da direção do PT, de 1995 a 2005. De acordo com a variante mais ortodoxa daquelas opções, recusar a política econômica “palociana” e criticar o ajuste fiscal causaria abalos no mercado. Até mesmo defender esta política como transitória, enquanto se criam as condições necessárias para instituir um modelo econômico diferente do atual, provocaria fuga de capitais. Abalo nos mercados, fuga de capitais, criam um *ambiente de confrontação* que não faz parte dos planos estratégicos que foram sendo construídos, desde 1995, pelo grupo então majoritário no PT. Isto porque, como disse Tarso Genro no artigo já citado:

“(…) Mudança com governabilidade e governabilidade para a mudança (...) O conteúdo das mudanças e o seu ritmo foram determinados, democraticamente, pelas eleições (...) O presidente Lula governa a partir dessas condições, porque assim é possível governar

²⁵⁴ Para uma análise desta política econômica, ver Guimarães (2004), Sader (2004) e Pomar (2004).

dentro da Constituição, para fazer as mudanças possíveis (...) cujo ritmo é determinado pela ação política democrática (...)” (*Jornal do Brasil*, 17/9/2003)

Ao estabelecer como *parâmetros do possível* o resultado das eleições de 2002 e a correlação de forças no Congresso Nacional, o governo Lula se vê impossibilitado de avançar.

Colocados diante deste dilema -entre uma *teoria da transição sem conflitos* e uma *prática de conflitos sem transição*- parte dos intelectuais que ainda se dispõem a sustentar teoricamente as posições do governo Lula, recolhem os flaps da imaginação e se concentram em *defender o governo contra a direita*; ou transitar para uma postura crítica, seja na forma (saindo do PT e indo para o PDT, como fez Cristovam Buarque, sem em nenhum momento atacar o *núcleo* da política econômica do governo Lula), seja no conteúdo, como faz Tarso Genro no artigo reproduzido a seguir:

“(...)No labirinto petista há um jogo de espelhos, no qual a hegemonia do partido contempla a sua imagem e vê um tucano. Acredito que a história registrará que o governo Lula – ‘realista’ que é –, comparado com os governos do período, foi um avanço notável para a consolidação democrática. Também alavancou o desenvolvimento do país e consolidou uma agenda social permanente na construção da nação. (...) Mas, no PT dos dias de hoje, contudo, também venceram as posições puramente ‘realistas’. O que era aceitável no governo por estrita necessidade se tornou pragmatismo sem limites, desconstituindo progressivamente os nossos compromissos de mudança social e econômica. Estes deram lugar à aceitação da estabilidade e da governabilidade não como metas fundadoras, mas como dogmática da manutenção do poder. Nesse contexto, o partido confundiu o que era e é uma obrigação primária do presidente, acima dos partidos e das corporações – criar condições estáveis para a economia e as instituições funcionarem normalmente com o seu papel

de partido reformador. (...) O partido não promoveu iniciativas políticas nem construiu conscientemente capital teórico para oferecer alternativas ao presidente Lula (...) No labirinto petista há um infinito jogo de espelhos, no qual a hegemonia petista, ainda em vigor - 'realista' até perder as mínimas referências da sua história-, contempla a sua imagem e vê nela um tucano, também 'realista' ao extremo, malanizado e econometrizado. (...) O coro, ao fundo, repete em uma voz quase inaudível: 'Estabilidade sempre, redução das desigualdades e distribuição de renda sempre mais tarde... sempre mais tarde... sempre mais tarde...', como se aquele tucano fictício fosse uma réplica neoliberal do corvo de Poe. (...) Se esse ciclo completar-se, perderá o país e a democracia, cuja dinâmica só emociona e enriquece a vida pública quando há oposição nítida de idéias e de projetos: o labirinto, então, poderá engolir o caminhante precocemente exausto. Aí, sim, 'nunca mais!'. O presidente Lula, que corretamente afastou-se do partido após sua posse (pois deve responder à Nação e às suas instituições enquanto primeiro magistrado), merecia um partido mais maduro. (...) Precisamos de um novo pacto de direção, de um programa mínimo de reconstrução do PT, o qual passa por um projeto de governo para o próximo período. (...)" (*FSP*, 1/9/2005, p. A3).

A postura de Tarso Genro é a expressão individual de um segmento mais amplo da intelectualidade petista, que busca manter as bases teóricas e programáticas da política de centro-esquerda, faz uma avaliação globalmente positiva da política *realista* implementada pelo governo Lula, ao mesmo tempo em que busca radicalizar as posições do Partido.

Outro que tem a mesma preocupação é Marco Aurélio Garcia, que em entrevista concedida a um jornal salvadorenho, em novembro de 2005, afirmou o seguinte:

"(...)Muchos dicen: 'Solo estan dando continuidad a la política de Cardoso'. Y yo digo: 'No, estamos haciendo lo que Cardoso no hizo.

Si hubiéramos recibido el país en mejores condiciones tendríamos mayor margen de maniobra'. (...) 2006 puede ser nuestro cuarto año de crecimiento continuado, y eso en Brasil no ocurre hace mucho tiempo, pero a mi juicio necesitamos un crecimiento más fuerte. Nuestros países, en general, no solo tienen que crecer, sino que crecer mucho, porque hemos estado paralizados durante 20 ó 25 años. (...) Y atención... no es solo que tengamos que crecer para distribuir renta, sino que tenemos que distribuir renta para crecer. Hay que mantener el equilibrio macroeconómico, claro, pero no sirve crecer con inflación, porque si no es un crecimiento ilusorio. Y tenemos que hacer que ese crecimiento se dé en un marco democrático, algo que no ocurrió en el pasado. Y por último ha de ser un crecimiento integrado con la región. Porque estoy convencido de que es mejor crecer en el conjunto que crecer solos. (...) Cuando uno está en la oposición suele enfatizar la necesidad de cambios rápidos, radicales. Pero quien ha estado en el gobierno sabe que cuando uno llega se da cuenta desde el plano práctico, si no lo hizo antes desde el intelectual, de que hay límites para implementar esos cambios. Nosotros queremos que las transformaciones sean duraderas, profundas, y la mejor forma de hacerlo es tomar ciertas precauciones. Eso no quiere decir que las críticas que se nos hacen no sean pertinentes. (...)” (*Prensa Gráfica*, noviembre de 2005)

Questionado pelo jornalista, que lhe pergunta se para alguém com tradição de esquerda é uma “renúncia fazer política de centro-esquerda”, Marco Aurélio responde que:

“Yo no dije centroizquierda, sino izquierda-centro. Hay casos de centroizquierda, pero no es el nuestro. En todo caso, es difícil gobernar solo con la izquierda, porque la izquierda no es la mayoría en las sociedades donde vivimos. Tampoco lo es, felizmente, la derecha. Hay un amplio espacio que es de centro, integrado por gente con identidades sociológicas muy distintas en cada país, porque no

vivimos en sociedades tan polarizadas como se piensa. La derecha polariza mucho(...)" (Prensa Gráfica, novembro de 2005)

Embora fosse pertinente questionar a diferença entre centro-esquerda e esquerda-centro, uma vez que se admite estar “fazendo o que Fernando Henrique não fez”, é mais produtivo observar o movimento de conjunto: os intelectuais que conceberam a política que levou o PT à presidência da República, precisam fazer malabarismos retóricos para justificar a política que é efetivamente hegemônica no governo Lula.

Talvez por isso, tenha cabido a um intelectual ligado à chamada esquerda petista propor, de maneira sistemática, uma “narrativa”²⁵⁵ mais consistente para a política adotada pelo governo Lula.

Uma narrativa vinda da esquerda petista

Trata-se de Juarez Guimarães, que por doze anos foi editor do jornal *Em Tempo*, porta-voz das posições da tendência Democracia Socialista.²⁵⁶ Segundo Marilena Chauí, em prefácio à obra de Juarez Guimarães:

“(...)como acercar-se criticamente do governo Lula sem criticá-lo com os argumentos que, hoje, são empregados pela direita –governo desordeiro e incompetente –, pela extrema-esquerda –governo conservador que abandonou a tradição e a perspectiva socialistas- e pelo centro – governo sem rumo e autoritário?

²⁵⁵ Nas palavras do próprio Juarez Guimarães, por “grande narrativa” se está denominando “fundamentalmente a produção de uma visão, com pretensões de totalidade, do passado, do presente e do futuro e que fornece o próprio sentido dos fatos e idéias, conferindo-lhes hierarquia e significado” (Guimarães, 2004).

²⁵⁶ Uma síntese do surgimento e das posições originais da Democracia Socialista está em *História das tendências no Brasil* (Silva, sem data).

A essa indagação, a resposta de Juarez Guimarães é clara: é preciso tomar como critério de avaliação tanto o lugar desse governo no interior da história política e cultural brasileira como sua capacidade para realizar a transição republicana no momento da crise do paradigma neoliberal. No seio daquela história, o governo Lula significa a possibilidade de refundação republicana do país”. (Chauí *apud* Guimarães, 2004, pp 11-17)

Segundo o próprio Guimarães:

“Há três possibilidades nítidas em relação ao problema da legitimidade do governo Lula. A primeira delas é procurar assentá-la num viés doutrinariamente socialista, apostando em um processo imediato de radicalização anticapitalista dos trabalhadores. Esta hipótese abriria o espaço para isolar a esquerda do centro político, possibilitando no limite uma nova coalizão de centro-direita, exponenciando a oposição conservadora ao governo Lula (...)

A segunda hipótese de resposta ao problema da legitimidade do governo Lula está na adoção de um liberalismo renovado, após as reconfigurações do chamado Novo Consenso de Washington (...) o que poderia vir a ser um liberalismo petista (...)

Entre estas duas hipóteses, está o terreno propício à legitimidade do governo Lula: o republicanismo. Só o republicanismo pode dar à natureza contratualista do governo Lula sua vocação largamente democrática e universalizante (...)” (Guimarães, 2004, pp 51-53)

Como diria um conhecido personagem: colocado nestes marcos tão largos, *tudo* passa a *fazer sentido*.²⁵⁷ Qual sentido?

²⁵⁷ Tanto sentido, que o senador Critovam Buarque, em discurso proferido no dia 25/11/2005, sob o título *É preciso completar a República*, não teve dúvida em dizer que “a República foi proclamada, mas ela não foi construída ainda nesses 116 anos que nós vivemos”.

Luta socialista e hegemonia burguesa no Brasil

No primeiro capítulo desta tese (*Sísifo é brasileiro?*), descrevi as linhas gerais da transformação que afetou os partidos de esquerda (trabalhistas, socialistas, comunistas), tanto na Europa quanto na América Latina, desde o final dos anos 1970 até os dias de hoje.

Esta transformação implicou, no mais das vezes, na moderação progressiva ou acelerada dos programas e das estratégias, chegando em determinados casos à completa descaracterização.

Lembrei que tanto nos círculos acadêmicos, quanto nos círculos políticos, predominava nos anos 1980 e mesmo em parte dos anos 1990, a avaliação de que o Partido dos Trabalhadores resistia galhardamente àquela transformação.

Concluí o capítulo constatando que, hoje, a opinião predominante é outra, tanto na academia quanto nos círculos políticos: contrariando as expectativas (e principalmente os desejos) de boa parte da esquerda brasileira e mundial, a *performance* do governo Lula estaria revelando não apenas um governo, mas também um Partido profundamente transformado e moderado.

No segundo capítulo (*Da Vila Euclides à Granja do Torto*), apresentei e analisei em linhas gerais a trajetória do Partido dos Trabalhadores, de sua criação aos dias de hoje, com ênfase para este processo de transformação e moderação.

A partir do diálogo crítico com a bibliografia especializada, reconstituí a evolução histórica do PT, relacionando-a com os rumos da luta de classes no país, nas suas variadas dimensões: no processo produtivo, na distribuição da riqueza, na luta pelo poder político, nas relações internacionais e no conflito entre as diferentes visões de mundo existentes na sociedade brasileira.

Concluí afirmando que o PT segue mantendo laços orgânicos com a classe trabalhadora, embora tenham se alterado substancialmente a

natureza destes laços, seja devido a mudanças na composição da classe trabalhadora, seja devido a mudanças na composição interna do Partido, ou ainda devido a alterações nas proposições e atitudes do Partido.

No terceiro capítulo (**Os sujeitos ocultos da política brasileira**) mostrei que as explicações sobre a evolução histórica do PT são, no mais das vezes, baseadas em paradigmas explicativos que muitas vezes não levam em conta que o processo de “adaptação” do PT foi historicamente construído, através de dois movimentos simultâneos e combinados: de um lado, a pressão feita pela burguesia; de outro lado, a pressão feita a partir de dentro, por setores do próprio Partido.

Registrei as várias opiniões sobre as origens das transformações experimentadas pelo Partido e lembrei que a “moderação” de organizações de esquerda não é um fenômeno estranho à história do movimento socialista, citando a respeito as posições de Lênin, Luckacs, Gramsci, Trotsky e Djilas a respeito.

Analisei as explicações que falam que uma nova classe social estaria no comando do PT, bem como outras hipóteses: a hegemonia burguesa sobre o Partido; os sinais de uma direção pequeno-burguesa ou de predomínio de uma fração de classe com traços de “aristocracia operária”.

Tratei, finalmente, das relações entre o PT e os sujeitos ocultos da política brasileira: as classes sociais, especificamente os setores médios e a burguesia.

No quarto capítulo (**Do governo dos trabalhadores ao superávit primário**), me debrucei sobre um aspecto particular da história do PT: a evolução da análise econômica, do programa e da estratégia política do Partido dos Trabalhadores.

Fiz isso a partir do estudo das resoluções aprovadas pelos encontros nacionais do Partido, ao longo de aproximadamente 25 anos. Sustentei que para compreender adequadamente a evolução analítica, programática e estratégica do Partido dos Trabalhadores, é necessário levar em conta dois fenômenos principais, articulados entre si: por um lado, a evolução da luta de classes entre 1980 e 2005, que

levou o PT ao exercício da presidência da República num momento de hegemonia mundial do neoliberalismo; por outro lado, as mudanças ocorridas na percepção do Partido, acerca da luta pelo socialismo e acerca da natureza da sociedade brasileira.

Para isso, tratei das várias correntes de opinião e das bases teóricas que compuseram e compõem o “petismo”, entre elas o trabalhismo, o solidarismo cristão e o socialismo marxista.

Registrei ter variado o nível de influência do marxismo no petismo, influência que não chegou a resultar na elaboração –pelo Partido dos Trabalhadores– de uma análise sistemática da estrutura de classes da sociedade brasileira. Neste sentido, como já foi afirmado, para o PT as classes sociais continuam sendo os *sujeitos ocultos* da política brasileira.

Mostrei, também, que nos anos 1990 houve uma redução na influência do marxismo e um crescimento da influência de teorias desenvolvimentistas e liberais, gerando um ambiente intelectualmente favorável à crescente adaptação do petismo à hegemonia burguesa.

No quinto capítulo, analisei **O governo Lula** como um *case* da hegemonia burguesa sobre um governo e um Partido vinculados aos trabalhadores.

Expus os grandes períodos do governo Lula e analisei, em cada um destes períodos, alguns enfrentamentos à luz da disputa de hegemonia travada, contra o PT e parcialmente contra o governo, pela burguesia. Constatei que a atitude do grande capital frente ao governo Lula deu prosseguimento à estratégia adotada, ao longo dos anos 1990, frente ao PT: um movimento de pinça, em que se busca cooptar e derrotar, simultaneamente.

No sexto capítulo, analisei alguns aspectos da relação entre **a intelectualidade petista e o governo Lula**, mostrando que está se construindo uma “narrativa” que consolida o moderantismo no terreno programático e estratégico: a idéia do “republicanismo”. Chegando até aqui, agora cabe concluir.

Alguns considerações metodológicas

O processo de transformação sofrido pelo Partido dos Trabalhadores, de 1980 a 2005, não é algo inédito na história brasileira, nem na história mundial. Entretanto, não é possível explicar este processo enquanto materialização “nacional” de tendências globais.

Em primeiro lugar, por razões metodológicas: assim fora, não haveria história, nem como conhecimento, nem como ação humana.

Em segundo lugar, porque cada tendência traz, dentro de si, contratendências, que se manifestam na disputa entre as diferentes classes sociais e demais instituições criadas pela humanidade. A análise concreta é fundamental, também porque ela permite determinar as condições e possibilidades de emergência das contratendências.

Vejam, no nosso caso, algumas condições a considerar:

a) a manutenção de sólidos laços com a classe trabalhadora (nesse sentido, o caso do PT é distinto, por exemplo, de muitos partidos comunistas que possuíam base de massa nos anos 1980 e tornaram-se política e eleitoralmente minoritários nos anos 1990);

b) o processo de transformação não se completou dentro do Partido, mas sim fora dele, através da ação do governo Lula (nesse sentido, o caso do PT é distinto, por exemplo, de muitos partidos social-democratas que realizaram Congressos onde renegaram, extensivamente, suas posições anteriores);

c) a contradição entre importantes objetivos afirmados pelo Partido (como o “crescimento econômico”) e o que de fato está sendo capaz de produzir a estratégia adotada pelo Partido (uma convivência com a hegemonia neoliberal). Nesse sentido, o caso do PT também é distinto da evolução dos partidos social-democratas, cuja conversão ao capitalismo foi acompanhada de conquistas materiais por parte de sua base social, o que deu estabilidade, por várias décadas, para a conversão político-ideológica.

Essas diferenças podem ser, é claro, uma “ilusão de ótica”. De 2003 a 2005, o PT perdeu uma parte de suas bases eleitorais, sociais e

militantes.²⁵⁸ Enfrentará, em 2006, uma concorrência de candidaturas à sua esquerda. Não há nenhuma garantia de que o PT vá conseguir manter, ao longo do próximo período, sua condição de partido hegemônico e majoritário na classe trabalhadora brasileira.

Nada impede, ainda, que as posições hoje hegemônicas no governo possam vir a se tornar hegemônicas no PT, não da forma passiva como ocorreu em 2003 e 2004, mas de uma forma ativa: o Partido assumindo *em toda linha* as teses liberais ou “desenvolvimentistas” (na prática, um sub-desenvolvimentismo ou “desenvolvimentismo adequado a hegemonia neoliberal”).

Caso ocorra uma conversão completa do PT, será aberta uma lacuna que, mais cedo ou mais tarde, será preenchida por outra organização partidária.

Assim, as diferenças que apontamos e outras que existam podem ser passageiras. Talvez a metamorfose esteja em sua fase final e o governo Lula seja a imagem no espelho do que será todo o PT, amanhã.

Admitida esta hipótese, porém, estamos no terreno do que *pode vir a acontecer*. E a questão é: há resistências?

Há alguns sinais neste sentido, citaremos três.

O primeiro sinal é o resultado da eleição das direções do PT (ocorrido nos dias 18 de setembro e 9 de outubro): uma participação de 315 mil filiados no primeiro turno e de 213 mil filiados no segundo turno; a chapa do chamado Campo majoritário perdeu espaço no Diretório Nacional; seu candidato a presidente ganhou, no segundo turno, por menos de 10 mil votos de diferença.

É importante dizer que uma parcela da chamada esquerda petista considera que a eleição da direção não trouxe nenhuma alteração no quadro interno. De minha parte, acho relevante que a soma das chapas opositoras (parte delas ligada a chamada “esquerda petista”) te-

²⁵⁸ Não existe nenhuma estimativa segura de quantos militantes e filiados saíram do PT, nem tampouco em que direção seguiram.

nha recebido 70 mil votos a mais do que a chapa do chamado Campo majoritário.²⁵⁹

O segundo sinal de resistência é a mobilização de dirigentes sindicais petistas, em defesa do governo, do Partido *e de mudanças na política econômica*.²⁶⁰ Isto revela que mesmo entre o setor que apóia as posições do antigo “Campo majoritário”, há uma insatisfação crescente.

O terceiro sinal é a atitude da burguesia frente ao governo Lula e frente, particularmente, ao PT, ressuscitando em setores importantes do Partido um discurso de *classe contra classe*, contraditório com a estratégia de centro-esquerda e com a política do governo.

Um exemplo da atitude da burguesia é a declaração do senador do PFL catarinense, Jorge Bornhausen, falando em aproveitar a crise política para *acabar com esta raça*. Este tipo de declaração gera mobilização e *raiva de classe* na base do Partido (expressa, por exemplo, na confecção de um cartaz associando o senador Bornhausen, a revista *Veja* e a figura de Hitler).²⁶¹

Estes três sinais nos permitem dizer que *o pulso, ainda pulsa*. Mas por quanto tempo?

Olhemos a questão de um ponto de vista mais amplo. A opção feita pelo governo Lula, de manter ou num certo sentido aprofundar (Guimarães, 2004) a política econômica implementada pelo governo FHC, desorganizou o campo de forças políticas e sociais que denominamos de democrático e popular, retirando do PT a condição de força hegemônica, embora ele siga mantendo a condição de força majoritária.

²⁵⁹ O jornal *Correio da Cidadania* é o principal porta-voz desta posição (www.correiodacidadania.org.br). Posições também críticas ao resultado da eleição da direção do PT podem ser vistas na página eletrônica www.acaopopularsocialista.org.br. Minha posição sobre o balanço das eleições do PT, além de dados a respeito, estão no texto *O futuro do PT*, in: www.valterpomar.com.br.

²⁶⁰ Ver o *Manifesto dos sindicalistas petistas* na página www.pt.org.br.

²⁶¹ Ao mesmo tempo em que gera declarações de solidariedade, ao senador catarinense, por parte de senadores petistas, num fenômeno descrito pelos críticos como “cretinismo parlamentar”.

Abriu-se desde então um período de disputa de hegemonia no interior da classe trabalhadora e da esquerda brasileira. Esta disputa tem, entre seus *nós táticos*, a postura frente ao governo Lula e a postura frente aos ataques que o PT vem sofrendo. Essa disputa se faz nos marcos de uma disputa mais ampla, entre o PT e a burguesia brasileira, que pretende reconquistar o governo e interditar o conjunto da esquerda.

Alguns partidos de esquerda acreditam ser mais fácil recompor o campo democrático e popular, nos marcos mesmo que contraditórios de um governo Lula e de um PT forte. Outra parte (por exemplo o PSTU e o PSOL) acreditam que a recomposição do campo popular está ligada à oposição dura contra o PT e o governo Lula.

O que torna difícil a interpretação da situação é que parte da burguesia está no governo, parte do governo apóia a burguesia, parte do PT critica a política do governo, parte do governo ataca o PT. As cartas estão sobre a mesa, mas estão todas embaralhadas.

A tentativa de interpretar este quadro através de “*categorias fixas*” produz mais sombras do que luzes. Por categoria “fixa”, me refiro, por exemplo, a tentativa de associar o conjunto do PT e do governo com a direita, a burguesia, o Capital e ponto.

É mais proveitoso interpretar este quadro através de *categorias móveis*: a noção de que o governo e o PT estão submetidos a diferentes níveis de hegemonia burguesa, hegemonia que não é absoluta e que pode variar, tanto no sentido do aprofundamento, quanto no sentido da libertação.

O uso de categorias móveis pode, certamente, conduzir a dois equívocos: primeiro, ver disputa onde ela não existe mais. Por exemplo: se a política do governo como um todo possui contradições, o conjunto da política do Ministério da Fazenda está claramente a serviço do capital financeiro.

Segundo, achar que existe *disputa perpétua (moto perpetuo)*. A medida que o tempo passa, as opções feitas pelo núcleo do governo contaminam o conjunto do governo e do PT. Há um tempo de resistência, mas haverá o tempo em que o sinal de vida poderá ser apenas o canto do cisne.

O uso de uma categoria teórica, para interpretar um fenômeno social, pode nos conduzir à ilusão de achar que os fenômenos sociais se resolvem no terreno da teoria. A relação entre a classe trabalhadora, o PT e o governo Lula está sendo resolvida no terreno da luta política, onde se condensam os diferentes níveis da luta de classes. Luta política entre a burguesia e a classe trabalhadora, entre todas as classes e no interior de cada uma delas.

Ademais, o fato de um expressivo número de militantes e intelectuais ter decretado a “morte” do PT, enquanto expressão dos trabalhadores, não quer dizer que o PT não siga sendo, para um grande número de trabalhadores, o seu Partido. Ou seja: que merecerá o seu voto e o seu apoio, agora e adiante. E vice-versa: o fato de um expressivo número de militantes e intelectuais continuar depositando suas energias na construção do PT, não significa que este Partido tenha necessariamente futuro enquanto representante das classes trabalhadoras, seja do ponto de vista imediato, seja de um ponto de vista histórico-estratégico.

Nos anos 1980, o PT alcançou a hegemonia no interior da classe trabalhadora e da esquerda brasileira. Pode mantê-la ou não, ao longo da primeira década do terceiro milênio. E pode fazê-lo enquanto partido eleitoral tradicional ou enquanto partido socialista.

Não se deve confundir uma e outra coisa. A classe trabalhadora não é naturalmente, nem espontaneamente socialista. Ela é *potencialmente* socialista, ela é *historicamente* a base social do socialismo. Portanto, sua organização em partido político de massas, não obrigatoriamente resulta num partido socialista.

No atual momento, a classe trabalhadora encontra-se sob forte influência ideológica da burguesia, fato que se combina com a desconstituição de parte das relações comunitárias que caracterizavam a vida dos trabalhadores ao longo dos anos 1970 e 1980.

Esta condição subjetiva e objetiva está na origem da transformação do PT, da subordinação do governo Lula ao capital financeiro e da defensiva geral dos trabalhadores. Mas esta condição é passageira,

como foram passageiras outras condições defensivas na história do Brasil e do mundo. Se e quando a situação mudar, se e quando houver um novo ascenso de lutas populares, qual PT existirá?

Para tentar responder a esta questão, sugiro que observemos três “indicadores”, que podem nos ajudar a discutir os rumos futuros do PT.

O primeiro deles é a relação com o governo Lula. Certamente o PT terá candidato a presidente nas eleições de 2006 e, salvo ele não queira, este candidato deve ser o atual presidente da República.

O desfecho da eleição de 2006 é incerto. E é sabido que há diferentes tipos de vitória e de derrota. Existem vitórias eleitorais e políticas, derrotas eleitorais e políticas, bem como os tipos combinados.

Sendo assim, o primeiro indicador é: qual o balanço que o PT fará do governo Lula e que programa proporá para a população, na hora de buscar seu voto para obter um segundo mandato federal? O PT se associará com o governo Lula, tal como ele é, sem nenhum tipo de mediação? Ou estabelecerá mediações e negociações públicas, entre o seu ponto de vista e o ponto de vista do governo?

O segundo indicador diz respeito à relação entre o PT e Lula. Afirmamos, ao longo desta tese, que a metamorfose do PT se concluiu fora do PT, no governo. Seria mais exato dizer que esta metamorfose se concluiu *através* de Lula, que é o vínculo original (no sentido de *primeiro*) entre o PT e o governo.

A evolução sofrida pelo migrante Luís Inácio, depois metalúrgico, sindicalista e dirigente partidário, até sua transformação em Presidente da República completou a metamorfose. Mas que metaformose foi esta, exatamente?

Entendo que o Lula presidente da República *pensa e atua como se fora um dirigente sindical*, para quem a expansão dos negócios da *empresa Brasil* amplia as chances de “remuneração” da classe trabalhadora, cabendo ao governo atuar como uma diretoria de sindicato, arbitrando conflitos.

Noutras palavras: a transformação de um sindicalista em dirigente partidário e deste em presidente da República o metamorfoseou... num dirigente sindical.

Mas o que significa ser um dirigente sindical, à frente de um governo nacional? Vejamos o que diz Emir Sader:

“A meu ver isso guarda relação com o fato de o recente sindicalismo brasileiro, pela sua história, confundir a ditadura militar com o Estado. O sindicalismo todo foi formado numa linha não de fortalecer o SUS, mas de lutar por planos de saúde privados. Mesmo o sindicalismo tradicional, anterior ao Lula, também não estava comprometido com a universalização dos direitos. De certa forma, se tratava de um problema original, que depois degenerou nessas coisas de privatização para fundos de pensão.” (Fórum, ano 4, n. 32, novembro de 2005)

O *tradeunionismo*, elevado à condição de governo, trata como relação privada aquilo que é relação pública. Noutras palavras: *privatiza assuntos públicos*.

Neste sentido, torna-se mais compreensível o diálogo fácil que setores do governo mantêm com o neoliberalismo e com o nacional-desenvolvimentismo privado de que fala Bielchowsky (1998).

Enquanto o PT estava na oposição, este *modo sindical de pensar* aparecia como uma qualidade reivindicatória. Mas à frente do aparelho de Estado, o modo sindical de pensar converteu-se numa atitude regressiva, pois confunde o desenvolvimento nacional com a ampliação do parque privado instalado no país.

Não é necessário, pois, ir à busca de explicações exóticas, como a nova classe de Oliveira (2003): a chave para a metamorfose iniciada no PT e concluída em setores do governo pode ser encontrada na morfologia do ser original.

Sendo assim, vamos ao segundo indicador: o PT continuará aceitando as *imposições em última instância* de Lula? Ou vai emancipar-se desta forma particular do *tradeunionismo*?

Uso, de propósito, uma expressão (“emancipar”) que remete para a figura preferida do presidente da República, quando fala na relação com seu Partido, a quem trata muitas vezes como *filho*. Novamente nas palavras de Emir Sader:

“Não fui fundador do PT, não tinha um contato tão direto, tenho pouca relação com ele. Nunca enxerguei no Lula aquele lirismo que as pessoas enxergavam. A intuição genial do Lula como a Chauí achava. Os dois grandes líderes revolucionários do século passado foram Lênin e Fidel e ambos foram grandes dirigentes de massa, grandes dirigentes de partido e grandes estadistas. Lula foi um grande dirigente de massa, um péssimo dirigente de partido e o estadista é aquele que sabe avaliar a relação de forças. E para ter condições fazer essa avaliação com pertinência é preciso ler. E o Lula se formou daquela forma: ‘Cristovam, como acaba com o analfabetismo?’ ‘Marilena, como traz cultura pro povo?’. É preciso ter uma análise crítica das formas de acumulação capitalista no Brasil e como isso afeta o Estado. Com a ditadura, achou-se que a democracia iria resolver os problemas do Estado. Isso não se faz no gogó ou na intuição do Lula. O PT não criou a sua teoria, sua intelectualidade, os marxistas abandonaram tudo na mão da Cepal, que desertou. Tudo aquilo que o PT analisava como positivo era na intuição. E na prática foi guinando, guinando, guinando sem ter consciência do que estava fazendo. No começo, o PT pedia desculpas por participar das eleições, depois passou a disputar mesmo sem saber o que queria. E o calendário passou a ser o calendário eleitoral. E os núcleos passaram a ser os gabinetes de deputados. Não decifrar teoricamente a realidade passou a ser fatal a partir de 1994.” (*Fórum*, ano 4, n. 32, novembro de 2005)

A frase de Emir ecoa a reclamação de Prestes sobre Lula (Inca, 1988). Ecoa, também, a reclamação de Gorender sobre Prestes (Gorender, 1987). É como uma maldição, que nos remete ao terceiro indicador: a relação do Partido com os objetivos históricos da classe trabalhadora.

Não me refiro, aqui, a relação orgânica e política entre o Partido e a classe. Até porque a experiência histórica mostra que partidos muito conservadores, ideológica e politicamente, podem ter uma relação extremamente intensa e orgânica com os trabalhadores.

Falo da relação com a classe trabalhadora, enquanto protagonista do projeto histórico do socialismo. Como busquei demonstrar ao longo desta tese, as escolhas programáticas e estratégicas feitas pelo petismo desde 1995 foram reações à força da burguesia brasileira, a características estruturais de nossa sociedade, à precariedade do debate teórico dentro do Partido e à forte influência do desenvolvimentismo sobre o conjunto do Partido dos Trabalhadores.

Tanto no petismo, quanto no comunismo, o “elo fraco” através do qual penetrou a influência teórica da hegemonia burguesa foi e é a análise da estrutura de classes existente na sociedade brasileira. (Santos, 2002; Iasi, 2004) Análise que resultou na crença da possibilidade e das vantagens, para os trabalhadores, de algum tipo de aliança estratégica com a burguesia, contra os obstáculos postos ao *crescimento da Nação*.

É neste sentido que, na melhor das hipóteses, são incompletas as teses segundo as quais a integração do Partido dos Trabalhadores à “ordem” constitui subproduto *natural* de seu crescimento eleitoral; do peso das máquinas sindicais; do envelhecimento da militância; da existência no interior da classe trabalhadora brasileira, de setores inclinados a submeter-se à influência da burguesia; ou de qualquer fenômeno semelhante.

Estes fenômenos todos são reais, mas só resultaram na vitória de posições moderadas porque encontraram uma porta aberta. E esta porta foi aberta *a partir de dentro*.

O Brasil dos anos 1990 constituiu um momento que conjugou diversos fatores negativos: o início do ciclo neoliberal, a crise do socialismo e o fortalecimento da hegemonia burguesa sobre amplos setores da classe trabalhadora.

Paradoxalmente, foi neste momento que ocorreu a ampliação da força eleitoral-institucional (nos marcos da hegemonia burguesa) dos partidos e organizações da classe trabalhadora.

Neste contexto histórico, *prevaleceu* na esquerda brasileira a *lei do mínimo esforço teórico*. Foi isso que reduziu a esquerda socialista a um

papel muito mais secundário na luta política, do que teria caso tivesse oposto uma resistência intelectual mais ampla e consistente.

A questão é: estes fatores negativos são historicamente construídos; portanto, também podem ser historicamente desconstruídos. A construção de janelas históricas é obra de velhas toupeiras, como diria Marx. Mas a construção das condições subjetivas é obra de grilos falantes.

O terceiro indicador, portanto, é a retomada do socialismo como projeto histórico do PT, tanto no terreno da agitação, quanto no terreno da crítica política e teórica.

Neste sentido, é um equívoco depositar as esperanças da “regeneração” do PT (ou de alguma esquerda, fora do PT) simplesmente ou principalmente na *retomada dos movimentos sociais*.

O PT é produto, exatamente, da enorme onda de lutas sociais ocorrida no final dos anos 1970 e parte dos anos 1980. Enquanto a onda durou, o Partido avançou nas suas formulações programáticas e estratégicas. Mas quando aquela onda retrocedeu, as formulações do Partido também retrocederam.

Uma nova onda de lutas sociais, produto ou não de um intenso trabalho de base e de formação política desenvolvido pela militância de esquerda, não resolverá por si os problemas teóricos que o PT mal começara a resolver nos anos 1980.

Já se disse que sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário (Lênin, 1981). Principalmente no início deste século, a teoria revolucionária não está à venda no Wall Mart. Não brotará da leitura ou da releitura dos “clássicos da revolução brasileira”, até porque estes “clássicos” (caso existam) não conseguiram elaborar uma “teoria da revolução brasileira” à sua época e, por óbvio, não o farão agora.

O PT conseguirá achar, no seu interior, as energias necessárias para enfrentar problemas teóricos de enorme envergadura, tais como a análise do capitalismo contemporâneo, o balanço das tentativas de construção do socialismo, a elaboração de uma estratégia socialista para as condições do Brasil?

Não há como saber. Mas se ele não tiver sucesso nessa empreitada, é possível que a metamorfose se complete. Por isto mesmo, minha linha de raciocínio se contrapõe globalmente à de Garcia:

“(…) No creo que ninguno de nuestros países pueda pasar, en la situación actual, a un régimen socialista de producción, y en todo el mundo no hay una experiencia que alguien pueda decir que sea el embrión de un nuevo carril para un proyecto socialista.

Creo que el socialismo hoy se define más por los resultados que por los medios. Vivimos en sociedades brutalmente desiguales, y necesitamos mayor igualdad económica y social. Sociedades en las que se produzca una considerable socialización de la política, en las que la ciudadanía no sea una mera categoría jurídica, y no se confunda democracia solo con estado de derecho.

No hay democracia sin estado de derecho. Yo diría incluso que no hay socialismo sin estado de derecho. Pero quiero también un estado de derechos, en el cual la sociedad vaya creando más derechos constantemente y haya una dinámica de renovación de las instituciones. Y eso es complejo, porque en América Latina se superponen demandas del siglo XIX con necesidades del siglo XXI.(…)” [*La Prensa Gráfica de El Salvador*, 21/11/2005]

Afirmar que o socialismo se define mais pelos resultados do que pelos meios, não responde quais meios são capazes de produzir os resultados desejados. Aliás, a dificuldade que Garcia tem para combinar meios e resultados resulta na conclusão pessimista, segundo a qual nenhum país da América Latina pode passar, na situação atual, para um regime socialista de produção.

Qual é o impedimento estrutural, histórico, para que isso aconteça? Imaginemos que se trate de um impedimento político:

“(…)es difícil gobernar solo con la izquierda, porque la izquierda no es la mayoría en las sociedades donde vivimos (...)”. (Idem)

Isto é um problema político, a ser enfrentado com as armas da política: a tática e a estratégia. Mas a existência de uma correlação de forças conjunturalmente desfavorável à esquerda, não diz nada acerca dos objetivos da esquerda numa determinada etapa histórica.

Até porque, se o socialismo não for nosso objetivo, qual seria? Por acaso: *el desarrollo económico y la mejora de la distribución, como bases para una nueva expansión de la economía*? Mas se o socialismo está por definição afastado, a frase acima deveria ser traduzida assim: *nosso objetivo é lançar as bases para uma nova expansão do capitalismo*.

Voltemos ao ponto: o que nos impede de apresentar o socialismo como alternativa prática, histórica, concreta, imediata, para os grandes problemas da humanidade?

Segundo Guimarães (2004, p. 95), assentar as bases de legitimidade do governo Lula:

“num viés doutrinariamente socialista, apostando em um processo imediato de radicalização anticapitalista dos trabalhadores (...)abriria o espaço para isolar a esquerda do centro político, possibilitando no limite uma nova coalizão de centro-direita, exponenciando a oposição conservadora ao governo Lula”.

Deixemos de lado o capcioso *viés doutrinariamente socialista*. O mais importante é perceber que a frase inteira descreve o que ocorreu nos três primeiros anos do governo Lula, exatamente quando o governo e o Partido mantiveram-se longe do socialismo, mais do que o diabo da cruz.

Mesmo assim, ou quiçá por causa disso, abrimos:

“o espaço para isolar a esquerda do centro político, possibilitando no limite uma nova coalizão de centro-direita, exponenciando a oposição conservadora ao governo Lula”.

O padrão de análise de Guimarães (2004) é o mesmo que imputa

a derrota de Allende a uma “radicalização não sustentável, de acordo com a correlação de forças, da luta de classes” (Guimarães, 2004, 95).

Quando somos derrotados, é porque ao fim e ao cabo a correlação de forças esteve contra nós. Mas isso não explica por quais motivos a correlação de forças esteve contra nós. Nem implica que tenha estado contra nós, porque radicalizamos *nos propósitos*.

No caso específico do governo Allende, por exemplo, a derrota deve-se por diversos outros motivos, dos mais complexos (a situação internacional, a relação com os setores médios) aos aparentemente prosaicos (a substituição do general Prats pelo general Pinochet), mas profundamente reveladores dos erros estratégicos cometido pela Unidade Popular.

Qual a correlação de forças que deve ser levada em conta na definição dos objetivos estratégicos?

Especificamente no caso do Brasil: o PT deve se apresentar publicamente como um Partido socialista, deve voltar a fazer agitação pública do socialismo e do anticapitalismo, deve voltar a operar uma estratégia socialista para o país? Ou a *correlação de forças* recomenda que o PT não faça isso?

A correlação de forças que deve ser levada em conta na definição dos objetivos estratégicos é de natureza histórico-estrutural. Deriva da análise dos processos de longo prazo da sociedade brasileira, das alternativas históricas, das possibilidades de construção de um bloco histórico alternativo ao dominante.

Neste nível de análise, o socialismo é uma das alternativas possíveis, na evolução da sociedade brasileira. E se um Partido considera que o socialismo é a única alternativa capaz de resolver os problemas estruturais postos diante do país, exatamente pelo desenvolvimento capitalista, ele é obrigado a apresentar publicamente esta alternativa, explicando ainda como esta conclusão se articula com os processos de curto prazo, o nível de consciência e as forças disponíveis no momento atual da luta de classes.

Neste terreno, da conjuntura imediata, o socialismo não é necessariamente uma alternativa, mas pode vir a ser. Os que eliminam total-

mente o socialismo do nível tático, o tornam na verdade um objetivo inalcançável, pois se ele não existe no cotidiano, no presente, mesmo que como propaganda, como pode vir a ser uma alternativa no futuro?

O enlace entre o objetivo estratégico e a conjuntura, é feito pela estratégia e pela tática. A capacidade de recuperar este modo de pensar, articulá-lo com a construção de uma “narrativa histórica” baseada na crítica socialista da história brasileira, materializá-lo no dia a dia da organização partidária, é o terceiro indicador cuja observação pode ajudar a discutir os rumos futuros do PT.

Nestes marcos, estratégicos, alternativas como o republicanismo e o desenvolvimentismo permanecem prisioneiras do capitalismo. E, por isto, não permitem superar as contradições típicas desta forma de organização social. Voltemos às observações de *Ilíada* (2005):

(...) Belluzzo acredita que é possível construir uma síntese entre o marxismo e o keynesianismo, para combater a visão mercantilista, neoliberal. Ele esposa uma concepção nacional-desenvolvimentista. Em sua interpretação, o problema no Brasil é que as políticas desenvolvimentistas foram implementadas a partir de compromissos com os setores mais retrógrados e com o capital internacional, o que teria bloqueado o avanço da classe trabalhadora. Eis porque o bolo cresceu mas não foi distribuído. Sua análise, assim, parte da idéia de que, em um mercado mundial altamente competitivo, é preciso criar nacionalmente as condições econômicas favoráveis ao desenvolvimento do país.

Juarez Guimarães (...) [defende a] formação de uma ‘frente republicana’ para combater o neoliberalismo, que teria como base o fortalecimento da ‘economia do setor público’, cujas três dimensões seriam: o Estado democratizado; as zonas de economia mista; a capacidade de regulação estatal.

Todo o problema do Brasil, para ele, é que nós somos uma espécie de ‘república incompleta’, de país ‘semi-republicano’. E propôs como palavra de ordem da campanha, algo como “um choque de republicanismo” (...)

Marco Aurélio Garcia [fala das] tarefas necessárias para transformar o Estado e a sociedade brasileira. A essa questão, ele responde propondo seis pontos: a) crescimento acelerado (...); b) crescimento estruturado em torno da distribuição de renda; c) crescimento equilibrado do ponto de vista macroeconômico (...); d) redução da vulnerabilidade externa; e) mudanças feitas ‘nos marcos da democracia’, mas com a ampliação dos mecanismos de participação popular e a adoção de um “republicanismo moderno”; f) inserção internacional de outro tipo, o que passa por um processo de regionalização do mundo (...) ele propõe que, para 2006, “recentremos” nosso discurso político, para que ele expresse um imaginário que possa ser abraçado pelos movimentos sociais. Para ele, é fundamental que recuperemos a idéia de “utopia”. (...) Marco Aurélio Garcia (...) caracterizou o PT como “um partido de esquerda, de forte implantação popular, e que tem inscrito, ainda que de forma obscura, uma tendência socialista”. (...) o socialismo é uma ‘construção histórica’, não algo cujo caminho já esteja traçado, e que ter ‘tendência socialista’ não significa senão ‘querer uma sociedade diferente da atual’.(...)” (Arquivo pessoal, 19/11/2005)

É importante, neste ponto, deixar claro que a afirmação do socialismo como objetivo estratégico, acompanhada da construção de uma estratégia socialista, não implica necessariamente no abandono da política de acúmulo de forças pela via eleitoral-institucional, embora certamente implique numa revalorização da organização partidária, da luta ideológica, da mobilização social e da luta de massas.

Uma estratégia socialista pode ser etapista, ou seja, pode conceber que antes do socialismo se faz necessária uma etapa de desenvolvimento capitalista. Uma estratégia socialista pode também, ao contrário do etapismo, indicar o socialismo como objetivo estratégico direto.

Uma estratégia socialista pode ser reformista, ou seja, pode abrir mão da revolução política e social como algo indispensável à conquista do poder pelos trabalhadores. Uma estratégia socialista pode tam-

bém, ao contrário do reformismo, defender que a revolução é um momento indispensável à conquista do poder. (Boron, 2003)

O debate estratégico travado no interior do PT, antes de 1995, continha todas estas variantes. De 1995 em diante, predominou uma “estratégia” aparentada como o etapismo (uma vez que tinha como alvo o neoliberalismo e não o capitalismo, além de propugnar uma aliança com setores do capital), mas que se diferenciava do etapismo, uma vez que não propunha uma segunda “etapa” socialista.

Esta “estratégia” (usamos as aspas, porque de fato trata-se de uma política que não visa conquistar o poder, mas sim o governo) adotava como política de acúmulo de forças a disputa eleitoral-institucional e o exercício de governos.

Neste ponto, tal “estratégia de centro-esquerda” se aproximava da visão estratégica majoritária no PT, antes de 1995.

Por conta disto, setores da esquerda críticos ao curso do governo Lula e críticos ao curso do PT trabalham hoje com a hipótese de que aquela política de acúmulo de forças estaria superada. Não me parece ser este o caso: basta lembrar do curso seguido pela luta de classes em países como a Venezuela e a Bolívia. Há que se considerar, entretanto, que setores da esquerda latino-americana apostam em outras variantes, tais como a luta armada, o acúmulo político-social não eleitoral, a estratégia insurrecional clássica. De toda forma, esta é uma questão fundamental: que ensinamentos estratégicos a vanguarda da classe trabalhadora, dentro e fora do PT, vai tirar deste grande teste que é o governo Lula (e outras experiências similares na América Latina).

Nesta questão, como propusemos no início desta tese, há o que aprender do movimento comunista. Nos anos 1950 e 1960, a maioria das organizações de esquerda que romperam com a política do Partido Comunista, o fazia inicialmente criticando o etapismo e a conciliação de classes com a burguesia; mas rapidamente abandonava esta crítica, reproduzindo a mesma estratégia do “Partidão” e fazendo da adesão ou não à luta armada (em suas variantes urbana e rural, foquista e prolongada) o diferencial principal.

O PT conseguirá?

Hoje, o trabalho intelectual em prol do socialismo é feito contra a corrente, num duplo sentido: contra as idéias hegemônicas na sociedade e na própria esquerda.

Nos anos 1980, a divisão da burguesia, num contexto de crise global, permitiu a emergência de uma esquerda socialista de massas e estrategicamente independente. Nos anos 1990, a unidade burguesa conteve e domesticou o crescimento desta esquerda, mas não logrou impedir a vitória eleitoral de 2002.

Os desdobramentos desta vitória geraram um processo de dispersão da esquerda socialista. Esta dispersão pode seguir seu curso, desembocando numa derrota generalizada, que só será revertida quando a dinâmica global do capitalismo e da luta anti-capitalista, combinada à dinâmica local da luta de classes, criarem as condições para a reconstrução de uma força política e social anti-capitalista de massas.

Mas também pode ocorrer da dispersão ser revertida, da esquerda socialista ser reagrupada. A predominância de um ou de outro cenário dependerá da luta política. Mas no terreno das idéias, dependerá da esquerda socialista formular uma crítica à trajetória do Partido dos Trabalhadores, em particular às formulações estratégicas e programáticas que estão na base do moderantismo atual.

O reagrupamento da esquerda socialista pode ocorrer em torno do PT ou de outra organização político-partidária. Num ou noutro caso, o processo de crítica, autocrítica e recuperação ocupará os esforços de uma geração, salvo ocorra algum fenômeno que acelere o tempo histórico.

Quais as chances do reagrupamento ocorrer em torno do próprio PT? Perguntando de outra maneira: o PT ainda possui, no seu interior, as energias necessárias para enfrentar as suas múltiplas tarefas de curto prazo e ao mesmo tempo dar conta desses desafios teóricos e políticos de médio e longo prazo?

Não há como saber. Caso a resposta seja negativa (há sinais em abundância), o conjunto da esquerda brasileira entrará numa fase de

dispersão político-organizativa. Mantido o padrão observado no século XX, esta dispersão durará até que surja um novo fator de aglutinação e se construa um novo partido hegemônico, como ocorreu com o comunismo em relação ao anarquismo e com o petismo em relação ao comunismo.

Mas também há sinais positivos, que fornecem alguma esperança para os que querem evitar a conclusão da metamorfose, que provocaria a dispersão de 25 anos de energia social acumulada.

Neste ponto, encerramos a tese, pois já entramos totalmente no terreno das opções políticas. Entre elas, saber se ainda há tempo para *inventar, no centro da própria engrenagem, a contra-mola que resiste*.²⁶²

²⁶² A música *Primavera nos dentes*, de João Ricardo e João Apolinário, está no álbum *Secos & Molhados* (1973). A letra completa é a seguinte: quem tem consciência para ter coragem, quem tem a força de saber que existe, e no centro da própria engrenagem, inventa a contra-mola que resiste, quem não vacila mesmo derrotado, quem já perdido nunca desespera, e envolto em tempestade, decepado, entre os dentes, segura a primavera.

Bibliografia e fontes

- ABRAMO, Bia (org.). *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ABCD Sociedade Cultural. *Lula: entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo, 1980.
- ALMEIDA, Jorge; VIEIRA, Maria Alice e CANCELLI, Vitória (org.). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Diretório Nacional do PT, 1998.
- ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória (Org.). *Estratégia, a luta além do horizonte visível*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política; PT e Fundação Perseu Abramo, 1998.
- ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo, Casa Amarela, 1996.
- ANDERSON, Perry e CAMILLER. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*, 1996.
- ANDERSON, Perry. *Pós-neoliberalismo*. Paz e Terra: São Paulo, 1995.
- ANDERSON, Perry. “La historia de los partidos comunistas”. In: *Historia Popular, Cultura Popular*.
- ANDERSON, Perry. *O fim da história (de Hegel a Fukuyama)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Lisboa: Afrontamento, 1976.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Unicamp, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1979/1980)*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

- ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquíria Leão. *Lukács: um galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA. *Resoluções da I Conferência Nacional da Articulação de Esquerda*. São Paulo, 1998.
- ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA. *A esquerda e o governo Lula*. São Paulo, 2002.
- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História*. São Paulo, Xamã, 2004.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BAIA, Paulo Fernandes. *Economia política do Partido dos Trabalhadores: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dissertação de mestrado, 1996.
- BARBEIRO, Heródoto. *O que pensam os presidencialáveis: Lula*. São Paulo: Harbra, 1989.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira 1978-1980*. Campinas: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado em história, 1991.
- BENJAMIN, César e outros. *Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- BENJAMIN, César (org.). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BETTO, Frei. *Lula, biografia política de um operário*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo em la socialdemocracia*. México, Sigloveintiuno editores, 1982.
- BERRYMAN, Phillip. *Teologia de la liberacion*. México, Siglo XII, 1989.
- BETO, Frei. *Fidel e a religião*. Conversas com Frei Betto. São Paulo, editora Brasiliense, 1985.

- BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. Madri: Siglo veintiuno editores, 1982.
- BERTINOTTI, Fausto. *Le due sinistri*. Milano: Sperling & Kupfer, 1997.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil. A grande crise da economia global*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- BIHR, Alan. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações contínuas*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Esquerda e direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- BOITO Jr., Armando. *O populismo em crise (1953-1955)*. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 1976.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOCCHI, Carmen Priscilla. *O movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado em ciências políticas, 1996.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Hucitec, 1991.
- BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BORIN, Jair. *Imprensa: empresas e negócios. Um perfil quantitativo-qualitativo do mercado da notícia no Brasil*. São Paulo. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo, 1993.
- BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BORON, Atílio. *Tras el Búho de Minerva*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista, 1920-1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.

- BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo, Annablume, 2003.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha. Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Papirus Editora: Campinas, 1988
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.
- CHAVEL, Louis. “Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais”. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, n. 15, p. 57-70, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *PT, um projeto político para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASTANEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Governo Lula, da esperança à realidade*. São Paulo, Editora Xamã, 2004.
- COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história*. Pulsar/Xamã: São Paulo, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CACCIA-BAVA, Silvio. *A luta nos bairros e a luta sindical: a experiência de São Bernardo*. São Paulo: Cedec, 1983.
- CORRENTE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES. *PT na encruzilhada: colaboração de classes ou alternativa dos trabalhadores*. Porto Alegre, 1997.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.), *Revolução cubana: história e problemas atuais*, São Paulo, Xamã, 1998.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.

- CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998. CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- CARMO, Sônia Irene Silva do. *A construção da pátria: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, tese de doutorado em educação, 1996.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil, JK-JQ*. São Paulo, Paz e Terra, 1978.
- CICONE, Reinaldo. *Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*. Dissertação de mestrado. Edição do autor, Campinas, 1995.
- DEMIER, Felipe. *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.
- D'INCAO, M. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1989.
- DANTAS Jr., Altino (org.). *Lula sem censura: "e aí a peãozada partiu pro pau"*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Desigualdade de gênero e participação política das mulheres: a experiência do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dissertação de mestrado, 2000.
- DIAS, Maurício. *Mentira das Urnas*. São Paulo: Editora Record, 2005.
- DJILAS, Milovan. *A nova classe*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- DUTRA, Olívio e BENEVIDES, Maria Victoria. *Orçamento participativo e socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

- DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Resoluções da VII Conferência Nacional da Democracia Socialista*. Dezembro de 2003.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stálin*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; Benedicto, Nair. *Santo Dias, quando o passado se transforma em história*. São Paulo, Cortez Editora, 2004.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Zahar, 1982.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo, MST, 1998.
- FERNANDES, Marcos Inácio. *PT no Acre: a construção de uma terceira via*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dissertação de mestrado, 1999.
- FERNANDEZ, Nelson. *El gobierno de la izquierda*. Montevideú: Editorial Fin de Siglo, 2004),
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira – 1920/1946*. Editora UEL: Londrina, 1999.
- FORÇA SOCIALISTA. *A revolução brasileira, nos 500 anos de resistência*. São Paulo, 1999.
- FIORI, José Luís. *O vôo da coruja. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FORTES, Paulo. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

- FREDERICO, Celso. *Lukács, um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. *Trajetos e perspectiva social-democrata: do modelo europeu para o PSDB e para o PT no Brasil*. Dissertação de mestrado. Unicamp.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre, Dacasa, Palmarinca, Cruz Alta: Unisc, 1999.
- GARCIA, Marco Aurélio. (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio. "A social-democracia e o PT", revista *Teoria e Debate* número 12, out/dez
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.
- GENNARI, Emílio. *O movimento operário sindical no Brasil: uma panorâmica dos últimos 15 anos. Sindicato e organização de base*. São Paulo: CPV, 1999.
- GENOINO, José. "Um projeto socialista ainda em construção". In: GADOTTI, Moacir. *Pra que PT?* São Paulo: Cortez. 1989.
- GENRO, Tarso. *PT para o poder. Contribuição ao debate sobre o futuro do nosso partido*. Porto Alegre, edição do autor, 1999.
- GENRO, Tarso. *Esquerda e a "3ª via": um dilema teórico e político em curso*. Porto Alegre, edição do autor, sem data.
- GENRO, Tarso e Souza, Ubiratan de. *Orçamento Participativo. A experiência de Porto Alegre*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GENRO, Tarso, RODRIGUES, Edmilson e DIRCEU, José. *Instituições políticas no socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Ô abre-alas. A nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo, editora Ática, 1999.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GUATTARI, Félix. *Félix Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUIMARÃES, Juarez. *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas.
- GUIMARÃES, Juarez. *A esperança equilibrista. O governo Lula em tempos de transição*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- HAUPT, Georges. *Los bolcheviques*, Ediciones Era: México, 1972.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- HUMPHREY, Jonh. *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1982.

- HALIMI, Serge. *Sisyphé est fatigué. Les éches de la gauche au pouvoir*. Paris, Éditions Robert Laffont, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1980. v. 1 a 10.
- HOBBSAWN, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo/Petrópolis: Ed. Fundação Perseu Abramo/Vozes, 1998.
- HARNECKER, Marta. *El sueño era posible*. Havana: Mepla/Casa América Libre, 1994.
- HIPPOLITO, Lucia. *Por dentro do governo Lula*. São Paulo: Futura, 2005.
- IASI, Mauro. *A mediação particular e genérica da consciência de classe. O Partido dos Trabalhadores entre a negação e o consentimento*. Tese de doutorado. USP, 2004.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- INCRA. *Questão agrária no Brasil: perspectiva história e configuração atual*. São Paulo: Inca, 2005.
- INSTITUTO CAJAMAR. *O Socialismo em debate, 1918-1987*. São Paulo: Inca, 1988.
- INSTITUTO CAJAMAR. *Classes sociais no Brasil e método de análise*. São Paulo: Inca, 1990.
- KAYE, Harvey. *Los historiadores marxistas británicos*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1989.
- KAUTSKY, Karl. *El camino del poder*. México, Editorial Grijalbo, 1968.
- KONDER, Leandro e BETTO, Frei. *O indivíduo no socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- KOTSCHO, Ricardo. *Explode de um novo Brasil: diário da campanha das diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOTSCHO, Ricardo et alii. *Caravana da Cidadania: diário de viagem ao Brasil esquecido*. São Paulo: Scritta, 1993.

- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & Marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.
- KONDER, Leandro; BETTO, Frei. *O indivíduo no socialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- KECK, Margaret E. *A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática, o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LENIN, V. I. *El imperialismo, fase superior del capitalismo. Obras escogidas*. Moscou: Progreso, 1976. v. 5 (1913-1916).
- LENIN, V.I. *Sobre el problema de los mercados*. Madri: Siglo veintiuno editores, 1974.
- LESSA, Carlos. *O conceito de política econômica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução?* 2. ed. São Paulo: Global, 1990.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen (marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento)*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LEITE, José Correa. *Fórum Social Mundial, a história de uma invenção política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LUZ, Jane Márcia Lemos. *Rádio e TV na Bahia: o partido eletrônico de ACM*. Monografia. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 1996.

- MARINI, Ruy Mauro. 1970-1973. *Duas estratégias no processo chileno*. São Paulo: Diretório Municipal/Diretório Regional do PT, 1994.
- MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- MARX, Karl. 18 Brumário.
- MENDES, Cândido. *Lula: a opção mais que o voto*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Volume III. Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.
- MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (org.). *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MANÇANO, Bernardo. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MANÇANO, Bernardo. *MST - Formação e territorialização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- MARQUES NETO, José Castilho. (org.) *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MARTINEZ, Paulo (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MEDEIROS, Alexandre. *Crônica de um sonho: nos bastidores da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- MENDES, Candido. *Lula: A opção mais que o voto*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- MERCADANTE, Aloízio(org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 1998.
- MODONESI. *La crisis histórica de la izquierda mexicana* Cidade do México: Modonesi, 2003.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983
- MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis, Pólis/Vozes, 1984.
- MESZAROS, Istvan. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- MENEGUELLO, Raquell. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1981-1997)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- MIGUEL, Luís Felipe. *Mito e discurso político. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. São Paulo/Campinas: Imprensa Oficial/Editora da Unicamp, 2000.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- Moreno, Cláudio. Acesso em 19/11/2005, disponível em (http://educaterra.terra.com.br/sualingua/02/02_alusao2.ht)
- MODONESI, Massimo. *La crisis histórica de la izquierda socialista mexicana*. Ciudad del México: Casa Juan Pablos/UCM, 2003.
- NASCIMENTO, Eloisa Winter. *PT: impasses da esquerda no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Tese de doutorado em sociologia, 1999.
- NETO, Eduardo Almeida. *Brasil: reforma ou revolução?* São Paulo, Cadernos Marxistas, 1999.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem. O industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2001.
- NOVELLI, Edoardo. *C'era una volta il PCI. Autobiografia di un partito attraverso le immagini della sua propaganda*. Roma: Editora Riuniti, 2000.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso (org.) *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco; STÉDILE, João Pedro, GENOÍNO, José. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PALOCCI, Antonio. *Dando a volta por cima*. São Paulo, Scritta, 1996.
- PALOCCI, Antonio et alii. *Desafios do poder local: o modo petista de governar*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.
- PARANÁ, Denise. *Lula, O filho do Brasil*. 2a ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Trajetórias, das origens à vitória de Lula*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Estatuto do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *CR-Rom Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- Documentos del XVI Congreso Nacional del Partido Comunista de China*. Pequim: PCCh, 2002.
- PAULA, João Antonio de. *A economia política da mudança*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*, 2 tomos, São Paulo: Annablume, 2000.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Editora da Unicamp: Campinas, 1994.
- PETIT, Pere. *A esperança equilibrista. A trajetória do PT no Pará*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1996.
- PETRAS, James; VIEUX, Steve. *Pragmatismo desarmado, uma crítica ao livro de Jorge Castaneda*. São Paulo: Diretório Regional do PT, 1993.
- PETRAS, James; VIEUX, Steve. *La historia terminable*. País Basco: Editorial Txalaparta S.L., 1994
- PETRAS, James. *Brasil e Lula: ano zero*. Blumenau: Edifurb, 2005.
- PINASSE, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (Org.) *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

- POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- POCHMANN, Márcio. *Atlas da exclusão social no Brasil*. 5 vol. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *O massacre da Lapa*. 2ª edição. São Paulo, Scritta, 1996.
- POMAR, Valter (organizador). *Socialismo ou barbárie*. Documentos da Articulação de Esquerda. São Paulo, Editora Viramundo, 2000.
- POMAR, Valter. Revista História Social, da pós-graduação em História do IFCH da Unicamp.
- POMAR, Valter (org.). *Novos rumos para o governo Lula*. São Paulo, Editora Página 13, 2004.
- POMAR, Valter. “El PT del Brasil: história, crisis, perspectiva”. *Em defensa del marxismo*, número 21, agosto/outubro de 1998. Ediciones Rumbos: Buenos Aires, Argentina.
- POMAR, Valter. “Que partido é esse?”. In: *Teoria e Debate*, número 9, janeiro/março de 1990.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia, o Partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- POMAR, Wladimir. *Quase Lá. Lula, o susto das elites*. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1990.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- POMAR, Wladimir. *Um mundo a ganhar*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- POMAR, Wladimir. *A revolução chinesa*. São Paulo: Unesp, 2003.
- POMAR, Wladimir. *A ilusão dos inocentes*. São Paulo, Editora Scritta, 1994.
- POMAR, Valter. *Socialismo e barbárie: resoluções da Articulação de Esquerda*. São Paulo: Viramundo, 1999.
- POMAR, Valter. *A hora da verdade e outros escritos*. Edição mimeografada, São Paulo: 1994.
- POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado, 2000.

- POMAR, Pedro Estevam. “A nova política de alianças do PT e suas afinidades com o Partidão”, in *Página 13* edição nº 5, fevereiro 2000
- POMAR, Felipe Cossio del. *Victor Raul*. Lima: Pachacutec, 1995.
- PONT, Raul Anglada. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Sibriema, 1985.
- PONT, Raul. *Breve história do PT*. Brasília, edição do autor, 1992.
- PRADO, Maria Clara R. M. *A real história do real*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2005.
- PRZEWORSKI, A. *capitalismo e socialdemocracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PT VIVO. *Documentos políticos 1985-1990*. São Paulo, edição dos autores, 1991.
- PT, UM PROJETO PARA O BRASIL. 2 volumes. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos no Brasil – ensaios de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (Org.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicato e classe operária, 1930-1964”. In: Boris Fausto (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, volume II. São Paulo, Difel, 1983.
- RAINHO, Luis Flavio. *Os peões do ABC*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RAINHA, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, Volume 1, 1977-1979*. São Bernardo do Campo, Fundo de Greve, 1983.
- Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores*. Organização: Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- REIS Fº, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*. Volume I. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1996.

- ROBAINA, Roberto. *A social-democracia, o Estado e o PT: as perspectivas do governo Lula*. Porto Alegre: Movimento de Esquerda Socialista, 2003.
- RODRIGUES, Leôncio Martins Rodrigues. *Partidos & Sindicatos*. São Paulo, Editora Ática, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins Rodrigues. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- RAINHO, Luís Flávio. *Os peões do Grande ABC*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- RAINHO, Luís Flávio e Osvaldo M. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*. São Bernardo do Campo: Associação Cultural Beneficente dos Metalúrgicos de SBC e Diadema, 1983.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RODRIGUES, Iran Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *E agora PT?: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SADER, Emir. *O anjo torto. Esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1995.
- SADER, Emir; OLIVEIRA, Francisco (Org.) *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.
- SADER, Emir (org.) *ContraCorrente*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SADER, Emir (org.) 1994. *Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- SADER, Emir (org.). Governo Lula. Decifrando o enigma. São Paulo: Viamundo, 2004.
- SADER, Emir (org.). O mundo depois da queda. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SAES, Décio. “Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania”. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, n. 16, p. 9-38, 2003.
- SAES, Décio. República do Capital. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie. Os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAINT-PIERRE, Héctor. A política em armas. Fundamentos teóricos da guerra revolucionária. Campinas: Tese de Doutorado, s/d.
- SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade de no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2002.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- SCALON, Celi. *Imagens da desigualdade*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Iuperj/UFMG, 2004.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Editora Alameda Casa Editorial/Fapesp, 2004.
- SEILER, Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. São Paulo/Brasília, Imesp/ Editora UnB, 2000.
- SICSÚ, João (org.). Novo-desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2005.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. *Contribuição para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores – PT*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dissertação de mestrado, 1996.

- SILVA, José Dirceu de Oliveira e IANONI, Marcus. *Reforma política: instituições e democracia no Brasil atual*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999. (Coleção Brasil Urgente)
- SILVA, Marcelo Costa da. *O Partido dos Trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988: um perfil sociológico e biográfico de seus parlamentares*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, 2000.
- SIMIONATO, Adriana Canova. *Partido dos Trabalhadores: uma utopia inacabada*. Franca: Faculdade de História, Direto e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, dissertação de mestrado, 1996.
- SINGER, André (org.). *Sem medo de ser feliz*. São Paulo: Scritta, 1990.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: as eleições presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SINGER, Paul. *Um governo de esquerda para todos: Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SINGER, Paulo e MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SINGER, Paul. *O que é socialismo, hoje*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.
- SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SOUZA, Celi. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SPITZCOVSKY, Jaime. *A nova guerra do Vietnã*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de Cidadania. A saúde é pela porta*. São Paulo: Cortez Editora/Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOFRI, G. "Os problemas da revolução socialista nos países atrasados". In:

- HOBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*, volume VIII. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- SANTOS, Teotônio. *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SOUZA, Marco Antônio de. *Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT: continuidades e rupturas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1995.
- SILVA, Antônio Ozaí. *Partido de massas e partido de quadros (a socialdemocracia e o PT)*. São Paulo: CPV, 1996.
- Silva, Rosemary Compans da. *Conselhos populares: trajetória de um debate*. Dissertação de mestrado apresentada no IUPERJ, em 1993.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- TAVARES, Maria da Conceição; SADER, Emir e JORGE, Eduardo. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- TENDÊNCIA MARXISTA. *A tendência Movimento e o PT*. Belo Horizonte, Projeto, 1998.
- TREVAS, Vicente et all. *Governo e cidadania. Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Global, 1980.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *A segunda via: presente e futuro do Brasil*. São Paulo, CartaCapital.
- VOIGT, Leo. *A formação do PT: esboço de reconstrução histórica*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 1995.
- VOLKOGONOV, Dmitri. Stalin. Triunfo e tragédia. 2 volumes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

- VIANA, Gilney Amorim. *A revolta dos bagrinhos*. Belo Horizonte, edição do autor, 1991.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Oriente Médio e o Afeganistão: um século de conflitos*. Editora: Leitura XXI, 2002. Porto Alegre
- WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil* São Paulo: Cebrap, 1973. (Estudos Cebrap, 4.)
- WEFFORT, Francisco Correa. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e política*. São Paulo, USP, 1972. Tese de livre docência.
- WEFFORT, Francisco Correa. *Qual democracia?* São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1978.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Coleção de revistas de debate teórico

Coleção da revista *Teoria & Política*

Coleção da revista *Práxis*

Coleção da revista *Praga*

Coleção da revista *Teoria e Debate*

Coleção da revista *Outubro*

Coleção da revista *Crítica Marxista*

Periódicos

Brasil Agora. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1991-1996.

Linha Direta. São Paulo: Publicação Semanal do Diretório Regional do PT/SP, 1990.

PT Notícias. São Paulo: Órgão oficial do Diretório Nacional do PT.

Teoria e Debate. São Paulo: Publicação Trimestral da Fundação Perseu Abramo.

Relação parcial de dissertações e teses de doutorado

A espacialidade do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado apresentada na UFRJ, em 1993, por Sérgio Fernandes Alonso.

A formação do PT: esboço de reconstrução histórica. Dissertação de mestrado defendida na UFRGS, em 1990, por Léo Voigt.

Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira. Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 1991, por Márcia Berbel.

Poder local, democracia e participação popular: a experiência de Janduí (RN), 1982/1988. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1993, por João Bosco Araújo da Costa.

Sem medo de dizer não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990). Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1996, por Alessandro Augusto Azevedo.

Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp por Arleth Santos A. Borges.

Mudanças políticas no interior de Rondônia: o Partido dos Trabalhadores nas administrações de Jarú e Ouro Preto D'Oeste. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1998, por Simão Pedro Chiovetti.

Política da participação: uma etnografia da primeira gestão municipal do PT em Diadema. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp por Júlio Assis Simões.

A expressão da assistência social como política pública em Sebes no governo do PT em São Paulo: 1989-1992. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1996, por Iraci Ozéas dos Reis Hewer.

Serviço social do trabalho na área de recursos humanos da prefeitura municipal de Santo André – SP, na proposta e gestão democrática e popular do Partido dos Trabalhadores: 1989-1992. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1996, por Roseli Sousa Toledo.

Diadema, a cidade vermelha. Desafios do poder local. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1998, por Cláudio Scalli.

O ardil do poder. A administração “democrática e popular” de Piracicaba. Período: 1988-1992. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1994, por Francisco Negrini Romero.

Planejamento urbano e democracia. A experiência de Santos. Tese de doutorado defendida na Unicamp, em 1999, por Sonia Nahas de Carvalho.

Memória, cultura e democracia: estudo de uma política pública. Tese de doutorado defendida na Unicamp, em 2000, por Maria Ângela Borges Salvadori.

Ação Política, ideologias e interesses: o município de São Paulo – 1989/1992. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, por Jair Pinheiro.

A cultura do PT: cultura da cidadania? A experiência da administração da Prefeitura de Vitória na área da educação (1989-1992). Dissertação de mestrado, apresentada na PUC de São Paulo, em 1997, por Luiz Carlos Almeida Lima.

Esquerda e poder: a gestão petista na Prefeitura de Piracicaba (1989-1992). Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 1996, por Jefferson Oliveira Goulart.

A dimensão político-pedagógica da participação popular. Um estudo sobre a participação popular na gestão municipal de Santo André (1989-1992). Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 1997, por Osvaldo Cleber Cecheti.

O projeto de participação popular da Administração Municipal de São Paulo, sob gestão do Partido dos Trabalhadores (1989-1990): uma tentativa de mudança na representação política. Dissertação de mestrado apresentada na PUC do Rio de Janeiro, em 1995, por J. L. R. Alvim.

A comunicação na contra-mão. A tarifa zero como estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1995, por Fábio Cypriano.

As creches na trajetória de governos democráticos. A experiência de Diadema – SP. 1983-1996. Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 1996, por Marinei de Oliveira Gomes.

Política de comunicação no governo Erundina: do agitprop ao Jack Palance. Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 1995, por Bruno Fuser.

A gestão democrática nas escolas da rede municipal de São Paulo: 1989-1992. Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 1995, por Theresa M. de Freitas A. Pepe.

A política educacional da administração do Partido dos Trabalhadores em Santo André: a educação de jovens e adultos. Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 1994, por Rosalda Silvio Souza.

Política cultural: uma experiência em questão (São Bernardo do Campo: 1989-1992). Tese de doutorado defendida na USP, em 1996, por Mário Fernando Bolognesi.

Partidos políticos, maiorias parlamentares e tomada de decisões na Constituinte. Tese de doutorado defendida na USP, em 1999, por Ricardo Corrêa Coelho.

O colégio de líderes no parlamento brasileiro e a participação política dos partidos de esquerda: PT, PDT, PSB e PCdoB. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 1997, por Eliel Ribeiro Machado.

O Partido dos Trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988: um perfil sociológico e biográfico de seus parlamentares. Dissertação de mestrado apresentada na UFRJ, em 2000, por Marcelo Costa da Silva.

A encruzilhada do PT: a lógica da representação versus mercado eleitoral. Dissertação de mestrado apresentada no IUPERJ, em 1997, por Paulo Roberto Figueira Leal.

Contribuições para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado defendida na PUC de São Paulo, em 1996, por Carmem Sílvia Maria da Silva.

Educação e formação política: um estudo histórico-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp, em 1999, por Eduardo Tadeu Pereira.

PT: dilemas da burocratização. In *Novos Estudos CEBRAP*, março de 1993, de Carlos Alberto M. Novaes.

Utopia e realidade: os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores em São Paulo nos anos 80. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 2000, por Tânia Maria Marossi.

Mulheres de Bairro de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores: política no feminino? Dissertação de mestrado defendida na PUC de SP, em 1995, por Angélica Lucia Carlini.

Representação e participação política das minorias: as relações de gênero no PT na capital paulista e no ABC. Dissertação apresentada na PUC de São Paulo, em 1996, por Terezinha Richartz.

“Agora eu sou uma estrela...”. Uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 2000, por Terezinha Martins dos Santos Souza.

Desigualdade de gênero e a participação política das mulheres: a experiência do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 2000, por Maria do Carmo Godinho Delgado.

As mulheres no PT: descaminhos, caminhos e vitórias. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 1999, por Maria Inês de Freitas Custódio.

Desenvolvimento da consciência do militante político: elementos para uma análise. Dissertação de mestrado defendida na PUC de São Paulo, em 1987, por Sueli Terezinha Ferreira Martins.

Movimento de moradia e Partido dos Trabalhadores. Tese de doutorado defendida na USP, em 1996, por Aloísio Ruschinsky.

Movimento sindical e Partido dos Trabalhadores. Tensões políticas no ABC. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 2000, por Regina Célia dos Reis.

Religião, política e identidade. Cristianismo da libertação dentro do Partido dos Trabalhadores (1979–1989). Pesquisa sociológica sobre a identidade dos católicos engajados neste partido e sua significação para o partido e para a igreja. Tese de doutorado apresentada na Universidade Vale dos Sinos, em 1994, por José Ivo Follmann.

Imprensa e democracia: a transformação da FSP e a criação do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 1996, por Carlos Alberto Furtado de Melo.

A comunicação do PT na televisão. Monografia apresentada na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2000, por Marcelo Giovani de Oliveira.

O marketing político na campanha de 1988 para a prefeitura de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de São Paulo, em 1992 por Álvaro Cesare Giovanni Gemignani.

Propaganda política e eleitoral: a marca do Partido dos Trabalhadores no contexto da comunicação gráfica. Dissertação de mestrado apresentada na USP, em 2001, por Ivonésio Leite de Souza.

O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994). Dissertação de mestrado apresentada na Unesp/Franca, em 1998, por Marco Antonio Brandão.

Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades. Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 1998, por Antonio Ozai da Silva.

Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT: continuidades e rupturas. Dissertação de mestrado defendida na USP, em 1995, por Marco Antonio Mondaini de Souza.

PT: impasses da esquerda no Brasil. Tese de doutorado apresentada na USP, em 1999, por Eloísa Winter Nascimento.

Claro enigma: o PT e a tradição socialista. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp por Juarez Rocha.

Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp por Reinaldo Cicone.

Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, tese de doutorado, defendida em 1995 por Benedito Tadeu César.

Peripécias de Gramsci entre Gulliver e o Pequeno Polegar: um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FLLN. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp por Raul Burgos.

O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local. Tese de doutoramento apresentada na PUC de São Paulo, em 1998, por João Bosco Araújo da Costa.

A economia política do Partido dos Trabalhadores. Um estudo sobre o discurso petista (1979-1994). Dissertação de mestrado apresentada na PUC de SP, em 1996, por Paulo Fernandes Baia.

Anexos

Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e

cuidadas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não ligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será

implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da

distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Va-

mos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

Algumas informações sobre as tendências do PT

Desde a sua fundação, o PT abrigou diferentes correntes de opinião, geralmente denominadas de tendências. A primeira tentativa de disciplinar a existência de tendências no interior do Partido ocorreu no 5º Encontro Nacional do PT, em 1987. A segunda tentativa ocorreu no Primeiro Congresso do PT, em 1991.

Uma compreensão do papel jogado pelas tendências no interior do PT deve levar em conta pelo menos duas variáveis: as posições políticas defendidas por estes grupos e a atitude geral que adotavam frente ao Partido.

De 1983 a 1993, por exemplo, existia uma tendência hegemônica e majoritária em âmbito nacional: a *Articulação*, cujas posições se refletiam nas resoluções partidárias.

Competindo com a *Articulação*, havia algumas lideranças e agrupamentos informais com posições mais moderadas (exemplo disso são os parlamentares que defenderam votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral). E havia, também, lideranças e agrupamentos com posições mais radicalizadas.

A maioria destes agrupamentos tivera origem anterior ou exterior ao PT. É o caso da Democracia Socialista (Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista), do Partido Revolucionário Comunista (PRC), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionária, da Organização Socialista Internacionalista (O Trabalho), da Ala Vermelha, da Convergência Socialista, entre outros.

Entre 1991 e 1995, em decorrência dos acontecimentos e debates descritos ao longo da tese, ocorrem profundas alterações na vida interna do PT. Em primeiro lugar, todas as tendências passam a se considerar como “tendências internas” de um “partido estratégico”. Em segundo lugar, a Convergência Socialista e outros grupos saem do PT, criando o PSTU. Em terceiro lugar, a tendência majoritária passa por um processo de cisão, dando origem à *Articulação Unidade na Luta* e à *Articulação de Esquerda*. Em quarto lugar, lideranças e tendências situadas à esquerda e à direita da *Articulação*, invertem seus papéis (é o caso de Plínio de Arruda Sampaio, líder modera-

do nos anos 1980 e líder radical nos anos 1990; é o caso, também, de José Genoíno, que faz o percurso inverso).

De 1995 até o final de 2003, o quadro interno se estabiliza da seguinte forma. Um grupo majoritário denominado, talvez para que não restasse dúvida, de “Campo majoritário”, composto basicamente pela Articulação Unidade na Luta e pela Democracia Radical (esta, por sua vez, oriunda da aliança do ex-PRC com outros setores). Uma esquerda, com quatro expressões mais conhecidas, a saber: a Democracia Socialista, a Articulação de Esquerda, a Força Socialista e O Trabalho. E um centro, cuja expressão principal era o chamado “Movimento PT”, agrupamento de lideranças parlamentares e grupos regionais.

No final de 2003, a expulsão de Heloísa Helena e de três deputados federais é o marco inicial de um novo processo de alteração no quadro interno. Em primeiro lugar, o Movimento de Esquerda Socialista e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (duas tendências oriundas da antiga Convergência Socialista), acompanhadas de um número significativo de lideranças de esquerda independentes, saem do PT ainda em dezembro de 2003 e criam o PSOL. Outro grupo expressivo de petistas filia-se ao PSOL em setembro-outubro de 2005. É o caso da Ação Popular Socialista (tendência resultante da fusão da antiga Força Socialista com outros grupos), de Plínio de Arruda Sampaio, de vários deputados federais e de certo número de militantes oriundos de várias tendências da esquerda petista ou independentes. Em segundo lugar, lideranças até então vinculadas ao “Campo majoritário” ou independentes de expressão desligam-se do PT, indo para outros partidos ou ficando sem filiação partidária (é o caso, por exemplo, de Hélio Bicudo, Cristovam Buarque e de Chico Whitaker). Em terceiro lugar, a crise de 2005 e o processo de eleição das novas direções partidárias altera a força do antigo “Campo majoritário”, que deixa de ter a maioria absoluta no Diretório Nacional do PT.

No momento em que concluímos a redação desta tese, ainda não se estabilizou um novo quadro interno, o que só deve ocorrer após as eleições de 2006.